



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

GEÓRGIA DANTAS MACEDO

**AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NA PERSPECTIVA DISCENTE: CAMINHOS PARA A
PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

JOÃO PESSOA
2025

GEÓRGIA DANTAS MACEDO

**AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NA PERSPECTIVA DISCENTE: CAMINHOS PARA A
PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

Tese de doutorado apresentada à banca examinadora como requisito final para a obtenção do título de Doutora em Educação, na linha de Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Profa. Dra. Edineide Jezini
Mesquita Araújo

JOÃO PESSOA
2025

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M141a Macedo, Georgia Dantas.

Avaliação da efetividade da política de assistência
estudantil na perspectiva discente : caminhos para a
permanência na Universidade Federal da Paraíba /
Georgia Dantas Macedo. - João Pessoa, 2025.
237 f. : il.

Orientação: Edineide Jezine Mesquita Araújo.
Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Políticas educacionais. 2. Assistência
estudantil. 3. Políticas públicas - efetividade. 4.
Educação superior - permanência. I. AraújoJezine,
Edineide Jezine Mesquita. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37.014.5(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE TESE DA DOUTORANDA GEORGIA DANTAS MACEDO, ALUNA DO CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO/PPGE/CE/UFPB.

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e quatro (2024), às 14:00 horas, realizou-se a sessão de defesa de Tese da doutoranda GEORGIA DANTAS MACEDO, matrícula 20211015582, intitulada “Avaliação da efetividade da política de assistência estudantil: caminhos para a permanência e conclusão da formação superior na UFPB” sob o formato híbrido com participantes externos pelo endereço eletrônico <https://meet.google.com/wcj-gshy-gaj>. Estavam presentes, os Professores Doutores: Edineide Jezini Mesquita (Orientadora/PPGE/UFPB); Cassiano Caon Amorim (UFJF); Gisele Masson (UEL); Uyguciara Veloso Castelo Branco (UFPB); Rhoberta Santana de Araujo (PPGE/UFPB); Joseval dos Reis Miranda (PPGE/UFPB) e demais convidados. A Profa. Dra. Edineide Jezini Mesquita na qualidade de Orientadora, declarou aberta a sessão, e apresentou os Membros da Banca Examinadora ao público presente; em seguida passou a palavra a doutoranda GEORGIA DANTAS MACEDO, para que no prazo de 30 minutos apresentasse a sua dissertação. Após exposição oral apresentada pela doutoranda GEORGIA DANTAS MACEDO a Profa. Dra. Edineide Jezini Mesquita passou a palavra aos membros da Banca Examinadora para que procedessem a arguição pertinente ao trabalho. Em seguida, a doutoranda GEORGIA DANTAS MACEDO respondeu as perguntas elaboradas pelos Membros da Banca Examinadora e, na oportunidade, agradeceu as sugestões apresentadas. Prosseguindo, a sessão foi suspensa pela Orientadora, a Profa. Dra. Edineide Jezini Mesquita Araújo, que reuniu-se secretamente com os Membros da Banca Examinadora, e emitiu o seguinte parecer: A BANCA EXAMINADORA CONSIDEROU A TESE: A Banca considera a temática de relevância acadêmica e social para a produção do conhecimento científico. E recomenda, que o texto passe por uma revisão formal da norma e da linguagem e possa aprofundar as análises dos dados da pesquisa em consonância com o referencial teórico-metodológico. A Banca sugere a mudança do título da tese para “Avaliação da efetividade da Política de Assistência Estudantil na perspectiva discente: caminhos para a permanência em cursos de educação superior na UFPB”. Nestes termos, a banca considerou o trabalho APROVADO.

A seguir, a Profa. Dra. Edineide Jezini Mesquita apresentou o parecer da Banca Examinadora a doutoranda GEORGIA DANTAS MACEDO bem como ao público presente. Prosseguindo, agradeceu a participação dos Membros da Banca Examinadora, e deu por encerrada a sessão. E para constar, eu, Edinalva Alves Aguiar Carvalho de Melo, representando a Secretária da Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente Ata que segue assinada por mim e pelos Membros da Banca Examinadora, em testemunho de fé.

João Pessoa, 25 de novembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br EDINEIDE JEZINI MESQUITA
Data: 26/11/2024 20:53:47 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

AGRADECIMENTOS

Gratidão à Deus por sempre estar ao meu lado sendo o meu guia e a minha fortaleza em todos os momentos. O registro dos agradecimentos daqueles que me acompanharam nessa caminhada é uma tarefa difícil, pois, contou com muitas pessoas que seguraram a minha mão e que talvez aqui não se conseguisse citar. Entretanto, registro meus agradecimentos:

Aos meus pais, Sebastião e Sônia (*In memoriam*), agricultores de vida simples e com pouca escolaridade, que mesmo sem ter tido a oportunidade de estar em uma Universidade, sempre me ensinaram que lá estava a esperança de um futuro melhor para a minha vida e da minha família (realmente eles estavam certos).

À minha pequena Giovana que nasceu e cresceu juntamente com esse projeto de Tese, e me motivou a seguir em frente mesmo quando tinha que escolher entre ela e o texto, ou, até conciliar os dois. Te amo incondicionalmente, filha! Ao meu amor, Diego por me apoiar e me incentivar em todos os momentos (essa conquista é nossa). Você e a família que construímos são os melhores presentes que Deus me deu!

À minha irmã Cibele, ao meu cunhado Davidson, e aos sobrinhos que tanto amo Larinha e Bernardo e os meus compadres Gessy e seu Jailson por me acolherem com tanto amor e cuidado. À família Gomes, especialmente à minha sogra Dona Lourdes pelas orações e palavras de incentivo. Aos amigos Juliana, Ana Aluska, Alessandra, Katia, Victor, ao pequeno Benício, à Iascara e a princesinha Eloá, e, especialmente à minha irmã de coração Mauricélia por me ajudar nessa jornada.

À professora Edineide pela parceria na construção deste trabalho. Ao Nepes, em especial às professoras Geovânia, Uyguaciara e Rhoberta e aos estudantes, por oferecerem um espaço de aprendizado e compartilhamento de desafios. Aos membros das bancas de qualificação e defesa pelas valiosas contribuições ao trabalho.

À UFPB através do PPGE e do Centro de Educação pela possibilidade do acesso à formação qualificada, crítica e comprometida com a Educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. À família COAPE/PRAPE pelo apoio e compreensão durante o período de afastamento e por me incentivarem a aceitar os desafios que enfrentaremos nessa nova fase da gestão da PRAPE.

À equipe de estagiários e à coordenação da brinquedoteca do Centro de Educação pela acolhida e cuidado com a minha pequena Giovana. À biblioteca setorial do

CCSA/UFPB Berilo Borba, nas pessoas de Aninha, André e Katiane pela qualidade do atendimento com espaço adequado para os estudos.

Aos/às estudantes dos cursos de Graduação da UFPB pela oportunidade de construirmos uma política de assistência que atenda verdadeiramente a vocês.

Muito obrigada!

A Universidade, em seu sentido mais profundo, deve ser entendida como uma entidade que, funcionária do conhecimento, destina-se a prestar serviço à sociedade no contexto da qual ela se encontra situada... Este compromisso da educação, em geral, e da Universidade, em particular, com a construção de uma sociedade na qual a vida individual seja marcada pelos indicadores da cidadania, e a vida coletiva pelos indicadores da democracia, tem sua gênese e seu fundamento na exigência ético-política da solidariedade que deve existir entre os homens. É a própria dignidade humana que exige que se garanta a todos eles o compartilhar dos bens naturais, dos bens sociais e dos bens culturais. O que se espera é que, no limite, nenhum ser humano seja degradado no exercício do trabalho, seja oprimido em suas relações sociais ao exercer sua sociabilidade ou seja alienado no usufruto dos bens simbólicos, na vivência cultural (Severino, 2007a, p.23).

RESUMO

A temática da tese situa-se no campo de análise das políticas de educação superior e da política de Assistência Estudantil que busca reduzir as taxas de evasão e retenção e favorecer a permanência e a conclusão do curso, principalmente dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A tese questiona quais são as perspectivas da efetividade da Política de Assistência Estudantil para a permanência de discentes nos cursos de Graduação da UFPB, no cenário capitalista de retração e redução de direitos sociais? O objetivo geral de Tese constitui em analisar a efetividade da política de Assistência Estudantil, para a permanência e conclusão dos cursos de Graduação no período de 2012 a 2022, tendo como *lócus* de pesquisa a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A tese levantada foi de que a Política de Assistência Estudantil enfrenta desafios para a permanência e conclusão do curso de Graduação considerando que as desigualdades do capital impõem políticas sociais seletivas, focalizadas e precárias para a garantia do acesso aos direitos sociais. A pesquisa realizada foi do tipo qualitativa, sob a abordagem descritiva e analítica, desenvolvida a partir dos procedimentos de levantamento bibliográfico, documental e a aplicação de questionários com estudantes dos cursos de Graduação de todos os *Campi* da UFPB. Para análise adotou-se a abordagem crítica, orientada pelas categorias teóricas de Estado (Marx, 1998), (Beaud, 1987), (Dowbor, 2020), (Antunes, 2020), (Mészáros, 2009) e contradição (Marx, 2013), (Netto e Braz, 2008), (Masson, 2007), (Iamamoto e Carvalho, 2012), (Severino, 2007b), (Behring, 2011) e os impactos do Capital para a Educação frente às desigualdades sociais (Marx e Engels, 2011), (Prestes, Jezine e Castelo Branco, 2019). Os dados do questionário apontaram demandas indicadas pelos estudantes da UFPB nas áreas de atuação da Assistência Estudantil, além da necessidade de avaliação e monitoramento da política. A partir dos dados foi proposto um modelo avaliativo que abrangeu as dimensões do contexto, gestão e permanência, a fim de contribuir com o processo avaliativo da política de assistência estudantil no alcance da promoção da permanência e conclusão do curso.

Palavras-chave: políticas educacionais; assistência estudantil; efetividade de políticas públicas; permanência na educação superior.

ABSTRACT

The thesis focuses on the analysis of higher education policies and the Student Assistance Policy, which seeks to reduce dropout and retention rates and promote student retention and completion, especially for students in situations of socioeconomic vulnerability. The thesis questions what are the prospects for the effectiveness of the Student Assistance Policy for student retention in undergraduate courses at UFPB, in the capitalist scenario of retraction and reduction of social rights? The general objective of the Thesis is to analyze the effectiveness of the Student Assistance Policy for student retention and completion of undergraduate courses from 2012 to 2022, with the Federal University of Paraíba (UFPB) as the research locus. The thesis raised was that the Student Assistance Policy faces challenges for student retention and completion of undergraduate courses, considering that capital inequalities impose selective, focused and precarious social policies to guarantee access to social rights. The research carried out was of the qualitative type, under a descriptive and analytical approach, developed from the procedures of bibliographic and documentary survey and the application of questionnaires with undergraduate students from all UFPB Campuses. For the analysis, a critical approach was adopted, guided by the theoretical categories of State (Marx, 1998), (Beaud, 1987), (Dowbor, 2020), (Antunes, 2020), (Mészáros, 2009) and contradiction (Marx, 2013), (Netto and Braz, 2008), (Masson, 2007), (Iamamoto and Carvalho, 2012), (Severino, 2007b), (Behring, 2011) and the impacts of Capital on Education in the face of social inequalities (Marx and Engels, 2011), (Prestes, Jezine and Castelo Branco, 2019). The questionnaire data indicated demands indicated by UFPB students in the areas of action of the Student Assistance, in addition to the need for evaluation and monitoring of the policy. Based on the data, an evaluation model was proposed that covered the dimensions of context, management and retention, in order to contribute to the evaluation process of the student assistance policy in achieving the promotion of retention and completion of the course.

Keywords: educational policies; student assistance; effectiveness of public policies; retention in higher education.

RESUMEN

La temática de la tesis se enmarca en el campo de análisis de las políticas de educación superior y de la política de asistencia al estudiante que busca reducir las tasas de deserción y retención y favorecer la permanencia y culminación del curso, especialmente de estudiantes en situación de vulnerabilidad socioeconómica. La tesis cuestiona cuáles son las perspectivas de efectividad de la Política de Asistencia Estudiantil para la permanencia de los estudiantes en los cursos de Grado de la UFPB, en el escenario capitalista de retracción y reducción de derechos sociales. El objetivo general de la Tesis es analizar la efectividad de la política de Asistencia al Estudiante, para la permanencia y conclusión de los cursos de Grado en el período de 2012 a 2022, teniendo como locus de investigación la Universidad Federal de Paraíba (UFPB). La tesis planteada fue que la Política de Atención al Estudiante enfrenta desafíos para la permanencia y conclusión de la carrera de Grado considerando que las desigualdades del capital imponen políticas sociales selectivas, focalizadas y precarias para garantizar el acceso a los derechos sociales. La investigación realizada fue de tipo cualitativa, con abordaje descriptivo y analítico, desarrollada con base en procedimientos de levantamiento bibliográfico y documental y aplicación de cuestionarios con estudiantes de pregrado de todos los campus de la UFPB. Para el análisis se adoptó un enfoque crítico, guiado por las categorías teóricas de Estado (Marx, 1998), (Beaud, 1987), (Dowbor, 2020), (Antunes, 2020), (Mészáros, 2009) y contradicción (Marx, 2013), (Netto y Braz, 2008), (Masson, 2007), (Iamamoto y Carvalho, 2012), (Severino, 2007b), (Behring, 2011) y los impactos del Capital en la Educación frente a las desigualdades sociales (Marx y Engels, 2011), (Prestes, Jezine y Castelo Branco, 2019). Los datos del cuestionario destacaron las demandas señaladas por los estudiantes de la UFPB en las áreas de acción política, además de la necesidad de evaluación y seguimiento de políticas. Con base en los datos, se propuso un modelo de evaluación que abarcó las dimensiones de contexto, gestión y permanencia, con el fin de contribuir al proceso de evaluación de la política de atención a estudiantes en la promoción de la permanencia y la permanencia.

Palabras clave: políticas educativas; asistencia estudiantil; eficacia de las políticas públicas; Permanencia en la educación superior.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Levantamento quantitativo dos descritores relacionados à pesquisa (2010-2021)	39
TABELA 2 – Estrutura da UFPB no ano de 2022	41
TABELA 3 – Envios de notificações no módulo Assistência Estudantil	49
TABELA 4 – Número de matrículas em cursos de graduação no Brasil (2000-2022) ...	71
TABELA 5 – Dotação orçamentária do MEC para a educação superior (2012-2023) ...	73
TABELA 6 - Cobertura da política de assistência estudantil da UFPB (2014-2023)	125
TABELA 7 – Perfil acadêmico dos participantes do estudo	131
TABELA 8 – Fatores que influenciam na permanência estudantil da UFPB (2024)	134
TABELA 9 – Perfil socioeconômico dos participantes do estudo	137
TABELA 10 – Condições de transporte dos estudantes da UFPB (2024)	140
TABELA 11 – Condições de alimentação dos estudantes da UFPB (2024)	146
TABELA 12 – Condições de moradia de discentes da UFPB (2024)	153
TABELA 13 – Parentalidade e permanência na UFPB (2024)	159
TABELA 14 – Acesso digital dos estudantes da UFPB (2024)	160
TABELA 15 – Demandas de saúde dos estudantes da UFPB (2024)	164
TABELA 16 – Demandas de acessibilidade dos estudantes da UFPB (2024)	168
TABELA 17 – Avaliação do apoio pedagógico e didático na UFPB (2024)	172
TABELA 18 – Acesso ao esporte e à cultura na UFPB (2024)	176
TABELA 19 – Desafios para a permanência na UFPB (2024)	177
TABELA 20 – Avaliação geral da política de assistência estudantil da UFPB	181
TABELA 21 – Avaliação da satisfação dos estudantes na atuação da assistência estudantil da UFPB	183

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Trabalhos acadêmicos de avaliação da Política de Assistência Estudantil brasileira - BDTD/Brasil (2010 a 2021)	97
QUADRO 2 – Categorias de avaliação da efetividade da Assistência Estudantil	119
QUADRO 3 – Auxílios e serviços da assistência estudantil da UFPB (2023)	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estudantes ingressantes nos cursos de Graduação da UFPB (2012-2021)	42
Gráfico 2 - Benefícios da assistência estudantil na UFPB (janeiro de 2022)	44
Gráfico 3 – Produções acadêmicas sobre assistência estudantil da UFPB	114
Gráfico 4 - Dotação atual do orçamento para a assistência estudantil da UFPB (2012-2024)	120
Gráfico 5 – Cobertura de auxílios da assistência estudantil da UFPB (2014-2023)	127
Gráfico 6 – Relatório do desempenho acadêmico dos bolsistas	129
Gráfico 7 – Situação acadêmica dos bolsistas da PRAPE	129
Gráfico 8 – Período acadêmico dos participantes da pesquisa	133
Gráfico 9 – Fatores que contribuem a permanência na UFPB (2024)	134

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Políticas sociais no contexto do Capital	33
FIGURA 2 – Elementos centrais sobre efetividade da política de assistência estudantil.....	36
FIGURA 3 – Descritores relacionados à pesquisa.....	37
FIGURA 4 – Relatório de desempenho acadêmico dos bolsistas	45
FIGURA 5 – Situação acadêmica dos bolsistas da assistência estudantil	46
FIGURA 6 - Ferramenta de busca do Orçamento do MEC para a educação superior (2012-2024)	47
FIGURA 7 – Sistema de implementação das políticas de assistência estudantil	105
FIGURA 8 – Avaliações da efetividade de políticas educacionais BDTD/Brasil (2010-2021)	111
FIGURA 9 – Proposta final de avaliação da efetividade da assistência estudantil	186
FIGURA 10 – Demandas para a assistência estudantil da UFPB	187

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
Camops	Centro de atenção médico, odontológico e psicossocial
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CE	Centro de Educação da UFPB
CIA	Comitê de Inclusão e Acessibilidade
COAPE	Coordenação de Assistência e Promoção Estudantil
Covid-19	Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2
CRAS	Centro de Referência em Atenção à Saúde
CCJ	Centro de Ciências Jurídicas
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CTDR	Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional da UFPB
Fonaprace	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
Funai	Fundação Nacional do índio
HULW	Hospital Universitário Lauro Wanderley
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de educação superior
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Ifes	Instituições federais de educação superior
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases para a Educação
NAE	Núcleo de Assistência Estudantil
OSUFPB	Orquestra Sinfônica da Universidade Federal da Paraíba
PAEE	Programa de Apoio às Entidades e Eventos estudantis
PCD	Pessoa com Deficiência
PNAES	Política Nacional da Assistência Estudantil
PRAC	Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários
PRAPE	Pró-Reitoria de Assistência e Promoção Estudantil
PRG	Pró-Reitoria de Graduação
PROAE	Programa de Alimentação Estudantil
PROBAD	Programa de Bolsa de Trabalho
PROBEX	Programa de Bolsas de Extensão
PROMEU	Programa de Moradia Estudantil
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante universitário
RUFET	Residência Universitária Feminina Elizabeth Teixeira – RUFET <i>Campus I</i> da UFPB
RUMF	Residência Universitária Masculina e Feminina – RUMF <i>Campus I</i> da UFPB
SciELO Brasil	Science Eletronic Library Online

SUS	Sistema Único de Saúde
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
2. DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA O ESTUDO DA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	29
2.1 Considerações sobre o materialismo histórico-dialético	29
2.2 A construção do estudo bibliográfico como ponto de partida	35
2.3 A UFPB como lócus de investigação	40
2.4 A pesquisa documental	45
2.5 Instrumentos para avaliar a efetividade da assistência estudantil	48
3. A EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA BRASILEIRA E AS DESIGUALDADES SOCIAIS DA SOCIEDADE DO CAPITAL.....	52
3.1. A Educação no contexto das desigualdades sociais	52
3.2 O Estado capitalista e as contradições produzidas pelo Capital	56
3.3 Teorias da Educação e as contribuições da Educação para uma formação humana	62
3.4 O contexto econômico e político brasileiro e seus impactos para as Políticas de Educação Superior.....	65
3.4.1 As reformas nas políticas de educação superior na década de 1990	68
4. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA A PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO: Caminhos, desafios e possibilidades.....	78
4.1 Avaliações das políticas educacionais e o papel do Estado-avaliador	78
4.2 As políticas para permanência na educação superior e a sua intersecção com a Assistência Estudantil.....	82
4.3 A Política de Assistência Estudantil: Historicidade, desafios e perspectivas enquanto direito social.....	89
4.4 Avaliações da Política de Assistência Estudantil: O que dizem as pesquisas	91
4.5 Resultados de avaliações da efetividade de Políticas Educacionais.....	104
5. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFPB E A SUA EFETIVIDADE PARA A PERMANÊNCIA: Resultados e discussões.....	113
5.1 Assistência Estudantil da UFPB enquanto campo de pesquisa.....	114
5.2 O contexto da política.....	120
5.3 A qualidade da permanência estudantil	128
5.4 Perfil dos participantes da pesquisa.....	130
5.5 Demandas dos estudantes para a política de assistência estudantil da UFPB	139
5.5.1 Transporte.....	140
5.5.2 Alimentação.....	145
5.5.3 Moradia.....	152
5.5.4 Permanência parental na educação superior	158
5.5.5 Inclusão digital	160
5.5.6 Saúde	163
5.5.7 Acessibilidade.....	168
5.5.8 Apoio pedagógico e didático	171
5.5.9 Esporte e cultura	175
5.6 Desafios para a permanência na UFPB	177
5.7 A percepção dos estudantes sobre a efetividade da política de assistência estudantil para a permanência na UFPB	181
5.8 Recuperando os elementos identificados no estudo	184
5.9 Proposta para avaliação da efetividade da assistência estudantil da UFPB	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191

REFERÊNCIAS	195
APÊNDICES	206
ANEXOS	230

1. INTRODUÇÃO

O objeto desse estudo¹ se situa no campo da avaliação da Política de Assistência Estudantil com o foco na permanência² e conclusão dos estudantes dos cursos de graduação da UFPB.

A Política de Assistência Estudantil brasileira³ aqui avaliada configura-se como uma política educacional resultante das lutas do movimento estudantil e do aumento da demanda de ingressantes nas universidades federais. A expansão e a massificação da educação superior se aprofundam a partir dos anos 2000, principalmente a partir do acesso de estudantes historicamente excluídos da educação superior bem como do acesso ampliado pela Lei nº 12.711/12.

Assim como as demais políticas sociais, a assistência estudantil está inserida na realidade sociopolítica que, limita a atuação do Estado no provimento de direitos, inclusive, para atender às demandas dos estudantes de cursos de graduação das Instituições Federais de Educação Superior - Ifes. É uma política que sofre impactos diretos do cenário político, econômico e social da ofensiva capitalista na contemporaneidade⁴.

A sua ampliação se situa no contexto da contradição entre o processo de expansão da educação superior e a redução de recursos orçamentários para a Educação que ocorre desde o Governo Dilma (2011-2016) e se intensifica sobretudo nos dois últimos governos ultraliberais⁵ de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022).

¹ A pesquisa foi realizada a partir da inserção no Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação Superior (Gepes) do Centro de Educação da UFPB e da Rede *Universitas*, composta por pesquisadores da área de Políticas de Educação Superior.

² O Inep considera que há a permanência na educação superior quando o/a aluno/a “continua com um vínculo ativo no seu curso de ingresso” (Inep, 2022).

³ Nesse estudo, a Política de Assistência Estudantil é avaliada como uma ação do Estado (*policy* ou *policies*) na forma de uma política pública, e não será aprofundada a sua dimensão enquanto fenômeno de poder (*politics*). Para compreensão sobre essa distinção, recomendamos a leitura de Di Giovanni (1998, p.08).

⁴ Cf. Severino, 2007b. “Esse modo de produção se caracteriza pelo fato de que os meios de produção se encontram nas mãos de indivíduos particulares, que são detentores do capital, formando assim uma classe específica no interior da sociedade. Possuindo assim os meios de produção, tornam-se igualmente proprietários dos bens que são produzidos”.

⁵ Rocha (2019) descreve como a formação do ultraliberalismo no Brasil ganhou força durante as articulações e protestos em favor do *impeachment* de Dilma Rousseff (2011-2016). Para a autora, o movimento se fortaleceu nas redes sociais e foi encampado por alguns segmentos da sociedade como a classe média e alta, jovens universitários, profissionais liberais e contou com o apoio organizacional e financeiros de uma rede de organizações pró-mercado. Os princípios ideológicos que norteiam o ultraliberalismo são o estado mínimo, o livre mercado e o direito de propriedade, os quais foram prioritários nos Governos de Temer e Bolsonaro.

O estudo buscou compreender as potencialidades e contradições da assistência estudantil diante de disputas político-ideológicas, influências do neoliberalismo e da mediação do Estado nas políticas de educação superior brasileira. Procurou, ainda, verificar como a assistência estudantil que visa atender aos segmentos historicamente excluídos da educação superior, se desenha no cenário atual de retração do capital⁶, aumento da pobreza e aprofundamento da desigualdade socioeconômica.

A assistência estudantil é considerada como uma política social que lida com as problemáticas sociais expressas através das desigualdades sociais, as quais se materializam nas vulnerabilidades sociais dos discentes das Ifes. Seu principal objetivo é contribuir para a democratização do acesso à Educação superior através da promoção de condições básicas para a permanência de estudantes que ingressam em cursos superiores, por isso, também é tratada como uma política educacional.

Do ponto de vista da sua regulamentação⁷, o Decreto nº 7.234/10 dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições Federais de Educação Superior. O programa tem o orçamento custeado pelo MEC e objetiva democratizar a permanência e promover a inclusão social, reduzir a evasão, retenção e minimizar as desigualdades sociais (Brasil, 2010).

De acordo com o Decreto, cada instituição de ensino regulamenta o funcionamento da Assistência Estudantil (AE) nos seus contextos, a fim de viabilizar os direitos sociais⁸ à moradia, alimentação, transporte, serviços de saúde e de inclusão digital, esporte, cultura, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem dos/as estudantes com deficiência e transtorno a fim de contribuir para a permanência na educação superior.

⁶ A retração do capital caracteriza-se como a diminuição da atividade econômica e dos investimentos de capitais, e, geralmente ocorre nos momentos de crise do capital, contribuindo para o desemprego, minimização das políticas assistencialistas e para o acirramento da precarização nas condições de subsistência da classe trabalhadora (Netto, 2012).

⁷ A assistência estudantil é aqui considerada como uma política social do ponto de vista teórico, com base na análise crítica marxista que a considera como uma ação do Estado capitalista para atender às contradições entre o capital e o trabalho. Entretanto, ela se materializa através do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, regulamentado pelo Decreto nº 7234/10 que trata sobre as ações de assistência aos/as estudantes no âmbito das Ifes. No contexto da UFPB, a assistência estudantil é custeada em grande parte com recursos do PNAES e por alguns setores mantidos com recursos próprios.

⁸ A definição de Direitos sociais está fundamentada no preâmbulo da Constituição Federal que institui o Estado Democrático, “destinado a assegurar o exercício dos **direitos sociais** e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida” Na carta magna são assegurados como direitos do cidadão e dever do Estado: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Constituição Federal de 1988, art. 6º).

Ocorre que esse direito à assistência estudantil não estava assegurado como uma Política de Estado, tendo apenas com base o Decreto. E, nesse ano de 2024, foi publicada a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil consonante à Meta 12 de Acesso e Expansão à Educação Superior do Plano Nacional de Educação (aprovado pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 20014) de elevar a taxa de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% para jovens de 18 a 24 anos, com pelo menos 40% das matrículas para o segmento público (Brasil, 2014).

Acerca da abrangência da política de assistência estudantil, as áreas estratégicas permaneceram as mesmas que constavam no Decreto, porém foram incorporados à Lei nº 14.914/24, o Programa Bolsa-Permanência⁹, o Programa Milton Santos (Promisaes)¹⁰, além da criação dos programas de alimentação saudável, moradia, acessibilidade, transporte, permanência parental, acolhimentos nas bibliotecas e saúde mental. Entretanto, apesar dos avanços, a Lei não prevê o orçamento destinado à Política, o que gera incerteza quanto à execução dos direitos previstos.

As políticas sociais, dentre elas a de assistência estudantil, são estratégias de enfrentamento às desigualdades sociais produzidas pelo capital, sobretudo quanto à formação no âmbito do ensino superior. A avaliação das políticas públicas a partir de uma leitura crítica, contribui para o aperfeiçoamento e identificação de fragilidades que obstaculizam o alcance dos objetivos.

A avaliação das políticas públicas, inclusive das políticas educacionais na realidade brasileira, foi incorporada pelo Estado para controlá-las adequando aos seus interesses, incluindo os resultados quantitativos que geram lucro e capital acumulado às classes dominantes (Barreyro, 2019); (Deitos, 2022).

A perspectiva de avaliação dos interesses sociais da população pode contribuir como um mecanismo de aperfeiçoamento das políticas. No entanto, há avaliações que incorporam aspectos técnicos, de caráter gerencial-empresarial e desconsideram as múltiplas dimensões (qualitativas e quantitativas) incidentes sobre as políticas (Barreyro, 2019).

⁹ O Programa Bolsa-Permanência é uma política pública que concede auxílio financeiro para estudantes matriculados nas Ifes que sejam indígenas, quilombolas ou graduandos de cursos integrais e que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme Portaria nº 389/2013.

¹⁰ O Programa Milton Santos apoia estudantes latino-americanos e africanos vindos de programas com acordos educacionais ou culturais com o Brasil e que estejam matriculados no ensino superior federal.

Historicamente, as avaliações de políticas da educação superior no Brasil, tiveram um novo direcionamento após a Reforma do Estado brasileiro implementada na década de 1990. Além disso, os organismos multilaterais do capital também incidiram sobre as políticas sociais no Brasil, absorvendo a lógica do mercado e minando o direito à educação pública (Deitos, 2022).

O ataque mais efetivo focou as políticas sociais que, pelo seu viés social de políticas “reparatórias”, requerem mais investimento financeiro do Estado. As avaliações realizadas pelo Estado para o controle das políticas públicas também são influenciadas pelas orientações e influências dos organismos internacionais com foco nos resultados, em detrimento da melhoria dos processos para que impactem de forma efetiva na vida da população usuária.

Diante da perspectiva neoliberal do Estado mínimo na observância da garantia dos direitos sociais, a análise da efetividade da Assistência Estudantil pretende compreender as implicações para a permanência nos cursos de Graduação da UFPB e verificar os efeitos dessa política para a permanência nas áreas estratégicas de atuação: moradia, alimentação, transporte, serviços de saúde e de inclusão digital, esporte, cultura, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem.

A avaliação da efetividade de políticas públicas ou de programas é uma análise que parte da leitura da relevância para a trajetória acadêmica, identificando seus efeitos, e quando feita a partir de uma leitura crítica, considera também as influências do modo de produção capitalista e a produção de seus determinantes e limites.

A efetividade de uma política ou programa difere da lógica do Capital que pretende reduzir os recursos para a sociedade dentro de uma visão economicista de eficiência. Também não se limita a verificar a eficácia no alcance dos seus objetivos de determinado programa ou política. Uma política é efetiva quando articula a relação entre o que se propõe e como ela se materializa na realidade social do seu público-alvo.

Nesta perspectiva, buscou-se verificar se a assistência estudantil da UFPB é efetiva e contribui para a permanência e conclusão do curso de graduação na UFPB. Ou seja, em que medida a AE atende às necessidades objetivas e subjetivas do seu público quanto aos direitos sociais fundamentais estabelecidos nas suas áreas estratégicas – moradia, alimentação, transporte etc.?

A avaliação de um determinado programa ou política pública é importante para que o Estado aplique os recursos públicos conforme as demandas da sociedade (Ramos e Schabbach, 2012). Tratar sobre efetividade é permitir que as políticas públicas

ressignifiquem o seu papel social, verificando, ainda, se “os objetivos previamente definidos estão sendo alcançados e se ela está produzindo algum resultado/impacto para a sociedade ou a realidade em tela” (Macedo e Lima, 2017, p. 1393).

No contexto de contradição do capital, o trabalho de tese busca avaliar os efeitos da política de assistência estudantil, na perspectiva do direito social para a permanência estudantil na UFPB, a fim de compreender como a instituição articula a política com os interesses e necessidades objetivas e subjetivas desses estudantes. Implica em um esforço teórico-metodológico e ético-político de uma avaliação feita pela sociedade civil e não somente pelo Estado e suas instituições. Requer um direcionamento da pesquisa para identificar os limites, avanços, contradições e movimentos de determinada política pública.

A concepção de avaliação da efetividade considerou desde a formulação de cada política pública, como ela se processa na realidade social e quais as expectativas da sociedade civil perante aquele serviço público, constituindo-se em um processo dialético da unidade teórico-prática, a *práxis* social.

A avaliação realizada nesse trabalho de tese analisou a AE enquanto processo em permanente (re)construção, que tem como finalidade possibilitar a conclusão de um curso superior, no favorecimento das condições pedagógicas, sociais ou individuais satisfatórias.

A proposta de tese decorreu das questões suscitadas a partir da minha trajetória profissional enquanto Assistente Social inserida nessa política assistencial desde 2014 no *Campus* de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e, posteriormente, na Assistência Estudantil da UFPB.

Desde 2015 exerço o cargo de Assistente Social na Assistência Estudantil da UFPB. No período de 2015 a 2016, trabalhei no *Campus* de Bananeiras da UFPB, e, a partir de 2017, trabalho na Pró-Reitoria de Assistência e Promoção Estudantil (PRAPE) da UFPB.

Os atendimentos de Serviço Social aos estudantes de cursos de Graduação se dão através de inscrições para auxílios, atendimentos individuais, visitas domiciliares, entrevistas, acompanhamentos psicossociais ou sócio pedagógicos. Prevalecem as solicitações de auxílios estudantis – sobretudo daqueles que são custeados com os recursos do MEC para o Programa agora convertido em política pública do PNAES.

As demandas recorrentes estão relacionadas às vulnerabilidades socioeconômicas dos estudantes, contudo, também há outros elementos individuais, sociais e acadêmicos

que se relacionam com a permanência na universidade, e que chegam ao Serviço Social através de solicitações, resoluções de problemáticas, encaminhamentos aos serviços, necessidades, dúvidas ou requisições para a nossa orientação e intervenção profissional.

Um dos grandes desafios enfrentados no nosso exercício profissional perpassa sobre a não universalização da política de assistência estudantil. O limite orçamentário que se impõe à oferta de auxílios e serviços estudantis reflete em uma expressiva demanda de discentes que não conseguem acessá-los mesmo se enquadrando nos critérios exigidos pela referida política.

As políticas de democratização do acesso às Ifes, sobretudo com o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni¹¹ e a Lei de cotas¹², oportunizaram aos sujeitos em situação de vulnerabilidade econômica e social ascender à formação acadêmica. Entretanto, a assistência estudantil, sob a lógica excludente neoliberal, tem a seletividade e focalização como os principais critérios da política.

A partir do exercício profissional enquanto assistente social no âmbito da assistência estudantil da UFPB, verificamos que há desafios inclusive para garantia dos direitos previstos no Decreto nº 7234/10 e na Lei nº 14.914/24 que regulamentam a assistência aos estudantes nas Ifes, tais como: a) o orçamento é insuficiente para a demanda e não há atendimento de todas as áreas estratégicas; b) a rigidez dos critérios dificulta o acesso; c) há casos de estudantes com auxílios que permanecem em condições socioeconômicas precárias; d) intensificação e complexificação da vulnerabilidade social discente após a pandemia, exigindo o permanente estudo de tal realidade e o acompanhamento do programa.

A avaliação da efetividade da Assistência Estudantil da UFPB quanto à permanência, também tem desdobramentos dos resultados encontrados na pesquisa de

¹¹ O Reuni surgiu a partir da expansão das Ifes buscando a interiorização da educação superior brasileira. O programa foi instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007 que junto ao Programa de Expansão, ampliou o número de vagas em instituições de educação superior.

¹² As vagas são destinadas aos egressos do ensino médio em escolas públicas, e deste percentual, a metade será reservada aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1 salário-mínimo. Ainda conforme o art. 3º: “Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”.

Mestrado (Macedo, 2017), que teve o objetivo de avaliar a eficácia do PNAES para a permanência com sucesso de alunos ingressos por políticas de cotas na UFPB.

No respectivo trabalho, foi desenvolvido um modelo de avaliação da eficácia do programa, a partir de dados institucionais e acadêmicos de graduandos/as, cuja análise demonstrou que, apesar dos desafios existentes, o Programa foi eficaz quanto à concretização dos seus objetivos e tem sido estratégico para a permanência desses/as discentes na instituição¹³.

Os resultados indicaram que o PNAES apresenta um perfil de política social focalizada enquanto estratégia do sistema capitalista de minimizar as expressões das suas contradições sociais, mas, também é determinante para permanência dos/as estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A assistência estudantil tem seu alicerce nessa contradição entre a não universalização do seu acesso, ou seja, é uma política social focalizada na gestão da desigualdade social e da pobreza. Apesar de ser eficaz para aqueles que conseguem acessá-la, há um universo de estudantes que demandam os serviços da política, mas não a acessam devido ao caráter excludente dos seus critérios.

Ainda, conforme Macedo (2017) foi constatada a escassez de processos de avaliação dos resultados por parte da Gestão da instituição, mesmo com as recomendações do Decreto do PNAES para avaliação e monitoramento da política. O estudo indicou ainda que, há poucos instrumentos, sistematizações e resultados de avaliações na realidade da UFPB, principalmente quando se trata de avaliação da efetividade dessa política. Constatou-se ainda, a necessidade de novos estudos sobre os desafios para a permanência e que estes sejam realizados com a sua população usuária e não somente com base em dados institucionais.

Nesse sentido de continuidade e aprofundamento dos estudos, a presente pesquisa ao nível de doutorado, se orienta para analisar as problemáticas explicitadas, a fim de estudar os efeitos e impactos da assistência estudantil da UFPB, na perspectiva da realidade discente a partir das suas necessidades.

O trabalho de tese inova no sentido de a avaliação não se restringir aos dados institucionais, é uma proposta de avaliação realizada pelos próprios estudantes, com base

¹³ Nossa pesquisa indicou que o percentual de permanência dos estudantes atendidos pelo PNAES, na condição de cotista, foi de 96% enquanto estudantes não cotistas foi de 79%. Outros dados que indicam a eficácia do referido programa para cotistas dizem respeito a aprovação nas disciplinas, rendimento acadêmico, matrículas não canceladas e prazo de integralização no curso (Macedo, 2017).

nas percepções e necessidades no âmbito das áreas estratégicas da política de assistência estudantil. Compreende-se que uma política só é efetiva (ou não) quando seus efeitos (ou ausências) são constatados por seus usuários. É a análise entre o que está escrito na política e como ela se efetiva.

A avaliação da efetividade de políticas ou programas educacionais considera os seus impactos a médio ou longo prazo para a sociedade, requer estudo minucioso de como elas se desdobram na realidade social, considerando o cenário socioeconômico e político-ideológico que é formulada e aplicada. No caso da avaliação das políticas públicas e sociais, o objeto de pesquisa está situado no contexto do modo de produção capitalista e os seus determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais os quais influenciam instâncias da vida social.

Assim, partimos da seguinte questão de pesquisa: quais as perspectivas da efetividade da Política de Assistência Estudantil para a permanência de discentes nos cursos de Graduação da UFPB, diante do cenário das transformações societárias do capitalismo contemporâneo, marcado pela ofensiva neoliberal?

A tese defendida é a de que a Política de Assistência Estudantil enfrenta desafios para a permanência e conclusão do curso de Graduação considerando que as desigualdades do capital que impõem políticas sociais seletivas, focalizadas e precárias para a garantia do acesso aos direitos sociais. A desresponsabilização do Estado e, consequente, restrição de orçamento para o provimento dos direitos sociais, particulares das medidas neoliberais, impõem políticas sociais seletivas e focalizadas, obstaculizando o acesso à Assistência Estudantil e às condições de sua efetivação.

Considerando essas questões, o estudo de tese teve como **objetivo geral** analisar a Política de Assistência Estudantil em sua efetividade para a permanência nos cursos de Graduação na UFPB no período de 2012 a 2022. Nesse sentido, toma-se os seguintes objetivos específicos: 1. Estudar a Política de Assistência Estudantil no contexto das contradições da sociedade capitalista e de seus limites para o desenvolvimento de uma formação humana; 2. Analisar diferentes processos e modelos de avaliação das Políticas de Assistência Estudantil das Ifes; 3. Verificar a percepção dos estudantes sobre a efetividade da política de assistência estudantil para a permanência na UFPB; 4. Elaborar uma proposta de avaliação da efetividade da Política de Assistência Estudantil no que se refere à permanência e conclusão nos cursos de graduação na referida instituição.

A pesquisa inovou ao trazer uma proposta avaliativa feita, a partir das demandas e percepções dos próprios usuários na realidade da instituição pesquisada. A pesquisa

contribuiu ainda para preencher as lacunas de análises orientadas por uma perspectiva crítica, nesse caso, direcionada pelo materialismo histórico-dialético¹⁴.

O materialismo histórico e dialético considera a dimensão “Totalidade” da vida social, categoria voltada para a análise do objeto em suas múltiplas dimensões e manifestações singulares e universais, bem como para a apreensão dos nexos causais e configuradores do objeto nas diferentes instâncias da vida social.

A partir do método dialético pautado nas ideias de Marx, foram abordadas categorias como Capital, Estado, Sociedade, Políticas Sociais, Educação e Direito Social, a fim de situar o escopo teórico explicativo das bases materiais em que se insere o objeto da pesquisa. Foi apresentado o objeto e as problemáticas em torno dele que se manifestam no cotidiano dos estudantes usuários da política social em questão, na particularidade da UFPB.

Mainardes (2009) em seus estudos sobre a epistemologia das pesquisas em educação indica que a maioria das análises das políticas educacionais brasileiras desvincula os estudos de natureza teórica daqueles que analisam ou avaliam programas e políticas educacionais específicas. Alerta que a perspectiva crítica e dialética demanda a articulação entre as dimensões macro e microsocial em uma visão de totalidade, assim, considera a importância para as questões teórico-metodológicas sobre as análises das políticas educacionais.

Além disso, indica que as pesquisas de políticas educacionais com abordagem crítica emergem na compreensão sobre o contexto de influências que atuam nessas políticas, a exemplo das “[...] influências globais/internacionais, agências multilaterais, arquiteturas políticas nacionais e locais, indivíduos, grupos, redes políticas, entre outros” (Mainardes, 2009, p. 04). Ou seja, as teorias críticas situam o seu objeto de estudo no contexto social, político e econômico que está inserido, sobretudo, com os rebatimentos do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, o trabalho toma como referência a perspectiva crítica e parte da discussão sobre a relação entre a Educação e o Capital (Marx e Engels, 2011), (Oliveira e Silva, 2019), (Prestes, Jezine e Castelo Branco, 2019), (Gramsci, 2004). Trata, ainda, da gênese do Estado burguês (Marx, 1998), (Beaud, 1987), (Dowbor, 2020), e das contradições entre capital e trabalho (Marx, 2013), (Netto e Braz, 2008), (Iamamoto e Carvalho, 2012), (Severino, 2007b), (Behring, 2011). O estudo considera a contradição

¹⁴ Ver Materialismo dialético em Bottomore (1988).

como a categoria central (Masson, 2007) na análise da política e os seus efeitos no atendimento ao público. As mudanças nas formas de exploração do trabalho e a atuação do Estado para os interesses do Capital tem impactado nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora (Antunes, 2020), (Dowbor, 2020), (Mészáros, 2009).

O estudo dessas categorias estudou os nexos e mediações necessárias à análise da Política de Assistência Estudantil, a avaliação da efetividade de políticas públicas e a permanência e conclusão na educação superior.

No campo dos procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica dessas categorias foi elaborada com o objetivo de analisar os diferentes processos e modelos de avaliação das políticas de assistência estudantil das Ifes. A busca dos trabalhos científicos foi feita na BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) bem como na SciELO Brasil (*Science Electronic Library Online*), ambos utilizando o recorte temporal da primeira década de funcionamento do PNAES que estrutura a Assistência Estudantil das Ifes, compreendendo o período do ano de 2010 até 2022.

A escolha da BDTD¹⁵ como fonte de coleta de dados se deu em razão de que essa biblioteca disponibiliza os trabalhos acadêmicos a nível de pós-graduação das instituições brasileiras de ensino e pesquisa, contribuindo para a disseminação da produção científica nacional. Para o levantamento bibliográfico das produções sobre a assistência estudantil da UFPB, foi feita a busca de produções acadêmicas no Repositório da Instituição – BDTD/UFPB. Também foi feita a coleta de dados na base da SciELO Brasil pois é a plataforma que hospeda artigos científicos das principais revistas de alto conceito no país.

A Tese foi organizada em cinco capítulos. Após a parte introdutória, o segundo capítulo apresenta os aspectos metodológicos, com considerações acerca do materialismo histórico e dialético e o detalhamento da pesquisa bibliográfica dos descritores relacionados ao objeto de estudo. Em seguida, é feita a caracterização do *lôcus* de investigação e o desenho das pesquisas documental e de campo.

O terceiro capítulo versou sobre a Educação Superior pública brasileira em intersecção com as discussões sobre Estado, contradição e desigualdade social no capitalismo. O texto considerou a análise das implicações do cenário político e econômico brasileiro para as políticas educacionais, especialmente com as reformas do Estado.

¹⁵ A BDTD/Brasil tem 140 instituições parceiras e dispõe de 904.200 trabalhos acadêmicos, sendo 657.844 dissertações e 246.716 Teses de doutorado (BDTD, 2024).

Tratou ainda sobre as políticas sociais e educacionais em que se situam disputas e consensos entre na sociedade civil e no Capital.

No quarto capítulo, foi feito um levantamento da produção acadêmica sobre a permanência na educação superior, assistência estudantil e efetividade de políticas educacionais nas bases de dados utilizadas na coleta dos dados bibliográficos. O texto buscou identificar diferentes processos e modelos de avaliação da Política de Assistência Estudantil para a permanência e conclusão da formação superior.

O quinto capítulo caracterizou a política de assistência estudantil da UFPB, descreveu a percepção dos estudantes sobre a sua efetividade partindo das demandas por eles apresentadas nas áreas de atuação da política. Inicialmente, foi feita a apresentação da política e do contexto em que ela se situa. Também foram apresentados os dados relacionados à qualidade da permanência para que se verificassem os efeitos no desempenho acadêmico dos estudantes atendidos pela política. Em seguida, apresentaram-se as demandas estudantis nas áreas estratégias da política e se encerrou com a proposta avaliativa levantada nesse estudo de tese.

Finalizamos o trabalho apresentando uma síntese do percurso teórico-analítico do nosso trabalho, indicando nossas considerações finais sobre os resultados do fenômeno estudado.

2. DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA O ESTUDO DA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Por sua vez, a atividade de ensinar e aprender está intimamente vinculada a esse processo de construção do conhecimento, pois ele é a implementação de uma equação de acordo com a qual educar (ensinar e aprender) significa conhecer; e, conhecer, por sua vez, significa construir o objeto; mas construir o objeto significa pesquisar (Severino, 2007a, p.25)

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o desenho metodológico da pesquisa que avalia a efetividade da política de assistência estudantil, tendo como *lócus* de análise a UFPB. A avaliação de políticas sociais obedece ao rigor metodológico da pesquisa científica e estabelecem as conexões entre “[...] os objetivos da avaliação, os critérios de avaliação e os modelos analíticos capazes de dar conta da pergunta básica de toda pesquisa de avaliação: a política ou programa social sob observação foi um sucesso ou um fracasso?” (Figueiredo e Figueiredo, 1986, p. 109).

A pesquisa em tela adota a perspectiva crítica e dialética para avaliar a efetividade no contexto das contradições, movimentos, limites e possibilidades da Política de Assistência Estudantil, considerando as desigualdades sociais produzidas pela sociedade capitalista.

O objeto de estudo se insere no processo de desenvolvimento e reprodução do capital, a análise da efetividade da política social tem um direcionamento teórico-metodológico sob a abordagem crítica, orientada pelo materialismo histórico e dialético o qual foi elaborado por Karl Marx.

O texto a seguir traz algumas considerações acerca da perspectiva teórico-metodológica que estruturou o estudo. Em seguida, é feita a descrição do percurso metodológico das pesquisas executadas e as respectivas etapas e instrumentos utilizados para a coleta de dados, bem como a explicitação da abordagem teórica, em suas categorias teóricas e empíricas.

2.1 Considerações sobre o materialismo histórico-dialético

A assistência estudantil aos estudantes dos cursos de Graduação presencial da UFPB é aqui caracterizada como política social resultante das contradições do modo de produção capitalista. Nesse cenário, as políticas sociais se caracterizam como políticas públicas criadas pelo Estado capitalista para atender aos mínimos sociais que a classe trabalhadora demanda.

Ou seja, as políticas sociais têm a contradição na sua natureza, e, também estão em permanentes mudanças, por isso, possuem limites já que se desenvolvem dentro do modelo de Estado burguês enquanto também assistem aos trabalhadores.

Nesse estudo, a política de assistência estudantil é avaliada como uma política social implementada pelo Estado e retroalimentada pelo Capitalismo, conforme a ilustração abaixo:

Figura 1 – Políticas sociais no contexto do Capital



Fonte: Elaboração própria.

A partir de uma leitura crítica¹⁶ e propositiva perante os fenômenos sociais, o materialismo histórico-dialético permite compreender as contradições, movimentos, processos, relações, avanços e limites que se estabelecem entre a proposição da política e a dinâmica da vida social e os fenômenos sociais.

Pires (1997) ao tratar sobre a dialética marxista como abordagem teórica para compreensão e interpretação sobre a Educação, apresenta elementos teóricos e práticos que permitem uma abordagem crítica e política sobre a realidade educacional.

O método utilizado nas pesquisas científicas define o ponto de partida e o caminho que o pesquisador seguirá para atingir os objetivos previamente definidos. Cada método de pesquisa utiliza determinadas técnicas e procedimentos e é subsidiada por uma

¹⁶ Freitag (2004) aborda a teoria crítica a partir de teóricos como Horkheimer, Adorno, Marcuse, Habermas da Escola de Frankfurt da década de 1960 até o início do século XXI. Max Horkheimer (1895-1973) em *Dialética do esclarecimento* é um dos clássicos da primeira geração da Escola de Frankfurt escrito em 1947 no contexto pós-Alemanha nazista que traz o pensamento crítico e reflexivo da sociedade moderna. No texto, o conhecimento dogmático e espiritual é substituído pela racionalidade do saber empírico: “O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade” (p.24). A dialética adotada é a de Hegel que considera que ela se manifesta no plano das ideias.

fundamentação epistemológica que “[...] sustenta e justifica a própria metodologia aplicada. É que a ciência é sempre o enlace de uma malha teórica com dados empíricos, é sempre uma articulação do lógico com o real, do teórico com o empírico, do ideal com o real” (Severino, 2007a, p. 100). Por meio do conhecimento científico é possível utilizar determinada teoria para investigar e explicar determinados fenômenos.

O texto intitulado *O Mito do Método*, foi escrito por Cardoso (1972) em um período histórico de Ditadura militar no Brasil, em que os estudos críticos sob a abordagem marxista se consolidavam no campo das Ciências Sociais. Nesse trabalho, a autora apresentou uma análise crítica acerca do método científico que se limita às técnicas, procedimentos e resultados. Compreende que a ciência pressupõe a reflexão, e a teorização requer ir além da aparência dos fenômenos e decifrar a realidade fundamentada na teoria:

O processo de teorização não é um reflexo direto e mecânico da realidade no plano do pensamento, bem como as teorias não são verdades reveladas. São sempre o resultado de um trabalho difícil e complexo para conhecer o seu objeto, utilizando as teorias e as experiências anteriores, tentando ultrapassá-las e as múltiplas formas do seu reconhecimento, através do estabelecimento do fato científico e do tratamento rigoroso dado a sua relação com ele. A verdade do resultado teórico deste trabalho diz da sua adequação à realidade, ou seja, capacidade explicativa diante do próprio objeto que ele se propõe, o que exige que se recorra à experiência (Cardoso, 1972, p. 03).

A teoria parte da realidade social, e, o sujeito que produz o conhecimento é parte da sociedade em que está inserido. Por isso, não há neutralidade científica e não existe conhecimento individualizado. A ciência é um produto da sociedade e possui uma finalidade social. Coloca também que a pesquisa tem o compromisso com a realidade, de modo que são 1as técnicas que devem servir à ciência e não o contrário.

Nesse sentido, o método direciona o caminho da pesquisa, entretanto, mais importante que as normas, são os elementos que compõem esse percurso, quais sejam:

[...] formação teórica, de abertura metodológica, de rigor e de vontade, quase que num sentido de necessidade imperiosa de conseguir a explicação mais refinada, mas adequada, levando até os limites a capacidade teórica da totalidade com que se opera. Mesmo que seja para se negar completamente (Cardoso, 1972, p.19).

Essa abordagem não pretende buscar uma verdade absoluta, pois, o conhecimento científico é transitório e passível de novos questionamentos. O método crítico é orientado

pela teoria do filósofo Karl Marx, teórico que se inspirou e fez críticas às ideias de Ludwing Feuerbach¹⁷ (1804-1872).

Em *Teses sobre Feuerbach* (1845), Marx apresenta críticas ao materialismo “religioso” e “perceptivo” de Feuberbach, pois ele não considera que o homem é um produto histórico e são as relações sociais que determinam o pensamento e a vida humana. Nesses escritos, Marx escreve sobre o materialismo, delimitando que a realidade objetiva pode ser modificada, por isso, é preciso intervir para transformá-la. “XI - Os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente; trata-se, porém, de modificá-lo” (Marx, 1845).

O materialismo histórico-dialético dissecar as contradições e o movimento dos fenômenos e os processos sociais que se manifestam no contexto do modo de produção capitalista, decorrentes da relação entre Capital e Trabalho:

Para o pensamento marxista, importa descobrir as leis dos fenômenos de cuja investigação se ocupa; o que importa é captar, detalhadamente, as articulações dos problemas em estudo, analisar as evoluções, rastrear as conexões sobre os fenômenos que os envolvem (Pires, 1997, p.85).

É a partir desse interesse em compreender os movimentos e contradições da realidade que se colocam na realidade social e nos seus fenômenos que a teoria marxista se debruça. Marx (2013) escreve sobre a materialidade histórica a partir da ideia de que a vida material influencia a sociabilidade humana, inclusive a nossa subjetividade. Para o filósofo, não é a consciência que determina a vida humana, mas, é a realidade objetiva. Ou seja, é a materialidade que determina a subjetividade e as dimensões políticas da vida humana.

Essa perspectiva de análise não se limita a observar os fenômenos sociais na aparência, ao contrário, estuda a natureza e a essência visando a transformação dessa realidade. É uma teoria que compreende que os fenômenos sociais não estão isolados, mas se situam em determinado contexto histórico e se interrelacionam em uma perspectiva de totalidade social:

Se a lógica dialética permite e exige o movimento do pensamento, a materialidade histórica diz respeito à forma de organização dos homens em sociedade através da história, isto é, diz respeito às relações sociais construídas pela humanidade durante todos os séculos de sua existência (Pires, 1997, p. 88).

¹⁷ *Feuerbach* foi um filósofo alemão e escreveu sobre a visão antropocêntrica da materialidade da vida humana na sua crítica à religião, apontando que o homem, portanto, é um ser social. Sua tese se limitou a tratar sobre como o pensamento representa os sujeitos, mas não avançava quanto à possibilidade de organização social e diferenças entre classes sociais (*Marxists*, 2023).

As relações sociais que se constroem no modo de produção capitalista impõem uma sociabilidade que produz e reproduz antagonismos no processo de produção e acúmulo de riqueza socialmente produzida com base na exploração do trabalho e se materializam nas desigualdades sociais do sistema capitalista.

As pesquisas com orientação metodológica marxista situam o objeto de estudo no cenário histórico e busca dissecar as invisibilidades, os limites e antagonismos que permeiam a realidade contraditória do capitalismo e que se materializam na realidade social, sobretudo das classes sociais em suas estruturas de funcionamento.

A análise da materialização da política de assistência estudantil da UFPB, analisada sob a perspectiva crítica, dialética e investigativa compreende que se trata de uma política social situada na sociabilidade capitalista que impacta na realidade das condições de vida das classes subalternas.

O desenho metodológico adota a pesquisa descritiva e analítica com abordagem quanti-qualitativa e recorte temporal delimitado do período de 2010 (ano em que o Programa PNAES foi regulamentado) até o ano de 2022.

Nesse período, a educação, e em particular a educação superior, passou por reformas orçamentárias, inclusive com os impactos da Emenda Constitucional nº 95/2016¹⁸. Também houve o agravamento da crise econômica para a classe trabalhadora em razão do avanço da ideologia conservadora ultraliberal que atingiu as instituições públicas de ensino, especialmente as Ifes, além das consequências da crise sanitária pela disseminação da COVID-19.

O referencial teórico que balizou o estudo partiu da compreensão de que as avaliações implementadas no campo das políticas educacionais vigentes são realizadas pelo Estado para regular e mediar os interesses do capitalismo global e neoliberal. Além disso, a forma e o conteúdo que desenham as avaliações de políticas públicas – e das políticas sociais traduzem os interesses que estão envolvidos nessas políticas, sobretudo as necessidades sociais:

Há que se associar ao *valor* uma capacidade de satisfazer alguma necessidade humana. E à avaliação compete analisar o valor de algo em relação a algum anseio ou a um objetivo, não sendo possível avaliar, conseqüentemente, sem se dispor de uma referência, de um quadro referencial razoavelmente preciso (Garcia, 2001, p. 25).

¹⁸ A EC nº 95/16 que instituiu um Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social da União, e um teto de Gastos para as políticas públicas de Saúde e a Educação e está vigência por vinte exercícios financeiros, ou seja, duas décadas de congelamento dos investimentos sociais do governo federal nas áreas da Educação e Saúde, além de aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde.

Nesse sentido, salientamos a contribuição teóricas de Arretche (1999), Chiavenatto (2003), Burlamaqui (2008), Koglin (2011) e Secchi (2016) que realizam estudos de avaliação, e, defendem que o êxito de determinada política deve levar em conta várias dimensões de análise, inclusive, a avaliação da *efetividade*.

D'Escoffier *et al* (2022), publicaram os resultados de uma pesquisa sobre as produções científicas brasileiras de avaliações educacionais realizadas no período de 1998 a 2017. O estudo foi realizado nas publicações do repositório *SciELO* sobre avaliação educacional, utilizando o método de Análise de Redes Sociais.

A pesquisa concluiu que há uma escassez de estudos sobre avaliação educacional já que foram encontrados apenas 174 artigos em 49 periódicos nesse intervalo de quase vinte anos, prevalecendo estudos no nível superior. Os autores corroboram com a importância dos estudos avaliativos, no sentido da efetividade para a política bem como a contribuição das instituições para a redução das desigualdades sociais.

Para Arretche (1999) e Koglin (2011), a avaliação da efetividade caracteriza-se como a análise do sucesso de uma política para promover mudanças na vida da população assistida. Uma análise crítica sobre a efetividade de uma política social implementada pelo Estado requer a compreensão sobre as suas contradições, limites e possibilidades as quais podem impactar ou não no atendimento às demandas dos seus usuários.

Esta proposta avaliativa da efetividade da política de assistência estudantil da UFPB foi elaborada a partir de dimensões e indicadores que analisassem os seus limites e efeitos para a sociedade civil, sobretudo para os usuários. A avaliação buscou uma aproximação com a realidade dos estudantes em detrimento de avaliações que seguem a lógica de resultados imediatos e que culpabilizam sujeitos de políticas públicas por seu sucesso ou fracasso. Na verdade, o resultado da qualidade das políticas é que se materializa na vida dos usuários.

Ocorre que, as avaliações com orientação crítica consideram que cada política pública tem as suas particularidades nas realidades em que se desenvolvem. Portanto, não há a pretensão de padronizar, horizontalizar ou igualizar a realidade pesquisada para outras instituições, mas direcionar e suscitar reflexões acerca dos seus processos avaliativos.

Busca avaliar como a Política social se situa, quais os movimentos, as relações e os processos sociais que permeiam a realidade dos estudantes durante a formação acadêmica. Desta forma, pretende-se desvelar os desafios dessa política, permitindo

apresentar propostas às gestões e à população usuária, dada a escassez de pesquisas com ferramentas que indicassem elementos, dimensões, indicadores ou constructos que avaliem essa efetividade.

Quanto ao formato da pesquisa, foi feito um estudo explicativo através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo para avaliar a assistência estudantil em relação a sua efetividade para a permanência estudantil, tendo como *lócus* de pesquisa, a realidade da UFPB.

2.2 A construção do estudo bibliográfico como ponto de partida

A pesquisa bibliográfica tem por objetivo situar o pesquisador no debate do tema. De acordo com Severino (2007a, p. 122), “utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados”. Nessa pesquisa bibliográfica, foram seguidas as fases indicadas por Marconi e Lakatos (2017, p. 54): “escolha do tema; elaboração do plano de trabalho; identificação; localização; compilação; fichamento; análise e interpretação; e a redação”.

A pesquisa bibliográfica teve o objetivo de sistematizar a produção do conhecimento científico acerca dos elementos teóricos e os descritores diretamente relacionados ao objeto a fim de nortear a pesquisa orientada pelo materialismo histórico-dialético.

A análise da política de assistência estudantil partiu da compreensão de que, situadas no sistema capitalista, as políticas sociais são gerenciadas pelo Estado e assumem o papel de mediá-las, e imprimem políticas sociais para amenizar as expressões das contradições entre as classes sociais.

Entende-se que, no modo de produção capitalista, considerando as contradições sociais de classe, o Estado implementa políticas sociais para o enfrentamento às desigualdades sociais que atingem a classe trabalhadora. Tendo estas questões como

plano de estudo, foram definidos como elementos centrais: o Estado¹⁹, a contradição²⁰ e as desigualdades sociais²¹:

Figura 2 – Categorias teóricas centrais do estudo



Fonte: Elaboração própria

Partindo das categorias centrais para análise da problemática que envolve a Assistência Estudantil em seu perfil social como política pública, buscou-se analisar as políticas educacionais frente às desigualdades sociais no contexto das ofensivas do Estado capitalista.

¹⁹Sobre a origem da formação do Estado, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels (2019) escreve os capítulos IV a VIII sobre a sua constituição na civilização greco-romana e nos povos germanos. A estruturação do Estado se dá a partir da defesa da propriedade privada, da formação de exércitos de guerra, da exploração do trabalho escravo, da dominação de povos e da divisão social do trabalho. A obra descreve o processo de dissolução das antigas associações gentílicas e a estruturação do poder centralizado dos Estados nacionais tendo a principal função de garantir o direito à propriedade privada.

²⁰ Cf. Cury (1989, p. 27, grifo do autor): “A categoria da contradição (poder-se-ia denominá-la de lei, dado seu alcance globalizante) é a base de uma metodologia dialética (...) A contradição é sinal de que a teoria que a assume leva em conta que ela é o elemento-chave das sociedades. Sob o ponto de vista da sociedade, negar a contradição no movimento histórico é falsear o real, representando-o como idêntico, permanente e a-histórico”.

²¹As desigualdades sociais são expressões da Questão Social decorrentes da exploração do Trabalho pelo Capital corroborando com a falta de acesso aos direitos sociais (Tavares, 2009), (Boschetti, 2009). Cf. Tavares (2009, p. 02), “(...) as desigualdades sociais são inerentes ao sistema de acumulação”. No clássico *Cidadania, classe social e status* de Marshall (1967), consta no capítulo *Cidadania e classe social*, a discussão sobre cidadania e o surgimento dos direitos civis, políticos e sociais na Inglaterra do século XIX para o enfrentamento às desigualdades sociais. Para o estudioso, os direitos sociais eram escassos ainda no fim do século XVIII e ressurgiram inicialmente com a oferta da educação primária pública mesmo que atrelada à necessidade de mão-de-obra para o capital. Nesse período, os direitos civis já existiam, entretanto, pouco influenciaram na redução das desigualdades sociais. Um dos exemplos foi a regulamentação da *Poor Law* (Lei dos Pobres) em 1834, um sistema caritativo aos pobres na Inglaterra e Gales que em troca de ajudas pontuais, explora severamente o trabalho dos “necessitados”. Somente no final do século XIX é que a Inglaterra experiencia avanços no campo dos direitos sociais para redução das diferenças de classe. A partir de 1902, inicia-se a segunda fase da história educacional da Inglaterra: “O Estado decidia quanto podia dispor para aplicar em educação superior e secundária gratuita, e os estudantes competiam pelo limitado número de vagas disponíveis” (Marshall, 1967, p.99). Em 1944, os direitos individuais se tornam prioridade na perspectiva da cidadania no modo de produção sistema capitalista.

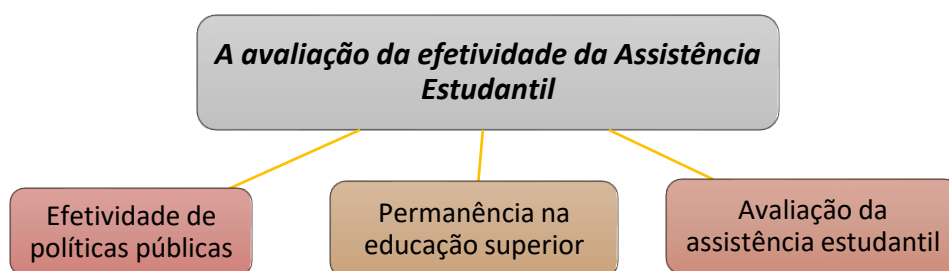
A contradição é o elemento central desse estudo que interessa perceber a contradição da formulação da política (contexto político, econômico, ideológico) e sua efetividade para os sujeitos. A contradição se refere à materialização dos antagonismos entre o Capital e o Trabalho e as suas expressões.

Na discussão sobre o Estado capitalista, busca-se abordar o papel deste na regulação das políticas públicas e das influências sofridas pelo modelo econômico neoliberal, no que tange à condução das políticas, sobretudo nas políticas do ensino superior.

Nesse estudo, foi feito o levantamento bibliográfico sobre o Estado capitalista, as contradições sociais entre classes além da produção das desigualdades do Capital. Esses são elementos centrais para a leitura da produção e reprodução das concepções, interesses e práticas sociais das políticas sociais.

Tratando sobre os elementos relacionados diretamente ao objeto de estudo, foram pesquisados os resumos e quando necessário, a leitura completa dos trabalhos acadêmicos disponíveis na BDTD/Brasil e SciELO das categorias empíricas abaixo:

Figura 3 – Categorias empíricas relacionadas à pesquisa (2010-2022)



Fonte: Elaboração própria.

Foram analisadas as produções acadêmicas hospedadas nas plataformas da BDTD e da SciELO Brasil, ambos utilizando o recorte temporal de 2010 a 2022, ou seja, o período de vigência do Decreto nº 7234/10 que regulamenta o programa PNAES, por se tratar do percurso histórico de desenvolvimento da assistência estudantil nas Ifes. Foi feita a busca dos descritores acima nos títulos dos trabalhos científicos no formato de artigos científicos, teses e dissertações produzidas no país e publicadas. Também foram pesquisadas as dissertações e teses sobre a assistência estudantil da UFPB no Repositório Institucional da UFPB.

Avaliar a Política de Assistência Estudantil é o objetivo geral da pesquisa, a efetividade é o caminho a ser percorrido para avaliá-la e a permanência na educação superior é o resultado principal a ser alcançado pela assistência estudantil, que tem processo e finalidade social que conduz à conclusão de curso. Portanto, esses são os principais descritores que estruturaram o levantamento bibliográfico realizado, tomado aqui como ponto de partida para a análise da problemática analisada.

A revisão acadêmica sobre permanência na educação superior tem o objetivo de explorar os elementos teóricos e os resultados de pesquisas realizadas sobre o tema. Já o estudo sobre a efetividade da assistência estudantil não se ampara em uma perspectiva de abordagem burocrática e produtivista que desresponsabilize o Estado perante os direitos sociais. Ao contrário, o objetivo é que a política promova o direito social à educação superior, avaliando os seus limites e as possibilidades, bem como as contradições entre a sua existência e como se materializa no cotidiano dos seus usuários.

A avaliação da efetividade de políticas públicas com base em uma abordagem crítica de análise, tem estreita relação com as estratégias de enfrentamento às desigualdades sociais decorrentes do modo de produção capitalista, bem como, da busca pela transformação social.

Como protocolos de leitura, foram refinadas as produções acadêmicas dos títulos com esses descritores para uma definição precisa dos trabalhos das respectivas temáticas. Após esse mapeamento, foram analisados os resumos com as temáticas, objetivos e resultados, e, quando necessário, os resultados e considerações finais na estrutura desses textos.

No levantamento bibliográfico das publicações sobre “permanência na educação superior”, “avaliação da assistência estudantil” e “efetividade de políticas públicas”, e ainda “assistência estudantil da UFPB”, foi identificado como ocorrem as avaliações no campo dessas políticas públicas, e, como se materializa na realidade de estudantes que demandam por políticas de assistência estudantil.

A avaliação foi o objeto central da pesquisa que considerou os limites e possibilidades para essa política pública atender às reais necessidades da sua população usuária. A categoria teórica da efetividade de políticas públicas procurou compreender os efeitos da ação do Estado para a sociedade, ou seja, para as populações atendidas, e permitiu situar os aspectos políticos que as caracterizam, considerando inclusive as suas contradições decorrentes das desigualdades sociais, produzidas pelos antagonismos entre

as classes no capitalismo. Os resultados da pesquisa bibliográfica foram apresentados e discutidos nos capítulos 4 e 5 deste trabalho.

Através da busca nas bases de dados da SciELO e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, verificou-se o seguinte quantitativo de trabalhos que continham os elementos empíricos que nortearam o estudo:

Tabela 1 – Levantamento quantitativo das categorias empíricas relacionadas à pesquisa (2010-2021)

Descritores	BDTD		SciElo	Total	Trabalhos analisados
	Dissertações	Teses	Brasil		
Permanência na educação superior	34	4	5	43	12
Avaliação da assistência estudantil	28	0	14	42	38
Efetividade de políticas públicas	50*	14**	3***	67	08
Trabalhos acadêmicos analisados					58

* 4 dissertações na área da educação

**4 teses na área da educação

***Não encontramos publicações na área da educação

Fonte: Elaboração própria.

Conforme a tabela acima, observou-se que a categoria **permanência na educação superior** foi objeto de estudo em 43 trabalhos acadêmicos. A pesquisa realizada na plataforma da BDTD/Brasil com as publicações no período de 2010 a 2021 identificou 38 trabalhos acadêmicos. Entretanto, selecionamos sete trabalhos acadêmicos para análise, sendo todos a nível de dissertação. Essa amostra foi definida ao analisar apenas as dissertações com títulos sobre assistência estudantil e a permanência. Desse número, dois trabalhos acadêmicos foram excluídos pois já constavam na categoria de assistência estudantil. Portanto, foram selecionados 12 estudos científicos sobre a temática, sendo sete trabalhos acadêmicos e cinco artigos científicos (apêndice 1).

Quanto à categoria **avaliação da assistência estudantil**, foram analisados 28 trabalhos acadêmicos disponíveis na BDTD (apêndice 1) em que foram coletadas as informações sobre título do trabalho, autor, objetivos de pesquisa, instituição estudada, procedimentos metodológicos e resultados encontrados (contribuições para a permanência e limites/fragilidades da assistência estudantil). Em seguida, os dados foram tabulados em arquivo no formato Excel® para organização e análise do conteúdo.

As dissertações sobre avaliação da assistência estudantil publicadas no período de 2010 a 2021, apresentavam resultados de estudos feitos em 17 instituições, além de uma dissertação, cujo tema pesquisado foi a assistência estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Além dessas 28 dissertações hospedadas na BDTD Brasil com títulos sobre avaliação da assistência estudantil, foram analisados 14 artigos científicos no recorte temporal de 2010-2021 disponíveis na SciELO com títulos dessa mesma temática. Durante a análise desses artigos, excluímos quatro, pois um deles já havia sido visto na pesquisa sobre a permanência e três não tratavam sobre o tema. Para o estudo da avaliação da assistência estudantil, 38 trabalhos acadêmicos foram analisados.

Para a revisão bibliográfica da **efetividade de políticas públicas**, pesquisou-se sobre os estudos no campo educacional, pois os demais trabalhos se referiam a outras áreas do conhecimento e não dialogam com a assistência estudantil e a permanência. Foram totalizados 8 trabalhos de teses e dissertações sobre efetividade de políticas educacionais e nenhum artigo científico na plataforma *SciELO* sobre a temática.

Para o levantamento bibliográfico das produções acadêmicas no **Repositório Institucional da UFPB com títulos sobre “assistência estudantil”**, foram localizados 27 trabalhos, e excluídos 10 por tratar da assistência estudantil em outras Ifes. Ao final, foram analisados 16 dissertações e um Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso (TCC). Os resultados do estudo feito estão detalhados nas seções seguintes desta Tese.

A análise da Política de Assistência Estudantil teve como *lócus* de pesquisa a realidade institucional da UFPB. A seguir, é feita a contextualização do percurso histórico da UFPB desde a sua criação até a sua consolidação enquanto Ifes, o perfil dos seus estudantes de graduação e em seguida os elementos referentes a execução da pesquisa (população, amostra, pesquisa documental e aplicação de questionário).

2.3 A UFPB como *lócus* de investigação

A UFPB é uma instituição federal autárquica de educação superior vinculada ao Ministério da Educação, situada no estado da Paraíba e com estrutura *Multicampi*. Conforme UFPB (2023), a instituição surgiu a partir da junção de escolas de cursos superiores que funcionavam isoladamente. Em 1934, é criada a primeira Escola de Agronomia do Nordeste na cidade de Areia, e, no ano de 1947 é fundada a Faculdade de Ciências Econômicas na cidade de João Pessoa.

Com o processo de desenvolvimento industrial na década de 1950 na Paraíba, são abertas também as primeiras escolas superiores com os cursos nas áreas de Engenharia e do Magistério, as Faculdades de Direito e Medicina em 1951, a Escola de Enfermagem (1953), a Faculdade de Odontologia (1955) e a Faculdade de Farmácia (1956).

No ano de 1955, já havia onze escolas de educação superior, dando origem à Universidade da Paraíba, sendo federalizada através da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960 e denominada Universidade Federal da Paraíba. Nesse período, a UFPB tinha abrangência do Litoral ao Sertão nas cidades de João Pessoa (*Campus I*), Campina Grande (*Campus II*), Areia (*Campus III*), Bananeiras (*Campus IV*), Cajazeiras (*Campus V*), Sousa (*Campus VI*) e Patos (*Campus VIII*).

Com a criação da Universidade Federal de Campina Grande através da Lei nº 10.419, de 09 de abril de 2002, há o desmembramento dos *Campi* de Campina Grande, Cajazeiras, Sousa e Patos (UFPB, 2023a). Atualmente, a UFPB possui quatro *campi* nas cidades de João Pessoa (*Campus I*), Areia (*Campus II*), Bananeiras (*Campus III*), Rio Tinto e Mamanguape (*Campus IV*), além do curso de Direito na cidade de Santa Rita.

A UFPB é considerada a maior instituição de ensino do Estado da Paraíba²², e oferece atividades de ensino, pesquisa, extensão, arte, cultura e tecnologia, e contava com a seguinte estrutura no ano de 2022:

Tabela 2 – Estrutura da UFPB no ano de 2022

MODELO DE NEGÓCIOS DA UFPB- 2022				
NOSSOS INSUMOS	APLICADOS AOS NOSSOS PROCESSOS		RESULTARAM EM	IMPACTOS
PESSOAS 2.635 Docentes efetivos 130 Docentes substitutos e visitantes 3.248 Técnicos-Administrativos 564 Terceirizados INFRAESTRUTURA 04 Campi 17 Centros de ensino 01 Escola de Ensino Médio e Profissionalizante 01 Colégio de Aplicação 22 Bibliotecas 21 Residências estudantis 04 Restaurantes 01 Editora 01 Livraria 02 Teatros 01 Sala de Cinema 01 Casa de Cultura 02 Hospitais Universitários	GERENCIAIS Planejamento estratégico Governança, Integridade e Risco Gestão Administrativa Recursos Humanos Tecnologia da informação e comunicação Aquisições e contratações Relacionamento com a sociedade SUORTE Infraestrutura Convênios Ações e programas governamentais Inovações Parcerias Assistência Estudantil Segurança	FINALÍSTICOS Ensino Pesquisa Extensão	GESTÃO ACADEMICA 119 Cursos de graduação 112 Cursos de pós-graduação (Stricto sensu) 19 Cursos de pós-graduação (Lato sensu) 38 Cursos técnicos 17 Residências médicas 05 Residências não médicas 1.177 Ações de extensão 358 Grupos de pesquisa certificados pelo CNPq 4.307 Bolsas acadêmicas 13.188 Auxílios estudantis 25 Convênios internacionais ALUNOS MATRICULADOS 28.209 Graduação* 5.054 Pós-graduação (Stricto sensu) 586 Pós-graduação (Lato sensu) 727 Residências (médicas e não médicas) 2.712 Cursos técnicos	ALUNOS CONCLUINTES 2.470 Graduação** 1.385 Pós-graduação (Stricto sensu) 139 Pós-graduação (Lato sensu) RESULTADO 1.508 Produções acadêmicas 45 Pedidos de proteção propriedade intelectual 87 Municípios da Paraíba atendidos por ações extensionistas
ORÇAMENTO Orçamento total – R\$ 1.821.359.557,00 Pessoal e encargos – R\$ 1.621.749.764,00 Outras Despesas Correntes – R\$ 184.848.785,00 Investimentos – R\$ 14.761.008,00				

* Referente à média dos alunos matriculados na graduação presencial (2021.2 e 2022.1) e EAD (2022.1 e 2022.2).

Fonte: UFPB, 2023a, p. 18

²² De acordo com o ranking das melhores universidades da América Latina e Caribe 2024 publicado pela organização britânica *Quacquarelli Symonds* (QS) que faz análises internacionais da educação superior, a UFPB foi classificada em 5º lugar entre as melhores instituições de ensino superior do Nordeste, na 27ª colocação entre as instituições brasileiras e a 82ª entre as melhores universidades da América Latina.

A tabela acima apresenta a estrutura de funcionamento e os resultados alcançados pela UFPB no ano de 2022. A instituição tinha uma situação política e administrativa peculiar, pois, estava sendo administrada pelo Reitor nomeado pelo Presidente da República à época Jair Bolsonaro mesmo tendo sido o terceiro colocado nas eleições decididas pela comunidade acadêmica da instituição.

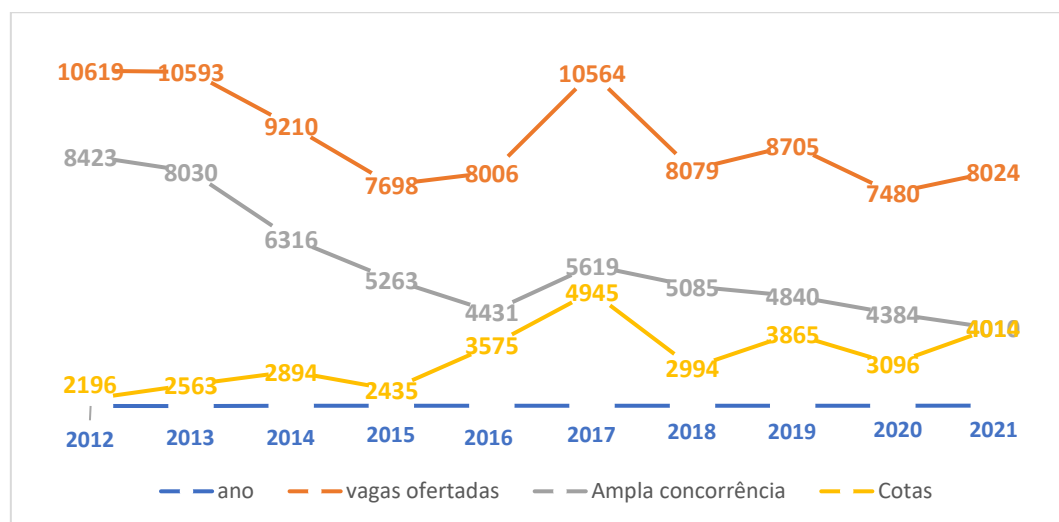
Além disso, a UFPB enfrentava dificuldades orçamentárias em decorrência do contingenciamento e da redução dos recursos com a Emenda Constitucional nº 95/2016, bem como as medidas governamentais que enxugaram o orçamento da educação superior, sobretudo das universidades públicas.

Apesar desses desafios, a instituição trouxe contribuições importantes para a pesquisa científica bem como para a sociedade, com suas ações institucionais voltadas para o ensino, pesquisa e extensão, portanto, sendo relevantes para a coletividade.

Quanto à sua Política de Assistência Estudantil, as primeiras ações ocorreram com a estruturação das residências universitárias e restaurantes universitários. Somente a partir dos recursos orçamentários disponibilizados pelo programa PNAES a partir de 2010 é que a UFPB amplia a oferta de benefícios e serviços, todavia, dentro dos seus limites institucionais e orçamentários.

Com relação ao corpo discente, o gráfico a seguir apresenta a evolução do quantitativo de ingressantes nos cursos presenciais de graduação durante o período de 2012 a 2021:

Gráfico 1 – Estudantes ingressantes nos cursos de Graduação da UFPB (2012-2021)



Fonte: Autoria própria com dados de UFPB (2022)

Os dados mostram que aumentou o número de ingressantes nos cursos de graduação na modalidade presencial no período de expansão da educação superior pública brasileira. Entretanto, a partir de 2018, o número de vagas começa a cair devido às dificuldades enfrentadas pelos estudantes com a pandemia da Covid-19, além da crise econômica da classe trabalhadora, e dos reflexos do ajuste fiscal que repercutiram no orçamento para as Ifes, inclusive a política de assistência estudantil.

Verifica-se também que a Lei de cotas equalizou as formas de ingresso conforme previsto na legislação e ampliou o acesso à educação superior às camadas populares e na mudança do perfil socioeconômico desses estudantes da universidade.

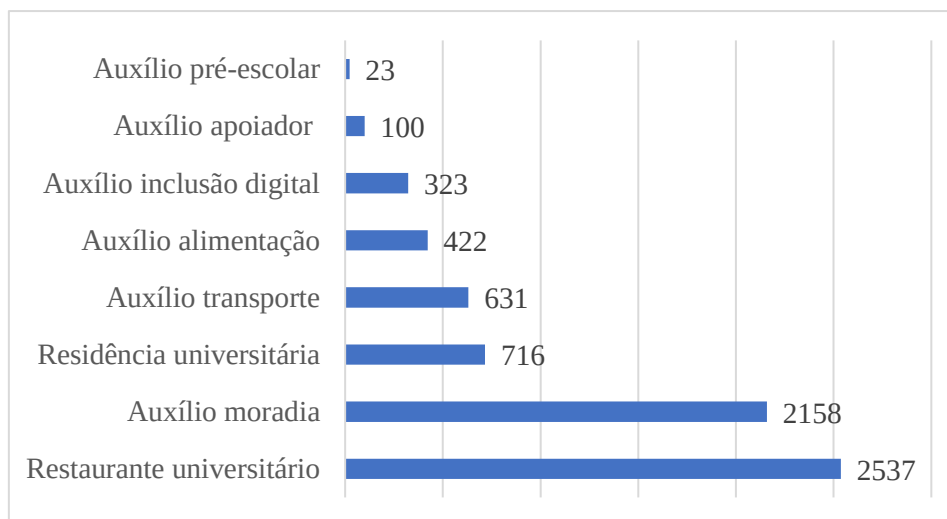
Com relação ao perfil socioeconômico dos estudantes, a pesquisa de Castelo Branco e Jezine (2022) se debruçou sobre a realidade dos discentes do Centro de Educação da UFPB – CE/UFPB do período de 1996 a 2012. As pesquisadoras aplicaram a *Escala para Avaliação da Permanência Discente* (Castelo Branco, Nakamura e Jezine, 2017).

Os resultados indicam que a maioria dos estudantes é composta por mulheres, pessoas negras e de baixa renda. Acerca da permanência estudantil, as perspectivas profissionais e a referência docente durante a formação acadêmica são fatores que influenciam na continuidade da formação acadêmica dos estudantes do CE/UFPB. Apontam que as dificuldades sociais e econômicas também impactam negativamente para a evasão desses discentes demandando políticas para a permanência estudantil, sobretudo, a assistência estudantil construída a partir da realidade estudantil.

Ainda sobre o corpo discente da UFPB, no ano de 2022, havia cerca de 28 mil estudantes de Graduação na instituição (Tabela 1), entretanto, há uma discrepância em relação à cobertura de atendimento de benefícios assistenciais. Ainda em 2022, foram disponibilizados 6.910 (seis mil e novecentos e dez) benefícios custeados²³ pela assistência estudantil através do PNAES (UFPB, 2022), conforme o gráfico a seguir:

²³ Esses benefícios devem contemplar as áreas de abrangência do PNAES (Decreto nº 7234/10), e, são concedidos mensalmente aos/às estudantes da UFPB que comprovem situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Gráfico 2 – Benefícios da assistência estudantil na UFPB (2022)



Fonte: Autoria própria, com dados extraídos de UFPB (2022).

Além da baixa cobertura no atendimento assistencial, esses benefícios ainda podem ser acumulados em virtude da necessidade e do acesso a cada tipo de auxílio. E, mesmo que cada discente fosse assistido por cada auxílio, seria um percentual inferior a 25% do corpo discente da UFPB, o que corrobora com a sua principal característica de uma política social seletiva. Outro limite é que o valor dos auxílios é insuficiente para atender às demandas dos estudantes.

Ainda, conforme o gráfico 2, as áreas com maior número de benefícios assistenciais se referem à alimentação, moradia e transporte, entretanto, não há cobertura de todas as áreas estratégicas previstas no Decreto nº 7234/10, conforme resultado já apontado em estudo anterior: “Verificamos que, no ano de 2016, essa Pró-Reitoria aplicou os recursos do PNAES para o atendimento às necessidades básicas de subsistência dos discentes, entretanto, ainda não conseguiu abranger as áreas de inclusão digital, cultura e esporte” (Macedo, 2017, p. 35).

Ou seja, transcorrido o período de cinco anos, a Política de Assistência Estudantil da UFPB permanece focalizada. Comparando os dados dos gráficos 1 e 2, o número de benefícios concedidos pela assistência estudantil é insuficiente para atender a demanda de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Diante dessa realidade do quantitativo de graduandos da instituição e da oferta insuficiente de auxílios, esse estudo avaliativo busca compreender os efeitos dessa política para a permanência, observando os seus limites e possibilidades considerando a sua natureza e os seus objetivos.

Para avaliar a efetividade da assistência estudantil para a permanência na UFPB foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: 1. Pesquisa documental: no *site* institucional da UFPB, acesso ao módulo da assistência estudantil do SIGAA/UFPB e os relatórios de gestão institucional de 2014 a 2022; 2. Aplicação de questionário *on-line* com 501 estudantes dos cursos de Graduação da UFPB.

2.4 A pesquisa documental

A pesquisa documental²⁴ teve o objetivo de estudar a política de assistência com foco na qualidade de permanência. Foi feito um estudo da trajetória acadêmica dos estudantes assistidos desde o semestre letivo de 2016.1 até 2023.1²⁵, medindo os efeitos da política a médio prazo para a permanência de estudantes de graduação da UFPB.

A avaliação do desempenho acadêmico dos bolsistas foi feita através de consulta ao módulo da Assistência estudantil do SIGAA/UFPB no item “relatório de desempenho dos bolsistas”, selecionando o nível de ensino “graduação” e os respectivos períodos acadêmicos (2016.1 a 2023.1), incluindo todas os auxílios recebidos nesses semestres letivos, conforme espelho de imagem abaixo:

Figura 4 – Relatório de desempenho acadêmico de bolsistas da UFPB (2017-2023)

UFPB - SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Tempo de Sessão: 01:00 SAIR

GEORGIA DANTAS MACEDO Alterar vínculo

PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO AO ESTUDANTE (PRAPE) (11.00.63)

Módulos Caixa Postal Abrir Chamado

Alterar senha Ajuda

ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE > RELATÓRIO DE DESEMPENHO DE BOLSISTAS

INFORME OS CRITÉRIOS PARA A EMISSÃO DO RELATÓRIO

Nível de Ensino: GRADUAÇÃO

Curso: -- SELECIONE --

Tipo de Bolsa: -- TODOS --

Período Acadêmico Inicial: 2016 1

Período Acadêmico Final: 2023 1

Processo Seletivo com Bolsa: -- TODOS --

Município: -- SELECIONE --

Matrícula do Discente:

Nome do Discente:

Emitir Relatório Cancelar

* Campos de preenchimento obrigatório.

Assistência ao Estudante

SIGAA | STI - Superintendência de Tecnologia da Informação da UFPB / Cooperação UFRN - Copyright © 2006-2024 | producao_sigaa-2.sigaa-2 | - v24.7.3

Fonte: UFPB, 2022.

²⁴ Para Severino (2007, p. 124), a documentação “é toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador”.

²⁵ A inclusão dos dados do desempenho acadêmico do período 2023.1 foi feita mesmo quando o recorte temporal do estudo era de 2010 a 2022 devido aos ajustes ocorridos nos calendários acadêmicos da UFPB durante e após a pandemia. Além disso, também houve a necessidade de inclusão do espectro do rendimento acadêmico com o retorno das aulas presenciais.

Ao emitir o relatório, o SIGAA/UFPB gerou os dados de 1782 estudantes auxiliados e os seus respectivos percentuais de aprovações, reprovações e trancamentos. Os dados foram organizados no programa Excel® e em seguida, foram elaborados os gráficos quanto ao desempenho acadêmico de bolsistas, constando os percentuais nos 15 períodos acadêmicos analisados, ou seja, desde o período 2016.1 até o período 2023.1.

Além do desempenho acadêmico, como um dos indicadores de análise da efetividade, também foi analisada a situação acadêmica de quem recebe os auxílios²⁶ moradia, residência universitária e restaurante universitário, todos no ano de 2017²⁷. Na consulta ao módulo da assistência estudantil do SIGAA/UFPB no item “buscar bolsas”, foram selecionados os respectivos tipos de bolsa, o processo seletivo referente ao ano de 2017 e o *status* acadêmico atual de cada discente conforme imagem abaixo:

Figura 5 – Filtro de busca da situação acadêmica dos bolsistas da assistência estudantil da UFPB (2017-2023)

Assistência ao Estudante > BUSCAR BOLSAS

Caro usuário,
realize consultas das bolsas de auxílio conforme os filtros disponibilizados abaixo.
A operação **Definir Dias de Alimentação** somente é habilitada para as bolsas com situação de deferimento **Contemplado**.

Informe os critérios de busca

Tipo(s) da Bolsa: *
 ALIMENTAÇÃO
 ALIMENTAÇÃO (Finais de semana/Feriados oficiais)
 APOIO EMERGENCIAL
 AUXÍLIO APOIADOR CIA
 AUXÍLIO INCLUSÃO
 AUXÍLIO INSTRUMENTAL
 Aux Alimentação Residentes Mangabeira e Santa Rita

☐ Processo Seletivo: -- SELECIONE --
☐ AGUARDANDO FASE DE RECURSO DAS BOLSAS INDEFERIDAS
☐ AGUARDANDO FASE DE RECURSO DAS BOLSAS NÃO HOMOLOGADAS
☐ BOLSA ALIMENTAÇÃO CONCEDIDA E BOLSA MORADIA EM ESPERA
☐ BOLSA CANCELADA
☐ BOLSA DEFERIDA
☒ BOLSA DEFERIDA E CONTEMPLADA
☐ BOLSA EM FASE DE DEFERIMENTO
☐ BOLSA EM FASE DE HOMOLOGAÇÃO
☐ BOLSA INDEFERIDA
☐ BOLSA SOLICITADA RENOVAÇÃO
☐ EM ANÁLISE
☐ FILA DE ESPERA
☐ INSCRIÇÃO HOMOLOGADA
☐ INSCRIÇÃO NÃO HOMOLOGADA
☐ SUSPENSÃO

☒ Deferimento:
☐ BOLSA EM FASE DE DEFERIMENTO
☐ BOLSA EM FASE DE HOMOLOGAÇÃO
☐ BOLSA INDEFERIDA
☐ BOLSA SOLICITADA RENOVAÇÃO
☐ EM ANÁLISE
☐ FILA DE ESPERA
☐ INSCRIÇÃO HOMOLOGADA
☐ INSCRIÇÃO NÃO HOMOLOGADA
☐ SUSPENSÃO

☐ Residência: Res. Uni. Mas. e Fem. - RUMF - Campus I

☐ Nível: Graduação

☐ Município: -- Selecione --

☐ Curso: -- Selecione --

☒ Status Discente:
 ATIVO
 CADASTRADO
 CANCELADO
 CONCLUINTE
 CONCLUÍDO

Fonte: UFPB, 2022.

²⁶ O critério de escolha dessa amostra incluiu os principais auxílios estudantis da PRAPE, e excluiu os demais (transporte, alimentação, aluno apoiador etc.) pois a maioria dos seus beneficiários também é contemplada com residência, restaurante ou auxílio moradia.

²⁷ Optou-se por esse recorte temporal, pois, os estudos sobre a medida de avaliação da efetividade de determinada política pública ou programa recomendam que não é possível aferi-la a curto prazo, razão pela qual foi definido o intervalo de quinze períodos acadêmicos para que se verificasse uma possível conclusão dos cursos.

Os dados fornecidos nessa busca foram migrados para planilhas em Excel® e após o tratamento das informações colhidas, foram elaborados os gráficos com o *status* atual (período 2023.1) desses estudantes assistidos no ano de 2017.

Buscando ainda analisar a política de Assistência Estudantil da UFPB a partir do seu contexto e da materialização na vida dos sujeitos, também foi pesquisado o indicador do orçamento destinado a essa política educacional. A pesquisa sobre os recursos financeiros disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) para a educação superior, e, especificamente para a assistência estudantil da UFPB, foi feita através da consulta livre ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos, disponível no Painel do Orçamento Federal:

Figura 6 – Ferramenta de busca do Orçamento do MEC para a educação superior (2012-2024)



Fonte: SIOP, 2024.

Foram selecionados os respectivos atributos: o período de 2012-2024, a esfera do Orçamento Fiscal, órgão do Ministério da Educação, a função Educação, a UFPB como unidade orçamentária (na pesquisa do orçamento para a UFPB), as funções, subfunções, os programas e ações. Para a análise do orçamento destinado à assistência estudantil da

UFPB, foi considerado o valor da dotação inicial²⁸ de cada ano pois é a verba que está prevista para o pagamento de despesas específicas.

Para a coleta de dados referentes à execução das ações e serviços no campo da assistência estudantil, foram pesquisados a pesquisa documental com os relatórios de gestão da UFPB do período de 2014 a 2022, e consultados os dados públicos do SIGAA/UFPB buscando verificar os auxílios estudantis gerenciados pela Pró-Reitoria de Assistência e promoção ao Estudante que foram custeados pelo PNAES e se destinaram aos discentes dos cursos de Graduação presenciais da UFPB.

Após a coleta dos dados, os resultados foram analisados e interpretados a partir da abordagem teórica marxista a partir das categorias. Em seguida, foram relacionados, fundamentados e explicados os elementos identificados representados através de tabelas, quadros, gráficos e textos para seguir com as conclusões do estudo (Marconi e Lakatos, 2017).

Além da pesquisa documental, também foi aplicado um questionário com estudantes do curso de Graduação conforme descrito a seguir.

2.5 Instrumentos para avaliar a efetividade da assistência estudantil

Para avaliar a política educacional em questão foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas. Para Severino (2007a), o questionário é uma técnica de pesquisa que serve para medição prática do objeto de estudo. Ele define este instrumento como um “conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo” (Severino, 2007a, p.125).

O questionário utilizado para a coleta dos dados (apêndice 4) foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa²⁹ do Centro de Ciências da Saúde – CCS/UFPB e continha questões sobre a vida acadêmica, o perfil socioeconômico e o

²⁸ Dotação inicial é o “valor da autorização de gasto constante da Lei Orçamentária Anual (LOA)” (Brasil, 2020, p. 35)

²⁹ Como se trata de estudo que envolve seres humanos, o projeto seguiu os preceitos da ética em pesquisa, conforme as Resoluções nº 466/2013 e nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), respeitando o livre consentimento do participante do estudo e mantendo o seu anonimato. Assim, o projeto de pesquisa foi aprovado em Reunião Ordinária do colegiado, conforme Parecer consubstanciado nº 6.149.834 (apêndice 2).

levantamento das demandas para avaliação da efetividade da política de assistência estudantil, incluindo a avaliação dos usuários da política.

As questões foram elaboradas com base nos objetivos, categorias e indicadores identificados na pesquisa bibliográfica sobre avaliação da assistência estudantil e a efetividade de políticas educacionais.

O referido instrumento investiga sobre demandas da Política de Assistência Estudantil da UFPB, analisando a sua efetividade para a permanência, a partir das seguintes áreas estratégicas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com necessidades especiais, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O instrumento foi enviado através de notificações no módulo de assistência estudantil do SIGAA/UFPB para discentes ainda vinculados à instituição (matrículas ativas, concluintes ou formandos). No corpo do texto, constava as informações da pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o *link* do questionário disponível de forma *on-line* no *Google forms*®, ferramenta gratuita de criação de formulários.

O questionário foi enviado através do módulo da assistência estudantil do SIGAA/UFPB que armazena os registros de quem solicitou os auxílios gerenciados pela PRAPE, independente de terem sido beneficiários. Assim, para garantir que todos os discentes vinculados à UFPB que procuraram a assistência estudantil fossem convidados à participar da pesquisa, foi feito o envio do instrumento de pesquisa aos requerentes (solicitantes) dos auxílios estudantis com o *status* acadêmico (ativo, concluinte ou formando) nas seguintes datas:

Tabela 3 – Envios de notificações no módulo Assistência Estudantil

AUXÍLIO	STATUS	Envio de notificação em 20/12/23	Envio de notificação em 08/02/24
ALIMENTAÇÃO	ATIVO	2645	2722
	CONCLUINTE	174	12
	FORMANDO	86	95
APOIO EMERGENCIAL	ATIVO	47	49
	CONCLUINTE	2	0
	FORMANDO	1	0
AUXÍLIO APOIADOR CIA	ATIVO	611	605
	CONCLUINTE	27	2
	FORMANDO	33	2
AUXÍLIO INCLUSÃO	ATIVO	2	0

	CONCLUINTE	0	0
	FORMANDO	0	0
AUXÍLIO EMERGENCIAL	ATIVO	1507	1428
	CONCLUINTE	25	0
	FORMANDO	27	0
AUXÍLIO FORMAÇÃO	ATIVO	9	0
	CONCLUINTE	9	0
	FORMANDO	9	0
AUXÍLIO INCLUSÃO DIGITAL	ATIVO	680	651
	CONCLUINTE	57	7
	FORMANDO	47	44
AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR	ATIVO	443	483
	CONCLUINTE	16	2
	FORMANDO	7	7
BOLSA PERMANÊNCIA	ATIVO	311	332
	CONCLUINTE	9	0
	FORMANDO	9	0
AUXÍLIO MORADIA	ATIVO	10854	11395
	CONCLUINTE	691	65
	FORMANDO	430	480
PROMISAES	ATIVO	5	5
	CONCLUINTE	5	0
	FORMANDO	0	0
RESIDÊNCIA	ATIVO	1607	1540
	CONCLUINTE	100	25
	FORMANDO	73	83
RESTAURANTE	ATIVO	10986	11417
	CONCLUINTE	382	55
	FORMANDO	386	426
TRANSPORTE	ATIVO	4793	5147
	CONCLUINTE	146	9
	FORMANDO	122	139
TOTAL DE NOTIFICAÇÕES PELO SIGAA		37373	37227

Fonte: Elaboração própria a partir de UFPB (2024c)

Ressalta-se que esse número de notificações não correspondia ao quantitativo de estudantes, pois, os auxílios são cumulativos e cada discente poderia participar de todos os processos seletivos dos diversos auxílios estudantis. Dado esse universo da pesquisa, foi definida a amostra de 500 estudantes que aceitassem participar da pesquisa e respondessem o questionário, incluindo assistidos e não assistidos por auxílios e serviços da assistência estudantil.

Após o envio das notificações no SIGAA, 513 questionários foram respondidos. Desse total, 6 estudantes responderam que não tinham interesse em participar da pesquisa, 5 eram estudantes de cursos técnicos e um era aluno de pós-graduação. Assim, foram analisados os dados de 501 questionários respondidos por estudantes dos cursos de Graduação presencial de todos os *Campi* da UFPB.

Para auxiliar na organização e tratamento dos dados, foi utilizado o software de planilhas eletrônicas Microsoft Excel®, visto que é uma ferramenta com aporte tecnológico para o cruzamento, processamento e organização dos dados que sistematiza a posterior análise dos resultados.

Após o encerramento da coleta dos questionários respondidos, as respostas disponíveis foram exportadas para tabulação em planilha eletrônica no *Excel*®. O questionário aplicado continha 52 perguntas, sendo 39 objetivas e 13 subjetivas, e, divididas em 4 seções: perfil acadêmico, perfil socioeconômico, avaliação das demandas para a política de assistência estudantil da UFPB e avaliação dos usuários da política de assistência estudantil da UFPB.

A organização das respostas objetivas foi feita utilizando o software *Excel*® considerando o quantitativo e o percentual das variáveis atribuídas em cada pergunta. Em relação às questões subjetivas, fizemos a análise dos dados na perspectiva crítica, orientada pelo materialismo histórico-dialético para apreender a percepção dos discentes sobre a sua realidade social, as condições socioeconômicas e como eles avaliam a efetividade da política de assistência estudantil da UFPB.

A partir dos resultados encontrados nas pesquisas bibliográfica, documental e de campo sobre a temática estudada, a seguir é tratado sobre a assistência estudantil, enquanto política social de enfrentamento às desigualdades sociais ocasionadas pelo modo de produção capitalista inserida no contexto do Capital.

3. A EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA BRASILEIRA E AS DESIGUALDADES SOCIAIS DA SOCIEDADE DO CAPITAL

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; (...) A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não suplantou os velhos antagonismos de classes. Ela colocou no lugar novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta (Marx e Engels, 1845, p.07).

A discussão acerca da Educação Superior pública brasileira no cenário de hegemonia do capital constituiu o cenário para compreender o contexto das desigualdades sociais da sociedade capitalista e o desenvolvimento de uma formação humana? O objetivo é analisar as políticas sociais e educacionais disponibilizadas pelo Estado enquanto estratégias de enfrentamento às desigualdades sociais e ao atendimento das necessidades imediatas da classe trabalhadora.

Descreve-se o processo histórico de desenvolvimento do Estado capitalista e as contradições produzidas pelo Capital que afetaram as políticas de Educação superior. A crítica parte do contexto econômico e político brasileiro e os seus impactos na garantia da Educação Superior pública enquanto direito de todos e dever do Estado.

O ponto de partida são as reformas do Estado e suas reformas educacionais iniciadas a partir da década de 1990 seguindo os interesses do empresariado nacional e dos organismos internacionais (Oliveira e Silva, 2019).

3.1. A Educação no contexto das desigualdades sociais

A educação se situa no cenário de produção e reprodução das relações sociais do sistema capitalista. Para Oliveira e Silva (2019, p. 171), a educação é “(...) uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais, sendo forma específica de relação social”.

Nas relações sociais do modo de produção capitalista, a educação se constitui como um conjunto de elementos teóricos e práticos de produção do conhecimento que se relacionam com a produção e reprodução de determinadas desigualdades sociais. As diferentes formas de desigualdades sociais se constituem no poder do sistema capitalista e se vincula à produção e reprodução das condições de vida da classe trabalhadora:

De modo geral, a educação pode ser mesmo conceituada como o processo mediante o qual o conhecimento se produz, se reproduz, se conserva, se sistematiza, se organiza, se transmite e se universaliza, disseminando seus resultados no seio da sociedade. E esse tipo de situação se caracteriza então,

de modo radicalizado, no caso da educação universitária (Severino, 2007a, p. 24).

Na relação entre a educação e o conhecimento, é necessário problematizar as práticas educativas que se limitam a uma formação produtivista e acrítica, portanto, distantes de uma formação educacional política dos sujeitos. No caso da universidade, Severino (2007a) coloca que a instituição tem um papel social importante na produção da ciência e da educação, pois, é nela que o conhecimento se constrói, sobretudo, através da pesquisa. Coloca ainda que, as pesquisas científicas desenvolvidas nos seus espaços, são mediados no processo de construção do saber, identificando problemas existentes no seu contexto social e trazendo contribuições para essa realidade.

Pensando na relação que se estabelece entre a produção do conhecimento e a realidade social, é preciso discutir sobre a Educação no contexto das desigualdades sociais. Prestes, Jezine e Castelo Branco (2019) no trabalho intitulado *Violência, evasão e exclusão na educação superior* discutiram sobre as formas de violência na educação superior que podem contribuir para a evasão e a exclusão. Para as autoras, as desigualdades, exclusões sociais e as diversas formas de violência também ocorrem nas instituições educacionais.

A análise partiu das tensões que ocorrem nos espaços institucionais e problematiza o papel dos sujeitos sociais envolvidos, no sentido de rever as suas posturas e procedimentos educativos buscando o enfrentamento da problemática e não a reprodução dessas contradições.

Apesar da manutenção do seu acento elitista, a universidade constitui-se uma das poucas instituições sociais abertas para as causas democráticas, convertendo-se, de forma contraditória, em um espaço social comprometido com as lutas por mudanças e maior igualdade social [...] a instituição universitária, dependendo das alternativas que assumir no caminhar da história, pode representar uma das poucas vozes erguidas em favor dos direitos das pessoas e da justiça social. Um espaço de combate à violência e à exclusão (Prestes, Jezine e Castelo Branco, 2019, p. 71-73)

Para as autoras, o acesso à educação possibilita alcançar o conhecimento e o questionamento a sua condição de classe bem como a luta por seus direitos. No nosso país, essa realidade de exclusão escolar se aprofunda devido às interferências do cenário econômico e político vigente, e às influências do mercado que comercializa o conhecimento.

Determinados conhecidos produzidos são apropriados pelo Capital de forma objetiva e subjetiva, e, se tornam mercadoria³⁰, gerando lucro e acúmulo de riqueza para as classes hegemônicas. Por isso, é pertinente compreender a perspectiva de educação vinculada ao projeto de sociedade, se é voltada para a reprodução das desigualdades ou à busca estratégias para o seu enfrentamento.

Marx não tratou especificamente acerca da relação entre a educação e o capitalismo nas suas obras, mas, escreveu sobre a divisão do trabalho material e intelectual na divisão entre as classes sociais:

A divisão do trabalho só surge efetivamente, a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e intelectual. A partir deste momento, a consciência pode supor-se algo mais do que a consciência da prática existente, que representa de fato qualquer coisa sem representar algo de real. E igualmente, a partir deste instante ela se encontra em condições de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria "pura", da teologia, da filosofia, da moral etc. (Marx e Engels, 2011, p. 26).

Para os intelectuais, é a vida material que determina a consciência e não o contrário, por isso, o pensamento se modifica conforme a necessidade. Acerca do poder que o Capital exerce sobre a educação, Gramsci (2004) analisa como os interesses da classe dominante influenciam os modelos educacionais das economias regidas pelo capitalismo.

A análise parte da compreensão de que os intelectuais têm hegemonia no campo econômico, social e político, e que é necessário que a educação seja reorganizada. No século XIX, quando a Europa experimentava os governos burgueses fascistas, Gramsci (2004) no caderno 12 dos *Cadernos do cárcere*, escreve sobre a formação dos intelectuais e a função que eles ocupam para legitimar o poder dominante, estabelecendo consensos.

Gramsci critica a educação meramente técnica para os trabalhadores e propõe a escola unitária como possibilidade de espaço para transformação social, se estendendo, inclusive, à esfera universitária. “O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda vida social” (Gramsci, 2004, p.40).

³⁰ Cf. Barroco, 2017b, p. 156, grifo do autor: “Os bens produzidos são, enquanto objetos de troca, as *mercadorias*. Os detentores dos meios de produção são os *capitalistas*. A mercadoria tem assim o seu *valor de uso* (sua utilidade efetiva) e o seu *valor de troca* (valor que assume no mercado e que é determinado pela quantidade de trabalho necessária para sua produção)”.

A teoria de Gramsci questiona a centralização do saber intelectual, e aponta ainda que, o processo de dominação da hegemonia burguesa desinteressa que os sujeitos históricos se apropriarem do conhecimento, sobretudo àqueles da classe trabalhadora.

A educação produz sociabilidades para o enfrentamento ou reprodução de formas de dominação e desigualdades sociais, sendo importante que se compreenda quais as finalidades, os objetivos pretendidos pelos sujeitos sociais envolvidos e as práticas pedagógicas adotadas para a produção de conhecimento e hegemonias.

Está inserida nesse contexto social de contradições produzidas pelo Capital e faz-se necessário compreender os seus limites e possibilidades de desenvolvimento de uma formação humana³¹ na perspectiva da emancipação humana³².

O cenário do modo de produção capitalista interfere diretamente nas possibilidades de uma educação crítica, emancipadora e transformadora, sobretudo, porque ao Capital interessa que o Estado, suas instituições e as políticas públicas desenvolvam políticas para o consenso da classe trabalhadora e a sua reprodução.

De acordo com a teoria marxista, a estrutura social que organiza a sociedade capitalista se divide em infraestrutura e superestrutura. A infraestrutura se configura como a base econômica de desenvolvimento do capitalismo, e, é composta pelas forças produtivas (matéria-prima, força de trabalho e meios de produção). Enquanto isso, a superestrutura é determinada pela infraestrutura, e, caracteriza-se como o conjunto das estratégias e aparelhos ideológicos para dominação burguesa através do Estado, do Direito, das ideias e costumes etc. (Marx, 1998)

A infraestrutura concentra a força material dominante e exerce poder sobre a superestrutura que seria a força ideológica, denominada pelo filósofo como força “espiritual” (Marx, 1998). Na sua obra *A ideologia alemã*, analisa minuciosamente a

³¹ A formação humana apresenta limites nessa forma de sociabilidade capitalista. A formação humana significa o desenvolvimento das potencialidades na perspectiva do conhecimento dos sujeitos e construção de uma sociedade livre, justa e igualitária. “Deste modo, formar cidadãos seria formar pessoas que tivesse consciência dos direitos e deveres inerentes a uma sociedade democrática; que tivessem uma postura crítica diante das desigualdades sociais e se engajassem na sua superação; que compreendessem e assumissem praticamente que a sua realização pessoal implica também a realização de outras pessoas” (Tonet, 2005, p. 153).

³² A emancipação humana está fundamentada em uma forma de sociabilidade avançada, para além do capital, baseada na liberdade e na supressão da propriedade privada, e, na dissolução das formas de exploração do trabalho (Tonet, 2005).

constituição e reprodução do poder hegemônico burguês³³ na sociedade regida pelo Capital. Para ele, as classes dominantes detêm o poder no campo da infraestrutura e da superestrutura:

A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; elas são essas relações materiais dominantes consideradas sob a forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação (Marx, 1998, p.48).

O poder hegemônico burguês está presente no campo das ideias, reproduzidos nas instituições, bem como nas relações sociais, econômicas, políticas, religiosas etc. A teoria a partir da perspectiva marxista, considera que a educação também é apropriada nas suas dimensões teórico-prática, ou seja, atua-se tanto na esfera da formação humana quanto na intervenção da realidade, de onde se explica a hegemonia encontra-se presentes nas classes sociais e a educação constitui-se em um campo ideológico.

O Estado se coloca como principal estrutura de comando dos interesses capitalistas, mediando as requisições burgueses e sendo o agente de conformidades das desigualdades produzidas pelo capitalismo.

Para aprofundar sobre essa questão, discute-se sobre o Capital e como o Estado burguês se comporta diante dos antagonismos por ele produzidos. Parte-se da análise dos impactos dos diferentes contextos econômicos e políticos brasileiros para a educação superior e suas políticas.

3.2 O Estado capitalista e as contradições produzidas pelo Capital

Com o objetivo de compreender de que forma o Estado implementa as políticas sociais (e porque elas existem) é necessário conhecer traços históricos do

³³ Nessa obra, Marx trata sobre o surgimento da classe burguesa após o declínio do regime econômico feudal que se desenvolveu do século V ao século XV, a expansão do comércio e da manufatura, além da colonização de países recém-descobertos. Há a mudança da vida e do trabalho do campo para as cidades. “A oposição entre a cidade e o campo surge com a passagem da barbárie para a civilização, da organização tribal para o Estado, do provincialismo para a nação, e persiste através de toda a história da civilização até os nossos dias (...) implica ao mesmo tempo a necessidade da administração, da polícia, dos impostos etc.” (Marx, 1998, p. 55). A partir do século XVI, a burguesia passa a ter o Estado Moderno como principal mediador dos seus interesses com destaque para a Inglaterra que já detinha o controle da expansão marítima, do comércio e da manufatura. Com o processo de industrialização, os interesses da classe burguesa dos Estados nacionais foram solapados pela unicidade de um pensamento hegemônico e dominante que coloca o Estado como o principal espaço de legitimidade desse poder.

desenvolvimento do modelo econômico capitalista, que tem a sua origem na luta de classes e nas desigualdades por ela produzidas.

Segundo Marx (2013), os indivíduos criam necessidades sociais, e, através da ação humana (Trabalho), transforma-as em mercadorias. A teoria marxista compreende que o trabalho é a categoria fundante da vida humana, ou seja, é a materialidade e a realidade objetiva que determina todas as esferas da vida social, inclusive a dimensão subjetiva das relações sociais.

A sociabilidade capitalista pauta-se pelas necessidades materiais de produção transformadas em mercadorias, visando obtenção de lucro e acúmulo de riqueza. Karl Marx no primeiro livro da obra *O Capital* escrito em 1867 descreve como ocorre o processo de produção do Capital desde a produção, a apropriação do excedente da produção da classe trabalhadora até a acumulação da riqueza socialmente produzida nas mãos da burguesia.

Durante o processo de produção das mercadorias, a classe burguesa, que detém os meios de produção, compra a força de trabalho da classe trabalhadora pelo seu valor não gasto, gerando o excedente que se constitui e mais valor (Marx, 2013).

A apropriação do excedente não pago aos trabalhadores denomina-se *mais-valia* que é o acréscimo do valor que surgiu no processo de produção, ou seja, é um valor maior ao que custa. “A apropriação, pelo capitalista, desse excedente configura a *exploração* do trabalho pelo capital” (Netto e Braz, 2008, p. 119). A mais-valia resulta “(...) da transformação do valor de uma mercadoria que vem a ser pago depois que seu valor de uso, sob o comando do capital, recria o antigo valor de troca como uma substância capaz de aumentar por si mesma” (Marx, 2013, p.62).

Contudo, para a classe que vive do trabalho, não há uma alternativa senão a venda da sua força de trabalho para garantia da sua subsistência, já que não dispõe de capital acumulado nem dos meios de produção para produzir mercadoria.

É nessa contradição entre a apropriação da riqueza socialmente produzida e a precarização da venda da força de trabalho da classe trabalhadora por um valor ínfimo para atender às suas necessidades básicas que, se aprofundam as diferenças entre as classes e se reproduzem as desigualdades sociais.

O desenvolvimento do capital reproduz as relações de classe e os seus antagonismos. Por isso, “a *acumulação da miséria é proporcional à acumulação do capital*” (Iamamoto e Carvalho, 2012, p. 69, grifo dos autores). Concomitantemente, o sistema econômico capitalista corrobora com a geração da riqueza para a classe burguesa

e o aprofundamento das desigualdades sociais para a classe trabalhadora. Essa é uma das principais contradições do modo de produção capitalista.

Severino (2007b, p.139) define o que é a *Contradição* na perspectiva dialética: “Conflito real e histórico, luta de forças que se contrapõem no interior do real e do pensamento, toda situação/afirmação aparecendo apenas como um momento provisório que deve ser necessariamente negado para ser superado”.

A contradição é o elemento central que o materialismo histórico e dialético adota para analisar o modo de produção capitalista:

Como o capital é contradição em movimento, não é possível compreender a sociedade na forma do capital sem um método que possibilite captar tal contradição, já que a realidade não se dá a conhecer de uma vez por todas, ou seja, está além da sua forma aparente (Masson, 2007, p.107).

O sistema capitalista como um modelo econômico, social e político passa por ciclos de expansão, desenvolvimento e crise³⁴ do capital, os quais são necessidades para a sua existência e reprodução da vida. Nesse movimento, a classe trabalhadora sofre reflexos desses contextos, especialmente nos períodos de crise (Netto e Braz, 2008); (Behring, 2011).

No ciclo de desenvolvimento do capitalismo, verifica-se que desde o capitalismo comercial, o direito à propriedade privada e a exploração da força de trabalho contribuem para a reprodução das desigualdades sociais. Além disso, a produção da mercadoria e a exploração da força de trabalho perpassam por todas as fases do modo de produção da vida humana, recolocando os indivíduos (classes) e espaços sociais.

Para Netto e Braz (2008), a raiz da divisão de classes sociais é a propriedade privada e desde a Antiguidade Clássica, o escravismo e o poder político central do Estado já culminaram com a concentração de riqueza e poder através da escravidão, a posse de terras e a agricultura. Após a dissolução do escravismo, impôs-se o modo de produção feudal com a propriedade da terra como principal fonte de riqueza, a economia rural e uma sociedade dividida entre senhores e servos.

Conforme Beuad (1987), historicamente, o capitalismo se desenvolveu a partir do trabalho assalariado e da apropriação e acúmulo de riqueza socialmente produzida. Com a dissolução da sociedade feudal, o capitalismo mercantil se inicia no século XV e se

³⁴ As crises no modo de produção capitalista ocorrem quando os capitalistas reduzem a produção, pois, a oferta de mercadorias é maior que a procura, então, a mercadoria produzida não gera mais capital (Netto e Braz, 2008).

estendeu até o século XVIII o qual se baseava na expansão marítima, comércio, colonização, escravidão, e, extração de madeira, ouro, prata e pedras preciosas.

Assim, a apropriação e exploração dos países colonizados foi uma das principais estratégias de acumulação de capital. Em todas essas fases de desenvolvimento, a exploração da força de trabalho pelas elites foi a forma de geração e acúmulo da riqueza socialmente produzida.

No contexto do capitalismo industrial entre os séculos XVIII e XX, o desenvolvimento econômico e a produção material das mercadorias foram a principal atividade econômica decorrentes da exploração do trabalho assalariado. Nessa fase, ocorreu a construção da infraestrutura do capitalismo com a urbanização e o estímulo à ampliação do comércio e serviços (Dowbor, 2020).

Behring (2011) a partir da leitura crítica marxista contemporânea, estudou a natureza das políticas sociais no Estado burguês durante a fase de desenvolvimento do *capitalismo tardio* ou capitalismo monopolista de Estado³⁵, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Para a pesquisadora, as principais características desse modelo econômico foram a monopolização do capital, a concentração da apropriação privada, o desenvolvimento do capital financeiro e o Estado burguês incidindo impostos prioritariamente à classe trabalhadora enquanto financiava os meios de produção para os grandes grupos industriais.

Posteriormente, o capitalismo contemporâneo trouxe uma nova configuração de acúmulo de riqueza com a centralização dos monopólios, a *mundialização do capital*, além da produção em larga escala, e, o Estado interveio apenas para controlar as crises produzidas pelo Capital (Netto; Braz, 2008). Nesse período, os modelos de produção do Taylorismo-fordismo e keynesianismo³⁶ pretendiam atender às necessidades desse capitalismo massificado, maximizando a exploração da força de trabalho da classe trabalhadora.

³⁵ Para Behring (2011), o conceito de capitalismo monopolista de Estado surgiu com a publicação de Vladimir Lênin *O Estado e a Revolução*, em 1917, às vésperas da Revolução de Outubro liderada pelo partido Bolchevique. Utiliza-se o termo monopólio para caracterizar a concentração de capital e a crescente intervenção do Estado para o desenvolvimento capitalista.

³⁶ O taylorismo-fordismo se desenvolveu na indústria automobilística e suas principais características foram a produção em massa de mercadorias de forma homogeneizada e principalmente a intensificação da exploração da força de trabalho através da redução do tempo e da intensificação da produtividade. O Keynesianismo é a teoria econômica que defende o papel do Estado para regular os interesses econômicos do modo de produção capitalista (Netto e Braz, 2008).

No contexto de *expansão* do capital, a política keynesiana de intervenção do Estado para regulação da economia amorteciam a economia com medidas, tais como a intervenção nas relações de trabalho, inclusive na política salarial, política fiscal, política de créditos e juros, e, as políticas sociais. “Contudo, a política social não é uma estratégia exclusivamente econômica, mas também política, no sentido da legitimação e controle dos trabalhadores (...)” (Behring, 2011, p. 169). Entretanto, sua atuação se limitou aos critérios estabelecidos pelo Capital, sobretudo nos períodos de estagnação ou crise do Capital.

A relação do Estado com o mercado de setores básicos não-rentáveis (especialmente os que fornecem aos monopólios, a baixo custo, insumos e matérias-primas fundamentais), assumiu o controle de empresas capitalistas em dificuldades, e ofereceu subsídios diretos aos monopólios e assegurando-lhes expressamente taxas de lucro.

A partir da década de 1950, e, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo informacional, digital e tecnológico³⁷ com o avanço técnico e científico, a reestruturação produtiva e o início da quarta revolução industrial (*internet*, nanotecnologia e inteligência artificial).

Outro elemento crítico se referiu ao caos financeiro que se impôs do domínio econômico das transações do capital especulativo em detrimento do mercado produtivo, bem como das transformações nas formas de acúmulo de Capital:

A globalização vem se revelando um processo contraditório, desigual e assimétrico. Tal processo vem sendo intensificado pela revolução tecnológica, sobretudo com a horizontalização das empresas e sua ligação pela rede de informática; e pelo neoliberalismo, cuja essência é o afastamento dos obstáculos legais e políticos à circulação do fluxo de mercadorias e dinheiro. No entanto, ela está longe de promover uma homogeneização do espaço econômico, reafirmando a ideia de um desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo (Behring, 2011, p.182).

Portanto, a globalização implicou em concentração de riqueza, o aprofundamento e precarização da exploração da força de trabalho e reestruturação do Capital. E, ainda na revolução digital da sociedade contemporânea que metamorfoseia as formas de geração de Capital, os algoritmos potencializam mais lucros que a produção de mercadorias.

³⁷ O capitalismo na era digital é analisado por Dowbor (2020). O livro trata sobre as metamorfoses do Capital nos tempos em que o mundo digital passa a dominar o mundo social e o capital financeiro se concentra cada vez mais nas mãos de um pequeno grupo de plataformas digitais. Essa nova forma de apropriação do Capital socialmente produzido se assevera ainda para mudança nas relações de trabalho e aprofundamento do desemprego, destruição ambiental, barbárie social e miséria.

Houve impactos diretos na precarização das condições de vida e trabalho, produzindo o que Antunes (2020) classificou como novos arranjos no mundo do trabalho tais como a terceirização, uberização e desemprego. Para Dowbor (2020), esse caminho aponta como uma mudança estrutural na nossa forma de organização social e instituindo o que ele chama de “civilização da informação”.

Sobre essa transformação na base produtiva, o conhecimento tecnológico passou a manter o controle, e, a tecnologia tornou-se o principal fator de produção. “O conhecimento é um bem imaterial. É fluído, navega quase na velocidade da luz e pode ser indefinidamente apropriado sem custos adicionais. A base material do que conhecíamos como capitalismo industrial se transforma” (Dowbor, 2020, p.29).

Nesse sentido, com a revolução no próprio sistema do conhecimento, não se priorizou a materialização na produção, e, sim a produção e reprodução do Capital baseada no conhecimento incorporado.

Observa-se que, em todas essas fases do ciclo de desenvolvimento do sistema capitalista, o Estado burguês estabeleceu consensos e reproduziu interesses das classes dominantes, e isso ocorre desde a sua constituição até o cenário contemporâneo em que as suas fronteiras são controladas pelo neoliberalismo. “O Estado é o instrumento pelo qual a classe economicamente dominante se faz também politicamente dominante. E o Estado faz isso mediante dispositivos jurídicos-administrativos, bem como por meio de processos propriamente ideológicos” (Severino, 2007b, p.167)

Na fase atual do imperialismo econômico global, o Estado atua de forma complementar na dinâmica de reprodução dos interesses burgueses, assumindo o papel de mediar os contrassensos entre as classes sociais:

Neste sentido, são inseparáveis a universalidade formal/legal do Estado e a mercantilização universal do capital. A insuperável hierarquia estrutural substantiva da base material do capital encontra seu equivalente no nível das relações legais e políticas, clamando pela defesa da mais iníqua ordem estabelecida a qualquer preço (Mészáros, 2009, p.02).

Consequentemente, as desigualdades do sistema capitalista são expressas, sobretudo, através da privação do acesso às condições básicas de subsistência e dos direitos sociais, inclusive, à educação. Nessa seara, as Políticas sociais são resultados da luta pelos direitos sociais e das correlações de força entre segmentos da sociedade civil no interior do Estado. Nessa luta, eventualmente conseguem conquistar algumas políticas sociais, pois são provisórias e limitadas.

Para Severino (2007b), historicamente, não há experiências de Estado efetivamente democrático que tenha assegurado o bem-estar entre as pessoas, sobretudo, quando se trata do Estado liberal capitalista.

Assim, o Estado administra não somente as relações econômicas, mas também estabelece consensos diante das contradições sociais que se expressam através da Questão Social.

Neste sentido, o Estado não foi apenas moldado pelas fundações econômicas da sociedade, como também moldou deveras ativamente a realidade multifacetada das manifestações reprodutivas do capital no decorrer de suas transformações históricas, tanto na fase ascendente como na decadente de desenvolvimento do sistema do capital (Mészáros, 2009, p.01).

Além de atender às requisições do Capital, o Estado oferece políticas sociais para atender as condições mínimas de subsistência da classe trabalhadora. E, as políticas educacionais também são utilizadas pelas classes dominantes para produção da riqueza e acúmulo de capital, dando ênfase à educação acrítica e reprodutivista que qualifica o capital humano para o mundo do trabalho, longe de uma proposta de sociedade emancipadora e transformadora.

Todavia, diante das imposições da hegemonia burguesa na sociedade capitalista e as políticas de assistência estudantil com caráter compensatório, questionou-se: Quais as possibilidades de a educação imprimir formas de justiça social e emancipação humana nesse cenário das contradições do capitalismo que instauram as desigualdades sociais? É o que se busca discutir no debate feito a seguir.

3.3 Teorias da Educação e as contribuições da Educação para uma formação humana

A conceituação teórica sobre educação abrange diferentes dimensões teórico-práticas e ético-políticas, dada a complexidade de elementos relacionados a esse fenômeno, quais sejam: a realidade social, projeto ideológico, dimensão pedagógica, sujeitos envolvidos etc. Assim, o campo científico abriga correntes teóricas de pesquisa, abordagens e proposições sobre “educação” no conjunto da complexidade das suas dimensões de análise nos diferentes contextos.

Mainardes (2009), ao discutir a epistemologia das pesquisas em educação indica como a perspectiva crítica e dialética analisa as políticas educacionais articulando as dimensões do contexto social às questões teórico-metodológicas.

Para Sáez Alonso (2007), a implementação da Educação se dá em uma determinada realidade social, econômica, política e cultural, por isso, a abordagem teórico-prática dos processos educativos sofre influências desse cenário. Para o autor, é preciso repensar a prática educativa partindo dos pressupostos teóricos do que se define por Educação e sobre o que é a Teoria ou as Teorias da educação.

As Teorias da Educação têm o compromisso de subsidiar a prática educativa enquanto produção do saber, tendo, portanto, a junção da articulação teórico-prática. As referências sobre ensino e educação produzidas por Marx e Engels (2011) a partir dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e no *Capital* trazem elementos sobre como a Educação, a ciência e o conhecimento foram apropriados pelo modo de produção capitalista desde a sua constituição.

De acordo com os filósofos, a emancipação dos indivíduos só ocorreria quando atingisse todos os níveis, inclusive da consciência. Ou seja, somente com a tomada de consciência e organização de classe é que seria possível mudar a realidade social. Contudo, a consciência é determinada pela realidade social e não o contrário: “O problema sobre se é possível atribuir ao pensamento uma verdade objetiva não é um problema teórico, mas sim prático. É na prática que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a força de seu pensamento” (Marx e Engels, 2011, p. 41).

Os textos sobre ensino e educação em Marx apontam que grandes intelectuais que produziam conhecimento e ciência como Lutero, Leonardo da Vinci, Maquiavel participavam também da atividade política, e não se limitavam à dimensão teórica. Outra característica desses grandes pensadores é que não se integravam à produção e reprodução do Capital: “Os heróis daquele tempo ainda não eram escravos da divisão do trabalho, cuja influência dá à atividade dos homens, como podemos observá-lo em muitos de seus sucessores, um caráter limitado e unilateral” (Marx e Engels, 2011, p. 74).

Ocorre que, historicamente, a Educação se constitui como uma estratégia do Capital a partir do controle e poder já nas primeiras fases de desenvolvimento industrial. Um dos exemplos foi a exploração abusiva do trabalho de crianças e mulheres que sustentavam a família (por isso, precisavam se submeter à tortura e escravidão no trabalho) dentro das fábricas durante o Século XIX. As escolas não ofereciam ensino digno às crianças, apenas a frequência escolar durante 30 dias seguidos para ingressarem nas fábricas:

Muitos meninos frequentaram a escola durante as 150 horas prescritas, ao voltarem a ela, ao fim de sua permanência de 6 meses na estamperia não sabem mais do que sabiam quando começaram ... Naturalmente, esqueceram tudo o

que aprenderam na sua frequência escolar anterior. Em outras estamparias, a frequência escolar depende totalmente das exigências do trabalho dentro da fábrica (Marx e Engels, 2011, p. 89).

O sistema fabril direcionou o modelo de educação para o trabalho, investindo no desenvolvimento de habilidades para a reprodução do Capital. Nesse período, os desprovidos do capital econômico também foram privados do acesso ao ensino superior devido às medidas de ajuste fiscal, e, aqueles que protestavam eram presos ou exilados.

O modo de produção capitalista adota a Educação para o alcance dos interesses de produção, acumulação e reprodução da riqueza socialmente produzida nas mãos da classe dominante. Para Marx e Engels (2011), somente em uma nova ordem societária para além do Capital é que a Educação e o ensino podem cumprir o seu papel para a formação humanista.

Ainda no campo da educação, as universidades desempenham um papel importante na produção científica de interesse para a sociedade, e tem por objetivo elaborar e difundir o conhecimento científico, filosófico, artístico, cultural e tecnológico.

A educação se configura como um direito social que contribui para a formação humana, abrindo caminhos para a (re)contextualização e (re)construção de uma nova ordem societária. Essas instituições se constituem como um espaço político e de aprendizagens com um sentido orientado para um projeto de sociedade que equilibre as necessidades individuais e coletivas. Ocorre que as desigualdades sociais impactam no acesso e permanência na universidade e esses são desafios a serem enfrentados.

A educação superior e as políticas educacionais situadas no modo de produção capitalista, são atinadas pelo Estado burguês e o Capital hegemônico. Por isso, a educação é submetida aos contingenciamentos e reformas educacionais que restringem direitos, sobretudo quanto ao seu financiamento e cobertura do atendimento.

No campo da superestrutura, a educação é uma das formas de poder ideológico que as classes sociais, segundo Gramsci (dominantes e dominados) se apropriam para estabelecer consensos e reproduzir os seus interesses. É também um campo de disputas entre as classes tanto para o acesso ao conhecimento socialmente e cientificamente produzido e ainda, enquanto um espaço de organização e mobilização política.

No que tange à Educação superior pública brasileira, seu desenvolvimento histórico relacional ao sistema capitalista é permeado por lutas e contrassensos pelo direito à formação acadêmica. A seguir, é apresentado um breve panorama de como o

cenário político e econômico do país determinou ora a expansão, ora o enxugamento dessas políticas educacionais.

3.4 O contexto econômico e político brasileiro e seus impactos para as Políticas de Educação Superior

A História da Educação Superior brasileira é marcada por desigualdades de oportunidades, dificultando a inserção de segmentos da classe trabalhadora. As universidades surgiram a partir da necessidade de incentivo à pesquisa e da junção dessas faculdades que funcionavam de forma isolada. Contudo, esse processo não ocorreu de forma consensuada e planejada:

A universidade se implanta através de confrontos, negociações e compromissos, que envolviam intelectuais e setores dentro da própria burocracia estatal. Este processo é extremamente complexo, pois se dá em um momento de mudança de regime político de tal forma que os proponentes da reforma se encontram ora integrados nos grupos dominantes, ora em oposição a ele (Sampaio, 1999, p. 12).

As novas instituições ajudaram a criar uma demanda que foi amplamente explorada pelas novas classes médias urbanas em formação. A inserção dos cursos superiores na esfera universitária também ocorreu com o processo de laicização da formação: “A criação da primeira Universidade Católica assinala a falência do pacto entre Estado e Igreja, estabelecido a partir de 1931, e que leva a Igreja a buscar seus próprios caminhos (Sampaio, 1999, p. 13).

Conforme Sampaio (1999), a universidade catedrática de sistema rígido e autoritário passou a ser substituída por modelo de ensino que, teoricamente, incorporou as demandas do movimento estudantil, dos pesquisadores e intelectuais, entretanto, se materializou com viés conservador e autoritário, e, uma formação fragmentada e flexível.

Para a autora, no período entre as décadas de 1940 e 1960 ocorreu a expansão das universidades com o desenvolvimento da rede de universidades federais. Mas, as universidades não foram efetivamente planejadas, e sim adaptadas a partir de outros modelos institucionais. O Estado também incorporou as instituições de educação superior para atender ao Capital que impulsionava o desenvolvimentismo econômico, a urbanização e a industrialização no Brasil a partir dos anos 1960.

Germano (1990) em sua Tese de Doutorado intitulada “Estado Militar e Educação no Brasil 1964/1985): Um Estudo sobre a Política Educacional” trata da intervenção do regime militar no cenário político e econômico e nas políticas educacionais brasileiras. Durante a Ditadura Militar brasileira (1964-1985), as universidades e a comunidade

acadêmica foram fortemente vigiadas, controladas e punidas pelo regime antidemocrático dos governos militares, ao mesmo tempo em que se expandiram para todo o território nacional.

A tese destacou elementos como a corrupção, a privatização do Estado e as fortes repressões dentro do contexto universitário, e ressaltou que este período foi marcado por momentos de conflitos e consensos derivados “[...] da luta de classes, da correlação de forças entre o Estado e os setores oposicionistas da sociedade civil, bem como das contradições inerentes ao próprio bloco no poder, ou seja, dos conflitos existentes entre as diversas facções militares e das classes dominantes (Germano, 1990, p.125).

Para o autor, a política educacional entendida como política social foi utilizada pelo Estado para manter a dominação política, a acumulação capitalista e os consensos a fim de se legitimar a hegemonia burguesa no poder.

No ano de 1968, a Reforma Universitária entrou em curso inicialmente a partir das reivindicações do movimento estudantil³⁸, sobretudo com a União Nacional dos Estudantes (UNE), contudo, os interesses divergiam do Estado à época. “A reforma incorporou a estrutura e tentou inviabilizar, a todo custo, um projeto de universidade crítica e democrática ao reprimir e despolitizar o espaço acadêmico” (Germano, 1990, p. 172).

Ainda década de 1960, houve a expansão e repressão no ensino superior conforme aponta Sampaio (1999). Ocorreram mudanças na estrutura universitária como a organização de departamentos, e, apesar da pressão do movimento estudantil e dos docentes, não contemplaram as suas reivindicações. O regime militar implantou medidas de controle político-ideológico que se disseminaram dentro das instituições:

O novo modelo foi implantado, a partir de 1969, sob um regime político extremamente autoritário, que mantinha as universidades sob intensa suspeita e vigilância policial; as antigas escolas profissionais resistiram com sucesso à sua dissolução em institutos e departamentos; e havia, no fundo, uma contradição insolúvel entre os ideais de democratização e participação estudantil das universidades e o modelo de universidade de elite (...) (Sampaio, 1999, p. 16).

³⁸ Braggio (2019) aborda sobre a relação da gênese do movimento estudantil e da reforma universitária no Brasil, tendo como base o contexto histórico de 1920 a 1960. A pesquisa constatou que as mobilizações estudantis lutavam pela reforma universitária, corroborando inclusive com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) no ano de 1938. O 1º Seminário de Reforma do Ensino Superior realizado em 1957, teve as discussões permeadas nos aspectos pedagógicos. E, durante o 1º Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior realizado em 1960 em Salvador-BA é que vem à tona a luta pela democratização do ensino superior.

Também entrou em evidência, a privatização da educação superior pública brasileira que, seria uma forma de estabelecer consenso entre “[...] os setores dirigentes (intelectuais, empresários, tecnoburocratas, militares), frente ao projeto político e econômico do Regime Militar” (p.185).

A expansão do ensino privado e a diversificação no modelo de ensino superior impactou nas perspectivas educacionais hegemônicas:

A expansão de estabelecimentos privados e não universitários é governada pelas leis do mercado e está, portanto, condicionada aos elementos mais imediatos da demanda social, que se orienta no sentido da obtenção do diploma. Cria-se, assim, um sistema empresarial de ensino no qual a qualidade da formação oferecida é secundária e a pesquisa totalmente irrelevante (Sampaio, 1999, p. 19).

Assim, a Educação superior tornou-se um produto disponível no mercado e os anos seguintes de declínio da ditadura, também tem repercussões para a política educacional brasileira.

De acordo com Germano (1990), o período de 1974 até meados de 1985 a burguesia passou a reivindicar o poder político e a menor intervenção do Estado. O regime militar deixou marcas de distinção entre os objetivos apresentados pelas políticas sociais e como o Estado as conduziu, para manter o poder autoritário.

Mesmo com a luta e mobilização da sociedade em defesa dos direitos sociais, que culminou com a crise política e a seguida dissolução do regime em 1985, o Estado manteve o seu papel de consensuar as contradições e reproduzir desigualdades. “Assim sendo, uma análise efetiva das políticas sociais há que levar em consideração essa discrepância, a qual permite estabelecer a diferença entre os objetivos proclamados e a prioridade real da ação do Estado” (Sampaio, 1999, p.396).

Com a instauração do colégio eleitoral em 1985 e as eleições diretas para a instituição da “Nova República”, iniciou-se o processo de redemocratização da política brasileira. A conquista decorreu das pressões de segmentos da sociedade, ampliando-se as lutas e mobilizações, bem como as legislações que tratavam sobre a garantia de direitos sociais aos cidadãos brasileiros, a exemplo da educação pública, fruto das lutas e mobilizações dos movimentos sociais e da sociedade civil.

Esse movimento em prol dos direitos materializados através das políticas públicas foi impulsionado pela organização e mobilização social, sobretudo, dos setores progressistas da sociedade que evidenciaram as pautas estratégicas, dentre as quais a temática em torno da universalização da educação superior.

A previsão legal desses direitos e a pressão da sociedade não foram suficientes para superação da ordem imposta pelo capitalismo que determinou ao Estado oferecer apenas os direitos sociais mínimos para as classes subalternas. Promulgada em 1988, a Constituição Federal vigente é considerada como o marco legal que fomentou as Leis e Decretos no âmbito dos direitos sociais, especialmente, na política de educação.

Ocorre que a implementação das políticas públicas que garantem esses direitos, inclusive o direito à Educação superior, foi influenciada pelo Capital. No caso da expansão da educação superior pública brasileira, houve impactos diretos sobretudo com as seguidas reformas neoliberais.

A expansão do ensino privado foi um projeto endossado inclusive pelos governos posteriores. Para Deitos (2022), os governos de Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) também alinharam a política econômica brasileira ao Capital globalizado e excludente com as reformas e medidas de ajuste fiscal conforme tópico a seguir.

3.4.1 As reformas nas políticas de educação superior na década de 1990

No cenário mundial, assim como no Brasil, as reformas em curso seguiram as orientações do capital globalizado, tendo o Banco Mundial como principal financiador da educação voltada à lucratividade e maximização da produtividade.

Para Chauí (2003), a reforma do Estado brasileiro em curso desde os anos 1970 trouxe mudanças da universidade enquanto instituição para tornar-se uma organização social denominada pela autora de *universidade operacional* por incorporar a lógica de mercado nos seus espaços:

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos (Chauí, 2003, p.07).

Além dessas mudanças no campo da gestão universitária, também houve mudanças no trabalho docente e na formação acadêmica: “(...) não há tempo para reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua superação. Numa organização, a atividade cognitiva não tem como nem por que se realizar” (Chauí, 2003, p.07)

Seguindo essa tendência de perspectivas educacionais que gerem lucro para o Capital dominante, o Estado também implementou medidas governamentais para

incentivar à privatização e terceirização da gestão da educação através da iniciativa privada e do limite de investimentos nessa política, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da contratação de Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações Sociais (OS) e de sistemas de ensino padronizados. E, para a autora, os efeitos dessa política educacional não melhoram a qualidade do ensino nem contribuem para a democratização do acesso à educação.

Em 1996, foi sancionada a Lei nº 9.394 – lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que incorpora o ensino profissional para a vida produtiva:

A correlação de forças entre as demandas dos trabalhadores por qualificação, assim como as demandas por trabalhadores qualificados para alimentar o sistema produtivo, pressiona o Estado a legislar. A legislação pode ser visualizada como um artifício; que, embora não responda de modo inequívoco às demandas sociais, resulta da correlação de forças que predominam em um contexto social e político (Oliveira e Silva, 2019, p. 182).

Os documentos produzidos nesse período a nível mundial que tiveram repercussões na política educacional brasileira, a exemplo das conclusões da Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Jomtien (1990) e do documento *Educação Básica e Formação Profissional: uma visão dos empresários*, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria em 1993 são alguns dos aparatos que subsidiaram o domínio do Capital estrangeiro sobre a Educação. Prioriza-se a formação na educação básica, distante da criticidade e voltada para habilidades genéricas dos trabalhadores.

A partir da década de 1990, ocorreram uma série de reformas que conduziram a uma concepção mercantilista sobre a Educação. Conforme Oliveira e Silva (2019), a articulação entre educação e trabalho se desenhava desde o processo de industrialização brasileira nos anos de 1970 em que se coloca a necessidade de mão-de-obra para o trabalho, sobretudo após a mudança para o sistema de produção *flexível*³⁹.

As reformas também tiveram impactos financeiros e administrativos, o estímulo à privatização e participação de organizações não governamentais no sistema educativo, flexibilidade do currículo, além de políticas educacionais condicionadas à análise econômica, distante de uma formação crítica, propositiva e transformadora (Oliveira e Silva, 2019).

Sguissardi (2002) analisou que a privatização da educação superior no Brasil no período de 1995 a 2001 foi influenciada pela inserção subalterna do país à economia

³⁹ A produção flexível substituiu o modelo fordista e taylorista, e exige que o trabalhador seja polivalente e adaptável às constantes mudanças nos processos de trabalho (Oliveira e Silva, 2019).

global, especialmente com as reformas e ajustes fiscais orientados pelo mercado. Elas já vinham sendo defendidas desde a década de 1980 e foram impulsionadas a partir dos governos de Collor de Melo (1990-1991), Itamar Franco (1992-1994) e especialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Os dados da pesquisa demonstraram que, nos anos 1990, o ensino superior privado se expandiu através da fragmentação de instituições de ensino superior, além da má distribuição e concentração regional dessas instituições e das vagas. A educação superior também enfrentou a redução dos recursos financeiros destinados às Ifes, demonstrando que a expansão das vagas nesse lastro temporal de 1995 a 2001 não significou a democratização e universalização do acesso da educação superior (Sguissardi, 2002).

A influência do empresariado nacional e dos organismos internacionais se estendeu ainda nos anos 2000. Na dinâmica de correlação de forças, a educação incorporou políticas que favoreceram o acesso de grupos historicamente excluídos, contudo, também sofreu ataques diante da imposição do projeto neoliberal e da contrarreforma do Estado no país (Neves, 2002).

O aumento das vagas do ensino superior ocorreu nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e de Dilma Rousseff (2011-2016) através de programas como o Reuni. Entretanto, o crescimento das instituições públicas não acompanhou o investimento do Estado no setor privado.

As medidas que impulsionaram o direito à educação como a universalização da educação básica, formação de fundo orçamentário específico, reorganização da rede de ensino, da gestão e dos currículos etc., também estavam inseridas na dinâmica de limitar o papel do Estado, especialmente no que se refere ao financiamento, e consequente corte de direitos. As instituições públicas de educação superior sofreram cortes progressivos no repasse de recursos, a precarização das condições de trabalho dos educadores etc. (Oliveira e Silva, 2019).

Os dados publicados no Censo da Educação Superior 2022 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP mostram a evolução do número de matrículas em cursos de Graduação a partir dos anos 2000, conforme tabela a seguir:

Tabela 4 – Número de Matrículas em Cursos de Graduação no Brasil (2000-2022)

Ano	Matrículas nos Cursos de Graduação					
	Total Geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
2000	2.695.927	888.708	483.050	333.486	72.172	1.807.219
2001	3.036.113	944.584	504.797	360.537	79.250	2.091.529
2002	3.520.627	1.085.977	543.598	437.927	104.452	2.434.650
2003	3.936.933	1.176.174	583.633	465.978	126.563	2.760.759
2004	4.223.344	1.214.317	592.705	489.529	132.083	3.009.027
2005	4.567.798	1.246.704	595.327	514.726	136.651	3.321.094
2006	4.883.852	1.251.365	607.180	502.826	141.359	3.632.487
2007	5.250.147	1.335.177	641.094	550.089	143.994	3.914.970
2008	5.808.017	1.552.953	698.319	710.175	144.459	4.255.064
2009	5.954.021	1.523.864	839.397	566.204	118.263	4.430.157
2010	6.379.299	1.643.298	938.656	601.112	103.530	4.736.001
2011	6.739.689	1.773.315	1.032.936	619.354	121.025	4.966.374
2012	7.037.688	1.897.376	1.087.413	625.283	184.680	5.140.312
2013	7.305.977	1.932.527	1.137.851	604.517	190.159	5.373.450
2014	7.828.013	1.961.002	1.180.068	615.849	165.085	5.867.011
2015	8.027.297	1.952.145	1.214.635	618.633	118.877	6.075.152
2016	8.048.701	1.990.078	1.249.324	623.446	117.308	6.058.623
2017	8.286.663	2.045.356	1.306.351	641.865	97.140	6.241.307
2018	8.450.755	2.077.481	1.324.984	660.854	91.643	6.373.274
2019	8.603.824	2.080.146	1.335.254	656.585	88.307	6.523.678
2020	8.680.354	1.956.352	1.254.080	623.729	78.543	6.724.002
2021	8.986.554	2.078.661	1.371.128	633.785	73.748	6.907.893
2022	9.443.597	2.076.517	1.344.835	655.492	76.190	7.367.080

Fonte: MEC/INEP, 2023, p. 19

De acordo com os dados, na década de 2000 a 2010, o número de matrículas dobrou, passando de meio milhão para um milhão. Em 2012, a Rede Federal de Ensino Superior dispunha de 1.087.413 matrículas de graduandos, e em 2022 foram realizadas 1.344.835 matrículas em cursos de Graduação nas Ifes, demonstrando um aumento relativo do acesso à educação superior pública.

Verifica-se a expansão do setor privado, onde o capital domina a oferta desse tipo de ensino. No ano de 2022, mais de 75% das matrículas pertenciam à iniciativa privada. Nesse ano, 7 milhões do total de 9.443.597 matrículas foram feitas em instituições particulares.

Durante os governos de Lula e Dilma a educação superior privada também se ampliou através de programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Nesse cenário, a expansão das instituições privadas atendeu sobretudo aos interesses e orientações dos organismos internacionais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), e, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (Silva, 2019).

A interferência dessas instituições também ameaçou o direito à educação de finalidade pública e gratuita, e, a perspectiva da educação como bem público, crítica, propositiva e transformadora imprimindo um modelo de educação aligeirada, acrítica e imediatista:

As organizações econômicas reguladas pelas leis de mercado, trazem em seu cerne a busca por maior campo de atuação e aumento da sua lucratividade. Esta busca provocou uma transformação entre as instituições de toda a natureza que passaram a ser estimuladas a alterarem o seu modo de pensar e produzir conhecimento, trazendo um conhecimento mais prático que fosse capaz de atender as demandas econômicas (Silva, 2019, p.75).

Além disso, ao passo que a educação na concepção de liberal de Estado adotada, deixou de ser um direito social e se adere à lógica do mercado que desobriga o Estado de manter a Educação independente da condição socioeconômica dos cidadãos e aprofundou as desigualdades entre as classes sociais. Assim, a massificação da educação superior se deu através da educação superior privada.

Com o aumento do quantitativo de estudantes das camadas populares nas Ifes devido à expansão das vagas com o Reuni e o ingresso de estudantes pelas cotas, houve a necessidade de políticas públicas para a permanência estudantil durante a graduação, a exemplo do programa PNAES.

Ocorre que, em agosto de 2016 a Presidenta Dilma foi destituída do seu cargo devido a aprovação do processo de *Impeachment* ⁴⁰ por um suposto crime de responsabilidade fiscal. Os governos posteriores de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) interromperam a expansão da educação superior pública. Ambos

⁴⁰ As ameaças às democracias representativas e o fortalecimento dos discursos autoritários, anti-humanistas e antidemocráticos não ocorreram somente no Brasil. Para Ballestrin (2018), o fenômeno da desdemocratização foi gestado pelo neoliberalismo à nível global e trouxe riscos ao Estado Democrático de Direito. No caso do *Impeachment*, “o Brasil demonstrou ao mundo que as agendas neoliberal e neoconservadora, quando contrariadas e aliadas, são capazes de produzir uma ruptura democrática com aparência democrática” (p. 160).

tiveram um modelo econômico eminentemente ultraliberal, que afetou diretamente as políticas sociais e os direitos sociais por eles garantidos (Araújo e Carvalho, 2021).

Além das reformas de ataques aos direitos sociais, ambos adotaram medidas de contingenciamento financeiro na educação que repercutiram diretamente nas Ifes, sobretudo, a partir do ano de 2016.

A educação superior e os seus programas como o PNAES tiveram grandes cortes orçamentários e limitações resultantes da incidência neoliberal sobre as políticas sociais, colocando fortes obstáculos à efetivação dos objetivos do programa.

Os dados do painel do Orçamento Federal detalham a queda no orçamento do Ministério da Educação (MEC) para a Educação superior no período de 2012 a 2023:

Tabela 5 – Dotação orçamentária do MEC para a educação superior (2012-2023)

Ano	Dotação atual	Diferença	Percentual
2011	R\$ 20.783.009.785,00	-	-
2012	R\$ 23.690.656.727,00	R\$ 2.907.646.942	11%
2013	R\$ 27.500.245.431,00	R\$ 3.809.588.704	12%
2014	R\$ 30.507.537.213,00	R\$ 3.007.291.782	11%
2015	R\$ 33.776.586.388,00	R\$ 3.269.049.175	11%
2016	R\$ 32.855.739.114,00	-R\$ 920.847.274	-1%
2017	R\$ 33.786.403.170,00	R\$ 930.664.056	2%
2018	R\$ 33.679.952.585,00	-R\$ 106.450.585	-1%
2019	R\$ 34.890.988.460,00	R\$ 1.211.035.875	1%
2020	R\$ 33.805.057.807,00	-R\$ 1.085.930.653	-3%
2021	R\$ 32.596.534.407,00	-R\$ 1.208.523.400	-3%
2022	R\$ 34.149.391.426,00	R\$ 1.552.857.019	5%
2023	R\$ 38.986.532.393,00	R\$ 4.837.140.967	14%

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2023)

Verifica-se que, o número de matrículas na educação superior na rede federal de ensino superior no ano de 2008 era de 698.319, em 2018 chegou a 1.324.984. Apesar desse aumento de matrículas no intervalo de uma década, os recursos orçamentários não acompanharam a mesma proporção.

Nesse mesmo período, os recursos orçamentários reduziram substancialmente, sobretudo, a partir de 2016 devido à conjuntura política e econômica do Governo Michel Temer que reduziu direitos através de medidas como a Emenda Constitucional nº 95/2016. Os aumentos anuais nas dotações orçamentárias em 11% até 2015 foram substituídos por reduções nos valores a partir de 2016 devido à EC nº 95/16.

A expansão da Educação Superior brasileira não foi acompanhada de investimentos financeiros suficientes para o crescimento das vagas nas Ifes. A estagnação no orçamento anual pago a essas instituições a partir do ano de 2016, repercutiu em desafios para essas instituições se manterem com o mesmo orçamento de oito anos atrás, mesmo com a progressiva ampliação de vagas para estudantes advindos das classes populares.

Soma-se a isso, o contexto de crise econômica para a classe trabalhadora e a necessidade de melhoria nas manutenções das Ifes, bem como de orçamento para o incentivo e desenvolvimento das ações de pesquisa científica e extensão universitária.

Os governos de Michel Temer (2016-2018) e principalmente no Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que tinham orientação política conservadora e ultraliberal, minimizaram as políticas públicas, suas instituições e os direitos sociais como à educação pública e gratuita. O cenário era de dificuldade de funcionamento das políticas educacionais e incerteza quanto à continuidade das políticas e programas sociais e educacionais, a exemplo do programa PNAES.

Além das limitações financeiras, na dimensão política, a educação pública também sofreu sucessivos ataques à autonomia financeira e político-pedagógica. Concomitantemente, a crise econômica e sanitária decorrente da pandemia da COVID-19⁴¹ aprofundou a crise capitalista em curso. Os dados da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz, 2023), mostraram que, a desigualdade de classe e de cor foram fatores importantes nas taxas de mortalidade por Covid-19.

Enquanto o Estado implementava uma série de reformas, acentuava-se a desigualdade social⁴², o desemprego e a miserabilidade. A Educação superior pública também teve sérias dificuldades como a redução no orçamento e a retirada da autonomia política das universidades, enquanto o ensino privado se expandia através dos incentivos

⁴¹ Devido à disseminação do novo coronavírus SARS-CoV-2, a Organização Mundial da Saúde – OMS decretou pandemia em 11 de março de 2020 recomendando diversas medidas sanitárias como uso de máscaras faciais, manter a higiene das mãos e o isolamento social. Ainda assim, a emergência global se estendeu até maio de 2023, resultando em quase vinte milhões de mortes no mundo (OPAS, 2023). Ocorre que, o Governo brasileiro negligenciou a assistência à saúde e a adoção de medidas de prevenção à disseminação do vírus, por isso, o país ocupou o segundo lugar com o maior número de mortes pelo Covid-19, perdendo apenas para os Estados Unidos.

⁴² Para Mancebo (2020, p.03), “a desigualdade social já era extrema, com o Brasil ocupando o 6º lugar dentre os países mais desiguais do mundo, o que contribuía para a pobreza endêmica, com vastas parcelas da população (especialmente, preta), amargando condições de vida e de moradia degradadas e serviços sociais insuficientes”.

financeiros e políticos e a disseminação do Ensino à Distância – EAD⁴³ (juntamente com a robotização no ensino).

Em síntese, nas diretrizes dos atuais reformadores, a mudança de rota desejada implica a aplicação dos receituários do ultraneoliberalismo e do neoconservadorismo, com uma agenda focada em privatizações, gestão por resultados, “aceleração da aprendizagem”, conteudismo e a adoção de um modelo “híbrido” que incorpore a educação a distância na política educacional (Mancebo, 2020, p. 11).

Esses desafios repercutiram nas possibilidades de democratização da educação superior e no direito à Educação Superior de qualidade, sobretudo, para os grupos historicamente excluídos. Os ajustes feitos pelo Estado nas políticas sociais e educacionais também foram usados enquanto estratégias de controle e redução de direitos para atender às demandas do Capital e às requisições do trabalho.

Por isso, diante das reformas do Estado, as quais tiveram rebatimentos diretos na educação superior brasileira, Freitas (2016) defende a garantia da gestão pública no ambiente de ensino e sobretudo da participação da comunidade escolar. “É importante deter o processo de privatização da instituição de ensino pública que vem embutido nestas políticas de responsabilização verticalizadas (terceirização de gestão)” (p. 135).

Sob a perspectiva crítica, a Educação de qualidade pauta-se na defesa enquanto direito social, no respeito e valorização da docência, e, na participação social dentro do contexto educacional visando discutir as demandas do cotidiano escolar. Para isso, as políticas sociais são estratégias de trabalho que o Estado utiliza para viabilizar o direito à formação superior.

As políticas sociais objetivaram conciliar os interesses entre as classes, subsidiam os mínimos sociais para a classe trabalhadora, mas não tensionam o poder hegemônico da classe dominante. Os desafios enfrentados pelas políticas sociais e educacionais para viabilizar direitos sociais na busca pela emancipação humana serão discutidos a seguir.

No modo de produção capitalista, as políticas sociais de enfrentamento à questão social se colocam no terreno de contradições, atendendo às necessidades ora do capital e ora do trabalho. Essas políticas são influenciadas pelos organismos internacionais quanto aos seus critérios, grau de atuação e financiamento, e, alcançam a superação das contradições sociais, apenas amenizam as desigualdades sociais:

⁴³ O EAD é uma modalidade de ensino que pode contribuir para democratizar a Educação, entretanto, deve estar associada às atividades presenciais, inclusive de pesquisa e extensão. “O EAD requer planejamento cuidadoso, específico, deliberado, associado a atividades presenciais sistemáticas e com práticas pedagógicas desenvolvidas para a referida estratégia de ensino” (Mancebo, 2020, p. 10).

As retóricas discursivas do combate à pobreza e a prática de alívio dela debilitam as sequelas mais graves, porém não alteram os fatores estruturais que geram a pobreza, ou seja, a reprodução da desigualdade econômica e os padrões de concentração na distribuição de riqueza e de poder no plano internacional. A proposta de integração social por meio de estratégias de redução da pobreza, não supera os pressupostos do liberalismo social de amortização e compensação social do desenvolvimento econômico como a seletividade, a focalização, e a ativação e a responsabilidade dos pobres e da sociedade civil nas políticas públicas de ‘superação’ da pobreza (Freire e Cortes, 2020, p. 29).

Diante da impossibilidade de transformação da realidade social, atendem às requisições capitalistas (ajustamento dos trabalhadores, redirecionamento do fundo público etc.) e suprem demandas imediatas da classe trabalhadora, especialmente aquelas relativas aos bens sociais fundamentais como a educação, moradia, transporte, saúde etc. (Behring e Boschetti, 2008).

Nos países da periferia do capital, a tendência identificada é de prevalência nesses países de políticas sociais de caráter assistencialista e de natureza seletiva, ainda que sob a responsabilidade predominante do Estado (Behring e Boschetti, 2008).

O Brasil tem o assistencialismo como a marca central das políticas sociais, pois, enquanto desenha um padrão de proteção social pautada no direito social, contraditoriamente, também reforça o perfil assistencial das políticas.

No caso das políticas educacionais, Peroni e Lima (2020) explicam que o “desenvolvimento capitalista da educação”⁴⁴ se deu com o avanço das políticas conservadoras e do gerencialismo nas relações entre o público e o privado. Houve um movimento para retirada de direitos sociais e fragilização da democracia, com a finalidade de manutenção do poder das classes dominantes e maximização do acúmulo de Capital.

Diante do avanço do neoliberalismo e neoconservadorismo na conjuntura brasileira, são estratégias de enfrentamento às desigualdades sociais, a luta e o posicionamento em defesa das políticas sociais e da democracia.

⁴⁴ As autoras problematizam as consequências da aliança entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo para as políticas públicas, especialmente para a Educação. Enquanto o Estado se dispersa, a privatização e a transferência de recursos públicos para Organizações não Governamentais (ONGs) se expandem, inclusive, os serviços públicos não privatizados também incorporam padrões de desempenho alinhados aos do mercado. Os movimentos políticos conservadores também ganham força (Movimento Brasil Conservador, Movimento Brasil Livre, Escola Sem Partido etc.), no sentido de mobilizar a opinião pública, principalmente através das redes sociais, inclusive conseguiu eleger candidatos para as diferentes casas legislativas, inclusive, para o Congresso Nacional. Um dos exemplos dessa articulação está “entre as pautas do MBL, desde o nascimento, constam a defesa da liberdade individual e de mercado, reivindicam a redução do Estado e o combate à corrupção, pautas essencialmente neoliberais” (Peroni e Lima, 2020).

A seguir, pretende-se desvelar a quem interessa, o que elas buscam e como são feitas as avaliações das políticas educacionais pelo Estado? Para isso, será analisado como o Estado avalia e avalia as políticas para a permanência, a exemplo da política de assistência estudantil.

4. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA A PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO: Caminhos, desafios e possibilidades

"Só consegui continuar aqui porque tinha a assistência estudantil, sem ela era impossível, não teria condições financeiras para continuar" (Estudante do curso de Agroindústria, *Campus III*).

Este capítulo procura responder à seguinte questão: quais os processos e modelos de avaliação da Política de Assistência Estudantil para a permanência e conclusão da formação superior? No preâmbulo, discute-se sobre as avaliações das Políticas educacionais implementadas pelo Estado capitalista que se coloca como avaliador para regulação e mediação a serviço do Capital.

Em seguida, busca-se apresentar traços da realidade da Educação Superior pública brasileira e da necessidade das políticas para a permanência frente à expansão do sistema associado às políticas de inclusão social. As avaliações da política de assistência estudantil apresentadas a seguir demonstram os desafios e possibilidades das políticas sociais contribuírem para discentes se manterem nas instituições de ensino superior públicas durante a formação superior.

4.1 Avaliações das políticas educacionais e o papel do Estado-avaliador

As políticas públicas derivam da própria concepção do que é a Política⁴⁵ e do que é público, ou seja, elas se configuram como respostas do Estado perante as demandas da sociedade. Por isso, para compreendê-las melhor, é necessário retomar os elementos teóricos e conceituais sobre o Estado (Jaime *et al*, 2013).

No contexto do Capital contemporâneo, o Estado exerce o papel de regulação, controle e classificação, com foco principalmente no desempenho educacional, corroborando para a reprodução da competitividade e consequentemente, da exclusão. Ao analisarmos o desenvolvimento histórico das avaliações na Educação, observa-se que a realidade sócio-histórica do modelo econômico capitalista e da regulação dos interesses mercantilistas reflete diretamente na condução das políticas educacionais.

Em termos gerais, os estudos sobre avaliações das políticas educacionais são focados na dimensão das avaliações das aprendizagens, avaliações institucionais e de

⁴⁵ Palavra de origem grega derivada das *polis*, cidades Estado existentes na Antiguidade Clássica. Para a leitura sobre o conceito de Política, sugerimos a leitura do Dicionário de Política (BOBBIO, 1998, p.954-962).

larga escala. No contexto das orientações e determinações do capitalismo, esses tipos de avaliações têm sido influenciados pelo Capital.

A Educação também incorpora os interesses econômicos voltados à lucratividade para aqueles que detém a riqueza socialmente produzida, e, se sobrepõem à ideia da educação enquanto um direito social. Conforme, Schneider e Rostirola (2015), esse processo vem se expandindo desde a década de 1980, quando o modelo econômico capitalista impõe ao Estado a regulação das avaliações das políticas educacionais, colocando a competitividade e o *rankeamento* como medidas de aferição da qualidade da Educação, dentro de uma lógica produtivista com a tendência de estabelecer o controle, disciplinamento, padronização e acriticidade tratando a Educação como mercadoria, sobretudo no contexto da Educação Básica.

Nesse sentido, a centralização nas avaliações para aferição da qualidade da Educação imprime ao Estado o seu papel de Estado-avaliador. Na lógica neoliberal, as mudanças na Gestão pública sob a ótica do discurso de “modernizar” o Estado, na verdade, impactaram nas políticas educacionais submetendo-as às leis do Capital e da iniciativa privada. Nesse sentido, há processos contraditórios da educação enquanto possibilidade de busca do conhecimento crítico e o pensamento reflexivo, e, espaço que incorpora o lucro e a formação voltada para o mundo do trabalho como principal objetivo.

Valores como competitividade e eficiência para a lucratividade são materializados no âmbito educacional sobretudo nas práticas educativas e pedagógicas e nos processos de avaliação (Schneider e Rostirola, 2015).

E, o Estado atua com base nos resultados dos seus testes de avaliação e nas orientações dos organismos multilaterais. Nesse sentido, há uma contradição entre a centralização da gestão educacional nas mãos do Estado, inspirada na ideia de um Estado burocrata⁴⁶, e, a descentralização do seu poder quando permite a intervenção do Capital nas avaliações das políticas públicas.

No contexto global, as formas de regulação da Educação Superior estão organizadas através de uma rede de governança dentro dos Estados Nacionais. As

⁴⁶ A ideia de Estado burocrata Max Weber é considerado como um dos clássicos da Sociologia e trouxe contribuições importantes para a Economia. Em “Sociologia da dominação”, Weber (1999) analisa como se estruturam e se disseminam as formas de dominação enquanto um tipo de poder que se manifesta na maioria das ações sociais colocando as suas implicações para o poder econômico. “Dominação, no sentido muito geral de poder, isto é, de possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria, pode apresentar-se nas formas mais diversas” (p.188). Nesse texto, Weber esmiuça a dominação em razão dos interesses (a exemplo da dominação do mercado) ou de autoridade (através das relações de mando e obediência como o caso do patriarcalismo).

instituições financeiras pressionam os Estados e governos visando o lucro e a comercialização da Educação. O Estado na perspectiva de Estado-avaliador seguindo as influências e orientações do mercado internacional, pactuando acordos internacionais que favorecem a lógica capitalista e os países desenvolvidos enquanto atacam as políticas públicas educacionais.

As avaliações educacionais evidenciam como o modelo econômico capitalista regulou as avaliações para contemplar os ditames do capital financeiro especulativo. O Estado, associado ao Capital econômico desempenharam o papel de regulação que legitima o poder do Sistema de governança articulada de instituições globais que regulam as avaliações e acirram a competitividade e consequentemente, aprofundaram as desigualdades educacionais (Freitas, 2013).

No campo das avaliações das políticas educacionais, Freitas (2013) alerta ainda sobre os riscos da adoção dos modelos e práticas de *accountability*⁴⁷ como medidas de controle, pois, elas se vinculam aos conceitos e parâmetros mercadológicos tais como eficiência, competitividade, redução de gastos etc.

A *accountability* na avaliação da educação busca o aperfeiçoamento das políticas bem como a garantia do direito à educação, portanto, não visa a concorrência ou a competitividade. Entretanto, a influência do Capital sobre a educação tem mudado essa lógica, e, as instituições escolares se voltaram para reduzir custos, maximizar o lucro e precarizar o trabalho docente.

Para Afonso (2012), a *accountability* não deve se limitar ao excesso de avaliação sob a lógica quantitativa e de culpabilização dos estudantes perante os seus resultados. O autor propõe a avaliação para a prestação de contas e responsabilização, sob a ótica de valores democráticos como cidadania crítica, informação, transparência, justiça etc., e não apenas em resultados.

Freitas (2016), aborda como as políticas educacionais brasileiras de controle fomentam a concorrência entre as instituições escolares e sua comunidade, seguindo a tradição americana. Destaca a importância dos processos de avaliação, todavia, critica como eles ocorrem e quais as finalidades.

Para o autor, as avaliações educacionais devem ser o ponto de partida para o aperfeiçoamento das políticas públicas, contudo, sob as influências do mercado e as

⁴⁷ *Accountability* é um termo amplamente estudado e pode ser traduzido como controle, fiscalização, “prestação de contas” dentro da lógica da racionalidade liberal implementada nas avaliações educacionais (DE PAULA, COSTA e LIMA, 2019).

consecutivas reformas inspiradas em modelos empresariais nas políticas educacionais, podem ser utilizadas para o controle e a padronização do ensino, fragilização da docência e justificativa para privatização da educação pública.

Desta forma, a abordagem das avaliações educacionais⁴⁸ pode almejar políticas educacionais a partir dos interesses mercadológicos do Capital, portanto, há que se considerar os distintos projetos de avaliação. A Avaliação não deve se atrelar à perspectiva de reprodução ampliada do capital, e de orientar as políticas públicas para o atendimento das demandas da sociedade.

Schneider e Rostirola (2015) destacam a necessidade de o Brasil rever as suas políticas de avaliação educacional para não se limitarem às influências internacionais e à massificação e padronização dos testes, valorizando a dimensão pedagógica e democrática nos seus processos. As políticas educacionais devem priorizar a construção e difusão do conhecimento científico como seu principal objetivo, dentro de uma perspectiva crítica e transformadora.

As práticas de avaliação baseadas em *accountability* precisam desenvolver uma cultura de avaliação que se aproprie da concepção crítica, emancipadora e democrática da Educação enquanto um direito e não um produto do Capital.

Entretanto, há desafios para efetivação de processos avaliativos com viés democrático e de transformação social, pois, predominam avaliações das políticas educacionais desde as aprendizagens, no campo das instituições até os sistemas de ensino que são influenciadas pelas orientações dos organismos internacionais que regulam as relações econômicas no contexto do Capital.

Uma das problemáticas é que as avaliações institucionais têm a participação democrática da comunidade escolar de forma escassa e as medidas de resultado das políticas priorizam o desempenho escolar ou acadêmico dos estudantes para verificar o resultado de uma política. Como não seria diferente, as avaliações em larga escala são elaboradas e executadas seguindo essa tendência, com medidas de aferição para incentivar a competitividade e suprir as necessidades do mercado financeiro.

Para Boschetti (2009), as avaliações de políticas, programas e projetos sociais apresentam diferentes perspectivas de avaliação, entretanto, todas atribuem determinado

⁴⁸ Barreyro (2019) analisou o processo de internacionalização da avaliação da educação superior que se baseou nas orientações da política global em diversas escalas e com a influência internacional, da esfera privada e do terceiro setor. As agências de acreditação espalhadas por todo o mundo orientaram práticas e parâmetros a serem utilizados nas avaliações.

valor ou julgamento dessas políticas. Entretanto, a autora defende a importância de situá-las na totalidade e dinamicidade da realidade social e de que as políticas viabilizam direitos sociais:

É fundamental reconhecer que as políticas sociais têm um papel imprescindível na consolidação do Estado democrático de direito e que, para exercer essa função, como seu objetivo primeiro, devem ser entendidas e avaliadas como um conjunto de programas, projetos e ações que devem universalizar direitos. Para tanto, toda e qualquer avaliação de políticas sociais (ou de programas e projetos) deve se sobrepor à mera composição de técnicas e instrumentos, e se situar no âmbito da identificação da concepção de Estado e de política social que determina seu resultado (Boschetti, 2009, p. 577).

Conforme a pesquisadora, as avaliações com abordagem crítica pressupõem a criticidade, enfrentamento às desigualdades sociais e a construção de uma nova ordem societária. Essas avaliações têm a intenção de identificar estratégias para ampliação de direitos e redução das desigualdades.

No rol das políticas educacionais, as políticas para a permanência na educação superior têm a perspectiva do direito à educação superior aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A assistência estudantil é considerada a principal política para redução dos índices de evasão e retenção na educação superior, entretanto, enfrenta desafios e limites conforme discutido a seguir.

4.2 As políticas para permanência na educação superior e a sua intersecção com a Assistência Estudantil

A Assistência estudantil nas instituições de educação superior é uma política social que tem a permanência dos estudantes de cursos de Graduação como principal finalidade. A permanência demanda aos estudantes, um conjunto de condições do ponto de vista pedagógico, assistencial, cultural e de organização administrativa que os auxiliem desde a inserção na universidade até a fase de conclusão do seu curso superior.

A permanência é uma categoria teórica amplamente estudada nas pesquisas sobre educação superior (Macedo, 2017). Trata-se de um fenômeno que envolve várias dimensões, inclusive as necessidades materiais e o acesso às políticas públicas. Nesse sentido, a assistência estudantil tem o objetivo de favorecer aos estudantes o alcance dos direitos sociais necessários à permanência na educação superior:

A categoria permanência pode ser considerada como multidimensional, pois, a sua existência envolve uma série de fatores de origem pedagógica, social, econômica, cultural ou individual. Estudos apontam que, a identificação com o curso, as perspectivas futuras de inserção no mundo do trabalho e o envolvimento com as atividades acadêmicas e extracurriculares são elementos motivadores e decisivos para a permanência com sucesso, entretanto, não

seriam suficientes, caso os discentes não dispusessem de meios que contribuíssem para subsidiá-la, por exemplo, através de políticas de assistência estudantil (Macedo, 2017, p. 24)

As políticas para a permanência estão alicerçadas na busca da promoção de direitos sociais fundamentais à pessoa humana, os quais estão garantidos no artigo 6º da Constituição Federal brasileira: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988).

Ocorre que, historicamente, esses direitos não são acessíveis a toda a população no país. A educação superior, por exemplo, se restringiu aos sujeitos advindos das elites do país (Orso, 2020). A promoção dos direitos sociais às classes subalternas no capitalismo é precarizado, tendo em vista suas as contradições que se expressam nas desigualdades de oportunidades.

Dentre as políticas para expansão da educação superior consolidadas nessas últimas duas décadas, destacam-se o Reuni que teve como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (Brasil, 2007). Apesar da intencionalidade, a implementação ocorre nesse contexto, especialmente no que se refere às implicações dessa nova realidade posta pela ampliação do acesso.

O PNAES foi regulamentado através do Decreto nº 7234/2010 como política de Assistência Estudantil emerge do processo de expansão do acesso sobretudo com o Reuni e a Lei de Cotas.

As áreas fundamentais que buscam garantir a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na educação superior: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com necessidades especiais, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O PNAES foi criado como um programa de apoio ao Reuni, ao mesmo tempo que atendeu a algumas pautas do Movimento Estudantil e do Fonaprace – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, principalmente, quanto às necessidades de ingresso e permanências nas Ifes. Contudo, tem características de uma

política social inserida no modo de produção capitalista traz à tona suas contradições e fragilidades como a falta de garantia legal como um direito social.

A Política de assistência estudantil funcionava a partir de um Decreto do Poder Executivo (Decreto nº 7234/10), e, não se configurava como uma Política de Estado, gerando insegurança quanto ao seu financiamento, principalmente no cenário político dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro conforme já discutido nesse texto.

Recentemente, foi instituída a Política Nacional de Assistência Estudantil. “A Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) pavimenta o caminho para uma universidade onde todos os estudantes se sintam pertencentes e tenham as mesmas oportunidades de alcançar seus sonhos e contribuir para o desenvolvimento do país” (Brasil, 2024).

De acordo com a Lei nº 14.914/24, a PNAES deverá ser executada de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão para alcançar os seguintes objetivos:

Art. 2º São objetivos da PNAES:

I - democratizar e garantir as condições de permanência de estudantes na educação pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência de estudantes nos cursos da educação pública federal e na conclusão desses cursos;

III - reduzir as taxas de retenção e de evasão na educação pública federal;

IV - contribuir para a promoção da melhoria de desempenho acadêmico, de inclusão social pela educação e de diplomação dos estudantes;

V - apoiar estudantes estrangeiros da educação superior recebidos no âmbito de acordos de cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e outros países;

VI - estimular a participação e o alto desempenho de estudantes em competições, em olimpíadas, em concursos ou em exames de natureza esportiva e acadêmica;

VII - estimular as iniciativas de formação, extensão e pesquisa específicas para a área de assistência estudantil (Brasil, 2024, Lei nº 14.914/24).

Verifica-se que o normativo preconiza a minimização das desigualdades sociais que se manifestam através do aumento das taxas de evasão e retenção, dificultando a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social na educação superior.

O artigo 4º da lei dispõe ainda que a política deve atuar nos seguintes programas e ações: Assistência Estudantil, alimentação saudável, moradia, transporte, acessibilidade, permanência parental, acolhimento nas bibliotecas, atenção à Saúde Mental, benefício permanência na Educação Superior, além dos programas: Programa de Bolsa Permanência (PBP) e o Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior

(Promisaes), podendo oferta ainda serviços mantidos pelas próprias Ifes e outras ações decididas pelo MEC observado o orçamento existente.

Diante do significado social da política de assistência estudantil para o enfrentamento das desigualdades sociais, coloca-se a necessidade do seu estudo, monitoramento e avaliação, a fim de que se fortaleçam as estratégias para consolidação e aperfeiçoamento da política pública.

Ainda, conforme com o artigo 31 da Lei da PNAES, será criado o Sistema Nacional de Informações e de Controle dos programas e das ações da PNAES e cada instituição definirá seus mecanismos de acompanhamento e avaliação, entretanto, o repasse dos recursos financeiros se dará mediante o repasse desses dados.

Quando se trata da avaliação, busca-se uma visão ampla, quanti-qualitativa dos mecanismos e instrumentos, para orientar as instituições governamentais, em particular as universidades quanto às medidas que devem ser empreendidas e se garanta a efetividade das políticas públicas.

Castelo Branco, Nakamura e Jezine (2017) desenvolveram e validaram a Escala para Avaliação da Permanência Discente que abrange diferentes dimensões na análise. Os principais fatores considerados para avaliar a permanência discente envolvem desde os elementos antecedentes ao ingresso (perfil socioeconômico, tipo de escola que cursou o ensino médio, nível de instrução dos pais, dificuldades de acesso ao ensino superior etc.) até aqueles que fazem parte da vivência acadêmica (acesso a bolsas de pesquisa e programas assistenciais, dentre outros).

Este instrumento possibilita a produção de estudos sobre a permanência em instituições brasileiras e estrangeiras e subsidia gestores e docentes para o desenvolvimento de políticas e práticas que democratizem a formação superior.

Para responder ao objetivo de discutir as políticas educacionais diante do cenário contraditório do capitalismo, pesquisamos os resultados das produções acadêmicas que tratam da permanência na educação superior.

A construção do Estado da Arte sobre políticas para permanência na educação superior foi feita através da busca na plataforma *SciELO* de títulos de trabalhos com o tema, publicados no período de 2010 a 2021. Nessa busca, foram encontrados cinco (05) artigos científicos: Maciel (2019); Anache e Cavalcante (2018); Costa e Ferreira (2017); Sandía (2016); Fiuza e Sarriera (2013).

Esses textos discutem a permanência e as questões que envolvem desde os aspectos teóricos, perpassando também por demandas como a realidade dos estudantes

com deficiência, a formação identitária, e, estudam ainda o contexto das políticas educacionais como PROUNI e o ensino à distância. Ou seja, fazem análises relacionadas aos elementos teóricos, institucionais e da sociedade civil.

A coleta de trabalhos acadêmicos disponíveis na BDTD/Brasil com títulos sobre permanência estudantil relacionados à assistência estudantil publicados no período de 2010 a 2021, localizou cinco (05) estudos acadêmicos: Araújo (2018); Carvalho (2020); Pozobon (2019); Nascimento (2019) e Radaelli (2013).

Os resultados encontrados nesse levantamento bibliográfico confirmam as constatações feitas por Maciel, Cunha Júnior e Lima (2019) na pesquisa acerca da *produção científica sobre permanência e evasão na educação superior no Brasil* de que as publicações de teses, dissertações e artigos sobre o tema se concentram também nas temáticas sobre o ensino à distância, ProUni e estudantes com deficiência. Esses pesquisadores concluíram ainda que, há a necessidade de ampliação do diálogo sobre permanência entre as instituições para compartilhar experiências e estabelecer cooperações.

Em relação à acessibilidade nas universidades, Anache e Cavalcante (2018) pesquisaram as condições de permanência dos estudantes com deficiência e verificaram que as universidades estão mais acessíveis aos grupos historicamente excluídos do acesso à educação superior. Todavia, as instituições ainda carecem de investimentos em infraestrutura, currículo, qualificação dos trabalhadores da educação, inclusão, produção e veiculação de informações para disseminar a cultura da educação para que concluam com êxito os seus cursos de educação superior.

Tratando sobre a pluralidade e formação identitária como fatores sociais, motivacionais e institucionais para a permanência, Sandía (2016) organizou grupos focais no contexto de uma instituição de educação superior do Chile. Seu estudo constatou que as representações feitas por estudantes acerca do sucesso e do fracasso são formadas a partir das suas autopercepções e das suas representações acerca das instituições educacionais. Ou seja, a sua pesquisa verificou que a permanência se relaciona com aspectos pessoais e institucionais.

Quanto à permanência na modalidade de educação à distância, Fiuza e Sarriera (2016) realizaram estudo com discentes de cursos superiores em instituições públicas e privadas. Os resultados mostraram que os motivos que contribuem para a permanência estão divididos em três dimensões: questões pessoais (motivações e incentivos, afetividade e sentimentos, persistência e desempenho pessoal), questões acadêmicas

(atitude e comportamento do professor e/ou tutor, atividades, aulas e disciplinas) e questões contextuais que envolvem o aluno e o curso (recursos tecnológicos, modalidade Ensino à distância, flexibilidade de horário e interação/comunicação).

Ainda conforme Fiuza e Sarriera (2016), as questões que permeiam a permanência e o sucesso estão relacionadas à autopercepção dos discentes e suas atitudes quanto ao que é o sucesso ou fracasso, além das questões institucionais como a discrepância entre o discurso da universidade plural, inclusiva e acolhedora e a fragilidade da materialização na prática. Os alunos apontaram ainda sobre a necessidade de acesso à informação e orientação profissional e a noção de carreira e plano de estudos, e, também criticaram o tempo dedicado à formação como elementos relacionados à permanência e ao sucesso.

Com relação à permanência estudantil e a assistência estudantil, os trabalhos analisados tratam das contradições decorrentes do seu caráter de política social que atende às demandas dos discentes em um contexto capitalista.

Tratando da assistência estudantil e a permanência, Araújo (2018) analisou os contextos da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no período de 2012 a 2016. O estudo mostrou que o ingresso de pessoas das classes populares às instituições de educação superior trouxe mudanças, tensionamentos e demandas na sua dinâmica institucional:

Sobremaneira, a ampliação da inserção dessas populações na educação superior pública se constitui em um dos elementos para a transformação deste nível de ensino, lhes atribuindo um caráter mais popular na política de educação. Esses indivíduos carregam consigo necessidades específicas e ao passo que estas se expressam na instituição, há a possibilidade de transformação dessas. Tais demandas se relacionam com uma determinada estrutura social historicamente construída na ausência dessas populações e é sobre esse cenário que se expressam as ‘novas’ necessidades desse corpo estudantil (Araújo, 2018, p. 136).

No campo das políticas para a permanência estudantil, a pesquisa identificou ainda que, a assistência estudantil é focalizada, seletiva e residual, com cobertura predominante somente das necessidades básicas e imediatas de moradia, alimentação e custeio. “Contudo, não apenas dessas necessidades é composta a vivência dos sujeitos e assim é preciso observar os aspectos que transpõem as experiências do corpo estudantil” (Araújo, 2018, p. 139). Além disso, a permanência também envolve elementos externos às políticas educacionais como o acesso às demais políticas, a exemplo das políticas de saúde.

A constatação de que a assistência estudantil se caracteriza como política residual já havia sido identificada nos estudos desde a vigência do Decreto nº 7234/10, a exemplo

de Radaelli (2013). A pesquisa foi uma das primeiras análises sobre assistência estudantil e permanência, nesse caso, na Universidade Federal da Fronteira Sul quando alertava que a política se concentrava na concessão de bolsas ou auxílios financeiros para subsidiar despesas com moradia, alimentação e transporte, e, que apesar das suas contradições enquanto política, contribui para a permanência na educação superior.

Nascimento (2019) pesquisou sobre as estratégias de permanência de jovens em situação de vulnerabilidade social a partir da assistência estudantil da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e concluiu que ela tem atendido ao objetivo da permanência na educação superior. Todavia, assinala a necessidade de ampliação da cobertura de atendimento. Há a necessidade também de transparência nos processos, bem como, do fortalecimento dos espaços democráticos para a participação estudantil de forma que identifiquem as suas reais necessidades.

O estudo realizado por Marafon (2015) avaliou e concluiu a partir da perspectiva dos estudantes de que a assistência estudantil também contribuiu para a permanência na instituição pesquisada – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Além disso, identificou a necessidade de ampliação e aprimoramento para contribuir sobretudo com aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a pesquisa de mestrado sobre as estratégias de permanência dos estudantes atendidos pela assistência estudantil constatou que a política tem alcançado esse objetivo, entretanto, necessita ser ampliada e aperfeiçoada sobretudo em relação aos seguintes aspectos: “[...] gestão das moradias estudantis, o valor das bolsas, a pouca divulgação das ações, a falta de profissionais e de ações para atender as demandas de saúde mental” (Pozobon, 2019, p. 09).

Na realidade dos Institutos Federais, Bueno (2020) analisou as contribuições do auxílio moradia para a permanência no *Campus* de Sobral, partindo da realidade do *campus* do IFCE na cidade de Sobral em que foram utilizadas as pesquisas bibliográficas, documental, de campo, bem como um estudo de caso.

A autora identificou que a Assistência Estudantil contribuiu para a permanência, inclusive para a participação em projetos de pesquisa e extensão, entretanto, os recursos orçamentários são insuficientes para atender a demanda, sendo necessária a ampliação da cobertura de beneficiários. Verificou-se também que o controle social na gestão é frágil e com pouca participação estudantil (Bueno, 2020).

Carvalho (2020a) analisou as contribuições da assistência estudantil do IFPB para a permanência, a partir da visão de estudantes. A pesquisa concluiu que os auxílios

financeiros influenciam na permanência, entretanto, há outros elementos a exemplo da figura do professor e do acompanhamento pedagógico que também interferem nesse processo.

Os resultados desse levantamento bibliográfico demonstraram que a permanência na educação superior envolve diversos elementos internos (acadêmicos e institucionais) e externos à instituição, inclusive o acesso a outros direitos sociais que se materializam nas políticas públicas. Verifica-se ainda que, cada realidade institucional possui diferentes demandas e que apesar dos limites, a assistência estudantil contribui para a democratização do acesso à educação superior de sujeitos em situação de vulnerabilidade social.

Para alcançar o objetivo de analisar os diferentes processos e modelos de avaliação das Políticas de Assistência Estudantil das Ifes foi feito um estudo sobre a sua história e os dados da pesquisa bibliográfica que verificou a produção acadêmica das avaliações de políticas de assistência estudantil. Buscou-se compreender como a assistência estudantil se materializa nesses contextos e quais os principais elementos utilizados nesse processo avaliativo.

4.3 A Política de Assistência Estudantil: Historicidade, desafios e perspectivas enquanto direito social

Historicamente⁴⁹, as primeiras iniciativas de ações pontuais de assistência aos estudantes ocorrem desde o período de criação das primeiras universidades brasileiras, entretanto, não se constituía enquanto um direito social assegurado pelo Estado. Nesse processo, o movimento estudantil vem pautando a luta por uma Política de Assistência desde a década de 1920. Durante o período de 1920 a 1950, apresentava um caráter caritativo e assistencialista e somente com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 é que se efetiva na legislação como direito (Kowalski, 2012).

A autora descreve o cenário político e econômico de fortalecimento dos movimentos sociais e das interferências do Capital a partir da década de 1970, que tensionou o Estado na configuração e financiamento das suas ações, bem como para a assistência estudantil, resumindo-a às ações focalizadas e pontuais.

⁴⁹ Escrevemos sobre a trajetória histórica da Assistência Estudantil no subtítulo da nossa dissertação “Permanência com sucesso e as especificidades do PNAES” (MACEDO, 2017, p. 24-33). Do referencial teórico sobre o tema, recomenda-se a Tese de Doutorado de Kowalski (2012).

Ainda, conforme Kowalski (2012), o processo de redemocratização política a partir da década de 1980, evidencia as discussões sobre a permanência nas universidades e a regulamentação de direitos sociais também suscitaram a continuidade de ações assistenciais na educação superior pública. Contudo, na década de 1990, a ofensiva neoliberal atacava diretamente os direitos e as políticas públicas, que efetiva processos de redução orçamentária.

Mesmo com a pressão do movimento estudantil e dos debates tecidos pelo Fonaprace, bem como a regulamentação da nova LDB, naquele momento, a assistência estudantil não foi assegurada como uma política educacional, ou seja, uma política de dever do Estado. No campo das previsões legais desse texto, consta como um dos princípios do ensino no artigo 3º, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1996), objeto da assistência estudantil.

Com a expansão da educação superior pública brasileira ocorrida no governo Lula (2003-2010), a assistência estudantil emerge das suas demandas como resposta aos movimentos sociais e debates institucionais. A ampliação do acesso à educação superior para as camadas populares, sobretudo a partir do Reuni e da política de cotas, trouxe a essas instituições, estudantes das camadas populares e que passam por desafios para a permanência na universidade durante a sua formação.

Os cenários políticos e econômicos dos governos desde a vigência do PNAES no ano de 2010, trouxeram impactos diretos no seu financiamento e execução. Tal realidade demandou aos estudantes, criarem estratégias para conciliarem a formação acadêmica e a garantia da subsistência, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A pesquisa se situa nessa seara de compreender as contradições, limites e possibilidades da efetividade da Assistência Estudantil enquanto política social que reproduz interesses entre as classes trabalhadora e dominante, mesmo com o objetivo de atender somente aos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

As análises das políticas públicas no campo da Educação ainda carecem de investigações que avaliem e identifiquem os seus limites e busquem aperfeiçoá-las. As avaliações de políticas educacionais são complexas e permitem diferentes abordagens teórico-metodológicas.

Os processos de avaliação de políticas públicas são essenciais para o seu aperfeiçoamento, mas, ainda há pesquisas sobre avaliações da assistência estudantil, tanto

no âmbito da produção acadêmica quanto na esfera da gestão das políticas e das dimensões institucionais.

Buscando subsidiar a construção da proposta avaliativa desta Tese, também foi feita uma revisão da produção acadêmica que avalia a Política de Assistência Estudantil nas Ifes brasileiras, conforme apresentado a seguir.

4.4 Avaliações da Política de Assistência Estudantil: O que dizem as pesquisas

A revisão da produção acadêmica sobre *avaliação da assistência estudantil* como categoria empírica na plataforma *SciELO* e na BDTD se deu com as publicações disponíveis no período de 2010 a 2021, totalizando nove (09) artigos científicos. A base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações com títulos sobre avaliação da assistência estudantil publicados no período de 2010 a 2021 dessas vinte e oito (28) dissertações apresentaram resultados de pesquisas feitas em dezessete (17) instituições de educação superior.

Esses trabalhos pesquisaram sobre a assistência estudantil e as suas contribuições para a permanência na educação superior com a finalidade de identificar os seus avanços, desafios, contradições, e, nortear a construção da proposta de avaliação dessa pesquisa.

As pesquisas que têm como *lócus* de análise o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, foram as que tiveram o maior número de pesquisas hospedadas na base de dados da BDTD. Carvalho (2020) avaliou as concepções de assistência estudantil que nortearam a implementação do PNAES no Campus Camocim do IFCE, e as implicações desse processo, na visão da comunidade universitária. A pesquisa concluiu que, não há uma compreensão da assistência estudantil enquanto um direito social que contribui para a permanência na educação superior, mas prevalece a ideia de que se trata apenas de um auxílio financeiro aos estudantes vulneráveis.

Com relação à realidade dos discentes do IFCE, Bezerra (2020) analisou o contexto do *Campus Cedro* – IFPE no ano de 2019 e construiu indicadores qualitativos a partir de entrevistas com os participantes da pesquisa. Verificou que, apesar da sua relevância, a assistência estudantil ainda não atende às necessidades educacionais e biopsicossociais dos discentes no que se refere à equidade e inclusão social, cultura, esporte, lazer e combate ao preconceito e discriminação.

Taufick (2013) analisou a política de assistência estudantil no contexto dos Institutos Federais de Educação e Tecnologia (IFs), especificamente com mapeamento dos estudantes do Programa de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) para conhecer as suas realidades, como se realizam os seus processos de avaliação, e quais os elementos considerados nessas análises.

A pesquisa analisou os princípios, objetivos, critérios e formas de concessão dos benefícios, buscando investigar se estão alinhados com a busca pela permanência, redução das desigualdades sociais e participação estudantil na vida acadêmica. Foi constatada a necessidade de um Plano de Ação para a Rede dos Ifs como estratégia de consolidação da Política de Assistência Estudantil dessas instituições de ensino além da necessidade do enfrentamento aos desafios de atraso na aprovação e repasse do orçamento e o fortalecimento das equipes de trabalho (Taufick, 2013).

Outra questão que também foi estudada no âmbito da assistência estudantil foi a acessibilidade. Batista (2018) avaliou o trabalho desenvolvido pelo setor de acessibilidade da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), e adotou as pesquisas de campo, bibliográfica e documental. Os resultados mostraram a importância do empenho de todos os sujeitos sociais e espaços institucionais para promoção da acessibilidade e inclusão social das pessoas com deficiência.

As diversidades étnico-raciais, de gênero e sexual também devem ser consideradas na atuação da política de assistência estudantil. A pesquisa de Brandão (2017) avaliou a assistência estudantil do *Campus* Umirim-CE do IFCE quanto ao enfrentamento das formas associadas de desigualdades e exclusão. Foram utilizadas as pesquisas do tipo bibliográfica e documental, e, os resultados mostraram que prevalece o entendimento da assistência estudantil limitada aos auxílios financeiros. Entretanto, a autora coloca que a política também tem um papel importante na formação humana dos sujeitos, sobretudo, quanto à promoção da diversidade sociocultural e o acesso aos direitos, sendo necessário fortalecê-la enquanto política educacional de enfrentamento responder às expressões das desigualdades sociais, materiais e simbólicas.

Analisando ainda a assistência estudantil e suas contribuições para a permanência, Silva (2019a) estudou o Programa de auxílios pecuniários no IFCE, *Campus* Maracanaú, em relação aos objetivos de viabilizar a permanência e o êxito no percurso acadêmico. Para a coleta de dados, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica, documental e de campo através do envio de questionário eletrônico.

Dentre os resultados do estudo, a pesquisadora identificou que esses auxílios contribuem para a permanência, entretanto, os motivos financeiros não são os únicos que influenciam no rendimento acadêmico, sendo necessário identificar outros elementos envolvidos nesse processo (Silva, 2019a).

Em relação à gestão da assistência estudantil do IFCE, Pinheiro (2015) estudou o impacto da política de assistência estudantil no *Campus Fortaleza* com base em entrevistas semiestruturadas, observação participantes e registros em diário de campo. O estudo concluiu que os auxílios são insuficientes para atender a demanda. Além disso, o repasse orçamentário sem data fixa também é outro desafio para a qualidade do programa, constatando a insuficiência do programa para a cobertura do quantitativo de discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Pinheiro, 2015).

A seletividade da política de assistência estudantil também foi constatada por Betzek (2015), que também avaliou o PNAES na realidade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), buscando compreender como se dá a sua materialização, abrangência e efetividade. A pesquisadora utilizou as pesquisas do tipo bibliográfica e documental, e, constatou que o programa apresenta um caráter focalizado e seletivo. Na UTFPR, o programa atende somente ao público de extrema vulnerabilidade socioeconômica e ainda que, apresenta soluções pontuais para as problemáticas que afetam a permanência na educação superior.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, Souza (2017) analisou a implementação da Assistência Estudantil no Campus Picuí, utilizando pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Os resultados mostram que houve limitações quanto à gestão no que se refere à publicidade dos processos seletivos, articulação fragilizada entre os gestores e os profissionais. A pesquisa corroborou com estudos anteriores de que os recursos financeiros são insuficientes para atender a demanda de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

Lima (2020) também fez um estudo de caso no IFPB para avaliar como se deu a formulação da Política, além de trazer uma proposta para o seu monitoramento e avaliação permanente. A pesquisa foi desenvolvida com a realização de entrevistas semiestruturadas com os estudos da Política de Assistência Estudantil e os resultados mostraram que a formulação ocorreu de forma democrática, entretanto, há fragilidades no planejamento, monitoramento e avaliação.

Também foi proposta a construção dos seguintes indicadores para a assistência estudantil do IFPB, referentes à estrutura, processos e resultados a serem alcançados:

índice de vulnerabilidade social, número de beneficiários, demanda reprimida, número de beneficiários com melhoria no rendimento acadêmico, número de diplomados, número de beneficiários desligados do programa, índice de rendimento no desempenho acadêmico, valor médio de recurso por beneficiário (Lima, 2020).

Maurício (2019) analisou os resultados da implementação do PNAES na Universidade Federal de Tocantins (UFT) utilizando a pesquisa documental. Os resultados apontaram que os recursos financeiros do PNAES cresceram no período de 2010 a 2017, e que houve um aumento na taxa de sucesso e redução na taxa de evasão dos beneficiários. Entretanto, o orçamento é insuficiente para atender a todas as áreas estratégicas do programa, ficando limitada às necessidades básicas de subsistência dos estudantes.

No campo da avaliação e do monitoramento, Eloi (2018) realizou uma pesquisa com o objetivo de desenvolver um sistema de monitoramento e avaliação do PNAES na Universidade Federal de Viçosa (UFV) a fim de auxiliar os gestores nas tomadas de decisões, e, realizar monitoramentos e avaliações do programa. O trabalho também trouxe uma proposta de indicadores de monitoramento e avaliação do PNAES, construída a partir de um modelo lógico validado com base em questionário aplicado com os beneficiários do programa na UFV.

O estudo foi elaborado a partir de pesquisa bibliográfica, documental e de campo com a aplicação de um questionário para uma amostra de discentes beneficiários, identificando elementos importantes para uma avaliação focada nas áreas estratégicas do PNAES, oferecendo subsídios para este trabalho de tese. A pesquisa apontou que a proposta de avaliação com base na percepção dos usuários da política permitiu identificar as particularidades da realidade discente em relação à moradia, alimentação, deslocamento e origem social (Eloi, 2018).

Silva (2019b) realizou o estudo avaliativo da efetividade da assistência pecuniária da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) utilizando o desempenho acadêmico como critério de análise. A pesquisa concluiu que os estudantes beneficiados pelo programa tiveram desempenho acadêmico superior aos não assistidos, todavia, sugere novos estudos com outras variáveis como a situação socioeconômica buscando ações efetivas para a permanência estudantil, respeitando as particularidades das diferentes realidades.

Ferreira (2020) partiu da realidade da Universidade de Brasília (UnB) para avaliar a sua política de assistência estudantil com base na aferição do desempenho acadêmico

discente. A pesquisadora concluiu que o desempenho acadêmico não é adequado como uma ferramenta de avaliação da política, devendo ser utilizada como estratégia para o monitoramento.

É “(...) um indicador importante para o acompanhamento e o monitoramento da política, ou seja, é uma variável relevante para a tomada de decisão, sobretudo para alcançar o objetivo de reduzir a evasão da Universidade (Ferreira, 2020, p. 39).

Para Silva (2016), o desempenho acadêmico é influenciado por diversos fatores como a necessidade de trabalhar, a insuficiência de cobertura do programa ou até a formação escolar do ensino médio de forma precarizada. Por isso, não pode ser considerado como elemento determinante para avaliar uma política educacional.

Outro aspecto também pesquisado se refere às concepções de Assistência Estudantil que são incorporadas e reproduzidas no âmbito das instituições. Guedelho (2017) utilizou como ponto de partida de análise, as concepções dos estudantes, docentes e técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) que nortearam a implementação do PNAES no IFPI. O estudo feito com base na revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas e seus resultados corroboram com as constatações feitas por Carvalho (2020).

Prevalece a concepção assistencial de que se trata de um auxílio financeiro aos estudantes, desconsiderando a perspectiva de um direito social. Isso se deve também pela configuração da própria política que focaliza a sua atuação na pobreza e não se atenta a elementos como a qualidade do ensino, infraestrutura da instituição, condições socioeconômicas dos discentes etc. Ou seja, há uma complexidade de questões que envolvem a permanência, evasão e retenção (Guedelho, 2017).

Os estudos de Queiroz (2016) e Dias (2016) analisaram a Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantis (IFTO). Dias (2016) verificou a eficácia do auxílio-alimentação quanto às necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A coleta de dados foi feita através de entrevista com roteiro semiestruturado e avaliação nutricional e os resultados apontaram que o benefício foi eficaz quanto aos seus objetivos pretendidos.

A pesquisa de Queiroz (2016) partiu da realidade do *Campus* Pedro Afonso para analisar as taxas de abandono, reprovação, frequência e rendimento acadêmico entre os assistidos e os não assistidos pelo PNAES. As duas pesquisas concluíram que houve uma contribuição da assistência estudantil para a permanência e qualidade de vida dos seus beneficiários, entretanto, há a necessidade do aperfeiçoamento na sua execução.

Na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Pinto (2015) analisou a sua política de apoio estudantil com base nos instrumentos de monitoramento e avaliação. O estudo foi feito a partir de entrevistas e concluiu que há ausência desses normativos internos, por isso, propôs ações para implementá-las.

A assistência ao estudante da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foi analisada por Penha (2015) a partir da ótica dos seus beneficiários com o objetivo de verificar se os objetivos do PNAES estão sendo alcançados na instituição. A pesquisa de campo se deu com a aplicação de questionários e entrevistas. Foi constatado que, em relação aos objetivos do programa, é necessária a ampliação da oferta de serviços em quantidade e qualidade, bem como do monitoramento e avaliação das ações.

Na Universidade Federal do Ceará (UFC), Marinho (2017) e Freitas (2021) avaliaram a sua política de Assistência Estudantil. Marinho (2017) partiu da realidade do *Campus Fortaleza* e utilizou as técnicas de observação participante, diário de campo e entrevistas semiestruturadas com os profissionais que trabalham com a política e com os beneficiários. Como principais resultados, verificou-se que a assistência ao estudante abrange quase todas as áreas estratégicas do PNAES e que ela trouxe contribuições para a sua vida universitária. Também foi constatada a necessidade de espaços de controle social do programa bem como a ampliação do número de atendimentos devido à expressiva demanda reprimida.

Ainda na UFC, Freitas (2021) avaliou o PNAES no *Campus Sobral* e utilizou as pesquisas bibliográfica, documental, observação de campo e entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados. Verificou-se que o programa contribuiu para a permanência estudantil bem como para a vida universitária.

Na realidade da UFPB, Mota (2020) avaliou a eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no sistema de restaurante universitário da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) do Campus I, com seus atores e fatores envolvidos na operacionalização, no período de 2017 a 2019. Foi feita uma pesquisa documental e, os resultados mostraram a eficácia na dotação orçamentária e aplicação dos recursos, todavia, a gestão do programa não foi eficaz quanto à adequação para as necessidades dos discentes pois há atrasos na utilização do restaurante e diminuição na quantidade de refeições servidas.

A pesquisa também constatou que a assistência estudantil da UFPB não adota medidas preventivas nos contratos, não possui uma política definida nem utiliza

mecanismos de acompanhamento e avaliação. Portanto, apresenta fragilidades desde a regulamentação, passando por seus processos de execução, controle e avaliação.

Com base na busca de trabalhos acadêmicos publicados no período de 2010 a 2021 na base de dados da BDTD, os quais avaliaram a Assistência Estudantil nas Ifes verifica-se que a política apresenta resultados que contribuem para a permanência estudantil.

Entretanto, a natureza da assistência estudantil de política social focalizada requer a análise dos seus limites e contradições, bem como, a busca pela formulação, planejamento, monitoramento e avaliação dessa política a fim de compreender os seus efeitos para a permanência estudantil.

Os resultados das pesquisas mostraram a necessidade de melhoria na qualidade da Gestão, monitoramento, avaliação, e principalmente, a ampliação da cobertura da política pois atualmente é seletiva e focalizada, considerando o seu limite orçamentário. Outro elemento importante que foi identificado é que a assistência estudantil deve observar as demandas individuais e fomentar a participação e controle social nos espaços decisórios.

A partir da leitura e sistematização das Teses e Dissertações coletadas e lidas, a síntese abaixo mostra os principais resultados que suscitam novos estudos e intervenções sobre a Política de Assistência Estudantil nas Ifes:

Quadro 1 – Trabalhos acadêmicos de Avaliação da Política de Assistência Estudantil brasileira - BDTD/Brasil (2010 a 2021)

AVANÇOS																	
	IFCE	IFPB	IFPI	IFPR	IFTO	UFC	UFJF	UFPB	UFPE	UFRGS	UFRPE	UFSC	UFT	UFTM	UFV	UNB	UTFPR
Assistência estudantil contribuiu para permanência	X	X	X	X	X	X	X	X		X		X		X		X	X
DESAFIOS																	
	IFCE	IFPB	IFPI	IFPR	IFTO	UFC	UFJF	UFPB	UFPE	UFRGS	UFRPE	UFSC	UFT	UFTM	UFV	UNB	UTFPR
Necessidades educacionais e socioeconômicas dos estudantes	X															X	
Falta de regulamentação da política				X													X
Ampliação da política	X	X		X		X			X		X	X	X		X		X

Aperfeiçoamento da gestão do programa	X	X		X				X		X		X					
Monitoramento e avaliação fragilizados	X	X					X	X	X						X	X	
Intersetorialidade	X																
Publicidade e transparência		X															
Compreensão da Assistência estudantil enquanto direito			X														
Controle social pelos estudantes	X					X											

Fonte: Elaboração própria, com dados extraídos de BDTD, 2022.

De acordo com a síntese, 13 instituições do total de 17 tem resultados de pesquisa que comprovam que a Assistência Estudantil alcançou o objetivo de contribuir para a permanência estudantil. As dificuldades ocorrem no contexto (prevalecendo as limitações orçamentárias que impossibilitam a ampliação da política) e na gestão da AE (a necessidade de aperfeiçoamento da gestão do programa com o diálogo e a melhoria das condições de trabalho das equipes bem como o monitoramento e avaliação da política). A principal dificuldade enfrentada nas instituições é a impossibilidade de ampliação da política.

A assistência estudantil também foi avaliada em quatorze (14) artigos de periódicos da SciELO com títulos sobre essa temática do período de 2010 a 2021, com o objetivo de identificar os seus avanços e desafios para a permanência na educação superior.

No campo das abordagens teórico-metodológicas que avaliam o PNAES, Lima e Mendes (2020) em um artigo descreve as perspectivas de estudo do programa PNAES com base na pesquisa bibliográfica e Relatórios de Gestão do MEC (2008-2017).

O estudo constatou que não há trabalhos sobre as diferentes abordagens teórico-metodológicas que possam subsidiar as avaliações à nível nacional. Verificou-se ainda que, as formas avaliativas do programa são voltadas apenas para as realidades locais das instituições. “É possível afirmar a necessidade de desenvolver, validar, aplicar e difundir pesquisas pluralistas de avaliação com vistas à verificação da implementação do Programa” (Lima e Mendes, 2020, p. 199).

Evidente que as instituições de educação superior têm particularidades locais e demandas específicas que poderiam ser desconsideradas em avaliações com instrumentos padronizados, mas, a ausência de instrumentos avaliativos amplos dificulta o monitoramento e avaliação do programa. É importante a difusão de processos avaliativos, sobretudo para garantir que as gestões tenham a obrigatoriedade de fazê-las, mesmo diante da complexidade e sobrecarga de demandas administrativas e de atendimentos nas execuções das suas ações (Lima e Mendes, 2020).

Ainda, em relação às epistemologias e os processos de avaliação do PNAES, Recktenvald, Mattei e Pereira (2018) fizeram estudo com o objetivo de compreender como as epistemologias (positivismo⁵⁰, utilitarismo⁵¹, funcionalismo⁵² etc.) são produzidas e reproduzidas no contexto do programa.

Em seguida, os autores trazem as contribuições da abordagem crítica e dialética como perspectiva para compreensão, abordagem e intervenção para o aperfeiçoamento do programa. Para os autores, é preciso uma análise epistemológica dialética abrangente que identifique os fenômenos do programa e os elementos que permeiam questões como a permanência e a evasão.

De acordo com os autores, o PNAES “[...] faz parte de um sistema maior que precisa ser investigado na totalidade das suas relações; tem contradições que precisam ser dialeticamente complementadas em melhorias contínuas, para ter uma nova prática que componha um sistema equilibrado no futuro” (Recktenvald, Mattei e Pereira, 2018, p.417).

As análises que consideram as causas e efeitos ou somente a utilidade das políticas sociais não dão conta da complexidade da assistência estudantil e da realidade social dos

⁵⁰ O positivismo surgiu na França no início do Século XIX e teve como fundador Auguste Comte (1798-1857). Para Comte, a sociedade também poderia ser estudada a partir dos métodos utilizados nas ciências naturais, e os fenômenos sociais são orgânicos e podem ser generalizados, previstos e controlados. A partir do positivismo, surgiram teorias como as evolucionistas de “estágio de desenvolvimento da sociedade” (Bottomore, 1988).

⁵¹ O utilitarismo é uma corrente filosófica difundida no século XVIII por John Stuart Mill (1806-1873) que defende o “princípio da utilidade” no qual as ações humanas são úteis quando geram bem-estar e felicidade. “O credo que aceita a utilidade, ou o Princípio da Maior Felicidade, como fundamento da moralidade, defende que ações estão certas na medida em que tendem a promover a felicidade, erradas na medida em que tendem a produzir o reverso da felicidade” (Mill, 2005, p. 48).

⁵² A teoria funcionalista é estudada em diversas áreas do conhecimento como a Antropologia e a Psicologia, e considera que a sociedade é constituída como um corpo orgânico e sistemático onde as instituições funcionam como partes desse corpo, cada uma desempenhando o seu papel para garantir a ordem social. Seus principais teóricos são Bronislaw Malinowski (1884-1942) e Émile Durkheim (1858-1917). (Fagundes, 2023).

estudantes. No caso da abordagem crítica, o que interessa nas análises são os conflitos, as mudanças, a desintegração e a dominação (Recktenvald, Mattei e Pereira, 2018).

Partindo para a realidade da Política de Assistência Estudantil da UFPB, avaliamos a eficácia do PNAES para a permanência de cotistas na instituição durante o período de 2012 a 2016, considerando as seguintes dimensões: qualidade da permanência, gestão dos recursos e relação entre demanda e benefícios (Macedo e Soares, 2020).

Os resultados mostraram a eficácia do PNAES quanto à qualidade da permanência dos estudantes ingressos por cotas e que são assistidos, entretanto, o programa não atingiu plenamente os objetivos nas demais dimensões. Esse estudo comprovou que o programa é focalizado e que apresenta limites quanto à sua gestão no contexto analisado. Apesar das limitações quanto ao seu grau de atuação na demanda de estudantes em situação de vulnerabilidade, discentes que tem acesso à assistência estudantil possuem melhor desempenho acadêmico em relação aos não assistidos (Macedo e Soares, 2020).

O artigo publicado por Vargas (2011) analisou as conexões entre a assistência estudantil e a inserção profissional de egressos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), graduados entre 1975 e 2000 e já constatava que a assistência estudantil contribuiu para a formação na educação superior. “O apoio socioeconômico ao estudante das classes populares beneficia não apenas os indivíduos diretamente alcançados, possibilitando a eles o acesso a uma formação de qualidade, como também contribui para tornar a sociedade menos desigual” (Vargas, 2011, p. 161).

Céspedes *et al* (2021), estudaram o impacto do programa de permanência estudantil da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) através dos indicadores de situação acadêmica e desempenho. O referido programa é custeado pelo PNAES e a pesquisa verificou a sua eficácia para a permanência de estudantes vulneráveis e melhoria do desempenho acadêmico, entretanto, é necessária a ampliação dos recursos e que o PNAES se constitua como política de Estado.

A análise desses estudos permitiu conhecer as contradições da política social de assistência estudantil diante das desigualdades sociais que se produzem no modo de produção capitalista. Contudo, a luta para que políticas sociais sejam asseguradas enquanto direito se dá nos espaços institucionais bem como na organização e mobilização da sociedade civil, e, ela se inicia com a compreensão que adotamos sobre o papel e a finalidade do Estado na materialização do direito previsto, que se materializa nas políticas públicas.

Dutra e Santos (2017) trataram sobre as concepções de assistência estudantil e constataram que há um terreno de disputa de propostas políticas antagônicas entre a ideia de uma política mais restrita e outra de uma política mais universalizada, a depender do posicionamento político e ideológico de quem as defende ou refuta. Para as autoras, é importante que se amplie esse debate para legitimidade da assistência estudantil enquanto direito social.

O trabalho de Palavezzini (2021) tratou sobre a multidimensionalidade da vulnerabilidade socioeconômica no programa de assistência estudantil em uma universidade estadual do interior da Bahia a partir de um estudo estatístico e documental com a aplicação de um instrumento de classificação - Índice de vulnerabilidade do acadêmico. Verificou-se que a renda per capita não pode ser utilizada como única medida de aferição da vulnerabilidade socioeconômica, sendo considerado também as situações atípicas, formas de deslocamento, condições de moradia e composição familiar.

Na realidade da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Souza e Costa (2020) analisaram o Programa de Residência Universitária a partir de pesquisa documental, entrevistas e aplicação de questionários para identificar os mecanismos de monitoramento e avaliação utilizados pela gestão. O estudo apontou que há escassez de mecanismos, critérios, indicadores e parâmetros de acompanhamento do programa, o que limita a realização de estudos científicos ou institucionais que verifiquem se os objetivos do PNAES estão sendo alcançados.

Andrade e Teixeira (2017) fizeram um estudo que relacionou as áreas do PNAES com a intenção de permanência, o desempenho acadêmico e a percepção de desenvolvimento psicossocial (que contribui para o alcance do sucesso e realização profissional).

Os resultados do estudo quantitativo apontaram que os estudantes que participaram da pesquisa estavam motivados a concluir o seu curso. Entretanto, as variáveis de permanência, desempenho acadêmico e desenvolvimento profissional tinham correlações baixas ou inexistentes com as áreas do PNAES. Ou seja, não foi identificado que a permanência e o desempenho acadêmico fossem condicionadas ao acesso às áreas estratégicas do programa (Andrade e Texeira, 2017).

Uma hipótese apontada pelos pesquisadores é de que isso se deve às limitações do Decreto nº 7234/10 que regulamenta o programa:

O Decreto 7.234/2010 apenas cita as áreas de atuação, não indicando de uma forma mais concreta as ações ou patamares esperados em cada

uma dessas áreas e os seus prováveis efeitos. Dessa forma, torna-se difícil avaliar o impacto dessas dimensões sobre os estudantes e sua vida acadêmica (Andrade e Texeira, 2017, p.524).

A realização de pesquisas de avaliação dos efeitos do PNAES e suas áreas estratégicas de atuação requerem um esforço teórico-metodológico e ético-político para investigar, compreender e analisar elementos que ultrapassam o que a legislação preconiza e o que os gestores de políticas públicas e o conhecimento científico atribuem como necessidades humanas para que alcancem o sucesso de concluírem os seus cursos de graduação.

Entretanto, esses pesquisadores reconhecem algumas limitações metodológicas que podem ter interferido no resultado como a participação amostral somente daqueles que tenham certo domínio e o acesso à internet, além da avaliação centrada na satisfação por parte dos participantes. Apesar do diagnóstico discrepante em relação a muitas pesquisas que comprovam que o PNAES contribui para a permanência, compreender o desenvolvimento psicossocial e os seus aspectos pessoais e relacionais, permite uma aproximação às questões subjetivas também vinculadas à permanência discente.

Outra questão apontada foi a definição sobre o que é assistência estudantil e se ela se limita às necessidades materiais. Diante disso, há a necessidade de fomentar o diálogo com a comunidade estudantil para que indiquem as suas demandas e as estratégias de ação para atendê-las.

No campo da avaliação da efetividade da assistência estudantil para a permanência estudantil em outras instituições, foram encontradas as pesquisas de Araújo *et al* (2019) e Carvalho (2020b). Araújo *et al* (2019) partiu da realidade do *Campus* Iguatu do IFCE no período de 2011 a 2015, e constatou que estudantes beneficiários dos auxílios estudantis têm maior taxa de permanência em relação aos não beneficiários. A pesquisa identificou ainda que os auxílios pecuniários são efetivos para a permanência discente.

Carvalho (2020b), em seu trabalho acadêmico dissertativo, analisou a Assistência Estudantil no *Campus* Palmas do IFPR e verificou a sua efetividade em relação à permanência discente no período de 2015 a 2019. A pesquisa concluiu que a Política atendeu aos requisitos do Decreto nº 7234/10 que regulamenta o PNAES e que o programa teve resultados positivos quanto à permanência dos alunos assistidos. Constatou ainda a necessidade de ampliação de cobertura dos usuários devido aos altos índices de evasão, transferência e trancamentos no *Campus* pesquisado.

Esses estudos indicaram que a Assistência Estudantil contribuiu para a permanência estudantil, demonstrando que é uma política eficaz pois alcançar um dos objetivos propostos no Decreto nº 7234/10 que regulamenta o programa PNAES.

No campo da gestão dos recursos, verificou-se uma tendência de as gestões centralizarem as ações na concessão de benefícios (e não de direitos), predominantemente via pagamento de “auxílios”, adotando um caráter de complementaridade à determinada necessidade social. Por exemplo, auxílio alimentação, creche, transporte, e não garantem o direito social de forma integral. Também não foram atendidas as problemáticas invisibilizadas como as questões relacionadas à dimensão acadêmica, saúde mental, diversidade, sociabilidade etc., as quais também influenciam na permanência estudantil.

O levantamento de dados das pesquisas na base de dados da SciELO com recorte do período de 2010 a 2021 de avaliação da assistência estudantil nas instituições de educação superior buscou responder ao objetivo de identificar processos e modelos avaliativos dessa política para a permanência e conclusão da educação superior.

Os resultados mostraram que a política contribuiu para a permanência estudantil, porém, requer a sua ampliação bem como o planejamento, monitoramento e avaliação visando alcançar os seus objetivos, público-alvo e grau de alcance. Também foram constatados os seguintes desafios para a permanência na educação superior: o programa PNAES precisa ser ampliado e tornar-se uma política de Estado; as ações da assistência estudantil não podem se restringir às demandas pontuais relacionadas às situações de vulnerabilidade socioeconômica; há a necessidade de elaboração de uma proposta de avaliação à nível nacional que tragam subsídios para as realidades locais.

Outras considerações apontadas nesses artigos científicos foram a importância de novas pesquisas de avaliação que tenham como referência a perspectiva da assistência estudantil enquanto um direito social. Também merece destacar a indicação de que para além de se vincular o desempenho acadêmico estudantil ao acesso às áreas estratégicas do PNAES, o que interessa é que as instituições realizem avaliações e monitoramento com transparência, controle social e a participação estudantil buscando a qualidade do atendimento.

Buscando conhecer as produções acadêmicas que avaliaram a efetividade de políticas educacionais, a seguir são apresentados os respectivos objetivos, desenho metodológico e principais resultados a fim de subsidiar a análise do objeto central dessa pesquisa.

4.5 Resultados de avaliações da efetividade de Políticas Educacionais

Para conhecer os resultados das pesquisas acadêmicas sobre avaliação da efetividade de políticas públicas, foi feita a revisão bibliográfica sobre a categoria “efetividade” através de busca na plataforma da BDTD/Brasil.

Por se tratar de um campo de estudo que se aplica a todas as áreas do conhecimento – exatas, saúde, humanas – optamos por pesquisarmos apenas os estudos no campo educacional, conforme discutiremos adiante. No levantamento bibliográfico, foram localizadas 50 dissertações e 14 teses que tratavam sobre efetividade. Desse total, selecionamos apenas as pesquisas relacionadas à área da Educação.

A avaliação da assistência estudantil parte do pressuposto de que se trata de uma política social inserida no modo de produção capitalista que apresenta limites e contradições. É uma política educacional que pretende contribuir para o enfrentamento às desigualdades sociais através da permanência dos estudantes de graduação.

Diante disso, a efetividade de políticas públicas é amplamente estudada em todas as áreas do conhecimento, e está relacionada às transformações geradas para a realidade social a partir de determinado fenômeno, programa, política pública ou projeto.

A dissertação de Mestrado de Araújo (2018) que avaliou a efetividade da assistência estudantil no IFCE considera que a efetividade de determinada política pública está relacionada à participação da população assistida:

A efetividade de uma política pública reside também no seu contínuo planejamento e replanejamento frente à modificação das necessidades sociais de seus sujeitos-usuários, que são mutáveis e dinâmicas, a partir de uma gestão participativa, na qual os sujeitos usuários sejam participantes ativos nesse processo (Araújo, 2018, p.82).

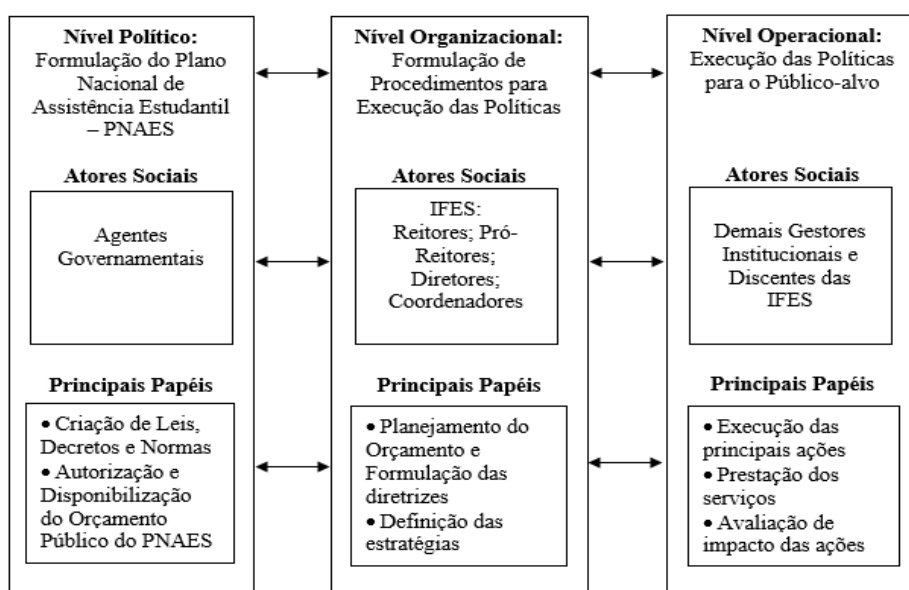
Conforme Lima e Davel (2020, p. 40), “a efetividade está atrelada à consideração da ótica dos diversos atores sociais mobilizados no sistema de implementação”, portanto, requer o envolvimento da comunidade por ele atendida. Contudo, os autores concordam que se trata de uma política contraditória tendo em vista a incidência neoliberal sobre as políticas sociais no capitalismo contemporâneo.

Lima (2017) realizou pesquisa com o objetivo de propor estratégias de implementação efetiva das políticas públicas de assistência estudantil nas instituições federais de educação superior. O trabalho analisou como a política é efetivada e de que forma o seu gerenciamento repercutiu no alcance dos seus resultados. Para o autor, as

políticas públicas são efetivas quando produzem resultados que atendam às expectativas dos sujeitos envolvidos. Além disso, as decisões também devem ser coletivas, por isso, não se concentram de forma unilateral pelo Estado.

Ainda, na perspectiva da efetividade, o pesquisador indicou que as interações entre os sujeitos e os contextos das ações estratégicas da assistência estudantil ocorrem em três níveis: nível político (contexto da política), nível organizacional (gestão) e nível de linha de frente (operacionalização das ações). O autor elaborou uma figura que apresenta os níveis, sujeitos e principais papéis da gestão da assistência estudantil nas Ifes:

Figura 7 – Sistema de implementação das políticas de assistência estudantil



Fonte: Lima, 2017, p. 46.

Verifica-se que a assistência estudantil transita por diferentes contextos e envolve diversos sujeitos sociais, sobretudo os discentes das Ifes que acessam as ações e serviços e avaliam os resultados da política. Defende ainda, a articulação dos sujeitos sociais nos níveis de implementação e mudanças no gerenciamento da assistência estudantil.

No nível político, os agentes governamentais formulam a política e distribuem o orçamento, gerenciam no nível organizacional, e, no nível operacional, os demais gestores, trabalhadores da assistência estudantil e discentes têm os papéis de usarem os serviços, executarem e/ou avaliarem as ações (Lima, 2017).

Para que a efetividade de determinada política seja alcançada, é necessário que se definam variáveis, indicadores ou dimensões de avaliação. Cotta (1998) trata sobre

metodologias de avaliação de programas e projetos sociais, especialmente as análises de resultados e de impacto e coloca que o foco desse tipo de avaliação é conhecer as mudanças produzidas em determinada realidade.

Ou seja, a avaliação da efetividade investiga os resultados concretos de determinada política, considerando os seus fins, objetivos e metas. Além disso, as políticas públicas são efetivas quando fomentam a corresponsabilidade e coparticipação na elaboração, monitoramento, execução e nas avaliações.

Isso ocorre principalmente quando há a participação da população usuária nos espaços de planejamento (a exemplo das conferências) e nos processos avaliativos (como as pesquisas sobre qualidade do serviço).

Contudo, as influências do modelo político-econômico e sociocultural capitalista corroboram para o contingenciamento e sucateamento das políticas públicas, principalmente as políticas sociais, rebatendo na operacionalização que lida maiormente com problemáticas relacionadas às restrições orçamentárias, atraso no repasse dos recursos financeiros, quantidade de profissionais insuficientes etc.

Assim, é no tensionamento entre a assistência estudantil como um direito social e os limites impostos pela natureza dessa política no capital, especialmente no cenário contemporâneo, que a avaliação da sua efetividade exige mecanismos sólidos de monitoramento, e avaliação, recursos públicos e gestão socialmente comprometida, a fim de viabilizar a permanência na educação superior.

A implementação de políticas educacionais através de programas e projetos também foi estudada por Rodrigues (2015). A pesquisa analisou a efetividade da implementação do Programa Mais Brasil Educação (PME) e o Projeto Criando Oportunidade (PC) – Reforço Escolar em duas escolas estaduais do ensino fundamental na cidade de Manaus-AM, tomando por base os resultados de duas avaliações em larga escala – Prova Brasil e Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Estado do Amazonas (SADEAM). Do ponto de vista metodológico, constitui-se em um estudo de caso com a coleta de dados através de aplicação de questionários com os professores e entrevistas com as gestoras e monitores dos referidos programas.

Para contribuir com a efetividade da implementação dos programas pesquisados foram propostos três Planos de Ação Educacional (PAE), sendo um para cada escola e o outro para a Secretaria de Educação do Amazonas. O estudo constatou que os planos apresentados visaram contribuir para aprendizagem dos estudantes a partir do planejamento, monitoramento e avaliação sistemática desses programas.

A avaliação da efetividade de política pública no âmbito educacional também foi estudada por Xavier (2019) na Tese de Doutorado sobre a materialização da Rede e-tec Brasil, a qual oferece educação profissional na modalidade à distância. A pesquisadora coloca que abordar as políticas sociais no contexto da educação somente de forma quantitativa traz uma visão objetiva de um processo que carrega aspectos que não se limitam a verificar se os resultados foram alcançados.

O estudo utilizou a abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball e Richard Bowe e criou um modelo lógico denominado “Modelo Lógico Subjetivo” com os seguintes descritores: Objetivo da política, variável, indicador, informação necessária e método de coleta de dados.

A análise estava relacionada tanto à compreensão das estratégias desenvolvidas pela instituição quanto aos sujeitos envolvidos no processo. “A análise deve ir para além da percepção do Estado como controlador e delimitador das políticas educacionais, buscando perceber o contexto local e os indivíduos e o que as políticas educacionais significam nas suas realidades” (Xavier, 2019, p.73).

Para a pesquisadora, a educação e as políticas educacionais se situam no contrassenso entre o seu papel de contribuir para a transformação social, contudo, ao mesmo tempo reproduzir os interesses do capitalismo. O estudo confirmou que a Rede E-tec Brasil foi efetiva, pois ressignificou e trouxe impactos na realidade social dos estudantes.

É nessa perspectiva de compreender os resultados e efeitos além da estratégia dessa política social que os resultados da Tese de doutorado de Xavier (2019) mostraram a concepção de educação libertadora baseada nas ideias de Paulo Freire, para além do Capital e que também prepara para a cidadania. Por isso, a política estudada foi efetiva, pois gerou impactos na realidade dos sujeitos e contribuiu para a democratização do ensino público e gratuito e para as demandas da sociedade.

A tese de doutorado defendida por Silva (2018) também avaliou a efetividade da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio de uma pesquisa qualitativa com suporte quantitativo baseada em legislações e pesquisa de campo (questionário fechado e roteiros semiestruturados) como instrumentos de coleta de dados.

O estudo analisou elementos na literatura para a construção de um modelo de avaliação da efetividade das políticas públicas em educação à distância no Brasil, verificando o seu papel para a expansão da educação superior e identificando as suas relações com avaliação da qualidade da Educação à distância. Como resultado do estudo,

foi apresentado um conjunto de indicadores de avaliação da UAB como política pública, os quais subsidiarão outros processos avaliativos. Os indicadores foram organizadores em três categorias: fatores críticos de contexto, fatores críticos de desempenho e fatores críticos específicos.

Os indicadores considerados como fatores críticos de contexto foram: “Contribuição da EaD como política pública educacional, Relevância das políticas públicas para a EaD no Brasil, Alcance dos objetivos da UAB, Consideração dos eixos fundamentais de sustentação da UAB” (Silva, 2018, p. 204). Já os fatores críticos de desempenho se referem aos seguintes aspectos: nível de colaboração entre os envolvidos para a implantação, interação entre os participantes, preparação dos coordenadores frente às suas atribuições, melhoras práticas compartilhadas, autonomia dos sujeitos do sistema. Finalmente, foram validados como indicadores os seguintes fatores vinculados aos resultados: pedagógicos, administrativos, docentes e discentes.

Os resultados do estudo mostraram os aspectos relacionados à efetividade do sistema UAB relacionados à “capacidade operacional dos atores envolvidos; condução da política pública; e existência de sobreposição de esforços ou de omissão na entrega de bens e serviços à sociedade” (Silva, 2018, p. 207).

Verificou-se ainda que a UAB como política de acesso é efetiva para a interiorização da educação superior brasileira e para a conclusão dos cursos e formação de professores da educação básica. Entretanto, apresenta desafios como a preparação insuficiente para assumir as funções de coordenação, dificuldades à nível de gestão administrativa e pedagógica, falta de autonomia didático-pedagógica das IES e altos índices de evasão. Assim, a pesquisa possibilitou compreender que os modelos de avaliação permitem um retrato dos impactos dessa política para a melhoria dos serviços prestados à sociedade e que há uma complexidade de indicadores envolvidas em uma política de educação superior.

Torres (2017) também realizou trabalho dissertativo sobre a efetividade de uma política educacional, utilizando pesquisa bibliográfica, documental e de campo com realização de entrevistas e observação direta. O estudo qualitativo tratou sobre as políticas de gênero e diversidade no município de Cajazeiras-PB e sua influência no currículo escolar. O pesquisador definiu as categorias do estudo que tratavam sobre questões que perpassavam desde a condução da política até a sua relação com a sociedade civil: o histórico e atuação das instituições e movimentos sociais que tratam da política

(Secretarias, Políticas regulamentadas e Conselhos de controle social), o perfil dos sujeitos e seus conceitos/posicionamentos sobre as temáticas relacionadas à questão.

Os resultados mostraram que as políticas de gênero e diversidade na realidade pesquisada são fragilizadas e tem reflexos na atuação dos educadores e aponta para a necessidade de compreender sobre o desenvolvimento da formação continuada em gênero e diversidade dos docentes municipais, prevista no Plano Municipal de Educação.

A partir da análise das falas dos sujeitos, foram definidas as seguintes categorias relacionadas ao estudo: sociedade civil e a pauta das mulheres e da diversidade, desenvolvimento das políticas públicas para as mulheres e a diversidade e, perspectivas para inclusão do gênero e da diversidade na educação. Isso demonstra que o seu retrato sobre a efetividade ou não daquela política educacional foi desenhado com base nos achados expressos pelos sujeitos envolvidos nesse processo.

A efetividade de políticas públicas também foi analisada na Tese de doutoramento defendida por Maldaner (2016) sobre o papel do trabalho docente na efetividade das políticas públicas de Educação profissional e Tecnológica (EPT), no período 2003-2015 através de pesquisa documental. Buscou compreender se as políticas de EPT direcionavam a educação na perspectiva produtivista ou contra hegemônica.

Para o autor, a avaliação da efetividade dessa política educacional é compreendida como:

[...] um critério de avaliação que procura dar conta dos resultados, tanto econômicos quanto sociais, da política pública. No caso em questão, para além da restrita preparação imediata para o mercado de trabalho, a compreensão da efetividade envolve outras dimensões a serem consideradas na análise das políticas públicas, como: a compreensão do (a) professor (a) em relação aos fundamentos, concepções, modelo societal e relação trabalho e educação subjacente às políticas públicas e à formação recebida para implementação da política (Maldaner, 2016, p. 155).

O pesquisador considerou diferentes elementos, tais como: o perfil de formação profissional dos docentes; saberes no cotidiano escolar; conhecimento sobre as políticas de EPT promovidas pelo MEC; suas expectativas e dificuldades no exercício da docência etc. Os resultados do estudo mostram que a EPT teve a sua efetividade comprometida, pois a maioria das políticas implementadas nesse período não veio acompanhada de uma política de formação de professores, sobretudo quanto a fomentar o papel do educador na defesa de um novo projeto de sociedade. Assim, a efetividade foi considerada como um fenômeno que envolveu aspectos objetivos, subjetivos, além do contexto, e as questões sociais, econômicas e políticas. A formação docente foi considerada como fator

fundamental para a efetividade das políticas públicas da EPT, enquanto a vinculação da educação aos interesses imediatos do mercado também pode impactar negativamente.

Nascimento (2014) avaliou a eficácia e efetividade das ações voltadas para a formação técnica, do processo e do resultado da implantação da política de educação profissional dos cursos técnicos do Instituto Federal da Bahia (IFBA). A pesquisadora aplicou questionários com egressos dos cursos técnicos de nível médio, modalidade integrada, além de entrevistas com administradores e coordenadores de cursos do IFBA *campus* Camaçari. O estudo constatou fragilidades na implantação do *Campus* e dos seus respectivos cursos, além dos desafios nas taxas de conclusão. Os participantes da pesquisa também colocaram desafios em relação ao mundo do trabalho e continuidade na formação.

O modelo de análise da efetividade da política educacional em questão foi composto por quatro elementos: conceito, dimensões, indicadores de efetividade e autores que subsidiaram o estudo. A avaliação da efetividade da educação profissional considerou os seus efeitos para a população estudantil, que no caso da pesquisa se referiam à inserção dos egressos no mercado de trabalho e a inserção acadêmica, ou seja, a continuidade dos estudos (Nascimento, 2014, p. 79). Os resultados da pesquisa apontaram algumas fragilidades quanto à implantação e execução da gestão dos cursos, bem como os desafios e avanços para ingressarem no mundo do trabalho e dar continuidade na formação acadêmica.

Por fim, a tese de doutorado defendida por Santos (2010), trata sobre avaliar a eficácia, efetividade e transparência nos investimentos da Educação nos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu entre os anos de 2005 e 2006 visando aferir a qualidade dos serviços educacionais. A efetividade foi analisada buscando a democratização e universalização do direito à educação de qualidade, sendo definida na pesquisa como: “a efetividade representa o juízo ou a percepção que a sociedade tem do benefício gerado pela ação implementada e concluída para o atendimento da necessidade social” (Santos, 2010, p. 20).

Ou seja, a efetividade é compreendida como os efeitos de determinada política para atender as necessidades sociais. Também foram consideradas os indicadores de avaliação da efetividade, as taxas de abandono, reprovação e abandono. Os resultados do estudo apontaram que os municípios pesquisados foram efetivos para a democratização da direção escolar e estruturação dos conselhos, apesar de o financiamento não ter sido suficiente para atender as demandas existentes, demonstrando as limitações

orçamentárias a que as políticas educacionais enfrentam. As avaliações dessas políticas educacionais mostraram que os programas foram eficazes e efetivos, contudo, difundem poucas práticas de transparência e controle social.

Os estudos que investigaram a efetividade partem da construção e definição de dimensões de análise, que consideraram descritores como variáveis e indicadores que pudessem aferi-la.

As pesquisas que consideraram a efetividade das políticas educacionais com base no contexto verificaram os aspectos objetivos, subjetivos bem como as questões socioeconômicas e as políticas que as norteiam. Além disso, também foi pesquisado sobre o perfil dos sujeitos atendidos, como se construiu a política e quais as perspectivas de educação alicerçada nessas políticas educacionais, seja produtivistas ou contra-hegemônicas.

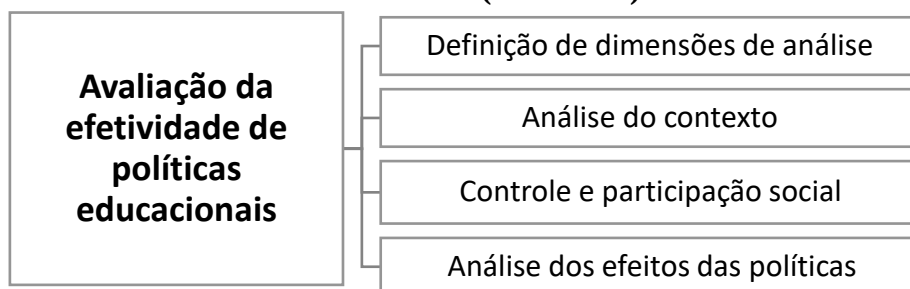
Sob a ótica do controle social e da participação da comunidade, consideraram o grau de envolvimento da comunidade acadêmica, sobretudo na formulação e execução dessas políticas educacionais, ou seja, buscaram investigar como os usuários se relacionam com a política e participam da sua construção e gestão.

As pesquisas que consideraram a efetividade como o efeito das políticas educacionais investigaram se os resultados atenderam às expectativas dos usuários, bem como, avaliaram os impactos na realidade social. Constatou-se que a efetividade é analisada a partir de indicadores e dimensões de análise, e, envolve elementos internos como o controle e a participação social, bem como, de elementos externos às políticas educacionais, tais como o contexto em que elas se desenvolvem e os efeitos que elas produzem na sociedade.

A leitura sobre processos de avaliações da efetividade de políticas educacionais permitiu apreender os elementos que os pesquisadores consideram em suas análises e subsidiaram a estruturação da pesquisa empírica do objeto de estudo na realidade da UFPB.

Assim, com base no levantamento das produções acadêmicas disponíveis na BDTD/Brasil acerca da avaliação da efetividade de políticas educacionais, verifica-se que prevalecem estudos que consideram os seguintes elementos no debate acadêmico:

**Figura 8 – Avaliações da efetividade de políticas educacionais
BDTD/Brasil (2010-2021)**



Fonte: Elaboração própria

Com base nos elementos identificados nas pesquisas de avaliações da efetividade de políticas educacionais, a proposta de estudo da tese partiu da análise do contexto em que a política de assistência ao estudante da UFPB se coloca, da definição de dimensões de análise (relacionadas às áreas estratégias de atuação da política), bem como da avaliação dos efeitos da política para a permanência, além da análise da participação e controle social dos/as estudantes.

Compreendendo que a assistência estudantil é a principal política pública educacional para viabilização da permanência estudantil, no próximo capítulo, é feita uma discussão sobre como ela se configura e quais as possibilidades da avaliação da sua efetividade no âmbito da UFPB.

5. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFPB E A SUA EFETIVIDADE PARA A PERMANÊNCIA: Resultados e discussões

⁵³Sem a assistência seria impossível conseguir dar sequência à vida acadêmica, levando em conta que sou de outro estado e tenho 3 filhos e com o curso integral não consigo trabalhar (Estudante de Fonoaudiologia, *Campus I*).

Ela contribui em tudo. Se não fosse pela assistência estudantil, com toda certeza teria que desistir do curso para ingressar no mercado de trabalho. Graças a assistência que estarei concluindo a graduação (Estudante de Ciências Biológicas, *Campus II*).

Sem a assistência estudantil, eu não estaria mais dentro da academia, já teria desistido por não ter condições financeiras (Estudante do *Campus IV*).

Os relatos acima são de graduandos dos *Campi* da instituição que tiveram acesso à política assistencial durante a sua formação. Entretanto, conforme já visto, trata-se de uma política social que não está disponível a todos os estudantes que dela necessitam. Diante disso, este capítulo teve o objetivo de responder à seguinte questão: qual a percepção dos estudantes quanto à efetividade da política de assistência estudantil para a permanência na UFPB?

A análise parte da compreensão de que as avaliações de políticas educacionais atuais adotadas pelo Estado capitalista incorporam valores de mercado como minimização de custos, o enxugamento dos direitos sociais, a busca pela competitividade, a eficiência e o corte de recursos públicos. São valores incorporados pelo Estado que se difundiram desde as reformas na década de 1980, entretanto, precisam ser revistas para que se verifique se atende aos interesses sociais (Schneider e Rostirola, 2015).

Nesse estudo, a avaliação da política de assistência estudantil sob a percepção dos discentes, busca compreender os limites e possibilidades na defesa da Educação Superior enquanto direito social (Freitas, 2016). Para isso, foi preciso situá-la na totalidade tendo como objetivo a defesa do direito à educação (Boschetti, 2009).

O diagnóstico teve como ponto de partida os aspectos histórico, político, financeiro e administrativo. Em seguida, avaliou-se a qualidade da permanência dos estudantes atendidos com base em pesquisa documental dos seus dados acadêmicos disponíveis no SIGAA/UFPB.

⁵³ As falas dos entrevistados serão descritas na fonte **Comic Sans MS** no tamanho 10 para que sejam diferenciadas das citações das referências mencionadas no texto.

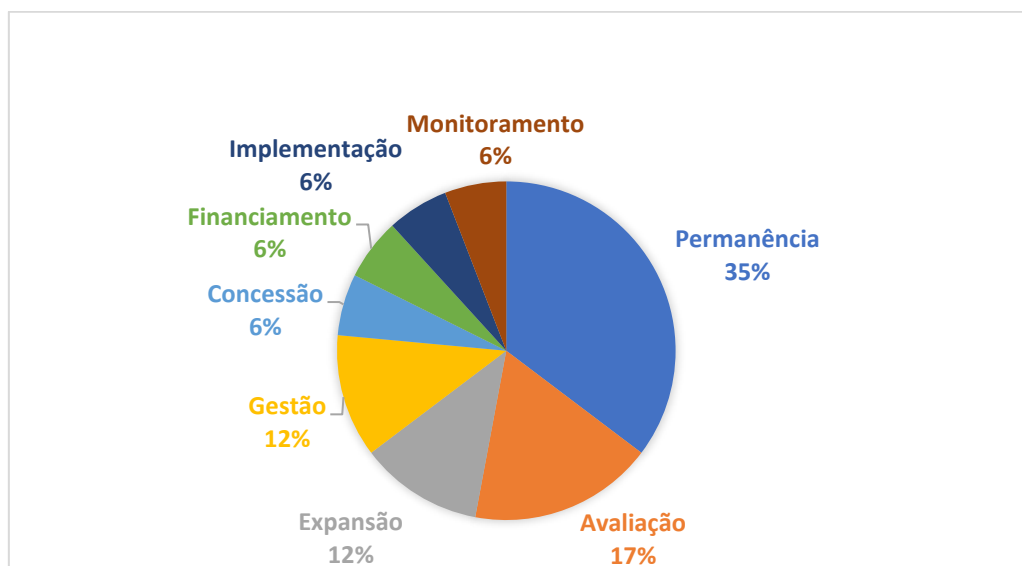
Através de levantamento bibliográfico, também foi traçado o perfil dos participantes do estudo, as suas demandas dentro das áreas de atuação da política, e, os principais desafios enfrentados para a permanência na universidade. O capítulo se encerra com os resultados da avaliação da política sob a ótica dos estudantes.

5.1 Assistência Estudantil da UFPB enquanto campo de pesquisa

A Política de Assistência Estudantil da UFPB foi tema de pesquisas de dezessete trabalhos acadêmicos publicados no período de 2012 a 2022 no seu repositório institucional, sendo dezesseis dissertações, um trabalho de conclusão de curso e uma Tese de doutorado (UFPB, 2023b).

Para a identificação dos temas mais recorrentes desses trabalhos, foram inseridos os títulos em planilha eletrônica no Excel® e as palavras-chave dos resumos. Após categorizá-las, verificou-se que prevalecem as seguintes áreas de abrangência:

Gráfico 3 – Produções acadêmicas sobre assistência estudantil da UFPB (2012-2022)



Fonte: Elaboração própria, com dados extraídos de UFPB (2023b).

Conforme o gráfico acima, prevalecem os estudos sobre avaliação e aqueles que se referem à permanência, os quais são objetos de análise dessa Tese.

Tratando sobre a trajetória da assistência estudantil da UFPB, o trabalho publicado por Mariz (2012) é o único que aborda como se deu a implementação do programa PNAES na UFPB no cenário de consolidação das políticas de expansão da educação

superior. Conforme a autora, inicialmente, a assistência aos estudantes da UFPB foi administrada pela Coordenação de Assistência e Promoção Estudantil (COAPE), setor vinculado à Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários (PRAC)⁵⁴ até o ano de 2010.

No contexto nacional, com o aumento das demandas da Assistência Estudantil, além da necessidade de as Ifes gerenciarem os recursos do programa PNAES, com a vigência do Decreto nº 7234/10, são criadas as Pró-Reitorias de Assistência Estudantil.

Na UFPB, a assistência foi desvinculada da extensão, dando origem à PRAPE/UFPB em agosto de 2010. Apesar dessa evolução na sua consolidação enquanto política institucional, ela se manteve em funcionamento com limitações, obras estruturais em andamento e a dimensão qualitativa em segundo plano:

Em relação à assistência prestada aos estudantes na UFPB, podemos constatar uma ampliação numérica, em termos de recursos a mais que vem sendo empregados nas ações de assistência estudantil, mas qualitativamente ainda não é possível visualizar uma melhoria no atendimento das necessidades estudantis (Mariz, 2012, p. 77).

Para a pesquisadora, a expansão qualitativa não foi suficiente para suprir as necessidades dos estudantes. A ampliação da política devido à expansão das vagas com o Reuni e da política de cotas, contribuíram também para o aumento e a complexidade das demandas estudantis, entretanto, a assistência estudantil não foi acompanhada de investimentos orçamentários suficientes diante da demanda.

Outro desafio colocado por Mariz (2012) é a concepção do direito à assistência estudantil, ainda vinculado ao clientelismo⁵⁵ e à meritocracia. É nesse cenário de avanços e contradições que o Decreto do PNAES materializa a Política de Assistência Estudantil na UFPB.

Tratando ainda do período de estruturação da política de assistência ao estudante na instituição, Marques (2014) fez uma análise do programa PNAES na UFPB e na UFCG a partir dos assistentes sociais que trabalhavam na política dessas Ifes. Os resultados mostraram que não atendia a todas as áreas estratégicas preconizadas pelo Decreto nº

⁵⁴ Nesse período, a COAPE/PRAC da UFPB geria os seguintes auxílios estudantis: Programa de Bolsa de Extensão (PROBEX), Programa de Bolsa de Trabalho (PROBAD), Programa de Alimentação Estudantil (PROAE), o Programa de Apoio às Entidades e Eventos estudantis (PAEE) e Programa de Moradia Estudantil (PROMEU). Além destes, também encaminhava estudantes ao Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) e Fundação José Américo (Mariz, 2012).

⁵⁵ O clientelismo é um fenômeno existente desde a Roma Antiga quando havia a relação de dependência econômica e política entre os *clientes* e os *patronus* (classe mais elevada). O fenômeno que se adaptou e apresenta novas nuances nas sociedades modernas, inclusive no sistema capitalista.

7234/10, e se limitava às demandas por moradia e alimentação, se restringindo a ações pontuais e seletivas.

Tratando sobre a gestão da política, Mendonça (2021) buscou compreender como esta ocorre, e concluiu que se dá de forma seletiva, burocrática e com ações focalizadas, além disso, a participação e a inserção da comunidade acadêmica e dos trabalhadores da política, sobretudo dos profissionais de Serviço Social, ainda é incipiente nos espaços institucionais decisórios.

A burocratização para solicitar os benefícios da assistência estudantil também foi um dos aspectos identificados que dificulta as condições de permanência de estudantes da UFPB, de acordo com a visão dos estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia do *Campus I* (Santos, 2019); (Sousa, 2021b).

Em relação à avaliação da qualidade dos serviços ofertados pela política, Sousa (2021a) entrevistou estudantes atendidos na UFPB e concluiu que “[...] a maior parte dos discentes enxergam como boa/importante a assistência estudantil fornecida pela PRAPE. Porém, muitos relatam que esta assistência está regular ou insuficiente, apontando algumas lacunas que precisam ser revistas” (Sousa, 2021a, p. 89).

A pesquisa de Sousa (2021a) também trouxe como propostas para o aprimoramento da Política, a realização de pesquisas com estudantes que recebem auxílios, ampliação da cobertura de benefícios, como auxílio apoio pedagógico, auxílio emergencial temporário, além da criação de fórum de assistentes sociais que atuam na instituição.

Em relação ao perfil socioeconômico dos estudantes, Maurício (2021) fez um estudo no *Campus IV* da UFPB, e mostrou a prevalência do público jovem, em situação de vulnerabilidade social e que demanda, prioritariamente, por acesso à moradia e alimentação. Sua pesquisa corrobora com os achados de Jácome (2021), quando demonstra que a assistência estudantil da UFPB é uma política relevante para a permanência e necessita ser ampliada, sobretudo devido à mudança do perfil de ingressantes na instituição, após a ampliação de vagas com as políticas de expansão.

Com relação à retenção de assistidos pela assistência estudantil na UFPB, Aragão (2021) constatou que se trata de um fenômeno multifatorial que se expressa, sobretudo, devido aos seguintes fatores:

[...] fatores relacionados ao estudante (dificuldade de aprendizagem, problemas emocionais, dificuldade de adaptação à universidade, problemas de saúde e maternidade); fatores relacionados à Instituição (docente,

principalmente quanto à metodologia, falta de apoio institucional e organização curricular); fator externo (dificuldade financeira) (p. 08).

Portanto, a continuidade para cursar uma graduação na UFPB resulta de diversos fatores, e, necessita de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas para a permanência para que não se atribua apenas aos indivíduos o sucesso ou abandono no decurso da sua formação.

Os trabalhos publicados por Macedo (2017), Albuquerque (2017), Lima (2019) e Mota (2020) versam sobre a assistência estudantil enquanto política para a permanência na UFPB. Na avaliação da eficácia do PNAES quanto à permanência dos cotistas nessa instituição, no período de 2012 a 2016, Macedo (2017) constata que, apesar da evasão dos cotistas, o programa atende aos seus objetivos de contribuir para a permanência daqueles que conseguem acessá-lo, todavia, enfrenta desafios no atendimento à demanda e na gestão dos seus recursos devido ao limite orçamentário.

Para tanto, é necessário aprofundar os estudos sobre os entraves na gestão da Política de Assistência Estudantil da UFPB, bem como, avaliá-la e monitorá-la para que produza impacto e atenda às reais necessidades dos estudantes (Macedo, 2017); (Mota, 2020), além do monitoramento da política para minimizar os riscos e aprimorar as ações dessa política (Gajadhar, 2021).

No cenário da pandemia pelo novo coronavírus (COVID-19), a pesquisa realizada por Barros (2022) avaliou a influência do PNAES sobre as variáveis relacionadas ao desempenho acadêmico, a evasão e a retenção dos cotistas assistidos. Os resultados mostraram a importância do programa, pois, apesar de não haver discrepância entre o desempenho assistidos de alunos assistidos e não assistidos nas variáveis relacionadas ao desempenho acadêmico, a política é relevante para a permanência, principalmente para a redução das taxas de evasão:

Na análise das variáveis relacionadas aos *status* de matrícula trancado ou cancelado, constatou-se a importância da assistência estudantil, ao se observar a não ocorrência de trancamentos de matrícula e o baixíssimo percentual de cancelamentos em 2020.2 entre os estudantes assistidos, enquanto entre os não assistidos esse percentual foi menor (Barros, 2022, p. 81).

Ou seja, a assistência estudantil da UFPB atendeu aos seus objetivos, mesmo em situações adversas como o da pandemia decorrente do COVID-19. Ocorre que as políticas sociais são ações do Estado para atender às demandas do Capital, e, se colocam na lógica dos mínimos sociais. Essas políticas são contraditórias pois respondem aos interesses do

Estado e do empresariado para controlar a classe trabalhadora, além disso, são frutos das lutas desta classe para garantir o acesso aos bens sociais fundamentais.

A assistência estudantil da UFPB tem um papel relevante para a permanência, mesmo sendo limitada a poucos auxílios financeiros e que não contemplam áreas como esporte, lazer, apoio pedagógico, atenção à saúde etc. (Albuquerque, 2017).

A partir dos resultados das produções acadêmicas que se referem às categorias e dimensões adotadas nesse estudo, verifica-se que o desenvolvimento da assistência estudantil da UFPB é recente e deriva das políticas de expansão da educação superior, as quais são atravessadas pelas determinações do contexto capitalista.

Na esfera da gestão da política, falta a participação estudantil e o desenvolvimento sistemático dos processos de planejamento, avaliação, monitoramento e gestão dos recursos para que se verifique de que forma ela contribui para a realidade dos estudantes da instituição.

Embora a assistência estudantil da UFPB apresente resultados que atendem aos objetivos de reduzir taxas de evasão e retenção e contribuir para a permanência, a sua implementação se materializa de forma contraditória, residual, focalizada, seletiva, burocrática e relativamente precarizada.

Os seus principais desafios se relacionam à necessidade do aumento do orçamento para atender a demanda de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica e a cobertura das áreas estratégicas como inclusão digital, cultura, esporte e dispositivos de apoio pedagógico.

O trabalho dissertativo de Santos (2021) trata sobre os efeitos da intensificação do ajuste fiscal brasileiro para o programa de assistência estudantil da UFPB, sobretudo, a partir do ano de 2016. A pesquisa analisou a evolução dos recursos do PNAES e verificou que o seu orçamento sofreu cortes das políticas de ajuste fiscal, sobretudo, a partir da Emenda Constitucional nº 95/16, acirrando a focalização e seletividade nos atendimentos do programa na UFPB.

Verifica-se, portanto, que a assistência estudantil da UFPB se constitui como política social que se materializa no campo dos contrassensos entre as limitações impostas pelo Capital e da sua perspectiva enquanto direito social para o acesso à educação superior.

Considerando que a avaliação da assistência estudantil em relação a sua efetividade, implica em compreender os desdobramentos dessa política para a realidade estudantil, a última dimensão analisada se refere aos seus efeitos (limites, dificuldades e

avanços) dentro das áreas estratégicas que foram definidas pelo Decreto nº 7234/10 para a permanência na UFPB.

A avaliação da assistência estudantil da UFPB partiu dos elementos identificados nas pesquisas de avaliação da efetividade de políticas educacionais (figura 8), quais sejam: a) as pesquisas definiram dimensões de análise; b) consideram o contexto em que essas políticas se situam; c) analisam o nível de controle e participação social dos usuários; c) os efeitos sociais dessas políticas.

Ressalta-se que o estudo avaliativo sobre a eficácia do PNAES para a permanência de estudantes egressos das cotas na UFPB realizado no Mestrado considerou as seguintes categorias e dimensões: a) relação entre demanda e benefício; b) gestão dos recursos; c) perfil discente e; d) qualidade da permanência (Macedo, 2017, p. 64). Entretanto, elas se aplicam nas avaliações sobre a eficácia daquela política, ou seja, se os seus objetivos previamente definidos estão sendo alcançados.

A eficácia de determinada política ou programa analisada em Macedo (2017) impacta na sua efetividade, pois quando se consolida o que foi planejado, também há efeitos a médio e longo prazo dessa política na sociedade.

Sistematizando os elementos que subsidiaram a estruturação dessa pesquisa, foram definidas as seguintes categorias de análise e suas respectivas dimensões, conforme o quadro a seguir:

Quadro 2 – Categorias de avaliação da efetividade da Assistência Estudantil

CATEGORIAS	DIMENSÕES ANALISADAS
CONTEXTO INSTITUCIONAL	Situação orçamentária
	Perfil socioeconômico dos/as estudantes da UFPB
	Cobertura da Assistência Estudantil
	Atendimento às demandas
	Controle social
EFEITOS NA PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO	Situação acadêmica dos assistidos a médio prazo
	Desempenho acadêmico dos assistidos a médio prazo
AValiação DOS ESTUDANTES	Perfil acadêmico e socioeconômico dos participantes
	Avaliação das demandas para a política
	Avaliação dos usuários

Fonte: Elaboração própria.

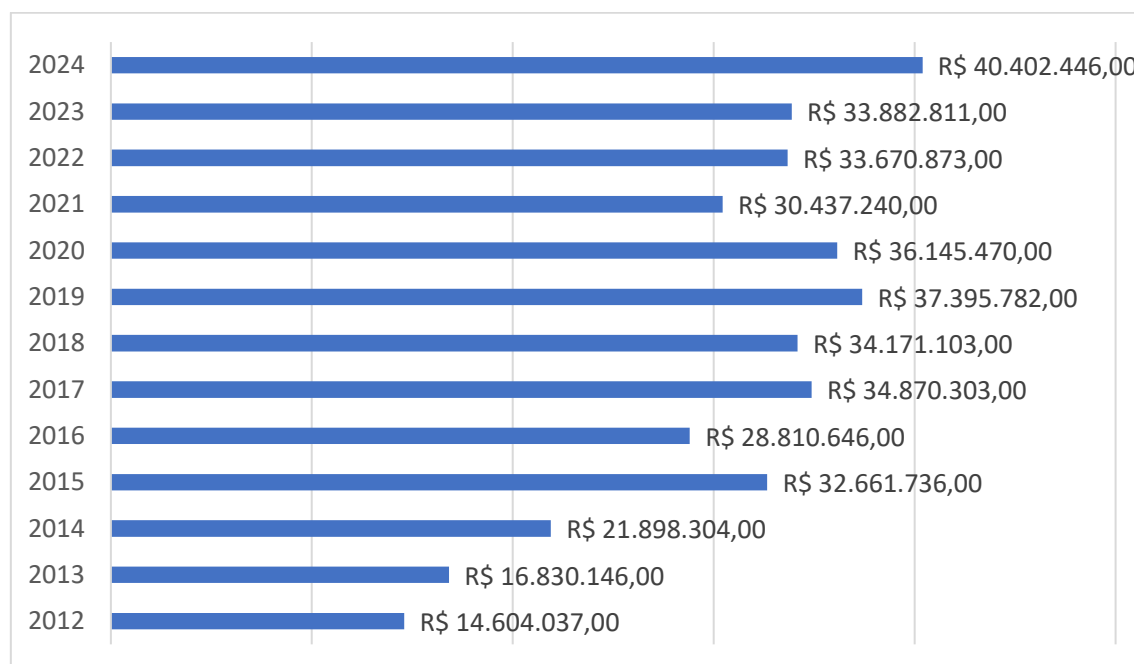
Com base nos dados levantados nesta pesquisa bibliográfica foram consideradas as categorias do quadro anterior como medidas que analisam a efetividade da assistência estudantil para a permanência na UFPB, as quais estão detalhadas a seguir.

5.2 O contexto da política

Atualmente, a assistência estudantil da UFPB é composta por serviços e benefícios nas áreas de moradia, alimentação, transporte, saúde, apoio pedagógico, creche, apoio pedagógico, inclusão e acessibilidade.

Em relação ao orçamento destinado à assistência estudantil da UFPB, no período de 2012 a 2024, a UFPB teve uma dotação orçamentária de R\$ 395.780.897,00 (trezentos e noventa e cinco milhões, setecentos e oitenta mil e oitocentos e noventa e sete reais), distribuídos conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Dotação do orçamento para a assistência estudantil da UFPB (2012-2024)



Fonte: Elaboração própria, com dados extraídos do portal SIOP (2024).

Os dados do gráfico acima mostram que o orçamento para a Assistência Estudantil cresceu gradativamente até o ano de 2015, a partir de 2016 há uma diminuição de quase 4 milhões de reais, e, mesmo quando há uma recuperação no orçamento em 2017, se mantém estável até o ano de 2020. Para Santos (2021), as políticas de ajuste fiscal interferem diretamente no orçamento para a política de assistência estudantil da UFPB:

Desse modo, percebe-se que o recrudescimento do neoliberalismo no Brasil trouxe uma estagnação para os recursos do PNAES, que tem intensificado a seletividade e a focalização da Assistência Estudantil. Já na conjuntura da EC 95/2016, que limita os gastos públicos do setor primário por 20 anos, a partir de sua vigência, observa-se que desde 2016 o orçamento da Assistência Estudantil nacional não cresce na

mesma ordem dos anos anteriores, chegando inclusive a sofrer reduções em alguns períodos, como 2017, 2018 e 2020 (p. 162).

No ano de 2021, em que atravessávamos a pandemia devido ao Covid-19, a assistência estudantil teve um novo corte de mais de 5 milhões e 700 mil reais, e, o orçamento volta a subir a partir de 2022.

Os cortes orçamentários nesse período contribuíram para a intensificação da seletividade no acesso aos auxílios estudantis da instituição:

Isso explica o endurecimento trazidos nos editais de seleção quantos aos critérios de ingresso e permanência para acesso e manutenção dos auxílios estudantis. Diante dos cortes orçamentários, a estratégia foi intensificar a focalização e seletividade do atendimento no grupo de estudantes mais vulneráveis, que terão sua permanência nos auxílios condicionadas à manutenção de rendimentos acadêmicos satisfatórios (Santos, 2021, p. 136).

Quanto à gestão, a Política de Assistência Estudantil da UFPB é gerenciada pela PRAPE⁵⁶ que tem o objetivo de “[...] planejar, coordenar e controlar as atividades de assistência e promoção ao estudante, visando sobretudo à sua permanência nos cursos de graduação presencial da Universidade Federal da Paraíba” (UFPB, 2023a). A PRAPE administra os recursos da política PNAES, os Restaurantes e as Residências Universitárias, além das demandas do Programa Bolsa-Permanência do Ministério da Educação.

Além da PRAPE, o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA)⁵⁷, vinculado ao Gabinete da Reitoria, também atua em parceria com essa Pró-Reitoria, através da concessão de bolsas para alunos apoiadores dos estudantes com deficiência, acompanhamento dos alunos com deficiência bem como realiza encaminhamentos para as equipes interdisciplinares da COAPE/PRAPE e demais setores da instituição.

Quanto às ações e serviços de saúde, o Centro de Referência em Atenção à Saúde (CRAS) é um órgão suplementar da Reitoria que presta assistência à saúde de estudantes

⁵⁶ Os setores subordinados diretamente à PRAPE são a respectiva Secretaria Executiva, a Superintendência de Restaurantes Universitários (SRU), e a Coordenação de Assistência e Promoção Estudantis (COAPE), entretanto, não há uma Coordenação Geral das Residências Universitárias.

⁵⁷ O CIA é regulamentado pela Resolução nº34/2010 como o setor que operacionaliza a Política de Inclusão e Acessibilidade da UFPB. É composto por representantes das Pró-Reitorias, discentes da UFPB, servidores técnico-administrativos, comunidade universitária com deficiência e altas habilidades, laboratórios de Terapia Ocupacional, Núcleo de Educação Especial, setor Braille da Biblioteca Central e projetos inclusivos dos *Campus*.

com a disponibilidade de algumas especialidades médicas e de outros profissionais de saúde.

O *Campus* II (Areia) dispõe do Centro de Atendimento Médico, Odontológico e Psicossocial (CAMOPS), o *Campus* III (Bananeiras) possui o Núcleo de Assistência Estudantil (NAE), no *Campus* IV funciona a Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), todos com equipes interdisciplinares de atendimentos em saúde e assistência estudantil.

O quadro abaixo elaborado por Aragão (2021) e atualizado com os dados da UFPB (2023c); (2023d), descreve os auxílios e serviços da política de assistência estudantil da instituição:

Quadro 3 – Auxílios e serviços da assistência estudantil da UFPB (2023)

Área	Auxílios	Descrição	Natureza	Fonte de custeio
MORADIA	Auxílio Moradia	“É uma ajuda de custo para as despesas com habitação e destina-se aos estudantes que vieram residir na cidade sede do curso matriculado, exclusivamente, para cursar a primeira graduação” (ARAGÃO, 2021, p.98).	Pecuniária	PNAES
	Residências Universitárias	“O Auxílio Residência Universitária consiste na concessão de acesso e uso das dependências da Residência Universitária, acesso às refeições do Restaurante Universitário e uma prestação pecuniária para custeio da alimentação nos finais de semana, materiais de higiene pessoal e material de apoio pedagógico. Destina-se aos estudantes que vieram residir na cidade sede do curso matriculado, exclusivamente, para cursar a primeira graduação” (ARAGÃO, 2021, p.98)	Prestação de serviço e pecuniária	PNAES
	Apoio emergencial	“Regulado pela Resolução nº 12/2021 - CONSUNI - finalidade de atender emergencialmente a necessidades básicas de moradia e alimentação do(a)s estudantes matriculado(a)s em cursos presenciais de graduação, pós-graduação (mestrado ou doutorado) ou cursos técnicos da UFPB, que se encontrem em condições de extrema vulnerabilidade socioeconômica e risco social, as quais estejam interferindo diretamente na permanência e a conclusão do curso” (UFPB, 2024a).	Pecuniária	PNAES

ALIMENTAÇÃO	Auxílio alimentação	“É destinado aos discentes das unidades acadêmicas que não dispõem do serviço de restaurante universitário” (ARAGÃO, 2021, p.99).	Pecuniária	PNAES
	Restaurante universitário	“Concessão de acesso ao restaurante universitário em dias letivos aos alunos contemplados com Auxílio Residência Universitária ou Auxílio Restaurante Universitário” (Aragão, 2021, p.99).	Prestação de serviço	PNAES
TRANSPORTE	Auxílio transporte	“O auxílio transporte é uma ajuda de custo aos estudantes para locomoção no trajeto residência-UFPB e UFPB-residência, tendo o valor definido em faixas, conforme a localização da residência do núcleo familiar do estudante. É importante ressaltar que a portaria 02/2020 – PRAPE regulamenta as cidades que se enquadram no recebimento do auxílio e a respectiva faixa” (Aragão, 2021, p.99)	Pecuniária	PNAES
	Ônibus circular	Realiza percursos internos dentro dos quatro <i>Campi</i> da UFPB. No <i>Campus</i> I, também há os ônibus que deslocam os estudantes até as unidades do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) na cidade de Santa Rita e do Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional da UFPB (CTDR) no bairro de Mangabeira em João Pessoa.	Prestação de serviço	PNAES
SAÚDE	Atendimentos de Serviço Social	O Serviço Social da COAPE atende em parceria com as equipes de Psicologia, Pedagogia e administrativa da COAPE/PRAPE. Atende por demanda espontânea, realiza encaminhamentos e ações para o acesso aos direitos sociais. Também é responsável pela avaliação socioeconômica nos processos seletivos dos auxílios da PRAPE.	Assistencial	COAPE/ PRAPE/ UFPB
	Atendimentos de Psicologia	A equipe de Psicologia realiza atendimentos individualizados e interdisciplinares mediante agendamento prévio, disponibilidade de vagas ou encaminhamentos de outros setores.	Assistencial	COAPE/ PRAPE/ UFPB
	Atendimentos médicos	A médica realiza atendimentos individualizados mediante agendamento prévio.	Assistencial	COAPE/ PRAPE/ UFPB

	Atendimentos clínicos especializados	O CRAS está situado no <i>Campus I</i> e presta assistência à saúde de servidores e discentes com atendimentos de enfermagem, consulta médica, odontologia, cirurgia bucomaxilofacial, nutricionista, psicológico, exames por imagens e raio-X (UFPB, 2023d).	Assistencial	UFPB
	Centro de Atendimento Médico, Odontológico e Psicossocial (CAMOPS)	O CAMOPS dispõe de equipe formada por médico, odontólogo, psicólogo e assistente social para discentes e está localizado no <i>Campus II</i> (Areia). A equipe do CAMOPS também auxilia a PRAPE, com as demandas dos processos seletivos e atendimentos e assistência aos/às estudantes das residências universitárias.	Assistencial	CCA/ UFPB
	Núcleo de Assistência Estudantil (NAE)	O NAE funciona no <i>Campus III</i> (Bananeiras) da UFPB e atendimentos de enfermagem, odontologia, psicologia e serviço social. A equipe do NAE também oferece suporte à PRAPE, colaborando com a orientação social, atendimento individual, visitas domiciliares e entrevistas, além da análise socioeconômica nos processos seletivos desta Pró-Reitoria e atendimentos aos residentes das residências universitárias.	Assistencial	CCHSA/ UFPB
	Coordenação de Assistência Estudantil (CAE)	A CAE está localizada no <i>Campus IV</i> e tem uma equipe interdisciplinar composta por profissionais de Serviço Social, Nutrição e Psicologia a qual realiza ações para a permanência discente.	Assistencial	CCAE/ UFPB
CRECHE	Auxílio- creche	Auxílio financeiro para os estudantes com despesas com creche ou cuidador particular dos filhos com mais de 6 meses e menor de 6 anos de idade” (UFPB, 2024a).	Pecuniária	PNAES
APOIO PEDAGÓGICO	Atendimento pedagógico	Consiste no atendimento individualizado através de demanda espontânea e no monitoramento dos estudantes auxiliados pela PRAPE.	Assistencial	COAPE/ PRAPE/ UFPB
	Auxílio passagens para eventos	Oferece passagens aos estudantes para apresentar de trabalho acadêmico em evento (UFPB, 2024a).	Pecuniária	PNAES
	Auxílio pagamento de inscrição em eventos	“(…) é um auxílio fornecido pela PRAPE, no qual esta Pró-Reitoria paga a inscrição do evento em que o estudante que foi selecionado para apresentar trabalho acadêmico” (UFPB, 2024a).	Pecuniária	PNAES

ACESSIBILIDADE*	Auxílio aluno apoiador em parceria com o CIA	O benefício é concedido aos estudantes apoiadores que auxiliam os estudantes com deficiência encaminhados pelo CIA.	Pecuniária	PNAES
ESPORTE	Ginásios, quadras e academias	Espaços públicos disponíveis para discentes dos <i>Campi</i> I, II, III e IV	Espaço físico	Estrutura física da instituição
INCLUSÃO DIGITAL	Laboratórios de informática	Espaços públicos disponíveis para discentes dos <i>Campi</i> I, II, III e IV	Espaço físico	Estrutura física da instituição
CULTURA E LAZER	Sala de concertos Radegundis Feitosa⁵⁸	Espaço público disponível para discentes do <i>Campus</i> I	Espaço físico	Estrutura física da instituição

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Aragão (2021), com dados extraídos de UFPB (2023c) e UFPB (2023d).

Verifica-se que os auxílios disponibilizados pela PRAPE/UFPB se relacionam com as áreas estratégicas do PNAES, buscando atender as necessidades mínimas de subsistência, ou seja, moradia, alimentação e transporte. Entretanto, não se prioriza uma Política institucionalizada para a promoção de direitos na sua totalidade, pois ações como as de inclusão digital, cultura, esporte e lazer não são incorporadas à política.

O mapeamento da cobertura de ações e serviços estudantis executados pela assistência estudantil na última década (2014-2023):

Tabela 6 – Cobertura da política de assistência estudantil da UFPB (2014-2023)

ÁREAS ESTRATÉGICAS	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Alimentação	6410	9643	9349	4786	0	7124	6596	4505	2438	4937
Moradia	1222	2280	3509	3196	3057	3582	3225	4193	2734	3077
Transporte	0	88	142	207	160	358	599	0	599	1440

⁵⁸ A sala de concertos Radegundis Feitosa foi inaugurada em 2012 e funciona no Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) do *Campus* I. O espaço abriga a Orquestra Sinfônica da UFPB (OSUFPB), e, embora não esteja integrada à política de assistência estudantil da instituição, tem uma agenda de atividades que contribui tanto para a formação acadêmica dos estudantes da área quanto para a promoção de cultura para a comunidade estudantil.

Apoio aos estudantes com necessidades especiais	0	411	458	193	0	0	0	138	172	261
Creche	0	7	21	36	27	50	25	45	23	138
Esporte e cultura	0	0	0	0	0	71	0	0	0	0
Inclusão digital	0	0	0	0	0	0	0	711	0	0
Saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Apoio pedagógico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	7632	12429	13479	8418	3244	11185	10445	9592	5966	9853

Fonte: Elaboração própria, com dados extraídos de UFPB (2024c) e (2024d).

Os dados acima foram elaborados com base nos relatórios de gestão da UFPB, os quais prestam contas das ações e serviços durante o período de um ano. Verifica-se que, historicamente, a assistência estudantil da UFPB não disponibilizou o acesso aos direitos sociais (materializados na cobertura de benefícios) e limitou o quantitativo de beneficiários, mesmo com uma demanda significativa de estudantes em situação de vulnerabilidade social.

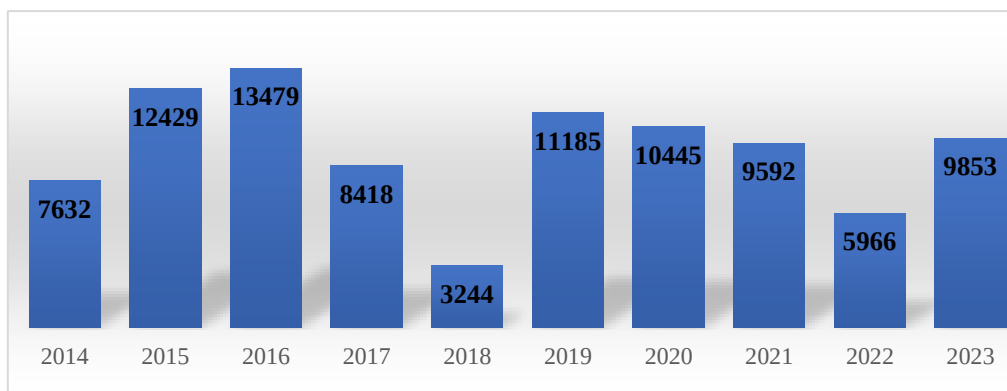
Nos documentos analisados, não constam ações voltadas ao esporte, cultura, saúde e apoio pedagógico executadas pela assistência estudantil. Entretanto, a PRAPE/UFPB dispõe das equipes de Psicologia, Pedagogia, Serviço Social e a UFPB possui alguns setores como o CIA/UFPB e o CRAS/UFPB que atendem a algumas dessas demandas.

Ocorre que a disponibilidade orçamentária é insuficiente para as reais necessidades do segmento estudantil da UFPB, o que demonstra a focalização e seletividade da política de assistência estudantil, conforme Mariz (2012), Marques (2014), Macedo (2017), Albuquerque (2017), Silveira (2019) e Mendonça (2021).

Ainda em relação à abrangência da atuação da política de assistência estudantil da UFPB, o gráfico abaixo faz uma análise comparativa da cobertura quantitativa desses auxílios no intervalo entre 2014 e 2023⁵⁹.

⁵⁹Para a análise dos dados da cobertura da assistência, não foi possível contemplar todo o recorte temporal da pesquisa (2010 até 2023), pois o SIGAA só dispõe de dados a partir do ano de 2014.

Gráfico 5 – Cobertura de auxílios da assistência estudantil (2014-2023)



Fonte: Elaboração própria, com dados extraídos de UFPB (2024c) e (2024d).

Em relação ao quantitativo de benefícios, o maior número de benefícios foi disponibilizado nos anos de 2015 e 2016. A partir de 2017 há uma queda nesse número, e, mesmo quando houve um certo aumento da cobertura no ano de 2019, ainda não superou a realidade anterior.

Os dados da dotação orçamentária que o MEC disponibilizou para a educação superior evidenciam que o período de 2016-2021 teve corte de recursos em decorrência dos reflexos da EC nº 95/2016, que reduziu os investimentos na Educação a partir do ano de 2016 durante vinte anos.

Nesse contexto, o governo ultraliberal de Michel Temer (2016-2018) viabilizou a instituição do novo regime fiscal que consolida o ajuste fiscal em curso no Brasil, implementa medidas como a reforma trabalhista e a contrarreforma previdenciária, além da intensificação das privatizações que reduzem os direitos sociais da classe trabalhadora e colocam o Estado a serviço do Capital:

O sentido das contrarreformas é a retirada de direitos dos trabalhadores para alimentar o capital financeiro com fundo público, de forma cada vez mais aprofundada pelo ultraneoliberalismo atual [...] significa menos direitos e mais precarização dos serviços públicos e dos direitos de seus trabalhadores (Behring, Cislighi e Souza, 2020, p.117).

O aprofundamento das desigualdades sociais, o desemprego, o trabalho precarizado, e a redução de direitos com a desproteção social da população são problemáticas decorrentes da retração do Estado e da intensificação da ofensiva do capital.

Em relação à cobertura da assistência estudantil da UFPB, no ano de 2022 houve uma queda de 3.626 auxílios em relação ao ano anterior. Observa-se na tabela da cobertura das áreas estratégias que alguns auxílios como o de inclusão digital foram

oferecidos a mais de 711 (setecentos e onze) estudantes. Em 2023, o número de benefício volta a crescer e supera o quantitativo de 2021, embora não tenha ultrapassado as marcas de 2019 e 2020, período em que a assistência estudantil ampliou e atendeu auxílios emergenciais e de inclusão digital devido à pandemia, embora tenha reduzido a cobertura de moradia e transporte.

Para Santos (2021), esse ajuste fiscal viabilizado sobretudo com a EC nº 95/16 impactou na focalização e seletividades dos auxílios estudantis na UFPB, e consequentemente, nas possibilidades de expansão do direito à permanência na universidade, impactando na dificuldade de implementar ações, políticas ou programas que em áreas relevantes e estratégicas para a assistência estudantil.

Diante desse cenário político e econômico de aprofundamento das desigualdades sociais e diminuição do papel do Estado para enfrentá-las, este estudo analisou a qualidade da permanência estudantil para avaliar os efeitos da assistência estudantil tendo como base o desempenho acadêmico dos estudantes assistidos pela política.

5.3 A qualidade da permanência estudantil

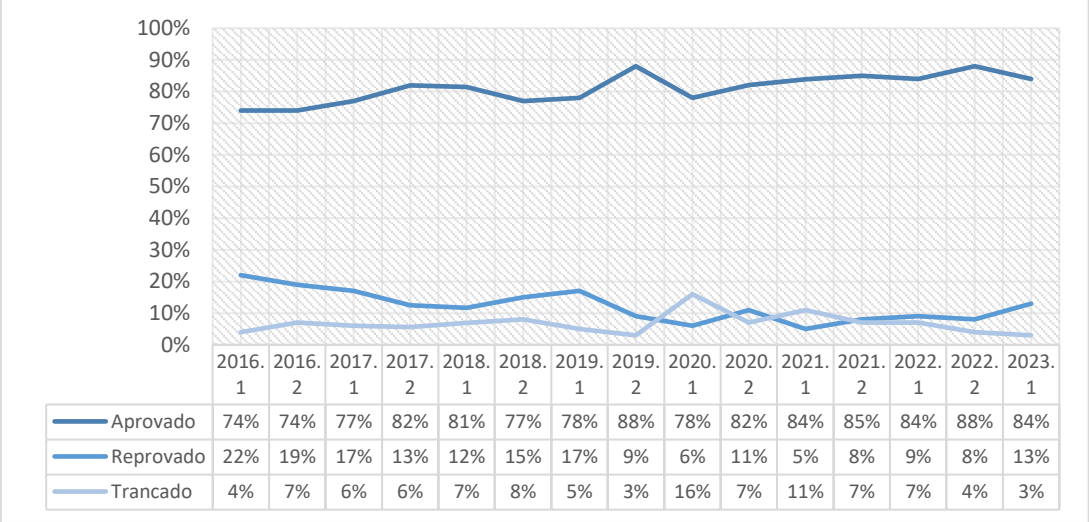
Buscando medir a efetividade da assistência estudantil para a permanência e conclusão de cursos de graduação presencial na UFPB, foi pesquisado o desempenho acadêmico dos bolsistas durante os períodos acadêmicos de 2016.1 até 2023.1 no módulo da Assistência Estudantil disponível no SIGAA/UFPB⁶⁰. O desempenho acadêmico é uma das principais medidas de avaliação das políticas educacionais e serve como ponto de partida para verificar os efeitos de determinada política ou programa.

Em relação à situação acadêmica dos bolsistas da PRAPE/UFPB, foram selecionados os principais auxílios concedidos no ano de 2017 (auxílio-moradia, residência universitária e restaurante universitário) para verificar o percentual de conclusão no ano de 2023. Foi escolhido esse período devido ao fato desse lapso temporal ser suficiente para o tempo de integralização de todos os cursos de graduação ofertados pela instituição.

⁶⁰ A consulta aos dados acadêmicos dos discentes foi devidamente autorizada pela gestão da PRAPE conforme carta de anuência (anexo

O gráfico a seguir apresenta os percentuais de conclusão do curso desses bolsistas do ano de 2017:

Gráfico 6 – Relatório do desempenho acadêmico dos bolsistas da UFPB (2016-2023)



Fonte: Elaboração própria a partir de UFPB (2024c).

Os dados encontrados nessa pesquisa documental demonstram que a assistência estudantil foi efetiva em relação à permanência, pois, em um intervalo de 15 semestres letivos (períodos acadêmicos de 2016.1 a 2023.1), em média 81% foram aprovados nas disciplinas que estavam matriculados.

Acerca do vínculo institucional dos estudantes da amostra aplicada na coleta de dados no SIGAA/UFPB, o gráfico a seguir apresenta os percentuais de discentes com vínculo ativo, formandos, concluintes e que cancelaram a sua matrícula no curso:

Gráfico 7 – Situação acadêmica de bolsistas da PRAPE/UFPB (2016-2023)



Fonte: Elaboração própria, com dados extraídos de UFPB (2024d).

De acordo com o gráfico, 75% dos bolsistas assistidos pelos auxílios moradia, residência e restaurante no ano 2017 permaneceram ou já concluíram o seu curso de Graduação na UFPB, no ano de 2023, demonstrando a efetividade da política para a permanência na educação superior. Os resultados se alinham às constatações feitas em outras Ifes como nas pesquisas de Freitas (2021), Silva (2019a), Silva (2019b), Maurício (2019), Marinho (2017), Queiroz (2016).

Contudo, os dados do gráfico mostraram ainda que, entre 16% e 25% dos estudantes desistiram do curso, sendo importante novas investigações sobre os fatores que influenciaram nessa taxa de evasão.

Ocorre que as avaliações de políticas feitas a partir de uma abordagem crítica não se limitam a análise apenas dos seus resultados. No caso da assistência estudantil, é preciso situá-la na totalidade social, compreendendo os conflitos, mudanças, dominação em que estão permeadas (Recktenvald, Mattei e Pereira, 2018).

Os dados do Censo da Educação Superior de 2023 revelam inclusive que os estudantes assistidos por políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior tem rendimentos e taxas de conclusão superiores aos não beneficiários. “O Censo da Educação Superior revela que, no último ano, 51% dos alunos cotistas da rede federal concluíram o curso, enquanto o índice entre os não cotistas foi de 41% (Brasil, 2024)”. São dados que demonstram a relevância de políticas educacionais para democratização do ensino superior.

5.4 Perfil dos participantes da pesquisa

Para implementar uma proposta de avaliação da efetividade da Política de Assistência Estudantil da UFPB, foi aplicado um questionário eletrônico com 501 estudantes de Graduação de todos os Campus da UFPB. As questões abordavam sobre o perfil socioeconômico discente, a análise das demandas apontadas quanto às áreas estratégias da assistência estudantil, bem como as suas percepções quanto às ações e serviços executados por essa política.

Com relação ao perfil dos participantes da pesquisa, foram distribuídos de forma equânime pelos quatro *Campi* da UFPB, e, abrangeram 74 (setenta e quatro) cursos de Graduação presenciais de todas as áreas do conhecimento:

Tabela 7 - Perfil acadêmico dos participantes do estudo

<i>Campus</i>	Quantidade	Percentual
<i>Campus</i> I (João Pessoa)	357	71%
<i>Campus</i> II (Areia)	44	9%
<i>Campus</i> III (Bananeiras)	39	8%
<i>Campus</i> IV (Rio Tinto/Mamanguape)	61	12%
Total	501	100%
Curso	Quantidade	Percentual
Administração	26	5,2%
Agroecologia	6	1,2%
Agroindústria	12	2,4%
Agronomia	9	1,8%
Agropecuária	1	0,2%
Antropologia	2	0,4%
Arquitetura e urbanismo	9	1,8%
Arquivologia	4	0,8%
Artes visuais	3	0,6%
Biblioteconomia	11	2,2%
Biomedicina	4	0,8%
Biotecnologia	4	0,8%
Ciências de Dados e IA	3	0,6%
Ciências Agrárias	4	0,8%
Ciências Atuariais	5	1,0%
Ciências Biológicas	22	4,4%
Ciências Contábeis	11	2,2%
Ciências da Computação	8	1,6%
Ciências das Religiões	2	0,4%
Ciências Econômicas	6	1,2%
Ciências Sociais	4	0,8%
Comunicação em Mídias Digitais	1	0,2%
Dança	3	0,6%
Design	4	0,8%
Direito	16	3,2%
Ecologia	6	1,2%
Educação Física	5	1,0%
Enfermagem	10	2,0%
Eng. Ambiental	6	1,2%
Eng. Civil	10	2,0%
Eng. Computação	3	0,6%
Eng. Alimentos	3	0,6%
Eng. Energias Renováveis	5	1,0%
Eng. Elétrica	8	1,6%
Eng. Materiais	3	0,6%
Eng. Mecânica	2	0,4%
Eng. Produção	4	0,8%
Eng. Química	2	0,4%
Estatística	1	0,2%
Farmácia	11	2,2%
Filosofia	4	0,8%
Física	3	0,6%
Fisioterapia	7	1,4%
Fonoaudiologia	2	0,4%

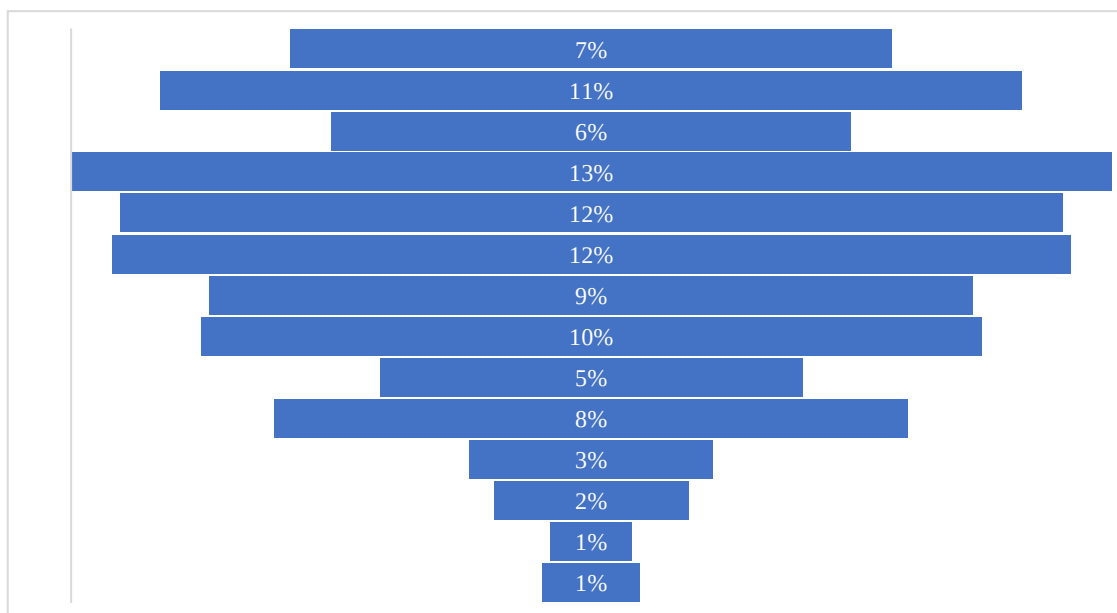
Gastronomia	3	0,6%
Geografia	8	1,6%
Gestão Pública	5	1,0%
História	5	1,0%
Hotelaria	1	0,2%
Jornalismo	3	0,6%
Letras	23	4,6%
Línguas estrang. Aplicadas às Negociações Internacionais	3	0,6%
Matemática	15	3,0%
Medicina	10	2,0%
Medicina Veterinária	11	2,2%
Nutrição	3	3,9%
Odontologia	5	1,0%
Pedagogia	33	6,6%
Psicologia	8	1,6%
Psicopedagogia	10	2,0%
Química	4	0,8%
Química industrial	4	0,8%
Radialismo	2	0,4%
Relações Internacionais	4	0,8%
Relações Públicas	1	0,2%
Secretaria Executivo Bilíngue	5	1,0%
Serviço Social	7	1,4%
Sistema de Informação	7	1,4%
Teatro	4	0,8%
Tecnologia de Alimentos	3	0,6%
Tecnologia de Produção Sucroalcooleira	2	0,4%
Terapia Ocupacional	4	0,8%
Turismo	2	0,4%
Zootecnia	7	1,4%
Não informaram	24	4,8%
Total	501	100%
Usuários da política de assistência estudantil da UFPB	Quantidade	Percentual
Sim	313	62%
Não	188	38%

Fonte: Elaboração própria

A política de Assistência Estudantil da UFPB foi avaliada com base em uma amostra de estudantes dos cursos de Graduação presencial da UFPB, incluindo os cursos das diversas áreas. Destacamos que o *Campus I* teve o maior número de participantes, pois agrega o maior quantitativo de discentes, Centros e cursos de Graduação.

A seguir, apresenta-se a distribuição dos períodos acadêmicos que estavam cursando durante a coleta de dados:

Gráfico 8 – Período acadêmico dos participantes da pesquisa



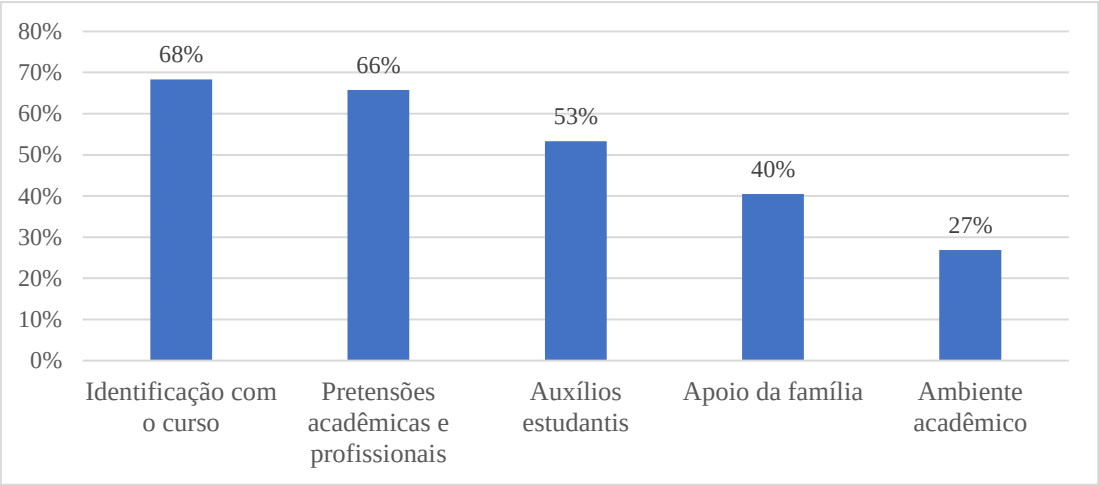
Fonte: Elaboração própria.

Conforme o gráfico, participaram estudantes de todos os períodos acadêmicos, predominando aqueles matriculados entre o 4º e o 8º período. A adesão dos participantes que estão na metade do curso é importante para o objetivo desta pesquisa, pois, estão a pelo menos dois anos na instituição. Assim, avaliar a efetividade da política é aferir os efeitos de determinada política ou programa a médio prazo.

Tratando, ainda, sobre o perfil acadêmico dos participantes do estudo, 85% permanecem no mesmo curso de graduação desde o ingresso na UFPB, e, 95% afirmam que pretendem concluí-lo, demonstrando que buscam permanecer no curso até a sua conclusão.

Em relação aos fatores que contribuem para a permanência no curso, foram considerados para a análise: 1. A identificação com o curso; 2. As pretensões acadêmicas e profissionais; 3. O ambiente acadêmico (a infraestrutura institucional, a motivação dos professores, rede de apoio de colegas de curso etc.); 4. O apoio da família; 5. Os auxílios estudantis através de bolsas ou serviços (Residências universitárias, Restaurante universitário e demais auxílios da PRAPE etc.).

Gráfico 9– Fatores que contribuem para a permanência na UFPB (2024)



Fonte: Elaboração própria.

Os dados gerais do gráfico anterior mostram que os principais fatores que influenciam na permanência discente são a identificação com o curso (68%), as perspectivas acadêmicas e profissionais (66%) e os auxílios estudantis (53%). Os discentes colocaram que a identificação com o curso é o fator determinante, mostrando a importância do trabalho articulado entre a Pró-Reitoria de Graduação – PRG/UFPB, as coordenações de curso e a PRAPE para construírem estratégias de apoio ao discente.

Outro elemento de destaque é que o ambiente acadêmico não foi considerado como de maior relevância para a permanência, o que suscita investigar sobre esses fatores de permanência vinculados ao ambiente acadêmico (elementos de qualidade da permanência, docentes, currículos, políticas afirmativas etc.).

Ao estratificar a realidade de cada *Campus* quanto a esses fatores, a tabela a seguir mostra que há diferenças nesses percentuais:

Tabela 8 - Fatores que influenciam a permanência estudantil na UFPB (2024)

Fatores que influenciam na permanência	Campus I	Campus II	Campus III	Campus IV
Identificação com o curso	70%	73%	54%	64%
Pretensões acadêmicas e profissionais	68%	61%	54%	62%
Auxílios estudantis	50%	66%	82%	46%
Apoio da família	38%	63%	38%	36%
Ambiente acadêmico	25%	39%	23%	28%

Fonte: Elaboração própria.

Analisando o contexto de cada *Campus*, os participantes da pesquisa informaram que o principal fator que influencia na permanência nos *Campus I* (João Pessoa), *Campus II* (Areia) e *Campus IV* (Rio Tinto/Mamanguape) foi a identificação com o curso. Quanto à permanência no *Campus II* (Areia), o apoio da família (63%) foi considerado o principal fator para a continuidade do seu curso de Graduação na UFPB.

No *Campus III* (Bananeiras), o principal fator que contribuiu para a continuidade da Graduação foram os auxílios estudantis, o que pode demonstrar que há uma maior vulnerabilidade social desses estudantes. Sobretudo, porque, no *Campus* de Bananeiras, predominam os cursos das ciências agrárias e muitos discentes residem em áreas rurais dos municípios próximos ao *Campus*.

Dada a diversidade de fatores que influenciam na permanência estudantil nos diversos *campus* da UFPB, os resultados desse estudo se alinham ao que Coulon (2008) tratou na sua obra sobre a inserção universitária.

Para Coulon (2018), a inserção na universidade é um período em que ocorrem várias mudanças na vida social desses estudantes. O pesquisador analisou a realidade dos estudantes que ingressaram na universidade francesa - Universidade de Paris 8, e, aponta que esse processo se dá em três fases: 1. O tempo de estranhamento; 2. O tempo da aprendizagem e; 3. O tempo da afiliação.

A fase do estranhamento é aquela em que se aprende o ofício de ser estudante, adentram esse ambiente desconhecido (universidade), e, enfrentam rupturas com as suas condições de existência, com a vida afetiva e psicopedagógica:

- Nas condições de existência, o que pode gerar, às vezes, ansiedade e comportamentos que favorecem o fracasso;
- Na vida afetiva, com a passagem, na maioria dos casos, da vida no seio da família para uma vida mais autônoma;
- Sobretudo uma ruptura psicopedagógica: (...). Se o tempo do ensino médio é aquele do tutelamento, o tempo do ensino superior é o do anonimato, também em relação a outros estudantes (Coulon, 2008, p. 34).

Além dessas rupturas nos aspectos individuais, sociais e de aprendizagem, também há mudanças nas relações com o tempo (rotina das aulas, ritmo de estudo mais intenso), com o espaço (universidades imensas, pessoas desconhecidas, vários setores e siglas, diferentes atividades), com as regras de uma nova cultura estudantil e institucional), e, com o processo de aprendizagem (aprendizagem complexa, rotina extensa de estudos etc.). “A universidade é uma experiência de estranhamento radical, o

saber, a linguagem, os procedimentos se organizam de maneira diferente daquela do ensino médio” (Coulon, 2008, p. 70).

Quando o estudante se insere no ambiente acadêmico, a universidade deve se atentar para a diversidade socioeconômica e cultural desses estudantes e compreender suas especificidades, sobretudo, quando se trata de discentes que também são trabalhadores, que vêm de outras cidades ou voltaram a estudar há pouco tempo. No caso dos trabalhadores, “não somente lhes falta tempo para ler, escrever e realizar os trabalhos exigidos, como não podem acompanhar todos os cursos que desejam” (Coulon, 2008, p. 117).

A pesquisa de Coulon (2008) identificou que as perspectivas profissionais em relação ao curso influenciam na motivação para permanência na universidade, entretanto, isso só aparece durante o tempo da aprendizagem do que é ser estudante.

Após a entrada, o tempo da aprendizagem é marcado por experimentar efetivamente a vida estudantil e o desejo de abandonar é menos frequente, mas pode ocorrer quando os vínculos estão fragilizados, pois há rupturas com o ambiente familiar, com o seu modo de vida e com os amigos, com o colégio e as relações habituais. Nesse momento, as expectativas se voltam para a formação acadêmica e a vivência universitária:

Atenuadas as primeiras dificuldades institucionais, os estudantes, em seguida, comentam, principalmente, sobre seu trabalho acadêmico, os diversos exames, sua vida intelectual e sua vida exterior a universidade. Eles começam a se tornar membros e fazer de tal forma que essa competência seja reconhecida (Coulon, 2008, p. 189-190).

Para aqueles que conseguem prosseguir com os estudos, a adaptação à vida universitária se consolida com a fase denominada pelo autor, como o tempo da afiliação à academia quanto ao cotidiano da vida estudantil quanto ao plano intelectual. Nessa fase, se espera que consiga interpretar as regras (curriculares, administrativas, de convivência etc.), e um dos desafios é lidar com o trabalho intelectual que segundo o autor, está fundamentado nas atividades de “ler, escrever e pensar”.

Assim, os elementos apontados por Coulon (2008) em relação à identificação com o curso, as perspectivas acadêmicas e profissionais e a necessidade de a instituição conhecer a realidade socioeconômica dos estudantes são elementos que auxiliam não somente na inserção universitária, mas à permanência na instituição.

Essas fases podem ser pensadas, respectivamente, por políticas institucionais de acolhimento que envolvam inclusive a política de assistência estudantil, bem como demais políticas de permanência de cunho mais pedagógico e de suporte, as políticas

acadêmicas de vinculação em projetos e novos ambientes de aprendizagem articulados com a pesquisa e a extensão.

Na busca por desvelar os desafios para a adaptação à vida universitária, foi necessário conhecer o perfil dos estudantes que frequentam a instituição. Para isso, foi feito um levantamento dos discentes da UFPB que participaram do estudo e suas demandas por assistência estudantil durante a sua formação.

A tabela a seguir descreve o perfil socioeconômico desses estudantes da instituição:

Tabela 9 – Perfil socioeconômico dos participantes do estudo

IDADE	N	%
Até 20 anos	103	21
Entre 21 e 30 anos	300	60
Entre 31 e 40 anos	77	15
Acima de 40 anos	21	4
Total	501	100
GÊNERO	N	%
Mulher cisgênero	276	55
Homem cisgênero	203	41
Não responderam	8	1,5
Mulher transgênero	7	1,3
Homem transgênero	4	0,7
Não-binário	3	0,5
Total	501	100
COR/RAÇA/ETNIA	N	%
Pardo/a	251	50
Branco/a	162	32
Preto/a não quilombola	62	12
Preto/a quilombola	1	0
Indígena aldeado	12	2
Indígena não-aldeado	5	1
Amarelo/a	8	2
Total	501	100
DEFICIÊNCIA	N	%
Não	466	93%
Física	11	2%
Visual	10	2%
Outra	6	1%
Auditiva	5	1%
Intelectual	3	1%
Total	501	100
ESTADO OU REGIÃO DE ORIGEM	N	%
Paraíba	316	63%
Outro Estado do Nordeste	150	30%
Região Sudeste	27	5%
Região Norte	5	1%
Região Centro-Oeste	3	1%
Região Sul	1	0%

Total	501	100
RESIDE NA CIDADE QUE ESTUDA	N	%
Sim	313	62%
Não	188	38%
Total	501	100
FILHOS DE ATÉ 5 ANOS E REDE DE APOIO	N	%
Não tenho filhos	447	89%
Pais/familiares/amigos	34	7%
Traz o filho para a UFPB	7	1,4%
Creche gratuita	5	1%
Babá ou empregada doméstica	3	0,6%
Creche privada	3	0,6%
Não está com a guarda	2	0,4%
Total	501	100
ENSINO MÉDIO	N	%
Escola pública	395	79%
Escola particular sem bolsa	45	9%
Escola particular com bolsa	38	8%
Escola pública e particular	23	4%
Total	501	100
FORMAÇÃO ESCOLAR DA MÃE	N	%
Nunca foi à escola	18	4%
Fundamental incompleto	160	32%
Fundamental completo	30	6%
Médio incompleto	40	8%
Médio completo	150	30%
Superior incompleto	22	4%
Superior completo	60	12%
Pós-graduação	20	4%
Total	501	100
FORMAÇÃO ESCOLAR DO PAI	N	%
Nunca foi à escola	56	11%
Fundamental incompleto	184	37%
Fundamental completo	38	8%
Médio incompleto	28	6%
Médio completo	120	24%
Superior incompleto	22	4%
Superior completo	42	8%
Pós-graduação	3	1%
Total	501	100
RENDA FAMILIAR MENSAL PARA MÉDIA DE 3 PESSOAS	N	%
Inferior a 1 salário-mínimo	150	31%
1 até 2 salários-mínimos	258	51%
2,1 até 3 salários-mínimos	58	11%
3,1 a 5 salários-mínimos	25	5%
5,1 até 10 salários-mínimos	9	2%
Total	501	100
TRABALHO REMUNERADO	N	%
Não	378	75%
Sim, em tempo integral	40	8%

Sim, em tempo parcial	83	17%
Total	501	100
RECEBE AJUDA FINANCEIRA DA FAMÍLIA	N	100
Não	275	55%
Sim	226	45%
Total	501	100

Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se que o perfil socioeconômico dos estudantes é de jovens, sendo a maioria composta por mulheres (54%) de cor parda ou preta (63%), que estudaram em escolas públicas (79%) e residem no estado da Paraíba ou vêm de outro estado da região Nordeste (93%).

Os dados também mostram a necessidade de a UFPB promover ações de assistência aos estudantes com demandas particularidades, pois tais demandas podem impactar diretamente na permanência: estudantes com deficiência (7%); com filhos (11%); trabalhadores (25%); e, aqueles que não recebem ajuda financeira da família (55%). Apesar do percentual de estudantes com deficiência ou que tem filhos ser menor que 10%, esses discentes enfrentam desafios para a permanência que podem inviabilizar a continuidade no curso de graduação.

Com relação à condição socioeconômica, predominam discentes cujos pais não têm curso superior, ou seja, estudaram até o ensino médio. Sobre a situação financeira, 93% têm a renda familiar de até três salários-mínimos. De acordo com a V Pesquisa Nacional do perfil socioeconômico e cultural dos graduandos das Ifes 2018, 62% dos estudantes da Região Nordeste também tem a renda familiar de até 3 salários-mínimos, demonstrando que a realidade da UFPB é de um maior número de estudantes com famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

São estudantes que enfrentam dificuldades financeiras para se manterem durante a sua formação superior diante das desigualdades sociais produzidas pela sociabilidade capitalista e que demandam políticas sociais a exemplo da política de assistência estudantil para que possam dar continuidade à sua formação.

Diante da necessidade de compreender a realidade socioeconômica dos estudantes da UFPB, foi feita uma análise das demandas relacionadas às áreas estratégicas da assistência estudantil conforme descrito no tópico seguinte.

5.5 Demandas dos estudantes para a política de assistência estudantil da UFPB

Analisar as demandas dos estudantes em relação à assistência estudantil implica em conhecer os seus contextos e as suas necessidades, visto que estas impactam diretamente na permanência, durante a sua formação.

Os dados coletados nesta pesquisa tratam sobre a realidade dos estudantes de todos os *Campi* da UFPB quanto às condições de vida e as ações oferecidas pela assistência estudantil da instituição nas áreas de transporte, moradia, alimentação, serviços de saúde e de inclusão digital, esporte, cultura, creche, apoio pedagógico, e, acessibilidade.

A coleta de dados foi feita com base nas respostas de 501 estudantes de cursos de graduação presencial da instituição que já tiveram algum contato com a política de assistência através da inscrição em algum auxílio, independentemente de ter sido assistido.

5.5.1 Transporte

Entrei na faculdade quando a UFPB ainda não disponibilizava ônibus para irmos à Santa Rita. Essa foi a época mais difícil porque meus pais estavam desempregados e o dinheiro da passagem era sempre difícil de conseguir. Me virei indo de ônibus e voltando de carona com alguém por mais ou menos 1 ano até meus pais começarem a trabalhar e puderam me ajudar com as passagens. Aí a pandemia começou. Na volta das aulas presenciais, a UFPB disponibilizou o ônibus gratuito para Santa Rita que teriam tornado meus 2 primeiros anos estudando muito mais fáceis (Estudante do curso de Direito, Campus I).

A mobilidade dos estudantes até a Universidade é um dos principais aspectos que auxiliam a permanência discente, pois, o estudante que não tem meios de chegar até a instituição certamente desistirá de estudar.

Os resultados a seguir mostram a realidade das condições de transporte dos estudantes de graduação presenciais da UFPB que compõem a amostra:

Tabela 10 – Condições de transporte dos estudantes da UFPB (2024)

TRANSPORTE	Campus I	Campus II	Campus III	Campus IV
Distância até o campus				
Até 10 Km	56%	36%	56%	54%
11 a 50 Km	22%	25%	28%	30%
Mais de 50 Km	15%	16%	13%	16%
Moro na Residência	7%	23%	3%	0%
Tempo de deslocamento				

Até 59 minutos	63%	55%	79%	70%
Mais de 1 hora	30%	22%	18%	30%
Moro na Residência Universitária	7%	23%	3%	0%
Meio de deslocamento até a UFPB				
A pé ou de bicicleta	27%	41%	33%	28%
Transporte gratuito (Subsidiado pela Prefeitura ou outros órgãos públicos, inclusive ônibus circular UFPB)	41%	16%	26%	31%
Transporte particular locado	6%	11%	5%	7%
Transporte público (Intermunicipal/interestadual)	16%	18%	21%	23%
Veículo próprio ou da família	10%	14%	15%	11%
Demandas				
Despesas	27%	32%	31%	36%
Segurança	13%	34%	5%	16%
Distância, horários e demora do deslocamento	12%	32%	15%	15%
Acessibilidade	1%	1%	0%	2%

Fonte: Elaboração própria

De acordo com os dados apresentados, a maioria dos estudantes não tem um trajeto longo até o seu *campus*, se desloca em média até uma hora através de meios de transporte gratuitos e/ou públicos. Esses discentes dependem de serviços públicos que garantam uma mobilidade de forma segura e eficiente, entretanto, enfrentam dificuldades para chegarem até a Universidade.

Do total da amostra dos estudantes do *Campus I* (João Pessoa), 84% utilizam transporte público, bicicleta ou se deslocam a pé, enquanto 16% têm veículo próprio ou transporte particular locado para irem até a universidade. São apontados os seguintes desafios em relação ao transporte: as dificuldades financeiras para custear esse deslocamento (27%), a precariedade na qualidade do transporte público, e, 13% colocam a insegurança durante o percurso devido aos riscos de violência física ou sexual, assaltos etc., principalmente quando estão a pé ou de bicicleta.

Os ciclistas do *Campus I* também relataram que há poucas ciclofaixas nas vias públicas, o desrespeito dos motoristas com os ciclistas e da insegurança no trajeto. Já os pedestres também relatam o desgaste físico, a exposição ao sol e ao calor, além dos riscos de assaltos, conforme alguns desafios destacados nas respostas a seguir:

Segurança pela localização ser em mata e por não ter uma entrada no CT antes da principal entrada (Estudante de Radialismo, Campus I).

O ônibus custa caro mensalmente e é muito lotado. Às vezes é mais cômodo ir a pé, correndo risco de assalto, do que ir de ônibus (Estudante de Psicologia, Campus I).

Um dos participantes do estudo apontou como desafios para esse deslocamento:

Insegurança no trajeto até a universidade, andar com objetos pessoais usados para estudo (celular e notebook) que aumentam a exposição ao risco de roubos e o peso na mochila. Também a dificuldade em andar nos ônibus que são superlotados e contribuem para o aumento do cansaço e estresse para estudar (Estudante de Psicologia, *Campus I*).

Em relação às problemáticas no transporte público, foram citados o preço das passagens, tempo de espera dos ônibus, pouca oferta de horários, a superlotação dos ônibus, insegurança nas paradas e nos ônibus, além da falta de climatização nos veículos.

Já os discentes que vêm de transporte locado relatam as dificuldades financeiras para custear esse deslocamento: “Há muitas dificuldades. Estou me desfazendo de alguns dos meus pertences para ter o dinheiro de me deslocar” (Estudante de Direito, *Campus I*).

As dificuldades no custeio do transporte afetam inclusive outras necessidades imediatas para a sobrevivência:

Sim, muitas vezes não tenho como ir para universidade por falta de dinheiro. Deixo para tentar pagar o aluguel, algumas vezes não me alimento por não ter restaurante universitário e nem dinheiro para comprar algo quando estou no curso. Devendo sempre escolher comer algo ou faltar o dinheiro completo do aluguel, luz, água... (Estudante de Medicina, *Campus I*).

No caso dos estudantes que vem de outras cidades e dependem dos transportes mantidos pelas prefeituras, relatam problemáticas como o tempo de deslocamento, inassiduidade da oferta de ônibus, insegurança, as precárias condições dos veículos, a incompatibilidade entre os horários dos ônibus e das aulas. Além de todas essas dificuldades, muitos permanecem o dia todo na UFPB aguardando o horário de retorno do ônibus até a sua cidade de origem:

A prefeitura só dispõe de transporte gratuito no turno da noite, sendo inviável participar das atividades que não sejam nesse turno (Estudante de Serviço Social, *Campus I*).

Os ônibus fornecidos pela prefeitura são de péssimo estado. O horário que saio de casa é muito cedo, além de já chegar cansada pela manhã na faculdade. Minhas aulas acabam às 18h e o ônibus passa às 17:20h, então, tenho que pegar três ônibus para chegar até uma cidade próxima e algum familiar tem que me pegar lá, para chegar em casa (Estudante de Engenharia de Materiais, *Campus I*).

Com relação às condições de transporte dos estudantes do *Campus II* (Areia), 75% se deslocam a pé, de bicicleta ou de transportes públicos. Os estudantes que vão a pé ou

de bicicleta (41%), maioria nesse *campus*, relataram dificuldades como a exposição ao sol e chuva, riscos de assaltos ou acidentes e o desgaste devido às ladeiras íngremes no caminho ou até mesmo no Centro de Ciências Agrárias (CCA):

Algumas vezes uso o ônibus da Universidade, porém nem sempre está de acordo com meus horários, por isso meu deslocamento normalmente é a pé. O problema é que o campus 2 tem muitas ladeiras e está muito quente atualmente. Quando necessário uso mototáxi, mas não é viável. Uso eventualmente pois não posso arcar com o valor (Estudante de Ciências Biológicas, Campus II).

Como o relevo da cidade é cheio de ladeiras, acaba dificultando e cansando bastante no deslocamento na cidade e na universidade. Por mais que o campus detenha um ônibus para ajudar no deslocamento, ele é muito pequeno e acaba ficando sempre superlotado (muitas vezes não tendo vaga) e os horários em alguns dias são muito incompatíveis (Estudante de Medicina Veterinária, Campus II).

Considerando os relatos destacados, conjugados com outras respostas, constata-se que as particularidades geográficas do *campus* II dificultam o deslocamento dos estudantes a pé ou de bicicleta, visto que a geografia local apresenta muitas ladeiras e caminhos íngremes. Outra dificuldade relatada é a oferta do ônibus da universidade pelo *campus*, considerado pequeno para atender à demanda de estudantes.

Aqueles que usam o ônibus da UFPB também colocaram questões como a superlotação e a restrição ou a incompatibilidade dos horários das aulas e do transporte. Esses desafios se asseveram quando se trata da realidade dos estudantes com deficiência que precisam se deslocar para chegar até o CCA-UFPB, diante de tantas barreiras.

As principais demandas dos estudantes do *Campus* II relacionadas ao transporte foram as dificuldades para o custeio das despesas (32%), a segurança (34%), e, a distância, os horários e a demora nesse deslocamento (32%). Os estudantes que utilizam veículo próprio (14%) ou locado (11%) também enfrentam dificuldades financeiras para custear esse transporte para realizar o deslocamento:

Ter que se virar na semana para colocar a gasolina (Estudante de Agronomia, participante nº 165, Campus II);

Tenho que desembolsar 20 reais por viagem da minha residência até a cidade sede do meu curso” (Estudante de Agronomia, participante nº282, Campus II).

Tratando das particularidades dos discentes do *Campus* III em relação ao transporte, 33% vão a pé ou de bicicleta e 47% utilizam transporte público, inclusive o

ônibus da UFPB. Aqueles que viajam em veículos locados também relatam as dificuldades financeiras, inclusive no caso dos beneficiários do Auxílio-Transporte oferecido pela instituição:

Passo mais de 1h 30min viajando, gasto muito com passagem e pelo gasto que tenho o valor do auxílio transporte deveria aumentar. Moro no interior do RN e isso torna bem cansativo até chegar na UFPB (Estudante de Agroecologia, *Campus III*).

Pego ônibus da prefeitura para ir, mas para voltar pago carro que é de R\$ 15,00 a R\$ 20,00 por dia, e é um trajeto demorado (Estudante de Administração, *Campus III*).

As principais demandas na área de transporte para o *Campus III* são o custeio das despesas (31%) e as distâncias, horários e demora do deslocamento (15%).

Quanto à realidade dos estudantes de Graduação do *Campus IV*, o percentual de 82% também se desloca a pé, de bicicleta ou de transportes públicos. Quanto às principais demandas são o custeio das despesas com transporte (36%), os riscos para a segurança (16%) bem como a distância, os horários e a demora no deslocamento (15%).

Um dos participantes da pesquisa coloca suas dificuldades para chegar até o *Campus* onde estuda: “Pegar o ônibus no ponto porque fica distante de casa. Passo uns 40 minutos caminhando por ruas desertas e de grandes perigos (Estudante de matemática, *Campus IV*)”.

Outro estudante com deficiência coloca que “muitas das vezes o ônibus não é liberado, outras vezes a plataforma elevatória do ônibus está quebrada e nem toda hora estamos com dinheiro para pagar um táxi!” (Estudante de Ciências da Computação, PCD, *Campus IV*).

O recebimento do auxílio-transporte e o acesso a uma bolsa acadêmica facilitaram a mobilidade até a UFPB, conforme relato do estudante do curso de Educação Física do *Campus I*:

Possuía dificuldade financeira em arcar com os gastos de passagem de ônibus, mas depois de conseguir o auxílio transporte e entrar no Programa de Residência Pedagógica recebendo bolsa, atualmente consigo arcar com as despesas (Estudante de Educação Física, *Campus I*).

Diante dessas dificuldades para os estudantes se deslocarem até a instituição, há a necessidade de políticas públicas articuladas que auxiliem a mobilidade com segurança, eficiência e conforto de forma que contribuam com a permanência na instituição.

5.5.2 Alimentação

O auxílio RU é essencial para minha permanência e participação/execução das minhas atividades acadêmicas (pesquisa, extensão e disciplinas). Caso eu não tivesse acesso ao auxílio RU, não conseguiria fazê-las ao longo da minha trajetória acadêmica pois não teria condições de custear refeições pagas. Os pontos negativos são as mudanças nas empresas que gerenciam o RU que impactam diretamente na qualidade das refeições; A falta de participação dos alunos na avaliação das refeições disponibilizadas; E o preço que é caro para os demais alunos que não conseguem o auxílio e a falta de transparência para os alunos em relação aos valores cobrados (Estudante de Psicologia, Campus I).

O direito à alimentação é um dos direitos fundamentais do ser humano. De acordo com os dados da V Pesquisa Nacional de perfil socioeconômico e cultural dos (a) graduandos (as) das Ifes – 2018 publicada pelo Fonaprace (2019), a alimentação é a área de maior abrangência da Assistência Estudantil das Ifes tanto ao nível nacional quanto na Região Nordeste.

No contexto da UFPB, a pesquisa de mestrado de Silveira (2019) analisou as solicitações feitas pelos estudantes para o acesso ao auxílio restaurante universitário no Campus I da UFPB. O estudo constatou que há uma seletividade com critérios, além daqueles estabelecidos pelo PNAES, e ainda um percentual expressivo de estudantes excluídos do processo seletivo por não apresentarem a documentação completa durante a inscrição. Assim, a burocratização torna-se o principal critério de exclusão dessa política social.

Para avaliação das demandas para alimentação dos graduandos da UFPB, da amostra da pesquisa (501 participantes), 222 estudantes (45% da amostra) informaram que frequentam os Restaurantes Universitários da UFPB. Ao serem questionados se a Assistência Estudantil contribui para a permanência na instituição, 43% informaram que contribui parcialmente, 39% declararam que contribui totalmente, 15% afirmaram que não contribui, enquanto 3% não souberam informar.

Os estudantes que frequentam os cursos de Graduação da UFPB e que participaram da pesquisa descreveram as demandas de alimentação conforme dados a seguir:

Tabela 11 – Condições de alimentação dos estudantes da UFPB (2024)

Local de refeições	Campus I	Campus II	Campus III	Campus IV
Em casa/amigos/familiares	22%	23%	18%	38%
Restaurante Universitário	44%	68%	79%	26%
Trago refeição	26%	9%	3%	23%
No trabalho/estágio	5%	0%	0%	2%
Outro restaurante na UFPB	3%	0%	0%	11%
Motivo do local de refeições	Campus I	Campus II	Campus III	Campus IV
Comodidade	20%	20%	20%	34%
Custo da refeição	35%	9%	8%	31%
Sou assistido	45%	71%	72%	35%
Demandas para alimentação	Campus I	Campus II	Campus III	Campus IV
RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO (assistidos)	44%	68%	79%	26%
Ampliar beneficiários	14%	20%	4%	19%
Ampliar refeições	13%	5%	7%	6%
Melhorar os horários e localização do RU	12%	0	7%	0
Estrutura do RU insuficiente (física e de pessoal)	7%	11%	4%	0
Não opinaram	54%	64%	78%	75%
Demandas para alimentação	Campus I	Campus II	Campus III	Campus IV
Não usuários do RU	56%	32%	21%	74%
Ampliar RU gratuito	41%	43%	44%	28%
Preço e qualidade das refeições	39%	7%	0	22%
Locais para refeições	3%	7%	12%	4%
RU nas unidades de Mangabeira e Santa Rita	5%	n.a.	n.a.	n.a.
Não opinaram	23%	43%	44%	46%

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os dados do *Campus I*, 56% dos participantes não são usuários do Restaurante Universitário. Desse total, 26% trazem sua refeição de casa ou não conseguem se alimentar corretamente devido à falta de acesso ao RU:

Queria muito receber o RU pois às vezes não tenho o que trazer para comer, mas não consigo pois sempre dá indeferido (Estudante de Farmácia, *Campus I*).

Possuo algumas dificuldades na alimentação. Não tenho nenhum auxílio universitário. Além disso, a única lanchonete perto do CCM, a comida não condiz com a realidade financeira de muitos alunos de baixa renda. Já perdi as contas de quantas vezes pensei em desistir do curso por causa das dificuldades de ter o básico para morar e me alimentar (Estudante de Medicina, *Campus I*).

Na Universidade, há aspectos positivos de ter uma comida boa e de qualidade, porém, infelizmente, o preço para almoço no Restaurante

Universitário é abusivo e, dessa forma, tenho que separar um tempo que poderia estar estudando (pouco tempo livre) para fazer comida em casa e trazer para Universidade (Estudante de Fisioterapia, *Campus I*).

É necessário estar quase sempre na universidade engajado em laboratórios de pesquisa ou grupos de estudos. E com isso há a necessidade de almoçar, e o estudante da UFPB por muito tempo não teve o restaurante universitário. E quando foi reaberto cobram muito caro, sem contar nas lanchonetes dentro da UFPB também cobrando altos valores (Estudante de Educação Física, *Campus I*).

Assim, além da seletividade no acesso ao RU, relatam a falta de local apropriado para se alimentarem. Inclusive, muitos utilizam os espaços das lanchonetes e restaurantes privados na instituição ou fazem as refeições de forma improvisada nos ônibus, corredores ou salas de aulas vazias:

Sempre trago minha comida de casa para comer no ônibus, pois saio do trabalho direto para a UFPB ou vice-versa. Tenho que comer dentro do ônibus, senão terei que comer dentro da sala, o que pode incomodar alguns colegas ou professores (Estudante de matemática, *Campus I*).

As condições de alimentação dos estudantes mostram que a instituição deve disponibilizar espaços adequados para as refeições em todos os centros do *Campus*. Algumas das sugestões apontadas além da ampliação das vagas nos restaurantes universitários, é que houvesse copas com mesas, cadeiras, micro-ondas e bebedouros em todos os Centros de ensino:

O valor cobrado pelo RU é exorbitante, impossível de pagar diariamente. Fica mais barato trazer de casa, e ainda bem que tem micro-ondas no centro acadêmico, daí esquento o almoço" (Estudante de Engenharia de Alimentos, *Campus I*).

Eu não sou beneficiada por esse auxílio, apesar de já ter tentado duas vezes não fui escolhida ainda. Mas diria que as cantinas são um pouco desorganizadas e acredito que seria melhor se esse auxílio fosse mais amplo e que houvesse duas sedes do RU já que as filas e o deslocamento são grandes para os alunos de centros distantes. Tudo isso, considerando as condições climáticas que o Nordeste vem enfrentando com temperaturas altas e a falta de segurança e de bebedouros na UFPB (Estudante de Enfermagem, *Campus I*).

Em relação aos graduandos dos cursos das unidades de Mangabeira e da cidade de Santa Rita, não há Restaurante Universitários nessas unidades, por isso, alguns estudantes recebem o Auxílio-alimentação. As principais demandas apontadas foram a

necessidade de ampliação de refeitório e o auxílio é insuficiente para suprir o custo com as refeições:

Recebo auxílio alimentação porque onde eu estudo não tem RU. Então recebo 360 para alimentação mensalmente. Acho que é uma dificuldade manter meu custo alimentício aqui em João pessoa com apenas esse valor, até porque o preço dos alimentos aumenta cada vez mais e nada do auxílio aumentar conforme vai variando o valor. É difícil manter em uma capital apenas com esse dinheiro para alimentação. (Estudante de Tecnologia de Alimentos, *Campus I*).

Ainda sobre os dados, 44% dos estudantes do *Campus I* utilizam o Restaurante Universitário, o que corresponde a 159 discentes. Desse total, 54% não colocam demandas enquanto 14% apontaram a necessidade de ampliação do número de beneficiários:

O R.U. é muito caro, se não fosse assistido pelo auxílio eu teria de trazer refeição de casa. Isso impacta na permanência dos meus colegas que não tem condições de pagar ou tempo de preparar algo para almoçar (Estudante de Teatro, *Campus I*).

Em relação à quantidade e qualidade das refeições, posso dizer que são pontos positivos, sou assistido e tenho o auxílio RU. Mas, para quem não tem, é inviável se alimentar no RU, pois o valor está muito alto e a realidade do ambiente não condiz com o valor pago. Apesar da comida ser de qualidade, o ambiente não atende a demanda de alunos. O RU constantemente está lotado, falta espaço e o local tem uma péssima ventilação, o que deixa o ambiente muito quente e por horas chega a ser agonizante (Estudante de Educação Física, *Campus I*).

O local e qualidade das refeições do RU é muito bom, mas o preço para comer é absurdo. Fica "quase" exclusivo para as pessoas assistidas pelos benefícios de acesso ao RU, que são uma minoria da comunidade universitária (Estudante de Psicologia, *Campus I*).

Do total dos usuários do RU do *Campus I*, 13% colocaram a necessidade de ampliar as refeições como a oferta de café da manhã (não somente aos residentes) e que o serviço também deve atender as particularidades relacionadas às condições saúde e inclusão social dos estudantes:

Os aspectos positivos são: praticidade, comodidade. Os aspectos negativos são: comer todo dia com muito ruído (vozes altas, cadeira arrastando, batidas de pratos etc.). Acaba gerando um grande estresse e desgaste físico e mental; (...) é chato almoçar todos os dias rodeada de muitas pessoas. A comida nem sempre tem uma qualidade boa. O RU não é um espaço inclusivo para pessoas Autistas e TDAH (Estudante de Psicologia, participante nº 237, *Campus I*).

Durante os estágios, principalmente fora do campus, não dá tempo de ir ao restaurante. Os alunos assistidos não têm opção de receber o valor por esse período em que não poderão frequentar o restaurante. Na maioria das vezes tive que guardar parte da refeição servida no café da manhã para comer no almoço (Estudante de dança, *Campus I*).

Outra demanda apontada é que as refeições servidas também devem atender as pessoas com restrições alimentares (diabéticos, intolerantes à lactose ou glúten, hipertensos etc.):

É um aspecto positivo ter acesso a pelo menos duas refeições no dia porque não tenho como pagar. Já o negativo é que sou diabética e sinto falta de alimentos como arroz integral, macarrão integral e o preparo de proteínas assadas ou grelhadas (Estudante de Psicologia, participante nº 219, *Campus I*).

Além destes aspectos, 7% citaram que a estrutura física e de pessoal do RU do *Campus I* precisa melhorar e 12% falaram das dificuldades em relação aos horários e a localização do serviço que fica distante de alguns Centros. Também pontuaram que os usuários do RU são prejudicados quando estão em atividades fora da UFPB pois não é facultado receber o valor nos casos de não irem ao restaurante:

Durante os estágios, principalmente fora do campus, não dá tempo de ir ao restaurante. Os alunos assistidos não têm opção de receber o valor por esse período em que não poderão frequentar o restaurante. Na maioria das vezes tive que guardar parte da refeição servida no café da manhã para comer no almoço (Estudante de Enfermagem, *Campus I*).

Em relação às condições de alimentação dos estudantes do *Campus II*, 68% utilizam o RU, 23% se alimentam em casa ou na casa de amigos e familiares enquanto 9% trazem a refeição de casa. Tratando sobre as demandas de alimentação, 20% falam sobre a necessidade de ampliação de beneficiários, 5% de ampliar as refeições e 11% colocam a ampliação do número de beneficiários e do tamanho do espaço.

Os estudantes relatam que as refeições para os não assistidos têm um alto custo e inviabiliza que a maioria consiga ter acesso à alimentação:

Não tenho acesso ao RU num valor acessível, em Areia a refeição ta custando em torno de 14,00; um valor completamente inacessível considerando o quanto disponho para gastar com alimentação (Estudante de Medicina Veterinária, *Campus II*)

Em relação aos usuários do RU de Areia, elogiaram a qualidade das refeições, mas apontaram que o espaço é pequeno:

Positivos: a comida é gostosa e com muitas opções, os horários de funcionamento são ótimos. Negativos: sei que para os que não são contemplados com o RU o valor pago pela refeição é bastante elevado e o ambiente precisa ser ampliado, visto que se faltam locais para se sentar nos horários de pico (Estudante de Medicina Veterinária, *Campus II*)

A alimentação do RU - Areia é muito boa, porções boas, local limpo, porém não abarca mais a quantidade de alunos assistidos pela PRAPE, o prédio precisa de uma ampliação física para poder abarcar todos aqueles assistidos do *Campus* (Estudante de Ciências Biológicas, *Campus II*).

Os estudantes do *Campus III* que participaram do estudo informaram que a maioria frequenta o Restaurante Universitário (79%), enquanto 18% se alimentam em casa ou na casa de amigos e familiares e 3% trazem as refeições para a universidade. Do total de usuários do RU do *Campus III*, 78% não tinham demandas e estão satisfeitos com o serviço:

O RU contribui bastante com minha permanência no curso (Estudante de Agroindústria, *Campus I*);

Acho muito positivo possuir o restaurante universitário, pois nos ajuda a nós alimentarmos diariamente, uma vez que não tenho dinheiro para me alimentar fora (Estudante de Pedagogia, *Campus I*).

Em relação à avaliação do RU do *Campus III*, 4% apontaram que a quantidade de beneficiários é limitada e dificulta o acesso, 7% colocaram a necessidade de ampliar e melhorar a qualidade e a higiene das refeições servidas, 7% citaram a que os horários deveriam ser estendidos, enquanto 4% apontaram a necessidade de melhorar a estrutura física e de pessoal.

O RU oferece três refeições, porém para quem não é residente não temos acesso ao café da manhã. Porém, meu campus é agrário e muitas vezes antes das 7h da manhã já estamos lá (Estudante de Agroindústria, *Campus III*).

A alimentação oferecida no R.U supre as necessidades e no *Campus III*, você faz o seu prato, então em relação à quantidade, não reclamo, mas a qualidade poderia ser melhor. O ponto negativo é que demorei muito a ter acesso (Estudante de Agroecologia, *Campus III*).

O restaurante universitário ajuda muitas pessoas, porém a questão de acesso é limitada para todos os alunos (Estudante de Agroecologia, *Campus III*).

Acerca da realidade no acesso à alimentação dos estudantes do *Campus IV*, apesar de o *Campus* funcionar nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape, somente há RU na cidade de Rio Tinto, enquanto os discentes de Mamanguape recebem o auxílio-alimentação. Um dos estudantes do curso de Administração coloca a seguinte problemática: “Não temos RU e ficamos dependentes da lanchonete que fica dentro do campus de Mamanguape”.

Por isso, o percentual de assistidos com o RU nesta unidade foi apenas de 26%, enquanto 38% se alimentam em casa ou na residência de familiares e amigos, 23% trazem a refeição para a UFPB, 11% fazem as refeições em outro restaurante da instituição e 2% no trabalho ou no estágio.

As principais demandas para alimentação no *Campus IV* foram a ampliação dos beneficiários do RU, a falta de oferta de refeições a baixo custo, de espaços adequados para se alimentarem como copas com micro-ondas para aquecer as refeições. De acordo com um dos participantes que cursa Matemática no *Campus IV*, “o RU deveria ser para todos os universitários, independentemente de quais auxílios os estudantes são contemplados. A comida do RU é muito boa”.

Quanto aos usuários do RU do *Campus IV*, 75% avaliaram que o serviço é satisfatório e as refeições são de qualidade: “Tudo lá é muito bem cuidado, inclusive todos que trabalham no RU de Rio Tinto são ótimos profissionais” (Estudante de Ciências da Computação, *Campus IV*).

Esses estudantes apontam que o serviço vem atendendo às suas necessidades, todavia, 19% apontaram que o acesso ainda é restrito a poucos estudantes e que o preço é incompatível com a realidade financeira da maioria:

O RU é muito bom, comida boa. Porém as dificuldades para conseguir ser contemplado com o auxílio é o fator mais frustrante dessa universidade. Além de muita burocracia, a contemplação tardia do auxílio faz muitas pessoas desistirem do curso antes mesmo de sair o resultado dela. Falo por mim e por alguns colegas que passaram pela mesma situação (Estudante de Sistema de Informação, participante nº 197, *Campus IV*).

Quando eu entrei na UFPB os auxílios estudantis estavam parados, e, quando voltei às aulas eu não consegui passar para nenhum auxílio, o que me gerou dificuldades não só financeira como também físicas. Não tinha dinheiro para comprar almoço, nem tempo para fazer um almoço de qualidade. Algum tempo depois eu quase desisti do curso, paguei um período com 3 cadeiras pois eu não tinha condições financeiras de me manter aqui, mas depois que consegui, o auxílio contribuiu para a minha permanência. E pelo que estou vendo em

outros períodos, esse problema não está mais ocorrendo (Estudante de Sistemas de Informação, participante nº 69, Campus IV)

Além da seletividade no acesso ao RU, 6% também citaram a necessidade de ampliar as refeições servidas, principalmente o café da manhã.

O acesso à alimentação é feito através dos restaurantes universitários ou do benefício pecuniário do auxílio-alimentação no caso de estudantes matriculados em unidades ou centros que não tenham RU. Ocorre que, essa forma de gestão de benefício não se adequa integralmente à dinâmica acadêmica de participação nas atividades de estágio, pesquisa ou extensão bem como a distância e tempo de deslocamento.

5.5.3 Moradia

Moro numa quitinete pequena, aluguel R\$ 580, a internet é R\$ 60, e só isso passa do que eu recebo de auxílio-moradia. É bem degradante não saber se o locador vai aumentar o aluguel e não saber se vou ter teto amanhã. Acredito que esse desgaste, desde 2019, é o motivo de agora fazer tratamento para a depressão. As condições de higiene são boas, pois recebo também PIBIC, mas quando não recebia, eu precisava escolher entre comida e itens de higiene pessoal ou de limpeza (Estudante de Ciências Sociais, Campus I)

O acesso à moradia é um direito social fundamental às pessoas e está previsto no art. 6º da Constituição Federal vigente. É uma das necessidades humanas básicas que consta desde as primeiras experiências em termos de direitos civis na Inglaterra em pleno século XIX (Marshall, 1967).

No período de estudo, a UFPB disponibilizou o auxílio-moradia custeado com recursos do PNAES, além das vagas nas residências universitárias para estudantes que vêm de outras cidades ou com vínculos familiares rompidos. Entretanto, esses benefícios dependem da disponibilidade de vagas de cada edital e do preenchimento dos requisitos estabelecidos nos processos seletivos.

Quanto à permanência de quem é atendido pelo PNAES na UFPB, Lima (2019) analisou a contribuição do benefício da residência universitária para a permanência com sucesso nos cursos de Graduação do *Campus I* da UFPB e constatou que o benefício alcançou esse objetivo com um percentual significativo de 87% dos estudantes assistidos.

Para Albuquerque (2017), a Assistência Estudantil é relevante para a democratização da educação superior. Contudo, é permeada por desafios decorrentes do

seu perfil de política social inserida no contexto do capital que tolhe as oportunidades para todos os grupos historicamente subalternizados.

O estudo foi realizado com estudantes das residências universitárias e apontaram questões como a ineficiência dos serviços prestados pela assistência estudantil da UFPB, a falta de acesso à inclusão digital (área estratégica prevista pelo PNAES) e a seletividade em detrimento da universalização do acesso como fatores que prejudicam a permanência na instituição pesquisada (Albuquerque, 2017).

Em relação à avaliação da situação de moradia dos 501 participantes desta pesquisa, a tabela a seguir detalha como vivem e quais as necessidades quanto à habitação:

Tabela 12 – Condições de moradia de discentes da UFPB (2024)

Situação de moradia	Campus I	Campus II	Campus III	Campus IV
Moro com minha família	35%	21%	23%	42%
Casa de parentes e amigos/Cedido	9%	2%	5%	10%
Imóvel alugado e sem auxílio-moradia	27%	34%	0%	28%
Residência universitária	7%	27%	5%	0%
Recebo auxílio-moradia	22%	16%	67%	20%
Despesas com moradia	Campus I	Campus II	Campus III	Campus IV
Não tenho despesas com moradia	36%	32%	18%	39%
Até R\$ 200	4%	7%	0%	3%
Entre R\$ 201,00 e R\$ 400,00	16%	20%	31%	21%
Entre R\$ 401 e R\$ 600	19%	27%	41%	25%
Acima de R\$ 600	25%	14%	10%	12%
Espaço reservado para estudos	Campus I	Campus II	Campus III	Campus IV
Não	38%	48%	49%	48%
Sim	62%	52%	51%	52%
Total	357	44	39	61
Condições de moradia Residência Universitária	Campus I	Campus II	Campus III	Campus IV
Satisfatória	27%	40%	100%	-
Insatisfatória	73%	60%	-	-
Higiene precária	27%	20%	0%	-
Falta de manutenção	31%	50%	0%	-
Espaço para estudos precarizados	15%	30%	0%	-
Convívio difícil	27%	10%	0%	-
Segurança insuficiente	8%	0%	0%	-
Condições de moradia Não-residentes	Campus I	Campus II	Campus III	Campus IV
Satisfatórias	55%	62%	56%	49%
Insatisfatórias	45%	38%	44%	51%
Convívio difícil com colegas de moradia	3%	0%	5%	5%
Conflitos familiares	4%	5%	0%	0%
Falta de espaço para estudos	20%	9%	10%	26%

Falta de segurança	4%	0%	0%	2%
Dificuldades financeiras	22%	21%	31%	28%

Fonte: Elaboração própria.

A moradia também é uma das áreas fundamentais de atuação da política de assistência estudantil. Do total da amostra, 41% dos participantes dependem da assistência estudantil para ter o direito à moradia (recebem auxílio ou são residentes das residências universitárias). Verificou-se também que há um maior número de discentes que residem com suas famílias nos *Campi* I e IV, enquanto nos *Campi* II e III a maioria mora longe dos seus familiares, custeando aluguel ou morando nas residências universitárias.

No caso dos estudantes do *Campus* I, 65% do total de participantes tem despesas com moradia e não residem com seus familiares. Diante disso, alguns desafios apontados pelos estudantes são os gastos e o convívio com colegas de moradia, a insegurança (risco de assalto ou outros tipos de violência), além da falta de espaços reservados para estudos.

As dificuldades financeiras para custear a moradia foi uma das problemáticas apontadas por 22% dos estudantes do *Campus* I:

Minhas condições de moradia são, na medida do possível, aceitáveis. Devido a quantidade de pessoas em minha casa (9 pessoas), é muito complicado ter um momento e até um espaço disponível para os estudos. Divido uma suíte com mais duas pessoas, então o "meu" quarto seria o ambiente mais tranquilo para isso. Higiene é algo tranquilo, visto que são três pessoas para o banheiro da suíte; em contrapartida, o convívio social entre os 9 moradores não é tão bom assim. (Estudante de Letras, *Campus* I).

O auxílio moradia me ajuda, mas não consigo cobrir todas as despesas somente com ele. Me viro sozinha a 2,5 anos. Já passei por muita dificuldade, a ponto de não ter gás em casa por vários dias, por não conseguir ter dinheiro para comprar. O prédio onde moro foi arrombado em 3 meses por 3 vezes, chegaram a invadir casas de vizinhos. Na rua que moro existe muitos usuários de drogas que roubam as pessoas que moram por lá. Então, até chegar em casa depois das aulas se torna muito complicado e os professores não são compreensivos com isso, tinha dias que tinha aula até as 22:30. Não tenho nenhum tipo de interação social com meus vizinhos, ninguém se comunica onde eu moro (Estudante de Engenharia de Produção, *Campus* I).

Além das dificuldades financeiras para custear a moradia, 38% dos estudantes do *Campus I* informaram que não tem espaço privativo para estudar, inclusive, 20% colocaram que este é um dos principais problemas em relação à sua moradia, impactando diretamente na qualidade da sua formação:

Divido quarto com uma colega e ao todo somos em 4. A casa tem 1 banheiro para todas e usamos a sala para estudar. Pouca privacidade, às vezes para estudar não é tão cômodo pelo barulho, ou espaço suficiente para todas e até o uso do banheiro por ser 4 para 1. Às vezes se torna complicado, mas é o que conseguimos pagar e vamos levando! O importante é que temos um teto e vamos continuar no curso (Estudante de Terapia Ocupacional, *Campus I*).

Muitos estudantes relataram ainda que ficam a maior parte do tempo na universidade devido à falta de um espaço adequado para os estudos. Por isso, é necessário que a instituição disponibilize bibliotecas e laboratórios com cabines individuais de estudos, além de outros espaços para descanso a fim de que esses discentes tenham condições favoráveis para estudarem.

Também foi perguntado como os estudantes das residências universitárias do *Campus I* (7% da amostra) avaliam as condições de moradia nesses espaços. Do total, 27% avaliam que as residências são satisfatórias, e, os demais relataram como principais queixas: a higiene precária nas áreas comuns e privativas, falta de manutenção física predial, na parte hidráulica e elétrica, os espaços reservados para estudos são precarizados (falta climatização, mesas e cadeiras) além da segurança insuficiente.

No caso da Residência Universitária Feminina Elizabeth Teixeira (RUFET), está localizada em um prédio antigo da UFPB em uma área comercial no centro da cidade:

Moro na RUFET, um prédio antigo, de condições muito particulares. A localização da casa é um ponto sensível, moramos em um lugar perigoso da cidade. Em horários fora do comercial deve-se ter um cuidado extremo (Estudante residente da RUFET, *Campus I*).

Do total dos estudantes do *Campus I* que não residem nas residências universitárias, 55% avaliam que suas condições de moradias são satisfatórias enquanto 45% colocaram como problemáticas na sua moradia: dificuldades financeiras (22%), falta de espaços para estudos (20%), convívio difícil com colegas de moradia (3%), conflitos familiares (4%) e a insegurança (4%). Esses são desafios

que demandam ações de promoção da saúde mental bem como a articulação da rede de serviços, além da ampliação de assistência estudantil no segmento da moradia.

Quanto às condições de moradia dos discentes do *Campus II*, 77% mantêm despesas com moradia, implicando em dificuldades financeiras pois além da vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes, a cidade de Areia tem custo de moradia alto por estar localizada em uma região com forte exploração do turismo.

Tratando ainda sobre as dificuldades financeiras, até mesmo os estudantes que recebem o auxílio-moradia citam desafios para o custeio das despesas durante a sua permanência:

O aspecto que mais dificulta é os valores dos aluguéis da cidade, o que acaba que o valor recebido (600) é somente para o aluguel, dificultando a vivência pois ainda tem outras despesas mensais em uma casa (Estudante de Agronomia, *Campus II*).

Minha moradia é bem pequena, mas é organizada e limpa. Como se trata de um espaço bem limitado recorro a mesinha de plástico da cozinha para ser meu local de estudo. De toda forma, mesmo sendo um espaço limitado gosto dele por ser tranquilo (é um prédio no qual muito estudantes moram), próximo da universidade e acabo não gastando muito com sua manutenção (a cidade de Areia tem um custo de vida alto e manter uma casa sozinha é inviável) (Estudante de Medicina Veterinária, *Campus II*).

Na avaliação dos estudantes das residências do *Campus II*, 40% apontam que são moradias com condições de habitualidade satisfatórias, enquanto os demais colocam que precisa melhorar a higiene (20%), manutenção física e de equipamentos (50%), espaços adequados para estudos (30%), além da convivência entre os moradores (10%). A pesquisa mostrou ainda que, 48% da amostra dos estudantes do *Campus II* não tem espaços adequados para estudos, o que pode afetar o desempenho acadêmico durante a formação.

Um dos residentes do *Campus II* relata: "Moro na residência da universidade, espaço comunitário muito bom. Falta um pouco mais de atenção com relação à limpeza das áreas comuns e alguns equipamentos como geladeira" (Residente do *Campus II*).

Sobre as condições de moradia dos graduandos do *Campus III*, 77% não residem com a sua família, 82% têm despesas para mantê-la. Apesar desse percentual expressivo, 58% não recebem nenhum tipo de ajuda financeira da família. Além

disso, somente 67% são assistidos com auxílio-moradia e 5% estão nas residências universitárias.

Com relação ao grau de satisfação dos residentes do *Campus III*, todos os participantes colocaram que estão satisfeitos com as condições de moradia. Dos demais estudantes que não moram nas residências do *Campus III*, 56% avaliam que as condições de moradia são satisfatórias e 44% apontam que são insatisfatórias. Os principais fatores dessa insatisfação com as condições de moradia dos estudantes não residentes do *Campus III* são: as dificuldades financeiras (31%), seguido da problemática da falta de espaços para estudos (10%) e das dificuldades de convivência com colegas de moradia (5%):

Divido o local com mais dois amigos e atualmente não temos local específico para estudo (Estudante de Ciências Agrárias, *Campus III*)

Até então não tenho problemas. O dinheiro é extremamente regrado pois além do aluguel há internet, higiene doméstica e alimentação nos finais de semana e feriados. Moro perto do bloco de aulas e utilizo o ônibus interno da UFPB para locomoção interna (Estudante de Administração, *Campus III*).

E analisando as condições de moradia dos estudantes do *Campus IV*, 48% pagam aluguel e desse percentual, somente 20% recebem o auxílio-moradia. Além disso, 42% moram com a sua família.

No *Campus IV*, há um quantitativo expressivo de estudantes indígenas aldeados e não aldeados da etnia *Potiguará*, que se localiza no Litoral Norte e constituem como a maior população indígena do Estado da Paraíba⁶¹. Assim, há a necessidade de políticas específicas para essa população: "A minha casa é própria, por estar localizada em aldeia, não usufruo de saneamento básico como coleta seletiva de lixo, limpeza das ruas nem asfaltamento da estrada (Estudante de Letras, *Campus IV*).

Além disso, o número de vagas na residência universitária é pequeno, pois só há uma residência na cidade de Rio Tinto e a de Mamanguape ainda não funciona.

Ainda em relação às condições de moradia do *Campus IV*, 49% avaliaram que são satisfatórias, e 51% citaram que são insatisfatórias colocando como principais fatores: a falta de espaço para estudos (48%), inclusive, 26% apontaram

⁶¹ De acordo com o etnomapeamento dos Potiguaras da Paraíba publicado por Funai (2012), havia cerca de 19 mil indígenas da etnia *Potiguará*. Conforme dados do Censo 2022 do IBGE, a população indígena na Paraíba era de 30.140, concentrando-se nas cidades de Marcação, Baía da Traição, Rio Tinto e Mataraca, todas no Litoral Norte.

que esse é um dos fatores que torna a sua moradia insatisfatória. Também foram citadas as dificuldades financeiras (28%), os desafios para o convívio com os colegas de moradia (5%) e a insegurança e vulnerabilidade à violência (2%).

Os desafios no campo da moradia enfrentados pelos discentes demonstram que a assistência estudantil ainda não viabiliza condições adequadas para habitualidade, embora seja relevante para a permanência na educação superior.

5.5.4 Permanência parental na educação superior

[Desafio para permanecer estudando na UFPB] *é o tempo, por ser mãe solo* (Estudante de Licenciatura em Matemática, *Campus IV*).

Moro em uma casa pequena, sem espaços que possam ser reservados para estudo. Tenho dois filhos pequenos, o que também dificulta é ter um local silencioso para estudos, apenas quando estão dormindo (Estudante do *Campus IV*).

A parentalidade constitui-se como ações desempenhadas por adultos ou responsáveis por criança de até 6 anos de idade. De acordo com a Lei nº 14.914/24 se constitui como:

Art. 22. O Programa de Permanência Parental na Educação (Propepe) destina-se a criar infraestruturas física e de acolhimento direcionadas às necessidades materno e paterno-infantis das famílias de estudantes que sejam mães ou pais de filhos menores de 6 (seis) anos de idade e que estejam regularmente matriculados nas instituições federais de ensino superior e nas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.

Art. 23. São objetivos do Propepe:

I - acolher as famílias de estudantes com filhos menores de 6 (seis) anos de idade de modo a permitir o acesso, a permanência e a progressão de discentes enquanto desenvolvem suas atividades acadêmicas;

II - oferecer espaços físicos de acolhimento adequados para mães e pais com filhos de até 6 (seis) anos de idade para que tenham as melhores condições de envolvimento com os cursos e a aprendizagem;

III - criar espaços infantis e considerar a oferta de atividades lúdico-pedagógicas para filhos de estudantes, com até 6 (seis) anos de idade, incluídas atividades práticas pedagógicas no âmbito da extensão universitária.

Assim, a Lei PNAES preconiza a disponibilidade de espaços físicos para o acolhimento de crianças com até 6 anos de idade que a mãe ou pai se estudante, entretanto, a UFPB ainda não disponibilizou espaços de parentalidade na instituição.

A tabela abaixo apresenta os resultados em relação à rede de apoio recebida pelos estudantes durante a formação:

Tabela 13 – Parentalidade e permanência na UFPB (2024)

Rede de apoio com os filhos	<i>Campus I</i>	<i>Campus II</i>	<i>Campus III</i>	<i>Campus IV</i>
Estudantes com filhos	8%	24%	15%	25%
Pais/familiares/amigos	4%	14%	5%	23%
Traz para a UFPB	1%	5%	5%	0%
Creche gratuita	1%	0%	0%	0%
Babá/empregada	1%	5%	0%	0%
Creche paga	0%	0%	5%	2%
Não está com a guarda	1%	0%	0%	0%
Não tem filhos	84%	76%	85%	75%

Fonte: Elaboração própria

De acordo com os dados da pesquisa, nem todos os discentes dispõem de rede de apoio enquanto estão na universidade, inclusive, 2,75% trazem as crianças para a UFPB. O estudo também mostra que apenas 1% dos estudantes do *Campus I* conseguem manter os filhos em creches gratuitas, enquanto os demais dependem do apoio dos pais, familiares e amigos ou de babá ou empregada, demonstrando a necessidades de políticas de apoio aos estudantes com filhos.

No que se refere às ações que auxiliem estudantes com crianças, atualmente a assistência estudantil disponibiliza vagas para o auxílio-creche, condicionado à participação e classificação em processo seletivo através de edital da PRAPE. Além disso, o valor do auxílio é insuficiente para contratação de babá ou custeio de creche particular nos casos de não haver vaga na rede pública.

No Centro de Educação (CE) do *Campus I* também há uma brinquedoteca⁶² que recebe crianças com idade de 3 a 10 anos de idade, que sejam filhos de estudantes e servidores. Entretanto, atende cerca de 20 crianças, sendo um número de vagas irrisório para suprir a demanda.

Uma das estudantes que participou da pesquisa cita a relevância da brinquedoteca para apoiá-la com os filhos enquanto assiste as aulas: "Tenho apoio na UFPB. Inclusive a

⁶² A brinquedoteca do CE/UFPB funciona como laboratório para os estudantes de Pedagogia e Psicopedagogia deste Centro onde os estagiários desenvolvem atividades com as crianças sob a supervisão docente. O trabalho realizado nesse espaço "(...) considera o jogo, o brinquedo e a brincadeira como elementos possibilitadores de apropriação e ressignificação dos contextos vividos pelas crianças, proporcionando momentos lúdicos de construção de novos conhecimentos aos graduandos e às crianças atendidas". Entretanto, o acesso à brinquedoteca está condicionado à aprovação em um processo seletivo com limite de vagas, utilizando o sorteio como critério de escolha (Brinquedoteca CE, UFPB, 2024b).

brinquedoteca que me auxilia nos horários de estudos, onde deixo meus filhos” (Estudante de Gestão Pública, *Campus I*).

A oferta de serviços que ofereçam suporte aos/às estudantes durante as atividades acadêmicas permite que seus filhos sejam cuidados no horário do contraturno escolar. No caso da brinquedoteca do CE/UFPB, trata-se de um serviço que contempla a interseção entre a extensão, o ensino e a assistência estudantil, entretanto, é insuficiente para atender a demanda na instituição.

Além disso, é necessário que se estruture uma política institucional que contemple outras necessidades também relacionadas ao apoio parental durante a graduação que perpassam por questões relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e bem-estar na instituição.

5.5.5 Inclusão digital

Por mais que eu tenha um computador em casa, ele é bem antigo e eu não o levo para a universidade por causa do peso. Eu passo mais de 10 horas na universidade, então, basicamente uso os computadores disponíveis na UFPB. E que eu saiba só tem dois locais para acesso, um no CCS (meu centro) e outro no CCHLA (que eu só uso na parte da tarde quando o do CCS fecha). Então, mais locais de acesso seria muito bom (Estudante de Biomedicina, *Campus I*).

A inclusão digital é uma das áreas estratégias da política de assistência estudantil da UFPB. Na era digital, as tecnologias da informação e comunicação são utilizadas como ferramentas de estudos e incorporadas no processo de ensino e aprendizagem, bem como nas atividades de pesquisa e extensão.

Atualmente, não há auxílio-inclusão digital com recursos do PNAES (UFPB, 2024a), e, os estudantes que não dispõem de recursos tecnológicos suficientes, recorrem aos espaços de estudo como os laboratórios de informática dos centros de ensino da UFPB.

A tabela a seguir descreve as condições de acesso digital dos estudantes de todos os *Campi* da UFPB:

Tabela 14 - Acesso digital dos estudantes da UFPB (2024)

Equipamentos eletrônicos	Campus I	Campus II	Campus III	Campus IV
Celular	25%	30%	41%	38%
Computador e celular	61%	66%	56%	56%
Computador, celular e tablet ou leitor de livros	11%	2%	0%	5%
Celular e tablet ou leitor de livros	3%	2%	3%	1%

Acesso à internet onde mora	Campus I	Campus II	Campus III	Campus IV
Sim	98%	93%	97%	93%
Não	2%	7%	3%	7%
Demandas para o acesso digital	Campus I	Campus II	Campus III	Campus IV
Residentes				
Instabilidade da internet da UFPB	58%	70%	50%	n.a.
Computador pessoal	46%	33%	65%	n.a.
Não	0%	0%	0%	n.a.
Não residentes				
Custear internet	7%	9%	15%	11%
Instabilidade da internet da UFPB	5%	16%	10%	0%
Não tem computador	6%	14%	5%	11%
Computador com defeito/obsoleto	4%	0%	0%	0%
Deficiência (Visual ou intelectual)	1%	5%	0%	0%
Não	77%	56%	70%	78%

Fonte: Elaboração própria

Acerca do acesso digital dos graduandos do *Campus I*, os dados da tabela anterior mostram que 28% não possuem computador pessoal, fazem as atividades acadêmicas pelo celular ou dependem dos laboratórios de informática:

Não possuo computador, o que dificulta muito meu estudo e algumas atividades acadêmicas (Estudante de Fonoaudiologia, *Campus I*).

Faço os trabalhos de faculdade pelo celular já que não possuo nenhum computador (Estudante de Pedagogia, *Campus I*).

Tenho a necessidade de um notebook pois estudar pelo celular não é muito fácil (Estudante de História, *Campus I*).

A falta de um computador pessoal é um desafio principalmente para os estudantes dos cursos que utilizam este equipamento como ferramenta de estudo, o que impacta na qualidade da formação acadêmica em cursos como da área de computação, ciências de dados, estatística, arquitetura etc.:

Eu atrasei meu curso por não ter notebook, mas adquiri a anos atrás. Esse ano fiz um upgrade de SSD que custou 1000 reais e me quebrou um pouco. O curso de arquitetura é um dos mais caros por exigir um bom computador, dentre outros materiais (Estudante de Arquitetura e Urbanismo, *Campus I*).

Não ter um computador dificulta muito nos meus estudos. Tenho de fazer tudo pelo celular ou conseguir pegar um PC emprestado de alguém durante uns dias (Estudante de Ciência da Computação, *Campus I*).

As demandas apontadas para promover a inclusão digital foram o custeio da *internet* (7%), a instabilidade da *internet* da UFPB (5%), a falta de computador de uso pessoal (6%), e, a falta de acessibilidade devido à deficiência visual ou intelectual (1%).

Em relação aos residentes do *Campus I*, 58% apontam a instabilidade da *internet* da instituição enquanto 46% colocam a falta de computador pessoal para auxiliar nos estudos enquanto problemáticas para a inclusão digital.

Quanto à realidade do acesso digital dos estudantes do *Campus II*, apenas 68% possuem computador pessoal, e 32% não dispõem desse equipamento. Quando foi perguntado aos residentes do *Campus II* se possuem alguma dificuldade ou necessidade para o acesso digital, 70% reclamaram da instabilidade da *internet* da UFPB e 33%, da falta de computador pessoal.

Quanto aos discentes que não são residentes do *Campus II*, citaram como demandas no campo da inclusão digital, o custeio da *internet* em casa (9%), a instabilidade da rede na UFPB (16%), a falta de um computador pessoal (14%) ou as dificuldades devido à sua condição de pessoa com deficiência visual ou intelectual (5%).

Um dos residentes do *Campus II* menciona que “a Internet no campus não é muito boa. Deveria ter um computador em cada quarto do alojamento para os alunos que não tem condições de comprar um” (Estudante de Agronomia, *Campus II*).

Em relação à inclusão digital no *Campus III*, apenas 56% têm computador pessoal:

Só tenho um celular, e a maioria das atividades que são passadas pelos professores necessitam de computador e internet. Não tenho computador e uso a Internet do vizinho que é muito lenta, quando as aulas são remotas, às vezes não consigo assistir (Estudante de Pedagogia, *Campus III*).

Dentre as principais demandas para o acesso digital no *Campus III*, foram citados o custo com a manutenção da *internet* (15%), a instabilidade da *internet* no *Campus* (10%), e, 5% relataram a falta de computador pessoal. Do total de residentes, 50% citaram a instabilidade da *internet* da UFPB e 65% mencionaram a falta de computador pessoal.

Do total de discentes do *Campus IV*, 39% não têm computador pessoal, o que implica em dificuldades para estudarem, conforme relataram a seguir:

Não tenho computador, vou TODOS os dias estudar na UFPB devido à falta desse equipamento. Meu celular é muito antigo e trava demais, não é possível estudar por ele (Estudante de Letras, entrevistado nº 150, *Campus IV*).

Não possuo computador. Me desloco todo dia para estudar na UFPB mesmo sem ter aula (Estudante de Letras, entrevistado nº 340, *Campus IV*).

Os dados sobre a inclusão digital na UFPB mostram que em média 36% dos graduandos não dispõem de computadores de uso pessoal e 60% daqueles que moram nas residências universitárias apontam que a *internet* apresenta instabilidades, o que dificulta o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

5.5.6 Saúde

Nos postos de saúde (UFS) alegam que não posso "usufruir" de alguns direitos em acessar tais serviços de saúde porque meu cartão do SUS é do Rio Grande do Norte (Estudante de Pedagogia, *Campus I*).

A saúde também é uma das áreas estratégicas de atuação da política de assistência estudantil e cada instituição de educação superior regulamenta e institui as ações e serviços para garantia desse direito.

Trindade, Salaroli e Almeida (2022) mapearam as ações de atenção à saúde estudantil em oito universidades federais da Região Nordeste e verificaram que as instituições oferecem serviços de saúde, embora não haja uniformidade na formação das equipes, além da restrição no atendimento apenas para estudantes assistidos pela política de assistência estudantil. A pesquisa também constatou a dificuldade na comunicação e integralização com a rede de atenção à saúde local e outras instituições parceiras.

A realidade de dificuldades no acesso à Rede Básica do Sistema Único de Saúde (SUS), também é um desafio enfrentado por todos os alunos da UFPB, pois, mesmo quando mudam para a cidade onde o seu curso funciona, suas famílias permanecem no seu local de origem. Ocorre que, a rede de serviços de saúde funciona de forma articulada com outras políticas públicas como a Educação, por isso, os brasileiros usam os serviços de saúde das suas localidades. Um exemplo é o encaminhamento do domicílio do estudante vinculado aos programas sociais como o Programa Bolsa-Família⁶³.

Tratando da política de saúde disponibilizada para os estudantes da UFPB, o quadro de auxílios e serviços da UFPB mostrou que a instituição dispõe dos seguintes serviços de saúde: o CRAS, a equipe psicossocial da COAPE/PRAPE, o CAMOPS no *Campus II*, o NAE no *Campus III*, e, a CAE no *Campus IV*.

⁶³O Programa Bolsa-Família é um programa de transferência de renda para famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade socioeconômica com renda *per capita* atual no valor de R\$ 218 por mês. Para se manter no programa, os integrantes da família também devem cumprir os critérios de renda, e, as condicionalidades no âmbito da saúde (acompanhamento do calendário nacional de vacinação, pré-natal para gestantes, avaliação nutricional das crianças) e da educação (frequência escolar das crianças e adolescentes) (MDS, 2024).

De acordo com as respostas dos participantes do estudo, foram sistematizadas as demandas no campo da saúde para os estudantes de Graduação da UFPB:

Tabela 15 – Demandas de saúde dos estudantes da UFPB (2024)

Atendimentos em serviços de saúde	Campus I	Campus II	Campus III	Campus IV
Serviços públicos de saúde	66%	66%	85%	93%
Serviços ofertados pela UFPB	22%	30%	10%	3%
Clínicas e médicos particulares	3%	0%	5%	2%
Plano de saúde	9%	4%	0%	2%
Dificuldades – serviços públicos de saúde (UFPB e SUS)	Campus I	Campus II	Campus III	Campus IV
Sim	57%	34%	54%	43%
Não	43%	66%	46%	57%
Dificuldades no acesso à saúde	Campus I	Campus II	Campus III	Campus IV
Atendimento na Atenção Básica	11%	11%	18%	5%
Acesso à média e alta complexidade	15%	23%	5%	10%
Tempo de espera	20%	9%	15%	21%
Qualidade do atendimento	1%	2%	5%	2%
Acesso aos exames e medicamentos	7%	7%	5%	2%
Referenciamento na rede de atenção à saúde	7%	0%	15%	2%
Não	39%	48%	37%	58%

Fonte: Elaboração própria

Os estudantes relatam dificuldades para serem atendidos nos serviços públicos de saúde, inclusive aqueles que são disponibilizados pela UFPB:

Tenho acesso à UBS, UPA e serviços do CRAS da UFPB. Os atendimentos são bons apesar do tempo de espera no geral (Estudante de Gastronomia, *Campus I*).

As dificuldades variam a depender do problema de saúde. Uma dificuldade que eu considero extremamente contraditória no espaço universitário são os alunos da UFPB não conseguirem ter acesso aos serviços ofertados pelo Hospital Universitário Lauro Wanderley. Os serviços de saúde ofertados pelo CRAS da UFPB são ótimos, porém enfrentam a falta de recursos materiais e financeiros etc. para continuarem funcionando, a exemplo do serviço de cirurgias bucomaxilofaciais que atualmente não está funcionando por falta de materiais e os serviços psicológicos dada a alta demanda por parte dos alunos. Um outro aspecto inerente as dificuldades no acesso a saúde é a falta de políticas institucionais para o acolhimento, discussão e implementação do acesso à saúde mental oferecendo

pouquíssimos recursos aos alunos que sofrem com sofrimento mental. É preciso discutir o acesso a saúde não apenas de forma individual, mas institucional. É muito frequente e constante ver colegas do meu curso e de outros se automedicarem ou se drogando (drogas ilícitas) com o objetivo de aumentar o rendimento acadêmico ou "aliviar" o estresse universitário (Estudante de Psicologia, *Campus I*).

No caso dos estudantes do *Campus I*, 88% utilizam a rede de serviços públicos de saúde, incluindo 22% que usam os serviços da UFPB. Enquanto isso, 12% são usuários de serviços particulares. Esse percentual demonstra que os serviços públicos são a principal porta de acesso ao SUS. Apesar desse dado, 57% relatam dificuldades para acessá-los.

Entre as dificuldades, 20% reclamam do tempo de espera para o atendimento, 15% da assistência nos atendimentos de média e alta complexidade (inclusive a demora e restrição de consultas com médicos especialistas e demais profissionais da saúde), 7% do acesso aos exames e medicamentos:

Não tem médico com frequência na USF mais próxima. Não tem especialistas que preciso no CRAS da UFPB (Estudante de Administração, *Campus I*).

Há 1 ano espero por atendimento odontológico na UFPB....já passei pela triagem (Estudante de Pedagogia, *Campus I*).

O referenciamento na rede de serviços também é outro desafio no campo da saúde, pois, a porta de entrada é a Rede de Atenção Básica de Saúde, já que são egressos e cadastrados nas suas cidades de procedência, e, estão residindo provisoriamente em João Pessoa. Essa fragilidade da articulação da rede de serviços de saúde, perpassa desde o acesso à Rede Básica de Saúde através das UBS (Unidades Básicas de Saúde) até as consultas e procedimentos de alta complexidade no Hospital Universitário da UFPB:

A única dificuldade agora é apenas mudar o meu SUS para cá, pois não aceitam meu documento por ser do interior! (Estudante de História, *Campus I*).

Por não ser desse Estado, é uma burocracia maior para acessar unidades básicas de saúde (Estudante de Pedagogia, *Campus I*).

Por falta de dinheiro ainda não consegui mudar meu cartão do SUS para o Estado da Paraíba. Por conta disso, não consigo marcar consultas nos postos de saúde (Estudante de Química Industrial, *Campus I*).

Outra dificuldade apontada é que esses estudantes enfrentam obstáculos para os atendimentos especializados no HULW⁶⁴:

O Hospital Universitário não nos atende e todos os exames e consultas de certa complexidade precisam ser encaminhadas para a regulação municipal. Tal fato nos obriga a recorrer a uma das unidades de saúde do município (utilizo a UBS do Castelo Branco que não possui vínculo com a universidade/zona descoberta). Já perdi agendamento de exames importantes para mim porque não existe uma comunicação do postinho com os alunos. O HU vem piorando a forma de acesso por só permitir agendamento (até mesmo de exames laboratoriais) por meio da regulação. O CRAS da UFPB não tem permissão de agendamento direto. NÃO TEMOS ACESSO A SAÚDE DE QUALIDADE E COM O MÍNIMO DE DIGNIDADE. (Estudante de Biblioteconomia, *Campus I*).

Recentemente o clínico do CRAS me mandou procurar um infectologista, mas no HU não marcam. Então, preciso ir para o interior e ir ao PSF que faço parte para tentar conseguir lá. Além disso, esperar quando vai ser possível marcar (Estudante de Terapia Ocupacional, *Campus I*).

Estou tentando marcar uma ressonância que o médico do CRAS pediu e não consegui, pois o posto daqui não marcou ainda. O HU não aceita marcar mesmo eu sendo estudante. Em outubro já faz 1 ano que eu estou tentando marcar essa ressonância com urgência e até o momento nada (Estudante de Filosofia, *Campus I*).

O HULW é integrado à rede do SUS e o atendimento aos pacientes é feito mediante agendamento das consultas e exames através da regulação pela Central de marcação. Entretanto, como se trata de um serviço de saúde integrado à UFPB, poderiam ser feito uma parceria entre as instituições de forma que os estudantes tenham acesso ao serviço.

Quanto ao acesso aos serviços de saúde, é que também há particularidades que aprofundam a desigualdade do acesso à saúde como a população Pessoas com Deficiência (PCD), população LGBTQIA+ (a exemplo das pessoas transgênero), população indígena, usuários de serviços de saúde mental dentre outras.

⁶⁴O HULW é um órgão suplementar da UFPB, e, funciona como Hospital-escola desenvolvendo ações de Ensino, Pesquisa e Inovação Tecnológica. É um espaço de formação de estudantes de diversas áreas do conhecimento (Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Serviço Social, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Terapia Ocupacional) que desenvolvem atividades acadêmicas de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Em relação aos discentes do *Campus II*, 96% utilizam os serviços públicos, incluindo 30% que dependem dos serviços da UFPB. Apesar desses dados, 34% afirmam que têm dificuldades para acessá-los. Entre as dificuldades, 23% relatam a falta de assistência de média e alta complexidade, sobretudo para consultas com médicos e outros profissionais de saúde:

O não funcionamento frequente pelos serviços de saúde ofertado pela UFPB. Por exemplo, faz mais de 3 meses que o dentista da UFPB, *campus II*, não atende porque a cadeira do paciente que o dentista atende não foi consertada (Estudante de Medicina Veterinária, *Campus II*).

Os estudantes do *Campus II* também enfrentam dificuldades para o atendimento na atenção básica (11%), o tempo de espera (9%), o acesso a exames e medicamentos (7%) e a melhoria na qualidade do atendimento.

Na realidade dos estudantes do *Campus III*, 95% dependem dos serviços públicos de saúde, inclusive 10% são usuários dos serviços disponibilizados pela UFPB. Quanto às dificuldades para acessar os serviços públicos, 54% apontam que enfrentam os seguintes desafios: conseguirem atendimentos na Atenção Básica (18%), o tempo de espera (15%), o encaminhamento na rede de serviços (15%), a qualidade do atendimento (5%) e o acesso aos exames e medicamentos (5%):

Como sou de outra cidade o acesso a saúde é limitado, porque não atende em postinho, apenas no Hospital Regional (Estudante de Administração, *Campus III*)

Como sou de outro estado, não conheço praticamente ninguém que trabalha no SUS e minha cidade é bem pequena, encontro INÚMERAS barreiras para acesso aos serviços (Estudante de Agroindústria, *Campus III*).

Com relação aos estudantes do *Campus IV*, 96% dependem dos serviços públicos de saúde, demonstrando a relevância da política para promoção e proteção desse direito. Ocorre que, 43% dos graduandos desse *Campus* relatam dificuldades para esse acesso: 21% colocaram o tempo de espera, 10% apontaram a assistência de média e alta complexidade, sobretudo as consultas com profissionais de saúde especializados, 2% apontam o acesso aos exames e medicamentos, enquanto 2% citam o encaminhamento na rede de serviços.

Em termos gerais, apontam a dificuldade para acesso aos serviços e consultas com especialistas, bem como o longínquo tempo de espera: “Preciso de tratamento psicológico e psiquiátrico, mas não consigo ter pelo SUS (Estudante de Ecologia, *Campus IV*).

Outro elemento colocado é a falta de informações sobre os serviços ofertados pela UFPB, bem como a indisponibilidade de atendimentos por telemedicina buscando diminuir os deslocamentos. “O *campus* IV ainda é muito esquecido. Não oferece qualquer serviço de saúde aos estudantes” (Estudante de Sistema de informação, *campus* IV).

Contudo, o que se verifica é que o atendimento à saúde dos estudantes depende da articulação com os serviços do SUS, por se constituir enquanto um sistema de proteção à saúde com cobertura universal, inclusive com os hospitais universitários.

5.5.7 Acessibilidade

Acredito que a UFPB não tem suporte a acessibilidade suficientes de diversas maneiras diferentes. E isso vai desde as calçadas que são as vias dos pedestres, onde predominante não há sinalização adequada para deficientes visuais, e quando há, possui obstáculo para o deficiente visual. E por vezes não tem rampas de acesso em alguns locais dos departamentos como o CCSA (Estudante do curso de Educação Física, *Campus* I).

A acessibilidade é uma das áreas estratégicas da política de assistência estudantil que busca promover ações voltadas para “o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação” (inc. X, Brasil, 2010).

Durante a aplicação do questionário, foi perguntado sobre as demandas para acessibilidade na UFPB, inclusive para os estudantes que não têm deficiência ou limitação especial. Nesse quesito, deveriam considerar acesso e mobilidade nas dependências da universidade, estrutura e recursos didáticos-pedagógicos para auxiliar o estudo/aprendizagem etc.

A tabela abaixo detalha as demandas apontadas pelos estudantes de Graduação dos 4 *campi* da UFPB em termos de acessibilidade:

Tabela 16 – Demandas de acessibilidade dos estudantes da UFPB (2024)

Estudante com Deficiência	<i>Campus</i> I	<i>Campus</i> II	<i>Campus</i> III	<i>Campus</i> IV
Física	2%	2%	7%	2%
Visual	2%	7%	2%	3%
Outra	1%	0%	5%	0%
Auditiva	1%	0%	0%	0%
Intelectual	1%	2%	0%	0%
Não	93%	89%	86%	95%
Demandas para acessibilidade				

Melhorias e adequações dos espaços para PCD	44%	37%	37%	29%
Apoio pedagógico e recursos didáticos	13%	7%	4%	5%
Distância entre as salas	2%	9%	0%	0%
Horário do ônibus	0%	2%	0%	0%
Ônibus adaptado para PCD	2%	0%	0%	0%
Atendimentos psicológicos	2%	2%	0%	0%
Não	37%	43%	59%	66%

Fonte: Elaboração própria

A pesquisa mostrou que o percentual de estudantes com deficiência na universidade ainda é pequeno, mesmo com a reserva de vagas nas Ifes regulamentada pela Lei nº 12.711/12.

Tratando sobre a realidade do *Campus I*, identificamos estudantes com deficiência física, visual, auditiva, intelectual e outras. As principais demandas de acessibilidade apontadas no *Campus I* foram a melhoria e adequação das instalações físicas (44%) e o apoio pedagógico e recursos didáticos (13%).

Acerca do apoio pedagógico, necessita de mais recursos didáticos e pedagógicos adaptados para PCD, ou seja, as pessoas com deficiência visual, auditiva e intelectual:

Dificuldade de impressão do texto para alunos com deficiência e não tenho dinheiro para imprimir muito texto. Não gosto de pdf e digital pois tenho problemas nos olhos, uso óculos com grau alto. É difícil ter livros no *Campus* (Estudante de Pedagogia, *Campus I*).

Os cursos de Graduação precisam mapear o quantitativo de pessoas com as diferentes deficiências para atender as suas particularidades. Outra problemática é a escassez de alunos apoiadores na mesma área de formação dos estudantes com deficiência.

No que se refere ao deslocamento, há poucas rampas, elevadores, e placas de identificação (inclusive em *braille*): “Estrutura péssima para locomoção, não há acessibilidade nas calçadas, prédios com andares sem elevador, faltam profissionais para auxiliar os alunos no CIA” (Estudante de Ciência de Dados e Inteligência Artificial, *Campus I*).

Segundo um dos estudantes com deficiência também é preciso melhorar “a iluminação, por ser de baixa visão e alguns acessos a pedestre com alguns buracos, devido ter outra deficiência física (Estudante do Curso de Ciências das Religiões, *Campus I*)”. Para mais comodidade e conforto na permanência na UFPB, devem ser colocados mais

bebedouros, climatização nas salas e reforçar a segurança (monitorando inclusive a depredação) dentro do *Campus*.

Os estudantes também apontaram a falta do ônibus intracampus adaptado para PCD: “Os ônibus da UFPB, a maioria não tem acessibilidade, deixando as PCD à margem do espetáculo constrangedor de estar sendo levantada pelas escadas” (Estudante de Serviço Social, *Campus I*).

No *Campus II*, dentre os estudantes que participaram da amostra, 89% não tem deficiência, 7% são deficientes visuais e 2% são deficientes físicos. Em relação às demandas para acessibilidade, 37% falaram que falta adequações dos espaços para Pessoas com deficiência, 9% citaram a distância entre as salas, 7% mencionaram a falta de apoio pedagógico e de recursos didáticos, 2% sobre os horários dos ônibus e 2% da necessidade de ampliação dos atendimentos psicológicos.

Uma das questões levantadas foi o fato do terreno da cidade e do *Campus II* ser acidentado e com muitas ladeiras, o que dificulta a mobilidade desses estudantes: “No *Campus de Areia*, tenho muito medo de sofrer algum acidente pois alguns setores são acidentados e cheios de buraco. Falta muito investimento em mobilidade dentro do *campus*” (Estudante com deficiência física, curso de Medicina Veterinária, *Campus II*).

Os estudantes reclamam também da infraestrutura e falta de equipamentos e sinalização para acessibilidade: “No *Campus II - Areia*, o *campus* não possui nenhuma acessibilidade física para PCD, ladeiras, calçadas quebradas e ruas de paralelepípedo com buracos, blocos de aula, maioria sem acesso (Estudante de Zootecnia). Outro fator apontado foi a incompatibilidade entre o horário do ônibus do *Campus* e das aulas, além da necessidade de apoio pedagógico para os estudantes com deficiência.

Em relação aos estudantes do *Campus III* que participaram do estudo, 89% não têm deficiência, enquanto 7% são deficientes físicos e 2% são deficientes visuais. Do total de participantes, 37% citaram a necessidade de adaptações e melhoria das instalações físicas para promover a acessibilidade a exemplo da disponibilidade de rampas, elevadores e piso tátil, além da necessidade de melhoria da qualidade da internet. Do total de participantes, 4% apontaram a falta de apoio pedagógico e de recursos didáticos.

Quanto ao *Campus IV* que participaram da pesquisa, 2% de estudantes com deficiência física e 3% têm deficiência visual. A demanda apontada por 29% dos estudantes foram a melhoria e adequações dos espaços para facilitar a mobilidade de pessoas com deficiência:

Lá no *Campus* de Rio Tinto, apenas um elevador funciona, antes nem funcionava, o que impede o acesso de um estudante/amigo que é cadeirante. Então, muitas vezes ele é impedido de participar das aulas, tal como segundo ele aconteceu no ano retrasado, em que ele perdeu um período inteiro porque as aulas eram no segundo andar, onde ele não tinha acesso. Entretanto, hoje em dia só tem um elevador disponível; o do outro bloco não funciona, mas segundo ele a acessibilidade melhorou muito em relação a época em que ele perdeu aula. Até porque, hoje em dia ele requisita que as aulas sejam em baixo para que ele não seja prejudicado (Estudante de ciência da computação, *Campus IV*)

O *campus IV* não possui infraestrutura adequada para cadeirantes, elevadores sem funcionamento e poucos recursos para deficientes visuais ou auditivos (Estudante de Design, *campus IV*).

A adequação dos espaços físicos para pessoas com deficiência é um dos principais elementos para promover a acessibilidade. Contudo, os recursos pedagógicos também auxiliam esses estudantes durante a sua formação, e este foi um dos aspectos levantados por 5% dos participantes da pesquisa quando relataram que falta esse suporte aos discentes com deficiência.

5.5.8 Apoio pedagógico e didático

Uso a biblioteca e laboratório de Letras todos os dias. Os professores são solícitos e atendem quase sempre. Meus recursos financeiros são limitados, estou juntando aos poucos para conseguir comprar um celular e QUEM SABE um PC depois. Mas está inviável devido aos custos básicos (Estudante de Letras, *Campus IV*).

O apoio pedagógico e didático é uma das áreas estratégicas da política de assistência estudantil, e se realiza de forma articulada com outros setores, inclusive a Pró-Reitoria de Graduação. De acordo com Nascimento (2019), o sucesso acadêmico depende não somente do estudante, mas de fatores macro (políticas externas nacionais), dos fatores institucionais (organização interna e configuração curricular do curso) e dos fatores individuais (situacionais e as dificuldades de aprendizagem).

Buscando conhecer a realidade discente e avaliar o apoio pedagógico e didático prestado pela UFPB, os estudantes de todos os *Campi* falaram sobre suas experiências e percepções, considerando, por exemplo, a disponibilidade dos professores em horário fora da aula, orientações quanto aos estudos, recursos financeiros para aquisição de

material bem como a disponibilidade de laboratórios, bibliotecas, monitoria, tutoria etc.).

A partir das respostas dos participantes, foi elaborada a tabela que detalha os principais elementos citados quanto a essa área: avaliação geral do apoio pedagógico, a competência docente, e, as condições institucionais em termos de infraestrutura.

Tabela 17 – Avaliação do apoio pedagógico e didático na UFPB (2024)

Avaliação do apoio pedagógico e didático da UFPB	<i>Campus I</i>	<i>Campus II</i>	<i>Campus III</i>	<i>Campus IV</i>
AValiação DO APOIO PEDAGÓGICO				
Insuficiente	18%	0%	21%	11%
Razoável	6%	11%	23%	5%
Satisfatória	28%	34%	13%	34%
Não opinaram	48%	55%	43%	50%
COMPETÊNCIA DOCENTE				
Satisfatória	22%	5%	8%	25%
Insuficiente	16%	14%	18%	13%
Práticas pedagógicas limitadas	6%	0%	0%	2%
Não opinaram	56%	81%	74%	60%
CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS				
Infraestrutura precária/limitada	16%	25%	13%	11%
Não opinaram	84%	75%	87%	89%

Fonte: Elaboração própria

No *Campus I*, 28% avaliaram que é satisfatório, 18% como insuficiente e 6% como razoável. Os estudantes destacaram a competência docente, a infraestrutura (salas de aula, laboratórios, bibliotecas etc.), e, o acesso aos materiais e instrumentos que auxiliam a formação como os principais elementos do apoio pedagógico necessário à permanência estudantil.

Um dos exemplos foi apontado pelo estudante do curso de Farmácia que relata que, "há grande dificuldade de conseguir reagentes e materiais de laboratório para aulas práticas, logo, representa uma grande dificuldade para cursos que necessitam de muitas aulas práticas".

Os resultados mostraram ainda que cada Centro de ensino com os seus respectivos cursos de Graduação tem as suas especificidades quanto aos desafios e dificuldades para o apoio pedagógico prestado aos/às estudantes:

É inexistente no meu curso, a oferta de formações continuadas para professores sobre temáticas relevantes como a questão do respeito ao gênero, formações sobre recursos didáticos ou de avaliações [...]

Além disso, todos da comunidade universitária (professores e alunos) sofrem com a infraestrutura totalmente inadequada nos laboratórios, nas salas de aula, falta de água, limpeza que é terceirizada, problemas no teto, nas portas, nas paredes, nos ar-condicionado, que são condições básicas para qualquer espaço que se propõe a ensinar. Os banheiros inabitáveis, com tetos caindo, ausência de sabão para higienizar as mãos. Há de se pontuar que as contradições e a supervalorização de alguns cursos ou centros também se reproduzem desde a graduação. Por exemplo, enquanto estudantes do curso de medicina tem academias para atividades físicas, os estudantes de ciências humanas não têm sequer sabão e papel para higienizar suas mãos. Há também nas bibliotecas uma falta de adaptação para realidade tecnológica, com baixa oferta de tomadas que impedem o uso de notebooks (Estudante de Psicologia, *Campus I*).

O relato anterior detalha os desafios enfrentados pela comunidade estudantil para a permanência na UFPB que vão desde a formação continuada do corpo docente até a precariedade na estrutura física e manutenção dos espaços institucionais. A necessidade de melhorias nas estruturas físicas, e, a disponibilidade de horários extensivos (principalmente à noite) para o funcionamento das bibliotecas e laboratórios foi bastante citada:

A biblioteca setorial do CT fecha às 19:30. Sinceramente é até desestimulante saber que você está em período de aula e a biblioteca, ambiente mais bem condicionado para estudo, fecha antes das 20 horas... poderia ser feito a biblioteca setorial do CCSA que tem seu horário de funcionamento até aproximadamente as 22 horas (Estudante de Engenharia de Produção, *Campus I*).

A competência docente e a oferta de monitoria foram consideradas como quesitos importantes para auxiliar a formação acadêmica. Também apontaram como problemáticas que dificultam a aprendizagem: a falta de aulas ou substituição por aulas remotas, a indisponibilidade dos professores para atendimento e dos encontros de monitoria.

Em se tratando do apoio pedagógico e didático no *Campus II*, o elemento o mais citado foi a competência docente. Os estudantes apontaram a necessidade de melhorar a comunicação e a disponibilidade de horários para atendimentos com os professores.

Para o estudante do curso de Medicina Veterinária, “**existe pouco tempo dos docentes em relação à demanda de alunos. Docentes sobrecarregados diminuem significativamente a qualidade de ensino dos discentes**”. Também falta manutenção na

estrutura física e equipamentos das salas de aulas, laboratórios e bibliotecas, e melhorar a qualidade da *internet* no *Campus*. “Não tenho críticas, mas as instalações poderiam passar por reformas para atender os discentes melhor” (Estudante de Medicina Veterinária, *Campus* II).

Quanto ao apoio pedagógico e didático no *Campus* III, 21% dos participantes do estudo avaliaram como insuficiente, 23% classificaram como razoável e 13% que é satisfatória. Em relação à competência docente, 18% avaliaram que é insuficiente enquanto 8% atribuem que é suficiente para apoiá-los do ponto de vista pedagógico, dentre as questões apontadas, citaram que alguns docentes não disponibilizam atendimentos em horários além da sala de aula. Acerca das condições institucionais, 13% afirmaram que é limitada pois é necessário melhorar a biblioteca central e os laboratórios, além da criação de um espaço de convivência no *Campus* III.

Também avaliaram a necessidade de oportunidade de bolsas para estudantes dos cursos noturnos e auxílios financeiros durante os períodos de estágios: “Como estudo no período noturno sinto a ausência de não poder participar de bolsas e projetos ofertados na universidade (Estudante de Pedagogia, *Campus* III).

Quanto à realidade do apoio pedagógico no *Campus* IV, 34% avaliam que é satisfatória, 5% julgam que é razoável e 11% dizem que é insuficiente.

Não tenho do que reclamar! A estrutura do meu curso é uma das melhores e o apoio ofertado pelos professores, pela coordenação e secretaria são muito bons (Estudante de Administração, *Campus* IV).

No que se refere à competência docente, 25% afirmam que é satisfatória enquanto 13% entendem que é insuficiente para apoiá-los pedagogicamente, sobretudo para disponibilizar horários de atendimento além das aulas:

Quanto às condições institucionais no *Campus* IV, 11% citaram que a infraestrutura precisa melhorar nos seguintes aspectos: há poucas oportunidades de bolsas de pesquisas e monitoria, falta disponibilidade de profissionais para atendimentos psicológicos, espaços para lazer e descanso, e, laboratórios como de hardware.

Os achados desse estudo estão em consonância com os resultados do trabalho dissertativo de Nascimento (2019) que constatou a escassez de ações, serviços e planos de trabalho para o apoio pedagógico de forma intersectorializada. A pesquisa discutiu a permanência estudantil na UFPB e apresentou a proposta de um plano para o apoio pedagógico.

Foram mapeados os dispositivos pedagógicos utilizados na instituição para propor um modelo de organização e implementação. Contudo, constatou-se a escassez de ações e serviços nessa área, mesmo com as orientações do Decreto que regulamenta o programa PNAES. No aspecto educacional, trouxe a importância da elaboração de um plano para o apoio pedagógico de forma intersetorial que inclua atividades como *workshops*, rodas de conversa ou minicursos (Nascimento, 2019).

5.5.9 Esporte e cultura

Acho que é muito pouco divulgado. Estou na UFPB há 6 anos e não sei nada sobre uso de áreas de lazer. Há pouco avistei uma academia na UFPB, mas não sei se todos podem usar. Os eventos são poucos divulgados e para quem trabalha, tem casa, responsabilidade fora da UFPB é difícil acompanhar e ficar sabendo disso (Estudante de Geografia, *Campus I*).

A cultura, o esporte e o lazer são áreas que se integram à promoção de saúde física e mental, o desenvolvimento intelectual e a ampliação do acesso à cultura e bem-estar social. A vida acadêmica traz uma sobrecarga de responsabilidades e desafios que perpassam desde a dimensão da formação até as mudanças na vida pessoal, social e de aprendizagem. Nesse período, muitos acadêmicos convivem com a distância da família, a mudança de cidade, rotina intensa de estudos, adaptação à universidade etc. (Coulon, 2008).

E, diante de tantas cobranças e pressões, a universidade se torna o principal espaço frequentado pelo estudante, que não se destina somente à formação, mas deve abranger a convivência e promoção de cultura, esporte e lazer.

Na UFPB, durante a pesquisa documental não foram identificadas ações e benefícios oferecidos pela política de assistência estudantil de forma sistemática e institucionalizada. Foram identificados alguns espaços institucionais como os ginásios e eventos esportivos eventuais, mas não há planejamento e disponibilidade para toda a comunidade estudantil.

Para consulta aos estudantes de Graduação presencial da UFPB, foi perguntado como avaliam a dimensão esportiva, considerando os locais e opções de atividades, informações disponíveis, qualidade e infraestrutura disponível, horários, acesso a livros e eventos etc.), e foram obtidos os seguintes dados:

Tabela 18 - Acesso ao esporte e à cultura na UFPB (2024)

Esporte e cultura na UFPB	<i>Campus I</i>	<i>Campus II</i>	<i>Campus III</i>	<i>Campus IV</i>
Satisfatória	7%	9%	13%	5%
Razoável	14%	34%	0%	7%
Insatisfatória/insuficiente	35%	48%	72%	64%
Desconhece	32%	0%	0%	24%
Não opinaram	12%	9%	15%	0%

Fonte: Elaboração própria

De acordo com os dados da tabela acima, 35% dos estudantes do *Campus I* avaliaram que as ações para o esporte e cultura na UFPB são limitadas ou insuficientes e 32% desconhecem esses tipos de serviços no âmbito da instituição.

Em relação à dimensão esportiva, os/estudantes apontam a falta de divulgação sobre as atividades e horários disponíveis, e, aqueles que conhecem as atividades, relatam que há poucas vagas nas atividades ofertadas e os espaços estão com a estrutura precária:

Para o tamanho da Universidade, as ofertas são poucas ou quase nada. Já fui atleta de basquete e não tive a oportunidade de treinar e jogar pela UFPB por falta de time nos meus primeiros anos de universidade e falta de acesso as atividades de treino. Sendo que João Pessoa é uma das cidades brasileiras que mais sedia campeonatos esportivos (Estudante de Teatro, *Campus I*).

Não existe acesso livre para os espaços de natação, musculação e ginásios da UFPB. Além disso, o acesso a pista de atletismo e as quadras esportivas também não é facilitado. Muitas pessoas bem sabem que esses espaços existem (Estudante de Ciências Biológicas, *Campus I*).

Tal realidade também é colocada pelos estudantes do *Campus II* quando 48% afirmam que atividades e ações para o esporte e cultura são limitados, e 34% colocam que é razoável. Dentre as problemáticas apontadas, os discentes citam a estrutura precária e oferta insuficiente para a demanda nos espaços, além da falta de oferta e divulgação das atividades.

No caso do *Campus III*, 72% relatam que são limitados, pois, há poucas ações e espaços físicos:

Há uma quadra e um espaço de piscina utilizado (literalmente) pelos alunos da escola técnica (CAVN), alguns segmentos só funcionam devido a eles. Uma quadra está parada a anos, e há muitos locais neste *campus* em estado de abandono, mas que os alunos não podem ter acesso (Estudante de Agroindústria, *Campus III*).

De acordo com os estudantes do *Campus IV* que participaram do estudo, também apontam a falta espaços e ações para essas práticas:

Muito fraca. No *Campus* não tem um local reservado para esportes ou coisa do tipo. Tem zero de infraestrutura, não possui uma quadra, um campo de futebol, ou qualquer coisa relacionada ao esporte, e oferece zero apoio a estudantes que buscam participar de competições pela UFPB. Caso ele queira participar de algo, tem que tirar do próprio bolso, o que é inviável para a maioria dos estudantes, e caso eles queiram jogar ou praticar algum esporte, tem que ser fora da UFPB, pois a mesma no *campus IV* não possui nada (Estudante de Sistemas de Informação, *Campus IV*)

No *Campus* de Rio Tinto, nós não temos nenhuma quadra ou lugar que incentive o esporte, normalmente o que os alunos fazem é comprar uma bola de vôlei no meio do barro (Ciências da Computação, *Campus IV*).

A falta de incentivo ao esporte e à oferta de atividades culturais é um dos desafios da assistência estudantil da UFPB. Essas áreas repercutem diretamente na promoção de saúde mental, uma das principais demandas da assistência estudantil.

Após a descrição e análise das demandas apresentadas pelos estudantes dentro das áreas estratégicas da política de assistência estudantil, no capítulo seguinte é elaborada a proposta de avaliação.

5.6 Desafios para a permanência na UFPB

Além das demandas anteriores que se relacionam com as áreas de atuação da política de assistência estudantil, os participantes da pesquisa também responderam a seguinte questão: Quais os principais desafios para permanecer estudando na UFPB?

Tabela 19 – Desafios para a permanência na UFPB (2024)

Desafios para a permanência na UFPB	<i>Campus I</i>	<i>Campus II</i>	<i>Campus III</i>	<i>Campus IV</i>
Nenhum	5%	7%	10%	10%
Dimensão socioeconômica				
Ampliação do acesso à assistência estudantil	17%	18%	10%	7%
Conciliar estudos e trabalho	8%	14%	0%	8%
Dificuldades financeiras	52%	32%	26%	54%
Rede de apoio para cuidar dos filhos	2%	11%	3%	5%
Distância da família	2%	0%	3%	0%
Deslocamento até o <i>Campus</i>	6%	5%	10%	8%
Dimensão da saúde				
Assistência à saúde mental	13%	18%	5%	13%
Dimensão pedagógica				

Carga horária e estrutura curricular extensa	10%	5%	13%	11%
Competência docente	12%	2%	5%	2%
Acessibilidade e inclusão	3%	5%	5%	2%
Exigência de alto nível de dedicação e esforço nos estudos	6%	2%	0%	8%
Inserção em estágios, pesquisa e extensão	4%	2%	5%	2%
Infraestrutura do <i>Campus</i> /Curso precária	10%	14%	13%	0%

Fonte: Elaboração própria

De acordo com os relatos, há diversos fatores que impactam na permanência durante a formação que vão desde as condições socioeconômicas e de saúde até a dimensão pedagógica no âmbito institucional.

Em relação aos desafios para a permanência no *Campus* I da UFPB, destacam as dificuldades financeiras (52%) para custearem as suas despesas básicas durante esse período como o principal desafio para a permanência:

Os meus maiores desafios são a falta de passagens e alimentação como também um notebook. Se eu tivesse isso não pensaria mais em trancar ou desistir do curso a qualquer momento (Estudante de Pedagogia, *Campus* I).

Financeira, principalmente. Recebo ajuda da minha mãe para pagar o aluguel onde moro. Ela é apenas uma auxiliar de serviços gerais no interior e manda o que pode para arcar com esses gastos e alimentação. Não é fácil uma pessoa receber um salário-mínimo e mandar R\$ 650,00 para as despesas de moradia, e, ainda tentar mandar algo para a minha alimentação. Não está sendo fácil (Estudante de Medicina, *Campus* I).

Por vezes, a demora no resultado de um auxílio é que vai decidir se um estudante irá permanecer ou não no curso (Estudante de Educação Física, *Campus* I).

Financeiro, infelizmente nem sempre tenho como comer na faculdade (Estudante de Farmácia, *Campus* I).

Apontam ainda que os valores dos auxílios são insuficientes para subsidiar os gastos: "O auxílio moradia é insuficiente. Não dá para pagar as contas mesmo se dividir apartamento ou casa" (Estudante de Psicologia, *Campus* I). E, muitos não conseguem trabalhar (14%) devido a incompatibilidade de horários para conciliar com o tempo exigido para a formação, sobretudo nos cursos integrais:

(...) recebo ajuda para aluguel da minha mãe, mas não quita tudo e preciso me virar em bicos de trabalho e vender comidas, isso

atrapalha geralmente o desempenho acadêmico (Estudante de Gastronomia, *Campus I*).

A falta de acesso a trabalhos e estágios em decorrência da maioria dos cursos da UFPB serem integrais. Por mais que existam os auxílios estudantis, muitas pessoas não conseguem se sustentar com isso, e acabam precisando de um emprego, que, como é um horário integral, acaba sendo muito difícil de encaixar na rotina acadêmica (Estudante de Ciências da Computação, *Campus I*).

Conciliar a carga horária dos cursos com atividades remuneradas, muitos estudantes não possuem condições de só estudar, precisam desempenhar outras atividades para pagar os custos de viver numa capital. Algumas áreas possuem mais acesso às bolsas de pesquisa, extensão ou estágio, mas às vezes a própria carga horária do curso mínima acaba inviabilizando conciliar um horário para exercer uma atividade remunerada (Estudante de Ciências da Computação, *Campus I*).

Na dimensão pedagógica, também foi citado que a competência docente (12%) e suas práticas pedagógicas, a disponibilidade para atendimentos além das questões subjetivas como a empatia desafiam a permanência na Graduação. Outro elemento apontado foi a necessidade de melhoria na infraestrutura do *Campus I* (10%), incluindo os laboratórios, salas de aulas e bibliotecas. Também colocam a problemática da falta de segurança, climatização nas salas e de bebedouros:

A infraestrutura totalmente inadequada sem oferta de condições mínimas de higiene e ambientes físicos adequados às atividades de pesquisa, extensão e laboratórios. A determinação da dedicação exclusiva para alunos bolsistas que impedem que esses tenham que escolher entre ser pesquisador ou trabalhar (Estudante de Psicologia, *Campus I*).

Quanto à realidade do *Campus II*, as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes são a situação financeira (32%) que corrobora com a necessidade de trabalharem (14%) ou serem assistidos pela política estudantil (18%). No aspecto da saúde, está a necessidade de ações de promoção da saúde mental (18%), e em relação ao âmbito pedagógico, melhorar a infraestrutura do *Campus II* (14%):

As instalações são o ponto principal. Falta coisas que são básicas em outras universidades, ar-condicionado; carteiras maiores, pois as que existem no campus são minúsculas; fazer uma limpeza detalhada nas salas, porque a maioria está infestada de mofo; segurança no campus; melhorar a iluminação. Enfim, são muitas coisas que esse campus precisa que não cabe nesse *forms* (Estudante de Medicina Veterinária, *Campus II*).

No *Campus* III, os participantes da pesquisa citaram as dificuldades financeiras (26%) como desafios para a permanência na UFPB. Na dimensão pedagógica, a carga horária e estrutura curricular são extensas (13%), há pouco contato com a prática profissional, e 13% colocaram que a infraestrutura do *Campus* e do seu curso precisa melhorar.

As maiores dificuldades para a permanência de estudantes em cursos de Graduação no *Campus* IV foram a situação financeira (54%), que impossibilita, inclusive, a aquisição de computador para auxiliar nas atividades acadêmicas. Também relataram a necessidade de assistência à saúde mental (13%) e no campo pedagógico, rever a estrutura curricular e a carga horária dos seus cursos (11%).

Quanto aos desafios para a permanência, 313 estudantes (62% da amostra da pesquisa) são usuários da política da UFPB. A esse público, foram feitas as seguintes indagações: A renda familiar e os auxílios mantêm as necessidades básicas para a permanência? A assistência recebida contribui para sua qualidade de vida, rendimento acadêmico e permanência?

Do total de estudantes que responderam ao questionário, 61% colocaram que o auxílio não custeia o tipo de necessidade do benefício (por exemplo, o auxílio-moradia não supre as despesas totais de moradia). Além disso, 47% desses usuários não tem uma renda (incluindo a da família e os auxílios) suficiente para suprir as despesas básicas para a sua permanência.

Verifica-se que a situação socioeconômica dos estudantes é um dos principais fatores que impacta na permanência na universidade. Segundo o perfil analisado, são estudantes da classe trabalhadora que não dispõem de condições financeiras e de acesso às políticas públicas que garantam direitos sociais ao transporte, alimentação, moradia, saúde etc.

Mesmo com as dificuldades financeiras dos estudantes, os dados sobre as demandas apresentadas mostram a falta de cobertura de todas as áreas estratégicas da assistência estudantil da UFPB que atendam os estudantes em sua totalidade, porque não são suficientes à demanda existente. Tal realidade também foi constatada com as pesquisas feitas por Mariz (2012), Marques (2014), Macedo (2017), Silveira (2021), Sousa (2021a), ou seja, a instituição não conseguiu efetivar todos os direitos sociais previstos no Decreto desde a sua implantação.

5.7 A percepção dos estudantes sobre a efetividade da política de assistência estudantil para a permanência na UFPB

O estudo de como os sujeitos percebem a materialidade de determinada política na sua realidade se alinha à Tese de Marx (2013) de que a vida material também influencia a subjetividade humana. Partindo dessa relação dialética entre a materialidade e a consciência, esta pesquisa verificou conhecer qual a percepção dos estudantes sobre a efetividade da Política assistencial aos estudantes da UFPB com base nas suas próprias vivências.

Após o diagnóstico das demandas estudantis nas áreas de atuação da política assistencial e dos principais desafios enfrentados para a permanência na instituição, os participantes da pesquisa também fizeram uma avaliação geral da política, respondendo às seguintes questões: Conhecem o Decreto nº 7234/10 que regulamenta o programa PNAES e a política de assistência da instituição? Qual a contribuição da política para a permanência na UFPB? Qual o grau de satisfação da política nas áreas estratégicas de atuação? Tem algum elogio, crítica ou sugestão para a política?

Tabela 20 – Avaliação geral da política de assistência estudantil da UFPB (2024)

Conhecimento sobre o Decreto do programa PNAES	Percentual
Sim	43%
Não	57%
Conhecimento sobre a assistência estudantil da UFPB	Percentual
Sim	63%
Não	37%
Avaliação do papel da assistência estudantil para a permanência na UFPB	Percentual
Contribui parcialmente	43%
Contribui totalmente	31%
Não contribui	5%
Não conhece	21%
Assistência estudantil tem participação e controle social dos estudantes?	Percentual
Sim	31%
Não	18%
Não souberam opinar	51%

Fonte: Elaboração própria

A pesquisa mostrou que 57% dos participantes desconhecem o Decreto nº 7234/10 que regulamenta o programa PNAES e 37% também não conhecem a política

institucional, demonstrando a necessidade de divulgação das legislações, ações e serviços que viabilizam esse direito ao corpo discente.

Em relação ao papel da política para a permanência, 74% avaliam que é importante para garantir a continuidade da formação superior. De acordo com os relatos dos estudantes, a assistência recebida não é suficiente para custear a permanência, embora seja relevante para auxiliar os custos. Um dos participantes da pesquisa trouxe o seguinte depoimento:

Conseguir o auxílio moradia me ajudou a não ir para a rua. Consegui me ajudar a ter um lar, que ainda não é o mais seguro, mas no momento é o que consigo manter, meu rendimento acadêmico não teve alteração. Me ajudou a continuar na UFPB, já que está me auxiliando a ter um lar onde posso comer e dormir, ter um pouco de dignidade (Estudante de Engenharia da Produção, Campus I).

Acerca da participação e controle social, 51% dos estudantes não souberam opinar se existe e 18% afirmaram que não existe, o que corrobora para a necessidade de construção de estratégias de transparência e participação da comunidade estudantil. A falta de participação dos usuários nas tomadas de decisão na UFPB também foi constatada nos resultados do trabalho dissertativo de Mendonça (2021).

Em se tratando do controle social, a UFPB através da PRAPE instituiu o Conselho de Acompanhamento da Assistência Estudantil (CAAE) pela Portaria nº 02/2021 – PRAPE de 22 de outubro de 2021. O CAAE é composto por representantes das equipes de trabalhadores/as da Assistência Estudantil da UFPB, dos gestores dos *Campi* II, III e IV, SRU, COAPE, CIA, além de dois representantes indicados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE).

De acordo com a Portaria, o CAAE tem como atribuições:

Art. 3º - Compete ao CAAE, dentre outras atribuições que lhe sejam conferidas pela PRAPE:

I – propor à PRAPE processos participativos de gestão, incluindo práticas de monitoramento e de avaliação, assim como de transparência na gestão dos recursos do PNAES.

II – opinar sobre as ações, programas e projetos desenvolvidos pela PRAPE custeados com recursos do PNAES.

§ 1º - A criação, modificação, transformação e alteração de auxílios estudantis será antecedida de parecer opinativo do CAAE.

§ 2º - Havendo, por parte PRAPE ou da COAPE, designação de urgência na apreciação da matéria, o CAAE tem o prazo de até três dias para emissão de parecer.

§ 3º - As propostas e pareceres do CAAE não têm caráter vinculante (Portaria nº 02/2021 – PRAPE/UFPB).

O CAAE se constitui como um dos espaços que possibilita a participação estudantil no âmbito da assistência estudantil da UFPB, contudo, ainda carece de fortalecimento e funcionamento sistemático. A UFPB também tem representação discente em todos os Órgãos Deliberativos da Universidade: Colegiado de Curso, Colégio Departamental, Conselhos de Centros, CONSEPE, CONSUNI e Conselho Curador. No campo do movimento estudantil, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) juntamente com os Centros e diretórios acadêmicos são espaços de articulação e mobilização política na luta pelos direitos dos estudantes.

A fragilidade no controle social também foi identificada em outras instituições como nas pesquisas de Bueno (2020) no IFCE e Marinho (2017) na UFC.

Em relação à satisfação dos estudantes nas áreas de atuação, os gráficos abaixo mostram os seguintes resultados:

Tabela 21 – Avaliação da satisfação dos estudantes na atuação da assistência estudantil da UFPB (2024)

Satisfação em relação às áreas da AE	Satisfeito	Parcialmente satisfeito	Indiferente	Parcialmente insatisfeito	Insatisfeito
Alimentação	34%	30%	18%	6%	13%
Transporte	25%	25%	31%	7%	12%
Moradia	21%	35%	23%	11%	11%
Apoio pedagógico	18%	32%	24%	14%	13%
Saúde física	16%	23%	30%	16%	15%
Acessibilidade	15%	26%	26%	17%	21%
Inclusão digital	14%	27%	25%	16%	18%
Saúde emocional	13%	20%	26%	17%	25%
Cultura e esporte	11%	21%	29%	15%	25%

Fonte: Elaboração própria

Conforme a tabela anterior, o maior grau de satisfação dos estudantes está nas áreas de alimentação (34%), transporte (25%) e moradia (21%), enquanto as áreas com maior insatisfação são a saúde emocional (25%), a cultura e esporte (25%) bem como a promoção de acessibilidade (21%).

Quanto às críticas, elogios e sugestões para a política institucional foi citada a necessidade de ampliação do número de atendimentos e do valor dos auxílios. Com relação ao questionário aplicado nesta pesquisa enquanto ferramenta utilizada para a coleta desses dados, os participantes informaram que o instrumento consegue identificar

elementos de avaliação da efetividade da assistência estudantil, e, não houve sugestões de alteração ou inserção de perguntas.

Seguindo o percurso metodológico do estudo, a análise da política partiu do contexto, avaliou a qualidade da permanência dos estudantes assistidos, e, identificou as demandas apontadas pelos discentes nas áreas estratégicas de abrangência da política de assistência estudantil.

5.8 Recuperando os elementos identificados no estudo

A proposta de avaliação fundamentou-se nos pressupostos do materialismo histórico e dialético (Marx, 1845), (Marx, 2013) que problematiza as contradições do modo de produção capitalista e as desigualdades sociais por ele criadas. Os resultados da pesquisa demonstraram que as desigualdades sociais impactam diretamente na permanência estudantil (tabela 19).

A Educação se situa no cenário do Capital, e as políticas sociais e educacionais contemporâneas que são executadas pelo Estado para viabilizar direitos à sociedade civil, são influenciadas pelos organismos internacionais que regulam o mercado (Peroni e Lima, 2020) e têm um caráter assistencialista (Behring e Boschetti, 2008).

Buscando uma proposta de avaliação visando uma formação educacional crítica e de qualidade (Afonso, 2012), (Freitas, 2013) e (Freitas, 2016), foram investigados os elementos da avaliação das políticas educacionais, políticas para permanência, política de assistência estudantil e da realidade da UFPB.

No campo da avaliação da política de assistência estudantil, foram estudados os seguintes aspectos:

1. **Contexto da política:** No seu contexto, foram analisadas as necessidades educacionais e socioeconômicas dos estudantes, a regulamentação da legislação, a compreensão dos sujeitos quanto ao direito.
2. **Gestão:** Nessa dimensão, verificou-se o monitoramento e a avaliação, a situação orçamentária, a necessidade de aperfeiçoamento da gestão do programa, intersetorialidade, transparência e controle social.

Quanto às avaliações da efetividade de políticas educacionais, os estudos analisaram os seguintes elementos: 1. O contexto da política educacional; 2. A definição de dimensões de análise (Silva, 2018); 3. Como se dá o controle e a participação social

(Torres, 2018); 4. Os efeitos da política em determinada realidade (Xavier, 2019) (Torres, 2018), (Silva, 2018), (Lima, 2017), (Nascimento, 2014), (Santos, 2010).

Dentre os trabalhos acadêmicos analisados, a tese de Silva (2018) avaliou a efetividade e construiu um modelo de avaliação de uma política educacional a partir de indicadores pedagógicos, administrativos, docentes e discentes. Torres (2018) em seu trabalho dissertativo também fez essa avaliação, partindo do histórico da política, como se dá a atuação institucional e o controle social, o perfil dos sujeitos e seus posicionamentos sobre a temática. Sua avaliação da efetividade priorizou os elementos identificados no decorrer do estudo.

No caso da Tese de Maldaner (2016) a análise da efetividade de uma política educacional baseou-se no perfil dos sujeitos envolvidos além dos saberes, conhecimentos, expectativas e dificuldades da política. Nascimento (2014) considerou dimensões e indicadores para verificar os efeitos para os estudantes enquanto a Tese de Santos (2010) considerou a efetividade como sendo a percepção que a sociedade tem sobre os benefícios gerados por uma política (efeitos para as necessidades sociais), seus resultados constatarem a falta de transparência do programa.

Quanto à qualidade da permanência, a literatura apontou que se trata de um fenômeno multidimensional (Macedo, 2017), (Castelo Branco, Nakamura e Jezine, 2017), (Appio, 2016). Para avaliar a qualidade da permanência (item 4.3) dos estudantes assistidos pela política, constatou-se um desempenho acadêmico satisfatório com uma média de 81% de aprovações em disciplinas no período de 2016.1 a 2023.1, corroborando com os resultados dos estudos de Macedo (2017) e Lima (2019).

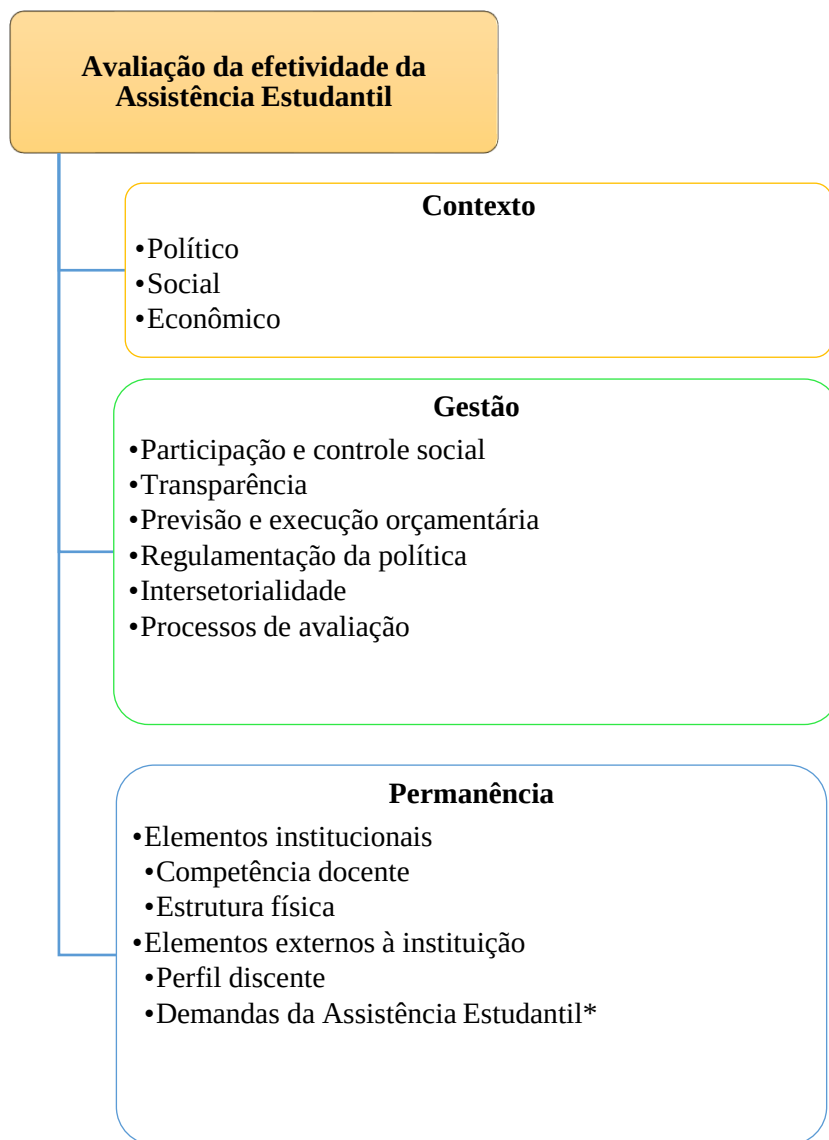
A proposta avaliativa final identificou as dimensões e suas respectivas variáveis que analisam a efetividade da política de assistência estudantil da UFPB.

5.9 Proposta para avaliação da efetividade da assistência estudantil da UFPB

A proposta de avaliação foi formulada com base nos dados coletados na pesquisa bibliográfica, documental e de campo detalhadas nos capítulos anteriores. O modelo considerou os elementos da pesquisa bibliográfica que analisou a assistência estudantil enquanto política social gerenciada pelo Estado para o enfrentamento às desigualdades sociais resultantes das contradições entre as classes sociais. Também foram consultados os resultados das pesquisas sobre “efetividade de políticas públicas” com foco nas políticas educacionais, “permanência na educação superior” e “avaliação da assistência Estudantil”.

Com base nos resultados desse estudo, foram considerados as seguintes dimensões e variáveis conforme a proposta a seguir:

Figura 9 – Proposta para avaliação da efetividade da Assistência Estudantil



*As demandas são apresentadas na figura 10

Fonte: Elaboração própria

Figura 10 - Demandas para a Assistência Estudantil da UFPB

Alimentação
• Avaliação do usuário do RU (cobertura do atendimento, qualidade das refeições, horários e localização, estrutura física e de pessoal). • Não usuário do RU (Ampliação do RU gratuito, preço e qualidade das refeições)
Transporte
• Segurança • Despesas • Distância • Horários • Tempo de deslocamento
Moradia
• Situação de moradia • Despesas • Espaço reservado para estudos • Residências universitárias (higine, manutenção, espaço reservado para estudos, segurança e convivência)
Creche
• Rede de apoio • Espaços de apoio institucional
Inclusão digital
• Equipamentos eletrônicos • Disponibilidade de computador de uso pessoal • Acesso à internet • Ferramentas e equipamentos para acessibilidade
Saúde
• Acesso aos serviços públicos da rede básica, média e de alta complexidade • Referenciamento na rede de atenção à saúde • Tempo de espera • Qualidade do atendimento • Acesso a exames e medicações
Acessibilidade
• Estudante com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação • Situação das adequações dos espaços institucionais • Apoio pedagógico e recursos didáticos • Distância entre as salas • Ônibus com horários e adaptações para PCD • Acesso aos atendimentos psicológicos
Apoio pedagógico e didático
• Competência docente • Condições institucionais
Esporte e cultura
• Espaços públicos • Eventos de esporte e cultura

Fonte: Elaboração própria

Buscou-se conhecer a realidade institucional, o contexto em que a política se situa bem como a mensuração da qualidade da permanência por meio da consulta dos dados do desempenho acadêmico dos bolsistas da Assistência estudantil (UFPB, 2024). Para avaliar a efetividade sob a ótica dos seus usuários, os graduandos que participaram do estudo responderam ao questionário e definiram as demandas que podem delinear a atuação da política.

Avaliar os efeitos da assistência estudantil para a permanência estudantil permitiu compreender como essa política se materializa diante do cenário de contradições do modo de produção capitalista. Para isso, foram considerados os elementos que influenciam diretamente nos efeitos dessa política educacional para as condições de permanência na universidade.

A proposta de avaliação da efetividade da assistência estudantil construída nesse trabalho de tese seguiu o percurso metodológico que se iniciou com a pesquisa bibliográfica das categorias e dos descritores relacionados ao objeto de estudo (avaliação da assistência estudantil, permanência na educação superior e efetividade de políticas públicas com foco nas políticas educacionais) até a análise dos dados coletados na pesquisa de campo. O contexto foi considerado pois o cenário em que as políticas sociais se situam no modo de produção capitalista impacta diretamente na materialização da política na realidade social.

No caso da dimensão da gestão, foi feita uma análise sobre a forma como o Estado implementa as políticas sociais, as quais tensionam o *modus operandi* do capital, promovendo o acesso aos direitos sociais básicos para a classe trabalhadora. Contudo, o seu projeto societário não é de superação da exploração do trabalho, mas geração e acúmulo de riqueza para a classe dominante.

A dimensão da permanência considerou os elementos internos e externos à instituição, incluindo as demandas dos estudantes e como a política produzirá efeitos para a sociedade.

A avaliação aqui proposta buscou contribuir no avanço de estratégias de avaliação da política de assistência estudantil, tendo como base o lugar de fala e vivência dos/as estudantes. Os resultados desse estudo suscitam novas pesquisas sobre as estratégias de atuação da assistência estudantil para o enfrentamento às dificuldades vivenciadas durante a formação acadêmica, as práticas de monitoramento e avaliação adotadas, e o aprofundamento da gestão democrática através do controle social como possibilidade para a efetividade da política.

Diante dessa realidade de contradições sociais e desafios, cabe trazer a reflexão de Chauí (2003) quanto ao papel da universidade nesse diálogo com a sociedade. Coloca que a universidade deve estar pautada na defesa dos direitos para o enfrentamento às desigualdades sociais:

Se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço (p.11).

A universidade pode assumir o seu compromisso com a formação superior na busca por um novo projeto de sociedade, pautado na defesa do conhecimento através do ensino público, na pesquisa e na extensão. E, as políticas educacionais, sobretudo, as políticas para a permanência têm um papel importante para viabilizar os direitos sociais à classe trabalhadora.

No caso da assistência estudantil, é uma política social que enfrenta desafios para garantia da permanência na educação superior, entretanto, seus resultados demonstram as suas possibilidades de mudança nas oportunidades das classes trabalhadores terem uma formação superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de tese teve como objetivo avaliar a efetividade da política de assistência estudantil para a permanência nos cursos de graduação da UFPB. A pesquisa buscou desvelar as contradições, limites e possibilidades entre a formulação da política implementada pelo Estado, e, os efeitos para a permanência estudantil. Também teve a finalidade de contribuir com formas de avaliação que partem da materialização dessa política na realidade social.

Os estudos avaliativos da política de assistência estudantil mostraram a sua contribuição para a permanência (Macedo, 2017), (Araújo *et al*, 2019), (Carvalho, 2020b), embora, enfrente desafios como as demandas educacionais, socioeconômicas e de inclusão e equidade social (Bezerra, 2020), além da necessidade de ações para promoção das diversidades étnico-raciais, de gênero e sexual (Brandão, 2017). Outra problemática identificada é o orçamento insuficiente para o quantitativo de discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Betzek, 2015), (Pinheiro, 2015), (Dutra e Santos, 2017), (Maurício, 2019), (Santos, 2021).

No campo da gestão, falta a regulamentação das políticas institucionais, bem como o monitoramento e avaliação (Lima, 2020), (Costa, 2020). Também há a necessidade de publicidade e transparência das ações (Souza, 2017), e da ampliação dos espaços de controle e participação social (Marinho, 2017).

Em relação às pesquisas que avaliaram a efetividade das políticas educacionais, esses estudos têm como ponto de partida a análise do contexto em que essa política se situa, e, a definição de dimensões e indicadores (Eloi, 2018), (Silva, 2019b), (Torres, 2017), (Nascimento, 2014) que se relacionam ao objeto estudado. Além disso, buscam verificar os seus efeitos na realidade dos usuários (Lima, 2017), (Xavier, 2019) e como se dá o controle e a participação social (Araújo, 2018), (Silva, 2018).

A análise do objeto de estudo desta tese foi orientada pelo materialismo histórico-dialético que buscou compreender os elementos centrais - Estado capitalista, as contradições sociais e as desigualdades sociais. Analisou-se o contexto em que a assistência estudantil da UFPB se insere, inclusive com os reflexos das reformas neoliberais implementadas pelo Estado capitalista à serviço dos interesses do capital que repercutiram diretamente na realidade local, a exemplo da redução de recursos orçamentários a partir de 2016 (Santos, 2021).

Tratando sobre os desafios enfrentados quanto à assistência estudantil da UFPB, os estudos apontam a focalização (Macedo e Soares, 2020), (Santos, 2021), a burocratização para solicitar os benefícios assistenciais (Santos, 2019), (Sousa, 2021b) e a falta de cobertura de todas as áreas da PNAES (Albuquerque, 2017). Apesar desses entraves, a assistência aos estudantes da UFPB tem apresentado resultados favoráveis à permanência para aqueles que consegue acessá-la (Macedo, 2017), (Jácome, 2021), (Barros, 2022).

Com base nesse estudo, avaliou-se a efetividade da política na UFPB (tabela 6) a partir das seguintes categorias: contexto institucional, efeitos na permanência e conclusão, e, a avaliação dos estudantes.

O contexto da política de assistência estudantil da UFPB é de um orçamento que sofreu reduções a partir da vigência da EC nº 95/2016, e que vem recuperando os valores após o ano de 2022. Apesar disso, ainda é insuficiente para atender a demanda, corroborando com a focalização e seletividade da política.

Em relação à qualidade da permanência, o desempenho acadêmico dos estudantes atendidos pela política é satisfatório, por isso, a assistência estudantil é efetiva para a permanência daqueles que a acessam. Na última etapa do estudo, os participantes relataram suas demandas no âmbito das áreas estratégicas da política de assistência estudantil.

Dentre elas, o transporte é importante por ser o meio para a sua chegada até a universidade. Os dados mostram que as principais formas de deslocamento até a UFPB são através do transporte gratuito, público, a pé ou de bicicleta e o principal desafio enfrentado pelos estudantes são os custos para manter esse deslocamento. Além disso, aqueles que dependem dos transportes mantidos pelas prefeituras também vivenciam problemas como a inassiduidade da oferta de ônibus, incompatibilidade dos horários das aulas e desses transportes, inclusive, muitos permanecem o dia todo na universidade para aguardar o retorno à sua cidade.

Quanto à alimentação, prevalecem estudantes que frequentam os restaurantes universitários nos *Campus I* (44%), *Campus II* (68%) e *Campus III* (79%), enquanto no *Campus IV* o percentual é menor pois o serviço está em expansão. A principal reivindicação apontada em relação aos Rus foi a necessidade de ampliação do acesso de forma gratuita, a redução do valor da refeição para estudantes não beneficiários do PNAES, além de outras demandas como o atendimento às particularidades de saúde e de inclusão social. Dentre as reivindicações, aponta-se a disponibilidade de refeitórios ou

espaços de convivência adequados para refeições com mesas, cadeiras e micro-ondas nos centros de ensino distantes desses serviços para possam fazer as suas refeições.

Para a moradia, 41% dos participantes do estudo informaram que dependem da assistência estudantil, 44% relatam condições insatisfatórias de habitação. Foram citados, a falta de espaços adequados para estudos (residentes e não residentes), a necessidade de manutenções prediais nas residências dos *Campi* I e II, além das dificuldades financeiras enfrentadas pelos estudantes que não são residentes para o custeio das despesas.

Os resultados apontaram demandas relevantes ainda para a diversidade, inclusão e equidade social: a importância dos espaços de acolhimento aos filhos de estudantes durante o horário das aulas que possibilita a permanência principalmente de mães estudantes; as ações de apoio pedagógico e de inclusão social sobretudo para estudantes com deficiências e demais necessidades específicas; a oferta de serviços e ações de inclusão digital pois muitos discentes não dispõem de computador – *Campus I* (28%), *Campus II* (32%), *Campus III* (44%), *Campus IV* (39%).

Quanto às ações de esporte e cultura, 91% dos estudantes que participaram da pesquisa avaliam que as ações de esporte e cultura são escassas ou até desconhecem que elas aconteçam nos espaços da UFPB. Em relação à saúde, os resultados também apontaram que 94% dos estudantes utilizam os serviços públicos de saúde (oferecidos pelo SUS) há dificuldades de acesso aos serviços da rede pública através do SUS.

Diante dos desafios enfrentados para a expansão da política, está a tendência de cortes ou contingenciamentos de orçamento recorrentes com os ajustes fiscais para a Educação pública, os quais são orientados pelo Capital e viabilizados pelo Estado, comprometendo a efetividade da política de assistência estudantil.

Verificou-se que a perspectiva do Estado mínimo impacta na garantia dos direitos sociais e consequentemente, repercute na materialização das políticas sociais e educacionais. A avaliação da assistência estudantil considerou o seu perfil de política social que lida com as desigualdades sociais resultantes das contradições entre as classes sociais fundamentais.

Há impactos e limitações da política que foram constatados por seus usuários. Diante disso, a assistência estudantil se situa no contexto de contradições das relações entre capital e trabalho. Ou seja, há divergências entre o que a legislação preconiza e como ela se efetiva na vida material dos estudantes da UFPB.

Os desafios enfrentados pelos discentes quanto às condições favoráveis à permanência refletem como o Capital produz desigualdades sociais e como as políticas

sociais são insuficientes para superá-las. Entretanto, essas políticas são uma das possibilidades de alteração nas condições de vida da classe trabalhadora, mesmo que sejam insuficientes para alterar as estruturas que geram desigualdades e exclusão social.

Com base nos dados do estudo, confirmou-se a tese de que o modelo econômico regido pelo Capital impacta na política de assistência estudantil ao implementar políticas sociais seletivas, focalizadas e precárias quanto ao acesso aos bens sociais disponibilizados, as quais apresentam limites para viabilizar a permanência e a conclusão de cursos na educação superior.

Diante da importância de construção de estratégias para o acesso ao direito à assistência estudantil, a avaliação da efetividade dessa política educacional aqui realizada constitui-se como instrumento de avaliação e gestão de políticas públicas que possibilita trazer elementos que se relacionam à permanência na educação superior.

A efetividade da política de assistência estudantil perpassa pelo seu fortalecimento enquanto direito. E, a luta por sua viabilização se dá através da participação e do controle social, da construção de estratégias de intersetorialidade dentro e fora da instituição e bem como o monitoramento e avaliação utilizando instrumentos e ações orientados segundo essa proposta.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. J. **Para uma conceitualização alternativa de accountability em educação.** Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, abr.-jun. 2012. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/VPqPJDDyZ5qBRKWVfZfDQ3m/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em 24 ago. 2022
- ALVES, R. A. **Um estudo de transformações educacionais e sociais em contextos amazônicos sob a égide da Universidade Aberta do Brasil:** Breves e São Sebastião da Boa Vista – um mundo não tão à parte. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2017. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-15082017-131137/publico/ROSANGELA_APARECIDA_ALVES_BASSO_rev.pdf Acesso em: 20 ago. 2017.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** 1. ed. São Paulo, Boitempo, 2020. 333 pp.
- APPIO, J. et al. **Atributos de permanência de alunos em instituição pública de ensino superior.** Revista GUAL, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 216-237, maio 2016. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2016v9n2p216>>.
Acesso em: 20 set. 2020
- ARAGÃO, G. B. B. L. **RETENÇÃO DE ESTUDANTES CONTEMPLADOS COM A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB).** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Paraíba, Campus de João Pessoa, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22538?locale=pt_BR Acesso em: 22 nov. 2023
- ARAÚJO, S. A. L. et al. **Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro.** Revista Avaliação (Campinas), vol.24 no.3, Sorocaba, Sept./Nov. 2019. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772019000300722
Acesso em: 30 dez. 2020.
- ARAÚJO, M. S. S.; CARVALHO, A. M. P. **Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo.** R. Katál., Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 146-156, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/KWXN3b3JFnjYvw6PTtpjcw/> Acesso em: 14 nov. 2020.
- ARRETCHE, M. T. S. **Tendências no Estudo sobre Avaliação.** In: RICO, E. M. (org). **AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS: Uma questão em debate.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

BALLESTRIN, L. **O Debate Pós-Democrático no Século XXI**. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 4, n. 2, 149-164. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/rsulacp.v4i2.14824> Acesso em 10 ago. 2024.

BARREYRO, G. B. **Novas regulações na educação superior: do Estado Avaliador à acreditação em escala global**. Revista Eletrônica de Educação, v.13 , n.3 , p. 837-852 , set. /dez . 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14244/198271993530> Acesso em: 06 mar. 2024.

BDTD, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. **Página inicial da BDTD**. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/> Acesso em: 11 mar. 2024.

BEHRING, E. BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

BEHRING, E. **Política social no capitalismo tardio**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, E.; CISLAGHI, J. F.; SOUZA, G. **ULTRANEOLIBERALISMO E BOLSONARISMO: IMPACTOS SOBRE O ORÇAMENTO PÚBLICO E A POLÍTICA SOCIAL**. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p.27-52. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-pol%C3%ADticas-sociais-e-ultraneol> Acesso em: 29 mar. 2024.

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. 11. Ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOSCHETTI, I. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2009.

BOTTOMORE, T. (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRAGGIO, A. K. **A gênese da reforma universitária brasileira**. (2019). Revista Brasileira de História da Educação, 19. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e073> Acesso em 04 nov. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Art.%206%C2%BA%20S%C3%A3o%20direitos%20sociais,desamparados%2C%20na%20forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 21 set 2022.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 05 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

– REUNI. Brasília, 2007. Acesso em: 22 dez. 2020. Acesso em 20 jan. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm

_____. Presidência da República. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm Acesso em 14 jan. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013**. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=68911-portaria-389-09052013&category_slug=programa-bolsa-permanencia&Itemid=30192 Acesso em: 03 set. 2023.

_____. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em: 25 mar. 2024.

_____. Ministério da Educação. **Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/Sase): Brasília, DF., 2014. Disponível em: [pne_conhecendo_20_metas.pdf](http://pne.conhecendo20metas.pdf) Acesso em: 25 mar. 2024.

_____. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm Acesso em: 22 dez. 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2020**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/censo-da-educacao-superior-2022-notas-estatisticas> Acesso em: 31 mar. 2024.

_____. Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação. **Consulta livre no Painel do Orçamento Federal**. Disponível em: https://www1.sio.pplanejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opensoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true Acesso em: 20 nov. 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cartilha do Programa Bolsa-Família**. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Bolsa_Familia/Cartilha/Cartilha_Bolsa_Familia.pdf Acesso em 05 jul. 2024.

BURLAMAQUI, M. G. B. **Avaliação e Qualidade na Educação Superior:** tendências na literatura e algumas implicações para o sistema de avaliação brasileiro. Estudos em Avaliação Educacional, v. 19, n. 39, jan./abr. 2008

CARDOSO, M. L. **O Mito do Método.** Rio de Janeiro, PUC, 1972.

CARVALHO, M. **A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFPR (2015-2019): AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO PNAES, ENTRE OS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NO CAMPUS PALMAS – PR.** Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e artes, Programa de Pós-graduação em Educação, 2020. Disponível em: http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5146/5/Marinez_Carvalho2020.pdf Acesso em 30 dez. 2020b

CASTELO BRANCO, U. V.; NAKAMURA, P. H.; JEZINE, E. **Políticas de Expansão, Acesso e Permanência na UFPB (1996-2012).** In: II Colóquio Internacional de Pesquisas em Educação Superior, 2014, João Pessoa. Anais do II Colóquio Internacional de Pesquisas em Educação Superior. João Pessoa: UFPB, 2014. v. 1. p. 1-18. Disponível em: <<http://www.coipesu.com.br/upload/trabalhos/2015/6/politicas-de-expansao-acesso-e-permanencia-na-ufpb-1996-2012.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2020

_____. **Permanência na educação superior: Constructo de uma escala de medida.** Revista de la Asociación de Sociología de la Educación (RASE) 2017, vol. 10, n.º 21, p. 209-224. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7203/RASE.10.2.10060>> Acesso em: 03 jan. 2023

CASTELO BRANCO, U. V.; JEZINE, E. Perfil socioeconômico de ingressos em cursos de Educação superior e as perspectivas para a permanência. In: VELOSO, T. C. M. A.; LIMA, E. G. S. **Permanência e evasão na educação superior:** fatores interferentes, interfaces com o ensino médio público e possibilidades de avanços nas políticas públicas. Cáceres: UNEMAT Editora, 2022.

CHAUÍ, M. **A universidade pública sob nova perspectiva.** Revista Brasileira de Educação, nº. 24, p. 5-15. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002> Acesso em 27 set. 2024.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração:** uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COTTA, T. C. **Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto.** Revista do Serviço Público. Ano 49, Núm. 02, Abr-Jun, 1998. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/368> Acesso em 22 mai. 2022.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã: da Colônia à Era de Vargas**. 2. Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

DEITOS, R. A. **Política Educacional no Brasil (1985-2022)**. Curitiba: CRV, 2022.

DE PAULA, A.; COSTA, F.; LIMA, Kátia. (2019). **O modelo de accountability e a política de avaliação da Educação Superior no Brasil**. Revista Diálogo Educacional. 19. 10.7213/1981-416X.19.060.AO03. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2019000100362&lng=es&nrm=iso#aff2 Acesso em 21 nov 2022.

D'ESCOFFIER, L. N.; OLIVEIRA, C. C. G. F.; LIMA, L. F.; CHRISPINO, A. **A avaliação educacional na produção científica vista por meio de análise de redes sociais**. Rev. Ensaio: aval. pol. públ. educ. 30 (115) • Apr-Jun 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/BCKB3KnPWdzYyQxvLYy6zcv/#> Acesso em: 24 jun. 2022

DI GIOVANNI, G. **As estruturas elementares das políticas públicas**. Caderno de Pesquisa [do] NEPP/UNICAMP, n°82, 2009, p. 1 – 29. Disponível em: <https://www.nepp.unicamp.br/biblioteca/periodicos/issue/download/9/CadPesqNepp82> Acesso em: 23 mai. 2023

DOWBOR, L. **O Capitalismo se desloca: Novas arquiteturas sociais**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020. Disponível em: <https://dowbor.org/wp-content/uploads/2020/05/Dowbor-O-capitalismo-se-desloca-Edicoes-SescSP-2020.pdf> Acesso 06 mar 2023.

ENGELS, F. (1820-1895). **A origem da família, da propriedade privada e do estado** [recurso eletrônico]: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan / Friedrich Engels ; tradução Nélcio Schneider. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019. Disponível em: <https://averdade.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Livro-62-FRIEDRICH-ENGELS-A-ORIGEM-DA-FAM%C3%8DIA-DA-PROPRIEDADE-PRIVADA-E-DO-ESTADO.pdf> Acesso em: 06 set. 2024.

FAGUNDES, G. O. 2023. "**Funcionalismo**". In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/correntes/funcionalismo> Acesso em: 25 mar. 2024.

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. **Covid-19: Estudo analisa mortalidade hospitalar pela doença no Brasil**. Disponível em: [https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-estudo-analisa-mortalidade-hospitalar-pela-doenca-no-brasil#:~:text=O%20estudo%20indicou%20ainda%20maior,onda%20\(janeiro%20a%20fevereiro\)](https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-estudo-analisa-mortalidade-hospitalar-pela-doenca-no-brasil#:~:text=O%20estudo%20indicou%20ainda%20maior,onda%20(janeiro%20a%20fevereiro)). Acesso em 26 jul. 2024.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-Reitores de assuntos comunitários e estudantis. **V Pesquisa Nacional de perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das Ifes – 2018**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/2021/07/09/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes/> Acesso em 29 ago. 2024.

FOUCAULT, M. **A origem do discurso**. 5. Ed. Edições Loyola. São Paulo: 1999a

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20. Ed. Editora Vozes. Petrópolis: 1999b

_____. **A arqueologia do saber**. 8. Ed. Forense Universitária. Rio de Janeiro: 2012

FREIRE, S. M.; CORTES, T. L. **POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA E AVALANCHE ULTRANEOLIBERAL: APORTES PARA REFLEXÃO**. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p.27-52. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-pol%C3%ADticas-sociais-e-ultraneol> Acesso em: 29 mar. 2024.

FREITAG, B. **A teoria crítica: ontem e hoje**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

FREITAS, L. C.; SORDI, M. R. L.; MALAVASI, Maria Márcia Sigrist; FREITAS, Helena Costa Lopes. **Avaliação Educacional: caminhando pela contramão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FREITAS, L. C. **Políticas de responsabilização: entre a falta de evidência e a ética**. Cadernos de Pesquisa v.43 n.148 p.348-365 jan./abr. 2013 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/V4MXNvFYBPtD6qMmKDH/?lang=pt>

_____. **A importância da avaliação: em defesa de uma responsabilização participativa**. Em Aberto, Brasília, v. 29, n. 96 p. 127-139, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3156> Acesso em 23 nov. 2022

FUNAI, Fundação Nacional do índio. Cardoso, Thiago Mota; Guimarães, Gabriella Casimiro. (Orgs.). Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012. 107p. Ilust. Disponível em: http://cggamgati.funai.gov.br/files/5314/0735/8761/Etnomapeamento_dos_Potiguara_da_Paraiba.pdf Acesso em: 21 jun 2024.

GARCIA, R. C. **Subsídios para Organizar Avaliações da Ação Governamental**. IPEA. Texto para Discussão nº 776. Brasília, janeiro de 2001. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0776.pdf Acesso em 22 dez. 2020

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil: 1964/1985: um estudo sobre a política educacional**. 1990. 444f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1575093> . Acesso em: 28 ago. 2023.

GRAMSCI, A. **Caderno 12 (1932)**– Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, vol. 2. 3. Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

KOGLIN, J. C. O. **Proposta de Avaliação Econômico-Financeira do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras na UFPEL**. Pelotas: UCPEL, 2011

KOWALSKI, A. **Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, PUCRS. Porto Alegre: 2012. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

LIMA, W. A. S. L.; DAVEL, E. P. B. **IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS IFES: A PERSPECTIVA DA EFETIVIDADE E SUAS VIRTUDES**. Revista Gestão e Planejamento, Salvador, v. 21, p. 39-53, jan./dez. 2020. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/57864> Acesso em: 05 abr. 2023.

MACEDO, G. D.; LIMA, D. G. **AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**. (p. 1388-1397). Anais [recurso eletrônico] / XXVIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação: Estado, Políticas e gestão da educação: Tensões e agendas em (des)construção. João Ferreira de Oliveira (org.). Vol. 45. João Pessoa, 26 a 28 de abril de 2017. Disponível em: <https://anpae.org.br/XXVIII/SIMPOSIO/publicacao.html> Acesso em: 20 abr. 2023.

MACEDO, G. D. **A EFICÁCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) PARA PERMANÊNCIA DOS INGRESSANTES DO SISTEMA DE COTAS NA UFPB**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Paraíba, Campus de João Pessoa, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional, 2017. Disponível em: <http://www.ce.ufpb.br/mppgav/contents/documentos/dissertacoes/turma-2/m-sc-georgia-dantas-macedo-pdf-completo.pdf> acesso em: 14 nov. 2022.

MAINARDES, J. **Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas**. Contrapontos –Volume 9 nº 1 – pp.4-16 – Itajaí, jan/abr 2009

MANCIBO, D. **Pandemia e educação superior no Brasil**. Revista Eletrônica de Educação, v.14, 1-15, e4566131, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4566> Acesso em: 26 jul. 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARSHALL, T. H. **Cidadania e classe social**. In: Cidadania, classe social e *status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, K. **Teses sobre Feuerbach**. Versão para eBook Ed. Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/feuerbach.html> Acesso em: 03 mar. 2023.

MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas: Navegando, 2011. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/ano/mes/ensino.pdf> Acesso em: 23 jul. 2024.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, Vol 1: o processo de produção do capital [1867] (trad. Rubens Enderle). São Paulo: Boitempo, 2013.

MARXISTS, Arquivo marxista na *internet*. **Ludwig Feuerbach**. Dicionário político. Disponível em:

MASSON, G. **MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO**: uma discussão sobre as categorias centrais. Revista Práxis Educativa, Ponta Grossa, PR, v. 2, n. 2, p. 105- 114, jul.-dez. 2007.

MÉSZÁROS, I. **A NECESSÁRIA RECONSTITUIÇÃO DA DIALÉTICA HISTÓRICA**. Palestra proferida em 27 de agosto de 2009, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos marcos do III Seminário Internacional MARGEM ESQUERDA – Boitempo Editorial.

MILL, J. S. **Utilitarismo**. Porto: Porto Editora, 2005. Disponível em: <https://www.utilitarianism.com/utilitarismo.pdf> Acesso em: 25 mar. 2024.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Crise do capital e consequências societárias**. R. Serviço Social e Sociedade. N. 111. Set.2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000300002> Acesso em: 25 set. 2024.

NEVES, L. M. W. **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil nos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (organizadores). **A Escola conservadora**: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: _____. **Escritos de educação**. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, A. D.; SILVA, C. M. C. S. **Reformas na educação profissional brasileira na década de 1990**: consenso e hegemonia. R. Educ. Públ. vol.28 no.67 Cuiabá jan.-abr 2019 Epub 15-Maio-2019. Disponível em: <https://doi.org/10.29286/rep.v28i67.7477> Acesso em 08 ago. 2024.

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha Informativa sobre COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19> Acesso em: 20 nov. 2023.

ORSO, Paulino José. Elitização da universidade brasileira em perspectiva histórica. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, e22156, jan. 2020. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-60592020000100210&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 21 ago. 2024. Epub 04-Jun-2020. <https://doi.org/10.18593/r.v45i0.22156>.

PERONI, V. M. V.; LIMA, P. V. **Políticas conservadoras e gerencialismo**. Rev. Práxis Educativa, v.15, p.1-20, Ponta Grossa, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa> Acesso em 13 ago. 2024.

PIRES, M. F. C. **O materialismo histórico-dialético e a Educação**. Rev. Ensaios, v. 1, p. 83-94. Botucatu, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32831997000200006> Acesso em: 22 mai. 2024.

PRESTES, E. M. T.; JEZINE, E.; CASTELO BRANCO, U. V. **Violência, evasão e exclusão na educação superior**. Rev. Arxius. n. 41, DESEMBRE 2019, ISSN: 1137-7038, pp. 65-76

QS WORLD UNIVERSITY RANKING. **QS World University Rankings: Latin America & The Caribbean - South America 2024**. Disponível em: <https://www.topuniversities.com/latin-america-south-america-rankings?page=5> Acesso em 22 mai. 2024.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. **O ESTADO DA ARTE DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil**. Rev. Adm. Pública, n. 46(5):1271-294 Rio de Janeiro: Set./out. 2012

ROCHA, C. **“Imposto é Roubo!”** A Formação de um Contrapúblico ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff. Revista Dados, vol. 62, p.1-42. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/xtmSkTyVvY4SRn3tpkNZhZR/> Acesso em: 28 set. 2023.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1986.

SÁEZ ALONSO, R. Teoría de la educación: conocimiento de la educación, investigación, disciplina académica. **Revista Virtual Redipe: Año 5 Volumen 8**. p. 19-38. Disponível em: <https://revista.redipe.org/index.php/1/article/view/25>

SAMPAIO, H. 1991. "Evolução do Ensino Superior Brasileiro, 1808-1990." Documento de Trabalho.8/91: Universidade de São Paulo, Núcleo de Pesquisas sobre Educação Superior - NUPES. Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt9108.pdf> Acesso em: 26 ago. 2023.

SANTOS, A. E. D. **O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA NO CONTEXTO DE INTENSIFICAÇÃO DO AJUSTE FISCAL BRASILEIRO**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual da Paraíba, Campus de Campina Grande, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Serviço Social - Mestrado em Serviço Social, 2021. Disponível em: <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/4359/2/PDF%20%20Ada%C3%ADres%20Eliane%20Dantas%20dos%20Santos.pdf> Acesso em 30 mar. 2024.

_____. **Gramsci e a educação no Brasil**. In: LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Livia D; SANTOS, Wilson da Silva (orgs.). **Gramsci no limiar do**

século XXI. Campinas, SP: Librum editora, 2013, p. 60-80. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/gramsci-no-limiar-do-seculo-xxi>

SCHNEIDER, M. P. e ROSTIROLA, C. R. **Estado-Avaliador: reflexões sobre sua evolução no Brasil.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE - v. 31, n. 3, p. 493 - 510 set./dez. 2015.

SECCHI, L. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. Ed. São Paulo, Cortez, 2007a.

SEVERINO, A. J. **Filosofia.** 2. Ed. São Paulo, Cortez, 2007b.

SGUISSARDI, V. **Privatização da educação superior no Brasil 1995-2001.** Revista de la educación superior, México, v. 31, n. 123, p. 23-46, jul./set. 2002. Disponível em: <http://publicaciones.anuies.mx/acervo/revsup/res123/art2.htm>. Acesso em 08 nov. 2023.

SILVA, V. P. **O setor privado e a educação superior brasileira no governo Lula e Dilma.** Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Campus de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política – Pós-Graduação em Economia Política, 2019. Disponível em <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/22078>

TAVARES, M. A. **Acumulação, trabalho e desigualdades sociais.** In: In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2009.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ijuí: Unijuí, 2005

TRINDADE, S. N. C.; SALAROLI, L. B.; ALMEIDA, A. P. S. **ATENÇÃO À SAÚDE NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE DO BRASIL.** Revista GUAL, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 210-230, setembro-dezembro 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/88137> Acesso em 19 jul. 2024.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **Dados fornecidos pela Superintendência de Tecnologia da Informação.** João Pessoa, 2022.

_____. **Apresentação sobre a UFPB.** Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/menu/institucional/apresentacao/sobre-a-ufpb> Acesso em: 11 mai. 2023. João Pessoa, 2023a.

_____. **Repositório Institucional da UFPB.** Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/> Acesso em 27 jun. 2023. João Pessoa, 2023b.

_____. **Apresentação do Centro de Referência em Atenção à Saúde.** Disponível em: <https://www.ufpb.br/cras/contents/menu/quem-somos> Acesso em 28 jul. 2023. João Pessoa, 2023d.

_____. **Menu de auxílios da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – PRAPE.** Disponível em: <https://www.ufpb.br/prape/contents/menu/assuntos/menu-de-auxilios> Acesso em 22 jun. 2024 João Pessoa, 2024a.

_____. **Apresentação da Brinquedoteca do Centro de Educação da UFPB.** Disponível em: <https://www.ufpb.br/bce> Acesso em: 22 jun 2024. João Pessoa, 2024b.

_____. **Situação dos bolsistas da UFPB em janeiro de 2024.** Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante. Disponível em: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/sae/lista.jsf> Acesso em: 17 Jan 2024c.

_____. **Relatórios de gestão institucional (2014 a 2023).** Pró-Reitoria de Planejamento. Disponível em: <https://www.ufpb.br/proplan/contents/paginas/acoes/codeplan/relatorios/rgi> Acesso em: 01 nov. 2024d.

WEBER, M. **Sociologia da dominação.** In: Weber, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn- Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo,1999. 586p.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – TRABALHOS ACADÊMICOS PESQUISADOS SOBRE PERMANÊNCIA, AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EFETIVIDADE DE POLÍTICAS (2010-2022)

ARTIGOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS NA PLATAFORMA SCIELO/BRASIL SOBRE PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR (2010-2022)

1. Maciel, Carina Elisabeth; Cunha Júnior, Mauro; Lima, Tatiane da Silva. - A produção científica sobre permanência e evasão na educação superior no Brasil - Educação e Pesquisa; 45(); 2019
2. Anache, Alexandra Ayach; Cavalcante, Lysa Duarte. - Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na Educação Superior - Psicologia Escolar e Educacional; 22(spe); 115-125; 2018
3. Costa, Danielle Dias da; Ferreira, Norma-Iracema de Barros. - O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência - Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas); 22(1); 141-163; 2017-04
4. Sandía, Carlos Mejías. - Formación identitaria como eje articulador de permanencia y éxito académico de estudiantes de educación superior - Interacciones (Campo Grande); 17(3); 475-486; 2016-09
5. Fiuza, Patricia Jantsch; Sarriera, Jorge Castellá. - Motivos para adesão e permanência discente na educação superior a distância - Psicologia: Ciência e Profissão; 33(4); 884-901; 2013

**TRABALHOS ACADÊMICOS SOBRE PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR
DISPONÍVEIS NA BDTD (2010-2022)**

1. ARAÚJO, Carolina Maria Paixão. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: a permanência de estudantes migrantes da UFMS. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34568>
2. CARVALHO, Evelin Sarmiento de. Permanência na educação superior: contribuições da política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba“ Campus Cabedelo. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18165>
3. NASCIMENTO, Patrícia Teodoro de Souza. Política de Assistência Estudantil como estratégia de permanência de jovens pobres na educação superior: o caso da Universidade Federal do Amapá. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=88827>
4. Radaelli, Andressa Benvenuti. Permanência na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/868>
5. Pozobon, Luciane Leoratto. Políticas de assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Maria/RS: estratégias de permanência do estudante na educação superior. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19168/DIS_PPGPPGE_2019_POZOBON_LUCIANE.pdf?sequence=4&isAllowed=y

DISSERTAÇÕES COM TÍTULOS SOBRE AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DISPONÍVEIS NA BDTD (2010-2022)

Ano da publicação	Título	Autores	Instituição pesquisada
2013	Avaliação da política de assistência estudantil dos institutos federais para o PROEJA	Taufick, Ana Luiza de Oliveira Lima	Institutos Federais
2015	Avaliação da assistência estudantil: possibilidades e limites de uma política pública educacional	Pinheiro, Aline Freitas Dias	IFCE
2015	Proposta para o monitoramento e avaliação da política de assistência estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora	Pinto, Caroline Casagrande	UFJF
2015	Monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no Âmbito da UFPE “Campus Vitória de Santo Antão	PENHA, Joicy Barbalho Pires	UFPE
2015	Avaliação política do modelo de gestão da assistência estudantil na UFRPE: fundamentos gerencialistas e padrões mínimos na provisão de necessidades	VIEIRA, Joselya Claudino de Araújo	UFRPE
2015	A política de assistência estudantil na educação superior pública: uma avaliação do Programa Bolsa Permanência da UFSC (2008-2013)	Marafon, Nelize Moscon	UFSC
2015	Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES na UTFPR Campus Medianeira	Betzek, Simone Beatris Farinon	UTFPR
2016	Assistência estudantil: uma avaliação com foco no campus avançado Pedro Afonso do Instituto Federal do Tocantins	Queiroz, Juliana Ferreira de	IFTO
2016	Avaliação da política de assistência estudantil: o auxílio Alimentação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) - Campus Palmas	Dias, Ionara Silva Chaves	IFTO
2016	Avaliação e Importância dos Programas de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília UnB	Silva, Pedro Vieira da	UNB
2017	Avaliação do serviço de psicologia da assistência estudantil no Instituto Federal do Ceará	Oliveira, Raquel Campos Nepomuceno de	IFCE
2017	Avaliação da assistência estudantil em relação ao reconhecimento das diversidades no Campus Agrícola de Umirim/CE	Brandão, Lorena de Menezes	IFCE

2017	Avaliação da implementação da política de assistência estudantil do IFPB: estudo de caso no Campus Picuí	Souza, Jussier do Nascimento	IFPB
2017	Avaliação em Profundidade da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí	Guedelho, Clefra Vieira	IFPI
2017	O PNAES na UFC - Campus Fortaleza: uma avaliação do Programa de Assistência Estudantil ofertado na PRAE, no período de 2013-2017	Marinho, Priscila Gonçalves	UFC
2018	Avaliação técnica do trabalho desenvolvido no setor de acessibilidade, da assistência estudantil, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - estudo de caso	BATISTA, Diego de Moraes	UFTM
2018	Sistema de monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil “PNAES: um modelo a partir da teoria do programa	Eloi, Sueli de Souza Santos	UFV
2019a	Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará: Uma Avaliação do Programa de Auxílios em Pecúnia do Campus Maracanã	Silva, Ariádine de Oliveira Rabelo da	IFCE
2019b	Avaliação de efetividade da assistência pecuniária da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre 2013 e 2018	Silva, Felipe Vendruscolo da	UFRGS
2019	Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Tocantins	Mauricio, Nathanni Marrelli Matos	UFT
2020	Contribuições do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Educação Superior: uma avaliação da capacidade do auxílio moradia em garantir a permanência no IFCE Sobral	Bueno, Caroline de Oliveira	IFCE
2020	Avaliação em Profundidade e a Política de Assistência Estudantil do IFCE - Instituto Federal do Ceará “ Campus Camocim” no Curso Técnico Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática.	Carvalho, Sabrina Lopes Silva de	IFCE
2020	Avaliação da Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE): a inclusão social enquanto direito dos estudantes do Campus Cedro	Bezerra, Carlos Winston Guedes	IFCE
2020	Monitoramento e avaliação de políticas públicas: análise da política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	Lima, Gillyane Lyndsay Gomes de	IFPB

2020	A assistência estudantil no IFPR (2015-2019): avaliação da efetividade do PNAES, entre os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no campus Palmas - PR	Carvalho, Marinez de	IFPR
2020	Assistência estudantil: uma avaliação a partir do desempenho acadêmico dos discentes da UnB	Ferreira, Marília de Faria	UNB
2021	Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFC: a permanência discente como direito à educação dos estudantes do Campus de Sobral	Freitas, Franklin Carter Lopes de	UFC

ARTIGOS PUBLICADOS NA SCIELO SOBRE AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (2010-2022)

1. Cespedes, Juliana Garcia; Minhoto, Maria Angélica Pedra; Oliveira, Suzana Cristina Pereira de; Rosa, Anderson da Silva. - Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo - Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação; 29(113); 1067-1091; 2021-12
2. Palavezzini, Juliana. - A multidimensionalidade da vulnerabilidade acadêmica no programa de assistência estudantil da UTFPR - Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas); 26(1); 217-236; 2021-04
3. Macedo, Geórgia Dantas; Soares, Swamy de Paula Lima. - Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba - Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas); 25(2); 439-457; 2020-08
4. Souza, Rafael Cipriano de; Costa, Maria Aparecida Tenório Salvador da. - Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco - Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação; 28(107); 362-385; 2020-06
5. Lima, Wandilson Alisson Silva; Mendes, Vera Lúcia Peixoto Santos. - Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas - Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas); 25(1); 199-218; 2020-04
6. Recktenvald, Marcelo; Mattei, Lauro; Pereira, Vilmar Alves. - Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias - Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas); 23(2); 405-423; 2018-10
7. Andrade, Ana Maria Jung de; Teixeira, Marco Antônio Pereira. - Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários - Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas); 22(2); 512-528; 2017-08
8. Dutra, Natália Gomes dos Reis; Santos, Maria de Fátima de Souza. - Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções - Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação; 25(94); 148-181; 2017-03
9. Vargas, Michely de Lima Ferreira. - Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG - Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas); 16(1); 149-163; 2011-0

PESQUISAS SOBRE AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA BDTD (2010-2022)

Ano	Título	Autores	Instituição pesquisada	Objetivo da pesquisa	Principais resultados da pesquisa
2013	Avaliação da política de assistência estudantil dos institutos federais para o PROEJA	Taufick, Ana Luiza de Oliveira Lima	Ifs	Verificar a implantação do PNAES nos Ifs em relação aos alunos do Proeja	Falta plano de ação e há atraso na aprovação e repasse do orçamento, fortalecimento das equipes,
2015	Avaliação da assistência estudantil: possibilidades e limites de uma política pública educacional	Pinheiro, Aline Freitas Dias	IFCE	Avaliação do impacto da AE no IFCE	É necessário ampliar a equipe de trabalho, os valores dos auxílios são insuficientes, o repasse orçamentário não tem data fixa, há pouca participação estudantil.
2015	Proposta para o monitoramento e avaliação da política de assistência estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora	Pinto, Caroline Casagrande	UFJF	Analisar a política de AE da UFJF, identificando seus instrumentos de monitoramento e avaliação.	Ausência de previsão em normativos internos de instrumentos de acompanhamento e avaliação e propõe ações para implementá-las.
2015	Monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no Âmbito da UFPE “ Campus Vitória de Santo Antão	PENHA, Joicy Barbalho Pires	UFPE	verificar como se tem dado o atendimento dos objetivos do Programa na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) sob a ótica do beneficiário	Observa-se a necessidade de ampliação da oferta de serviços em quantidade e qualidade, e a necessidade de monitoramento e avaliação das ações.

2015	Avaliação política do modelo de gestão da assistência estudantil na UFRPE: fundamentos gerencialistas e padrões mínimos na provisão de necessidades	VIEIRA, Joselya Claudino de Araújo	UFRPE	avaliar os fundamentos ideológicos e políticos do modelo de gestão da assistência estudantil na UFRPE	Assistência estudantil focalizada e seletiva mediante a operacionalização da gestão da pobreza, orientando a assistência estudantil numa perspectiva residual, restritiva no acesso e fragmentada no atendimento
2015	A política de assistência estudantil na educação superior pública: uma avaliação do Programa Bolsa Permanência da UFSC (2008-2013)	Marafon, Nelize Moscon	UFSC	Avaliar se o PBP contribuiu para a permanência	Contribuiu para a permanência e necessita de ampliação e aprimoramento
2015	Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES na UTFPR Campus Medianeira	Betzek, Simone Beatris Farinon	UTFPR	analisar a política de assistência estudantil e sua materialização, abrangência e efetividade, na UTFPR	Podemos concluir que o PNAES atende às necessidades básicas dos estudantes desfavorecidos socioeconomicamente, mesmo que não seja possível ainda se falar em universalidade.
2016	Assistência estudantil: uma avaliação com foco no campus avançado Pedro Afonso do Instituto Federal do Tocantins	Queiroz, Juliana Ferreira de(NA)]	IFTO	Discute a caracterização das Políticas Públicas e o desenvolvimento do Programa de Assistência Estudantil no IFTO	Foram apresentadas propostas para manutenção e melhorias da gestão do programa quanto à operacionalização.
2016	Avaliação da política de assistência estudantil: o auxílio Alimentação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) - Campus Palmas	Dias, Ionara Silva Chaves	IFTO	Verificar a eficácia do auxílioalimentação da política de assistência estudantil, no âmbito do IFTO	Auxílio-alimentação contribui para a permanência.

2016	Avaliação e Importância dos Programas de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília UnB	Silva, Pedro Vieira da	UNB	Analisar a política de AE da UnB	Os resultados foram conclusivos no indicativo de que as dificuldades consequentes da necessidade de trabalhar, da insuficiência dos programas de assistência estudantil e da pior formação no ensino médio limitam o desempenho acadêmico do estudante em vulnerabilidade socioeconômica.
2017	Avaliação do serviço de psicologia da assistência estudantil no Instituto Federal do Ceará	Oliveira, Raquel Campos Nepomuceno de	IFCE	Avaliar como ocorre atualmente a atuação em Psicologia no IFCE	Há a necessidade de criação de mecanismos amplos e constantes de avaliação dos serviços.e avaliação das políticas de AE
2017	Avaliação da assistência estudantil em relação ao reconhecimento das diversidades no Campus Agrícola de Umirim/CE	Brandão, Lorena de Menezes	IFCE	Avaliar a Assistência Estudantil e as diversidades de gênero, étnico-racial e sexual no campus agrícola de Umirim/CE no enfrentamento às formas associadas de desigualdades e de exclusão.	É necessário fortalecer a AE enquanto direito e articular com outras políticas sociais e com os segmentos institucionais no espaço onde ela é operacionalizada.
2017	Avaliação da implementação da política de assistência estudantil do IFPB: estudo de caso no Campus Picuí	Souza, Jussier do Nascimento	IFPB	Avaliar a implementação da política de assistência estudantil do IFPB no Campus Picuí.	Há uma carência de diálogo da gestão com os profissionais, falta publicidade dos editais de seleção e os recursos financeiros são insuficientes para atender a demanda
2017	Avaliação em Profundidade da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí	Guedelho, Clefra Vieira	IFPI	O objetivo é avaliar as concepções de assistência estudantil que norteiam a	Prevalece a concepção da assistência estudantil como auxílio financeiro aos estudantes e não como direito.

2017	O PNAES na UFC - Campus Fortaleza: uma avaliação do Programa de Assistência Estudantil ofertado na PRAE, no período de 2013-2017	Marinho, Priscila Gonçalves	UFC	implementação do PNAES no IFPI realizar uma avaliação do Programa de Assistência Estudantil da UFC - Campus Fortaleza	Assistência estudantil contribui na vida universitária do discente sob uma perspectiva de equidade social, entretanto, é seletiva e com recursos insuficientes. Falta o controle social sobre o programa. Condições de trabalho são frágeis. É necessária a expansão do PNAES e de sua transformação em política de Estado.
2018	Avaliação técnica do trabalho desenvolvido no setor de acessibilidade, da assistência estudantil, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - estudo de caso	Batista, Diego de Moraes	UFTM	Analisar o trabalho desenvolvido pelo Setor de Acessibilidade da UFTM	Destaca-se o Programa de Tutoria Inclusiva (PTI), além de relatos relevantes quanto às vivências e contato com alunos atendidos por esse Programa.
2018	Sistema de monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil “PNAES: um modelo a partir da teoria do programa	Eloi, Sueli de Souza Santos	UFV	Desenvolver um sistema de monitoramento e avaliação do PNAES na Universidade Federal de Viçosa (UFV) que possa auxiliar os gestores na tomada de decisão e para realização do monitoramento e futuras avaliações desse programa.	O estudo reforça a importância da utilização do modelo lógico ancorado na teoria do programa como ferramenta útil para organizar avaliações de políticas públicas.

2019	Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará: Uma Avaliação do Programa de Auxílios em Pecúnia do Campus Maracanã	Silva, Ariádine de Oliveira Rabelo da	IFCE	Avaliar o Programa de Auxílios em Pecúnia da Política de Assistência Estudantil do IFCE, no campus Maracanaú, quanto ao cumprimento dos objetivos de viabilizar a permanência e contribuir para o êxito dos discentes em seu percurso acadêmico,	Assistência Estudantil contribui para a permanência dos discentes na instituição.
2019	Avaliação de efetividade da assistência pecuniária da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre 2013 e 2018	Silva, Felipe Vendruscolo da	UFRGS	Avaliar a efetividade da assistência pecuniária aos estudantes de graduação financiados política de assistência estudantil da UFRGS	Assistência estudantil contribuiu para a permanência. Necessidade de análises futuras com variáveis adicionais, principalmente as socioeconômicas em nível individual e familiar, de forma a evidenciar aspectos mais sutis para o desenho de ações mais efetivas para a permanência satisfatória dos alunos e do desempenho acadêmico de subgrupos de estudantes
2019	Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Tocantins	Mauricio, Nathanni Marrelli Matos	UFT	analisar os resultados da implementação do PNAES no âmbito da UFT	Política seletiva devido a limitação orçamentária
2020	Contribuições do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Educação Superior: uma avaliação da capacidade do auxílio moradia em garantir a permanência no IFCE Sobral	Bueno, Caroline de Oliveira	IFCE	Avaliar a capacidade do auxílio moradia, um dos componentes da PNAES, em garantir a permanência dos	Assistência estudantil seletiva e com orçamento limitado

				estudantes do ensino superior na instituição	
2020	Avaliação em Profundidade e a Política de Assistência Estudantil do IFCE - Instituto Federal do Ceará “ Campus Camocim ” no Curso Técnico Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática.	Carvalho, Sabrina Lopes Silva de	IFCE	Avaliar as concepções de assistência estudantil que norteiam a implementação do PNAES	Assistência estudantil seletiva e estudantes com dificuldades econômicas e no curso
2020	Avaliação da Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará; (IFCE): a inclusão social enquanto direito dos estudantes do Campus Cedro	Bezerra, Carlos Winston Guedes	IFCE	Avaliar a implementação da Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFCE no Campus Cedro no ano de 2019	Assistência estudantil seletiva e ainda não atende às necessidades educacionais e/ou biopsicossociais dos estudantes de modo equitativo e a inclusão social pela educação ainda é uma utopia para muitos (sem preconceito ou discriminação).
2020	Monitoramento e avaliação de políticas públicas: análise da política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	Lima, Gillyane Lyndsay Gomes de	IFPB	Analisar a Política de Assistência Estudantil do IFPB	Não há instrumentos de monitoramento e avaliação da política de AE e ampliação da equipe.
2020	A assistência estudantil no IFPR (2015-2019): avaliação da efetividade do PNAES, entre os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no campus Palmas - PR	Carvalho, Marinez de	IFPR	analisar a implementação do PNAES no IFPR, a luz do decreto nº 7234/2010 e, a partir da experiência do campus Palmas, avaliar a efetividade dos programas do	Assistência estudantil é seletiva. Está em consonância com o Decreto nº 7234/2010. O PNAES é efetivo para permanência e conclusão. Política seletiva. Deve ser regulamentado em lei e ampliado.

				PNAES (PACE, PEA, PIBIS e Monitoria) entre os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no que se refere a permanência e conclusão do curso, no período de 2015 a 2019.	
2020	Avaliação da eficácia do Plano Nacional de Assistência Estudantil no sistema de restaurante universitário da Universidade Federal da Paraíba - Campus I: atores e fatores envolvidos na operacionalização	Mota, Cristiano de Sousa	UFPB	Avaliar a eficácia do PNAES no sistema de RU na UFPB	Assistência estudantil é eficaz quanto à execução do orçamento. Entretanto, não atingiu plenamente os objetivos nas categorias de demanda/benefício. Na categoria relação empresa UFPB, faltam medidas preventivas nos contratos, além de uma política definida e mecanismos de acompanhamento de avaliação.
2020	Assistência estudantil: uma avaliação a partir do desempenho acadêmico dos discentes da UnB	Ferreira, Marília de Faria	UNB	Avaliar a política de AE da UnB	O desempenho acadêmico pode não ser um instrumento adequado de avaliação da política, mas sim de acompanhamento desta. Ressalta ainda o desafio de equilibrar acolhimento, celeridade, rigor e atenção às fraudes e falsificações nas seleções.
2021	Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFC: a permanência discente como direito à educação dos estudantes do Campus de Sobral	Freitas, Franklin Carter Lopes de	UFC	Avaliar o PNAES na UFC Sobral	O programa é importante para a permanência e na conclusão em tempo hábil dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na instituição.

**TRABALHOS DISPONÍVEIS NA BDTD SOBRE EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS –
ÁREA DO CONHECIMENTO: EDUCAÇÃO (2010-2022)**

TÍTULO	AUTOR	TIPO DO TRABALHO	ANO DA PUBLICAÇÃO
Financiamento e Investimento da Educação nos Municípios de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu RJ: avaliação da eficácia, da efetividade e da transparência das políticas públicas	Santos, Waldir Jorge Ladeira dos	Tese de Doutorado	2010
Avaliação da política pública de educação profissional: eficácia e efetividade dos cursos técnicos no Instituto Federal Bahia	Nascimento, Suzete Viana	Dissertação de Mestrado	2014
Programa Mais Educação e Projeto Criando Oportunidade: estudo de caso sobre a efetividade da implementação de políticas públicas educacionais em duas escolas públicas estaduais em Manaus	Rodrigues, Lindalva Marta Menezes	Dissertação de Mestrado	2015
O papel da formação docente na efetividade das políticas públicas de EPT no Brasil - período 2003-2015: implicações políticas e pedagógicas na atuação de professores	Maldaner, Jair José	Tese de Doutorado	2016
Educação em direitos humanos e o debate de gênero no sistema público de ensino básico de Cajazeiras - PB: um estudo sobre a (in)efetividade das políticas públicas municipais em Educação	Torres, Victor de Saulo Dantas	Dissertação de Mestrado	2017
Permanecer no ensino superior, eis a questão: estratégias de implementação efetiva de políticas públicas de assistência estudantil	Lima, Wandilson Alisson Silva	Dissertação de Mestrado	2017
Avaliação das políticas públicas para educação a distância no Brasil: análise dos elementos para construção de um modelo de avaliação de efetividade da Universidade Aberta do Brasil	SILVA, Kátia Cilene da	Tese de Doutorado	2018
A efetividade da política pública de acesso à educação profissional: um estudo da rede E-Tec Brasil no IFSUL/CAVG	XAVIER, Thilara Lopes Schwanke	Tese de Doutorado	2019

TRABALHOS SOBRE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFPB (2010-2022)

Título	Ano	Autor	Tipo de trabalho	Temas
O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): uma reflexão sobre sua implementação na UFPB	2012	Mariz	Dissertação	Implementação
O Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAE: Uma análise a partir dos/as assistentes sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	2014	Marques	Dissertação	Avaliação
A eficácia do programa nacional de assistência estudantil (PNAES) para permanência dos ingressantes do sistema de cotas na UFPB	2017	Macedo	Dissertação	Avaliação
Assistência estudantil como política de permanência na UFPB	2017	Albuquerque e	Dissertação	Permanência
Política de assistência estudantil na Universidade Federal da Paraíba e os critérios para concessão do auxílio Restaurante Universitário no Campus I	2019	Silveira	Dissertação	Concessão
A permanência estudantil na Universidade Federal da Paraíba: proposição de um plano para o apoio pedagógico	2019	Nascimento	Dissertação	Permanência
A política pública de assistência estudantil: uma análise sobre a contribuição do benefício da residência universitária para a permanência na UFPB	2019	Lima	Dissertação	Permanência
Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal da Paraíba: contribuições e impasses para permanência e êxito do estudante do Curso de Pedagogia	2019	Santos	Dissertação	Permanência
Avaliação da eficácia do Plano Nacional de Assistência Estudantil no sistema de restaurante universitário da Universidade Federal da Paraíba - Campus I: atores e fatores envolvidos na operacionalização	2020	Mota	Dissertação	Avaliação
Expansão do ensino superior e a política de assistência estudantil: análise a partir da percepção dos discentes assistidos na UFPB	2021a	Sousa	Dissertação	Expansão
Tendências do Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência à permanência no âmbito da Universidade Federal da Paraíba entre os anos de 2015 a 2017	2021b	Sousa	TCC	Permanência

A relação entre a assistência estudantil e o perfil socioeconômico dos estudantes do CCAE - Campus IV da UFPB	2021	Maurício	Dissertação	Expansão
Financiamento da educação superior e análise de riscos: um estudo com ênfase no programa nacional de assistência estudantil na Universidade Federal da Paraíba	2021	Gajadhar	Dissertação	Financiamento
O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na UFPB: uma abordagem da gestão sob a perspectiva dos assistentes sociais	2021	Mendonça	Dissertação	Gestão
A ampliação democrática da Universidade Federal da Paraíba e o direito à educação: uma análise do Programa Nacional de Assistência Estudantil no período de 2010 a 2018	2021	Jácome	Tese	Gestão
Retenção de estudantes contemplados com a assistência estudantil na Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	2021	Aragão	Dissertação	Permanência
Influência do plano nacional de assistência estudantil sobre indicadores de desempenho acadêmico, evasão e retenção dos discentes cotistas no período da pandemia de Covid-19 na UFPB	2022	Barros	Dissertação	Monitoramento

APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO COM GRADUANDOS/AS DA UFPB

Caro/a estudante,

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa intitulada: AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: Caminhos para a permanência e conclusão da formação superior na UFPB, desenvolvida por GEÓRGIA DANTAS MACEDO, aluna do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB (PPGE - <http://www.ce.ufpb.br/ppge>), sob a orientação da Profa. Dra. EDINEIDE JEZINI MESQUITA ARAÚJO.

A pesquisa tem como objetivo principal avaliar a política de assistência estudantil em sua efetividade para a permanência de estudantes dos cursos de Graduação da UFPB. Para alcançá-lo, pretende-se responder aos seguintes específicos: 1. Analisar a Política de Assistência Estudantil no contexto dos impactos do capitalismo e de seus limites para o desenvolvimento de uma formação humana na perspectiva da emancipação humana; 2. Identificar diferentes processos e modelos de avaliação da Política de Assistência Estudantil para a permanência e conclusão do ensino superior na UFPB; 3. Verificar a percepção dos estudantes sobre a efetividade da política de assistência estudantil para a permanência na UFPB; 4. Elaborar uma proposta de avaliação da efetividade da Política de Assistência Estudantil no que se refere à permanência e conclusão de curso superior na UFPB.

A sua participação nesta pesquisa é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelas pesquisadoras se não concordar com isso, bem como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor. Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento de ele desistir, nenhum prejuízo lhe será atribuído. É importante o esclarecimento de que os riscos da sua participação são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder as questões que lhe serão apresentadas. Os benefícios obtidos com este trabalho contribuirão para a política de assistência estudantil da UFPB. Enfatizamos que as questões serão trabalhadas de maneira global e não haverá sua identificação quando da discussão dos resultados.

Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil e suas complementares. Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados. A pesquisadora e sua professora orientadora estarão à sua disposição para demais esclarecimentos que considere necessário, em qualquer etapa da pesquisa. Ao clicar no botão abaixo, você concorda em participar da pesquisa nos termos deste TCLE. Caso não concorde em participar, apenas feche essa página no seu navegador.

Para baixar esse TCLE assinado pela pesquisadora, em formato PDF, clique no link abaixo:

<https://drive.google.com/file/d/1cn2wrBUCebjtPSFDvucIcWRY4x70FD0i/view?usp=sharing>

1. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

- Aceito participar da pesquisa, pois tive todas as oportunidades de esclarecer as dúvidas
2. Campus onde funciona o seu curso?
 - Campus I (João Pessoa)
 - Campus II (Areia)
 - Campus III (Bananeiras)
 - Campus IV (Rio Tinto/Mamanguape)
 3. Seu curso de Graduação e turno _____
 4. Está cursando qual período?
 - 1º período
 - 2º período
 - 3º período
 - 4º período
 - 5º período
 - 6º período
 - 7º período
 - 8º período
 - 9º período
 - 10º período
 - 11º período
 - 12º período
 - 13º período
 - 14º período
 5. Já mudou de curso? o Sim o Não
 6. Pretende concluir o seu curso atual? o Sim o Não
 7. Qual(is) fator(es) tem contribuído para a sua permanência no curso?
 - ☐ Identificação com o curso
 - ☐ Pretensões acadêmicas e profissionais
 - ☐ Apoio da minha família
 - ☐ Ambiente acadêmico (Infraestrutura, motivação dos professores, rede de apoio de colegas de curso etc.)
 - ☐ Auxílios estudantis através de bolsas ou serviços (Residência, RU e demais auxílios da PRAPE etc.)

Bloco 1 – Perfil socioeconômico dos/as estudantes

8. Idade
 - Até 20 anos
 - Entre 21 e 30 anos
 - Entre 31 e 40 anos
 - Acima de 40 anos
9. Gênero
 - Mulher cisgênero

- ☐ Mulher transgênero
- ☐ Homem cisgênero
- ☐ Homem transgênero
- ☐ Não-binário
- ☐ Prefiro não responder

10. Cor, raça/etnia

- ☐ Branco/a (Descendentes de ocidentais)
- ☐ Preto/a (Descendentes de africanos/afro-brasileiros)
- ☐ Pardo/a (Miscigenação/Mestiçagem)
- ☐ Amarelo/a (Descendentes de asiáticos/orientais)
- ☐ Indígena aldeado (vive em aldeia)
- ☐ Indígena não aldeado (não vive em aldeia)

11. Você é Pessoa com Deficiência?

- ☐ Sim. Qual a deficiência?
- ☐ Não

12. Caso tenha filho/a(s) com até 5 anos de idade, com quem ele/a (s) fica(m) enquanto você está na UFPB?

- ☐ Não tenho filho
- ☐ Traz para a universidade
- ☐ Com pai/mãe/familiares/amigos
- ☐ Babá/empregada doméstica
- ☐ Creche paga
- ☐ Creche gratuita
- ☐ Não está sob a minha guarda

13. Estado/Região de origem antes de ingressar na UFPB?

- ☐ Paraíba
- ☐ Outro Estado do Nordeste
- ☐ Estado da Região Centro-Oeste
- ☐ Estado da Região Norte
- ☐ Estado da Região Sudeste
- ☐ Estado da Região Sul

14. Reside na mesma cidade onde funciona o curso? ☐ Sim ☐ Não

15. Estudou o ensino médio

- ☐ Escola pública
- ☐ Escola particular sem bolsa
- ☐ Escola particular com bolsa
- ☐ Escola pública e escola particular

16. Grau de escolaridade da sua mãe

- ☐ Nunca foi à escola
- ☐ Ensino fundamental incompleto
- ☐ Ensino fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino superior incompleto

- Ensino superior completo
 - Pós-graduação
17. Grau de escolaridade do seu pai
- Nunca foi à escola
 - Ensino fundamental incompleto
 - Ensino fundamental completo
 - Ensino médio incompleto
 - Ensino médio completo
 - Ensino superior incompleto
 - Ensino superior completo
 - Pós-graduação
18. Qual a renda bruta atual (incluindo auxílios e rendimentos) da sua família de origem?
- Inferior a 1 salário-mínimo
 - De 1 até 2 salários-mínimos
 - De 2,1 até 3 salários-mínimos
 - De 3,1 até 5 salários-mínimos
 - De 5,1 até 10 salários-mínimos
 - Acima de 10 salários-mínimos
19. Quantas pessoas dependem da renda familiar? _____
- 1
 - 2
 - 3
 - 4
 - 5
 - 6
 - Mais de 6
20. Você exerce algum tipo de trabalho remunerado?
- Não
 - Sim, em tempo parcial (até 20 horas semanais)
 - Sim, em tempo integral (mais de 20 horas semanais)
21. Recebe ajuda financeira da sua família?
- Sim
 - Não

**Bloco 2 – Avaliação das demandas para a política de
assistência estudantil da UFPB**

22. Qual a distância aproximada entre a sua residência atual e o campus/unidade onde estuda?
- Moro na Residência Universitária
 - Até 10 km
 - De 11 a 50 km
 - Mais de 50 km

23. Quanto tempo, em média, você utiliza para realizar o trajeto até a UFPB?
- ☐ Até 59 minutos
 - ☐ Mais de 1 hora
 - ☐ Moro na Residência universitária
24. Como você usualmente se desloca no trajeto até a UFPB?
- ☐ A pé ou de bicicleta
 - ☐ Transporte público (Ônibus municipal ou interestadual)
 - ☐ Transporte gratuito (Subsidiado pela Prefeitura ou outros órgãos públicos)
 - ☐ Veículo próprio ou da família
 - ☐ Transporte particular locado (van/ônibus)
25. Possui alguma dificuldade ou necessidade para esse deslocamento até a UFPB? Considere, por exemplo, tempo de deslocamento, meio de locomoção, segurança etc.
26. Onde você, geralmente, faz as suas principais refeições?
- ☐ Trago minha refeição para a UFPB
 - ☐ Restaurante universitário
 - ☐ Outro restaurante dentro da UFPB
 - ☐ No trabalho/estágio
 - ☐ Em casa ou na casa de amigos/familiares
27. Qual o principal motivo para essa opção da pergunta anterior?
- ☐ Sou assistido/a com o auxílio estudantil
 - ☐ Custo da refeição
 - ☐ Não gosto ou não sei cozinhar
 - ☐ Conforto (localização/distância/tempo disponível)
28. Enquanto estudante da UFPB, quais os aspectos positivos e negativos quanto ao acesso à alimentação (Possui alguma dificuldade ou necessidade por exemplo, qualidade ou quantidade de refeições, local etc.?)
29. Qual a sua situação de moradia?
- ☐ Moro na Residência universitária
 - ☐ Moro na cidade onde estudo e recebo o auxílio moradia
 - ☐ Moro na cidade onde estudo, em imóvel alugado e sem auxílio-moradia
 - ☐ Moro com a minha família
 - ☐ Moro na casa de parentes, amigos ou conhecidos
 - ☐ Outro: _____
30. Quanto você gasta com moradia?
- ☐ Até R\$ 200
 - ☐ Entre R\$ 201 e R\$ 400
 - ☐ Entre R\$ 401 e R\$ 600
 - ☐ Acima de R\$ 600
 - ☐ Não tenho gastos com moradia
31. Onde você mora, tem quarto individual ou espaço reservado para seus estudos?
- ☐ Sim ☐ Não

32. Fale sobre as suas condições de moradia nos aspectos de despesas, condições de higiene, espaços básicos para estudo, localização, convívio social etc.
33. Possui equipamento(s) eletrônico(s) para auxiliar os seus estudos?
- ☐ Computador
 - ☐ Celular
 - ☐ Tablet/leitor de livros digitais
 - ☐ Nenhum dos anteriores
34. Possui acesso à internet onde mora?
- ☐ Sim.
 - ☐ Não
35. Possui alguma dificuldade ou necessidade para o acesso digital? Se sim, qual(is)?
36. Quando necessita de atendimento de serviços de saúde, a quem você recorre?
- ☐ Serviços públicos de saúde
 - ☐ Serviços ofertados pela UFPB
 - ☐ Clínicas e médicos particulares
 - ☐ Plano de saúde
37. Possui alguma dificuldade ou necessidade para o acesso aos serviços de saúde? Qual/is?
38. Possui alguma dificuldade ou necessidade para acessibilidade na UFPB? Mesmo que não tenha deficiência física ou alguma limitação especial, considere, por exemplo, acesso e mobilidade dentro das dependências da universidade, estrutura e recursos didáticos-pedagógicos para auxiliar o estudo/aprendizagem etc.
39. Fale sobre suas experiências e percepções sobre o apoio pedagógico e didático da UFPB. (Considere, por exemplo, disponibilidade dos professores em horário fora da aula, orientações \quanto aos estudos, recursos financeiros para aquisição de material e meios de estudos complementares como laboratório, biblioteca, monitoria, tutoria etc.)
40. Como você avalia a dimensão esportiva para os estudantes na UFPB? (Considere, por exemplo, locais e opções de atividades, informações disponíveis, locais e opções de atividades, qualidade e infraestrutura disponível, horários, acesso a livros e eventos etc.)
41. Na sua visão, qual/is os desafios para permanecer estudando na UFPB?
42. Você conhece o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – Decreto nº 7234/10?
- ☐ Sim.
 - ☐ Não
43. Você conhece a política de assistência estudantil da UFPB?
- ☐ Sim.
 - ☐ Não

44. Como você avalia o papel da política de assistência estudantil para a permanência na UFPB?
- ☐ Contribui totalmente
 - ☐ Contribui parcialmente
 - ☐ Não contribui
 - ☐ Não conheço
45. Em que medida a assistência estudantil da UFPB contribui para a sua qualidade de vida, rendimento acadêmico e permanência na instituição?
46. Você considera que a Política de Assistência Estudantil da UFPB tem a participação e controle social dos/as estudantes?
- ☐ Sim.
 - ☐ Não.
47. Como você se sente em relação à assistência estudantil ofertada pela UFPB nas seguintes áreas? (Mesmo que não seja assistido(a), considere os serviços que a UFPB disponibiliza)

	Satisfeito	Parcialmente s...	Indiferente	Parcialmente i...	Insatisfeito
Moradia	☐	☐	☐	☐	☐
Alimentação	☐	☐	☐	☐	☐
Transporte	☐	☐	☐	☐	☐
Saúde física	☐	☐	☐	☐	☐
Saúde emocio...	☐	☐	☐	☐	☐
Inclusão digital	☐	☐	☐	☐	☐
Cultura, esport...	☐	☐	☐	☐	☐
Apoio pedagóg...	☐	☐	☐	☐	☐
Acessibilidade	☐	☐	☐	☐	☐

48. Aqui você pode fazer a sua crítica, sugestão ou elogio para a Política de Assistência Estudantil da UFPB.
49. O que você gostaria de avaliar sobre a efetividade da assistência estudantil para a realidade estudantil e que não foi perguntado nesse questionário?
50. Você já foi atendido por algum serviço ou benefício da assistência estudantil da UFPB?
- ☐ Sim.
 - ☐ Não.

AVALIAÇÃO DE USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFPB

51. O auxílio é/era suficiente para manutenção do tipo de necessidade do auxílio/benefício? (Exemplo: Auxílio moradia mantém as despesas de moradia?)
- Sim.
 - Não
52. A sua renda familiar e os auxílios da assistência estudantil (se for o caso) mantém as despesas com as suas necessidades básicas para a sua permanência na UFPB?
- Sim.
 - Não

Agradecemos por sua contribuição para o aperfeiçoamento da política de assistência estudantil da UFPB!

ANEXOS

ANEXO 1 – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa CCS/UFPB

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL QUANTO À EFETIVIDADE PARA A PERMANÊNCIA EM CURSOS DE GRADUAÇÃO

Pesquisador: GEORGIA DANTAS MACEDO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 70389323.3.0000.5188

Instituição Proponente: CENTRO DE EDUCAÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.149.834

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa descritiva e analítica, orientada pelo método crítico e dialético e realizada através de pesquisa bibliográfica e de campo.

Para tanto, a pesquisa tem o objetivo de avaliar a política de assistência estudantil quanto à sua efetividade para a permanência no ensino superior.

A pesquisa será feita uma pesquisa bibliográfica das categorias teóricas e em seguida, o levantamento das produções acadêmicas das categorias empíricas do estudo a partir da base de dados da BDTD/Brasil e SciELO Brasil. A pesquisa de campo será feita através da aplicação de questionário com os/as estudantes de Graduação da UFPB sobre o seu perfil socioeconômico e questões relacionadas à assistência estudantil. O estudo buscará compreender como essa política responde às demandas dos/as discentes, além disso, também subsidiará as gestões das instituições de educação superior quanto à execução dos objetivos dessa política.

Objetivo da Pesquisa:

Avaliar a política de assistência estudantil quanto à sua efetividade para a permanência estudantil nos cursos de Graduação da UFPB.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios foram adequadamente avaliados.

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.149.834

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa se encontra dentro dos preceitos éticos dispostos nas resoluções vigentes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos obrigatórios foram apresentados de acordo com as normativas éticas.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sou de parecer favorável à APROVAÇÃO do referido projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2156533.pdf	07/06/2023 16:16:02		Aceito
Outros	Questionario.pdf	07/06/2023 16:14:47	GEORGIA DANTAS MACEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	07/06/2023 16:13:50	GEORGIA DANTAS MACEDO	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	07/06/2023 16:13:38	GEORGIA DANTAS MACEDO	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	07/06/2023 16:13:19	GEORGIA DANTAS MACEDO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP.pdf	07/06/2023 16:13:05	GEORGIA DANTAS MACEDO	Aceito
Outros	Anuencia_PRAPE.pdf	07/06/2023 16:12:46	GEORGIA DANTAS MACEDO	Aceito
Declaração de concordância	Certidao_PPGE.pdf	07/06/2023 16:07:52	GEORGIA DANTAS MACEDO	Aceito

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900

UF: PB **Município:** JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 6.149.834

Folha de Rosto	Folha_CEP.pdf	07/06/2023 16:04:31	GEORGIA DANTAS MACEDO	Aceito
----------------	---------------	------------------------	--------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 29 de Junho de 2023

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

ANEXO 2 – AUTORIZAÇÃO DA PRAPE PARA A COLETA DE DADOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO AO ESTUDANTE

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora **Georgina Dantas Macedo**, a desenvolver o seu projeto de pesquisa **“Avaliação da política de Assistência Estudantil quanto à efetividade para a permanência em cursos de Graduação”**, que está sob a coordenação/orientação da Professora **Edineide Jézime Mesquita Arantjo** cujo objetivo é avaliar a política de assistência estudantil quanto à sua efetividade para a permanência estudantil nos cursos de Graduação da UFPB.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução 466/12 CNS e suas complementares, comprometendo-se a mesma a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados, a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

João Pessoa-PB, 05 de junho de 2023.

ALFREDO RANGEL
REITOR/COORDENADOR

Alfredo Rangel Ribeiro
Pró-Reitor de Assistência e Promoção ao Estudante

ANEXO 3 – FOTOS DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFPB

Serviços de atendimentos aos/às estudantes da UFPB:

PRAPE/COAPE (Campus I)



Núcleo de Assistência Estudantil (Campus III)



Fonte: Autoria própria

Área estratégica: Moradia

Residência Universitária Masculina e Feminina *Campus I*



Fonte: *Site* oficial da UFPB

Área estratégica: Saúde

Centro de Referência em atenção à Saúde (*Campus I*)



Fonte: *Site* oficial da UFPB

Área estratégia: Alimentação



Restaurante Universitário (*Campus I*)



Restaurante Universitário (*Campus III*)

Fonte: Site oficial da UFPB

Área estratégica: Transporte

Ônibus circular (*Campus I*)



Fonte: Site oficial da UFPB